DIÁRIO OFICIAL

Imprensa Oficial do Estado

Belém, segunda-feira
29 de fevereiro de 2016

ANO CXXV DA IOE
126º DA REPÚBLICA
Nº 33.077

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

96 Páginas

ESTAMOS JUNTOS NA LUTA CONTRA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA!

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Parceria promove ações para verticalizar produção paraense

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) assina Protocolo de Intenções que irá promover a instalação de uma unidade de produção de condutores elétricos, no Pará.

O documento tem por objetivo estabelecer parceria entre o poder público e a iniciativa privada, a fim de criar condições que viabilizem, de forma objetiva e transparente, a execução de ações voltadas à verticalização da produção mineral paraense.

Dentre os objetivos do protocolo está diversificar a base produtiva da economia, elevando a inserção no mercado; contribuir para geração de empregos diretos e indiretos envolvidos na produção, além de gerar empregos formais nas plantas industriais.

PÁGINA 47

Gêneros alimentícios

A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), será objeto de Chamada Pública realizada pela Prefeitura de Breu Branco.

A abertura será às 9h do dia 17/03. Os interessados poderão fazer a retirada do edital completo na sala da CPL, localizada na sede da prefeitura.

PÁGINA 61

Locação e elaboração

A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe) realizará licitação com o objetivo de contratar empresa especializada do ramo pertinente para locação e elaboração do projeto executivo de instalação completa de 10 grupos geradores e seus equipamentos de proteção e partida.

Às 9h do dia 18/03, o certame abrirá no site www.comprasnet.gov.br.

PÁGINA 46

Eleição de novos membros

O Conselho de Administração da Organização Social Pará 2000 convoca sócios fundadores, sócios efetivos, associados, bem como qualquer pessoa integrante da sociedade civil para a Assembleia Geral que ocorrerá no dia 18 de março, no Hotel Regente.

Tratarão das eleições de novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, além da reestruturação e reorganização.

PÁGINA 38

A História no Diário Oficial

Governo Alacid Nunes (1966/1971)
FALTA DE HIGIENE NA BARBEARIA, CHAME A POLÍCIA!

Incrível! A polícia já atuou na higiene das barbearias e salões de beleza. E a Delegacia de Economia Popular (DEP) era órgão encarregado de estabelecer as regras pertinentes, a serem cumpridas pelos estabelecimentos, e até do modo de vestir dos "oficias barbeiros" e manicures" era uma regra a ser fiscalizada por uma "especializada " da Polícia.

Em 11 de julho de 1968, o Diário Oficial publicou portaria da DEP (que ficou famosa por atuar no controle dos preços ao consumidor, no abastecimento de feiras e mercados; seus agentes eram o "terror" dos feirantes, açougueiros e comerciantes em geral) alterando portaria de três de junho, para acrescentar umas "regrinhas", digamos, providenciais no que se refere ao "direito do consumidor" ou ao "controle de qualidade" dos serviços prestados nesses estabelecimentos - nada muito diferentes às recomendações sanitárias para evitar a transmissão do HIV, quando a Aids estourou como uma peste global, transmissível por qualquer instrumento cortante, eventualmente contaminado pelo sangue de um "soropositivo".

A portaria, com apenas quatro artigos, estabeleceu o seguinte: "Nos salões de barbeiros, cabeleireiros manicures etc. todos os utensílios utilizados no corte e penteados dos cabelos, barbas e unhas, respectivamente, deverão ser esterilizados antes de cada aplicação, sendo obrigatório o uso de toalhas e golas individuais" (ainda hoje se usam esse acessório nos salões e barbearias?).

A portaria estabeleceu também padrão de vestuário dos profissionais dos salões. "Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, blusas brancas, apropriadas, rigorosamente limpas, nos moldes determinados pelo regulamento da Secretaria de Saúde Pública (seria oi conhecido jaleco?).

A portaria foi além nas regras de higiene e, no artigo 3º, determinou: "Os salões de barbeiros e cabeleireiros deverão possuir vaporizadores com borracha higiênicos (sic) para álcool e para água; pulverizadores de borracha ou de outro material equivalente; esterilizador; lata de lixo com tampa; reservatórios para toalhas limpas e para as toalhas servidas.

A portaria foi assinada pelo Delegado de Economia Popular, Cândido Vasconcelos de França Messias, que no mês anterior havia definindo, em outra portaria, os preços dos serviços de barbearia e salões de beleza.

Nélio Palheta - ***Jornalista***

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R$ 2,00
- Atrasado R$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R$ 200,00
- Outras cidades R$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R$ 400,00
- Outras cidades R$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R$ 65,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817

SAC
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE
sac@ioe.pa.gov.br | 4009.7818

ARTES VISUAIS

Exposição "Belém dos Viajantes"

Local: Hall Ismael Nery do Centur

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Entrada franca

Até 29/02 (segunda), das 8h às 18h30

CINEMA

O Clube

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R$ 10 (aceita-se meia-entrada)

De 02 a 06/03 (quarta a domingo) 20h

ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site **www.ioe.pa.gov.br**

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas, ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores; quebras de seção; quebra manual de linhas; marcadores próprios dos editores de texto, como pontos, quadrados, setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.

Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

José da Cruz Marinho
VICE-GOVERNADOR

Márcio Desidério Teixeira Miranda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Constantino Augusto Guerreiro
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Marcos Antônio Ferreira das Neves
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Imprensa Oficial do Estado

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Michelly dos Santos Freire
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Augusto Henrique da Silva Neto
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | Segunda-feira, 29 de Fevereiro de 2016

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR ..... - PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 5
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA..... - PÁG. 6
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7
AUDITORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7
FUNDAÇÃO PROPAZ ..... - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO ..... - PÁG. 7
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO ..... - PÁG. 8
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 9
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 9
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA..... - PÁG. 10
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. ..... - PÁG. 12
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 12

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ..... - PÁG. 12

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 12
HOSPITAL OPHIR LOYOLA ..... - PÁG. 15
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ..... - PÁG. 16
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ..... - PÁG. 19

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES..... - PÁG. 20
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 21
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E
CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ..... - PÁG. 21

**SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E DA PESCA** ..... - PÁG. 22
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ..... - PÁG. 22
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL ..... - PÁG. 22
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 22
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 23

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**..... - PÁG. 24
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 28
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA
MUNICÍPIOS VERDES..... - PÁG. 28

**SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**..... - PÁG. 29
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 30
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR. - PÁG. 32
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 32
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES... - PÁG. 33
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ... - PÁG. 34

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA ..... - PÁG. 38
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ..... - PÁG. 38
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES..... - PÁG. 39

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO..... - PÁG. 40
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO ..... - PÁG. 40

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO ..... - PÁG. 40
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 43

**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA**..... - PÁG. 44
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ ..... - PÁG. 45

**SECRETARIA DE ESTADO DE
JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS** ..... - PÁG. 46
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 46

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA**..... - PÁG. 46
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 48

**SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E OBRAS PÚBLICAS** ..... - PÁG. 48
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ..... - PÁG. 49
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 49

**SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
TÉCNICA E TECNOLÓGICA**..... - PÁG. 49
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA PARAENSE
DE AMPARO À PESQUISA..... - PÁG. 50
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 50

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER... - PÁG. 50

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO..... - PÁG. 50

DEFENSORIA PÚBLICA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO..... - PÁG. 50

JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 52

TRIBUNAIS DE CONTAS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ..... - PÁG. 53
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 56

MINISTÉRIO PÚBLICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 57
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 57
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 59

MUNICÍPIOS..... - PÁG. 61
EMPRESARIAL..... - PÁG. 67

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Vice-Governador: José da Cruz Marinho
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: José Megale Filho
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA
Diretora Geral: Daniele Salim Khayat
Tel.:

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Ten. Cel. PM César Mauricio de Abreu Mello
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Antonio Saboia de Mello Neto
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE
Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

FUNDAÇÃO PROPAZ
Presidente: Jorge Antônio Santos Bittencourt
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - SEEIPS
Secretária: Izabela Jatene de Souza
Tel.: (91) 3201-3725

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO PARA COORD. DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES - SEPMV
Secretário: Justiniano de Queiroz Netto
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Iris Ayres de Azevedo Gama
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Allan Gomes Moreira
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
Secretário: José Alberto da Silva Colares
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Vitor Manuel Jesus Mateus
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretor Geral: Luiz Cláudio Lopes Chaves
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Rosangela Brandão Monteiro
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Ana Suely Leite Saraiva
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Kleber Ferreira de Menezes
Tel.: (91) 3218-78007846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Bruno Henrique Reis Guedes
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Hildegardo de Figueiredo Nunes
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Daniel Nunes Lopes
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
Tel.: (91) 3222-9583 / 3230-3292

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA
Diretor Geral: Luciano Guedes
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Paulo Amazonas Pedroso
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Diretor Geral: Thiago Valente Novaes
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Gen. Jeannot Jansen da Silva Filho
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM
Comandante Geral: Cel. PM Roberto Luiz de Freitas Campos
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM
Comandante Geral: CEL. QOBM Zanelli Antonio Melo Nascimento
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Rilmar Firmino de Sousa
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretor Superintendente: Andréa Yared de Oliveira Hass
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretário: Daniel Nardin Tavares
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretária: Ana Cláudia Serruya Hage
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Juarez Antônio Simões Quaresma
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Heitor Márcio Pinheiro Santos
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ- FASEPA
Presidente: Simão Pedro Martins Bastos
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADAO
Gerente Executivo: Maria Alves dos Santos
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH
Secretário: Michell Mendes Durans da Silva
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE
Superintendente: Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: Adnan Demachki
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente: Cláudio Luciano da Rocha Conde
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Rogério Bastos das Neves
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Jorge Otávio Bahia de Rezende
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
Secretária: Noêmia de Sousa Jacob
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: Luciano Lopes Dias
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Lucilene Bastos Farinha
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Presidente: César Meira
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Alex Bolonha Fiúza de Mello
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ- FAPESPA
Presidente: Eduardo José Monteiro da Costa
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretária: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

O Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 8° do art. 65 da Lei n° 8.666/93 e considerando a modificação apresentada na funcional programática no PPA 2016-2019 resolve alterar a Dotação Orçamentária dos seguintes contratos:

Contrato nº	Funcional Programática 2016-2019
26/2015	0412212978338
27/2015	
28/2015	

Belém (PA), 23 de fevereiro de 2016.
JOSÉ MEGALE FILHO
Chefe da Casa Civil da Governadoria.

Protocolo 932241

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: exonerar, de acordo com o art. 60, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, SIMONE MORAES PLATINO DA SILVA do cargo em comissão de Assessor Especial I, a contar de 31 de janeiro de 2016.
PALÁCIO DO GOVERNO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, SONIA MARIA DE ARAUJO BEZERRA para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, a contar de 1º de fevereiro de 2016.
PALÁCIO DO GOVERNO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

SIMÃO JATENE
Governador do Estado

Protocolo 932569

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA

RESUMO DA PORTARIA N° 060/2016-SCCG
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nome : Camilla Penna de Miranda Figueiredo
Cargo : Assistente Técnico II
Nº de Diárias : ½ (meia)
Origem : Belém
Destino : Rurópolis
Objetivo : Cumprir agenda do Programa Municípios Verdes
Período : 1º/03/2016

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 932245

PORTARIA N°055/2016 SCCG
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015, e ainda,
CONSIDERANDO o que dispõe a a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que constituíram normas para Licitações e Contratos na Administração pública.
CONSIDERANDO o memorando nº 02/2016-CLCC, de 24/02/2015;
RESOLVE:
I - CONSTITUIR a contar de 01/03/2016 a Comissão Permanente de Licitação - CPL da Casa Civil da Governadoria do Estado, com a função de receber, examinar e julgar todos os procedimentos relativos aos processos licitatórios desta Casa Civil da Governadoria do Estado.
II - DESIGNAR para compor a CPL os servidores abaixo relacionados:

ANA REGO CASTRO	COORDENADOR	57214014/ 1	Presidente
MARIA DO CARMO FERREIRA DIAS DANTAS	TECNICO D	25623/ 1	Membro
JESSICA LUIZ FIGUEIREDO FURTADO	ASSESSOR TECNICO	5917028/ 1	Membro
LUIZA LEITE FREITAS	ASSESSOR ESPECIAL II	5889305/ 2	Membro
ROBERTO MACHADO DA SILVA	DIRETOR DE GESTAO DE LOGISTICA	5898750/ 2	Suplente
CELSO ROBERTO DE ABREU SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO	3166473/ 1	Suplente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SUBCHEFIA DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, 25 de Fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 932471

ERRATA DO RESUMO DA PORTARIA N° 046/2016-SCCG, DE 18/02/2016, PUBLICADA NO DOE N° 33.072, DE 22.02.2016
FALTA PREPARAR ERRATA
Onde se lê:
No dia : 25/02/2016
Leia-se:
No dia : 26/02/2016
Belém-Pa, 26 de fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DO RESUMO DA PORTARIA N° 045/2016-SCCG, DE 18/02/2016, PUBLICADA NO DOE N° 33.072, DE 22.02.2016
FALTA PREPARAR ERRATA
Onde se lê:
No dia : 25/02/2016
Leia-se:
No dia : 26/02/2016
Belém-Pa, 26 de fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 932480

PORTARIA N°054 /2016-SCCG
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015 e,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 74 a 76, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores relacionados em anexo, referente ao mês de Março de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 25 de Fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ANEXO DA PORTARIA N° 054/2016-SCCG - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
ALDEMIR DA CONCEIÇÃO AIRES DE OLIVEIRA	2014/2015	01 A 30/03/2016
ANA CRISTINA DE SIQUEIRA MENDES VALLINOTO PARA RODRIGUES	2015/2016	07/03 A 05/04/2016
ANA MARA CORREA DA SILVA	2015/2016	02/03 A 31/03/2016
ANA PAULA BRITO CUNHA	2015/2016	01 A 30/03/2016
ASNAN DA COSTA OLIVEIRA	2015/2016	01 A 30/03/2016
DIRACY DA CRUZ MIRANDA	2015/2016	01 A 30/03/2016
ELIANE CARRERA MAIA DA SILVA	2015/2016	01 A 30/03/2016
ELIVANDRO HENRIQUE CARDIAS BARBOSA	2015/2016	01 A 30/03/2016
EVA TEIXEIRA FERREIRA	2015/2016	01 A 30/03/2016
FABIOLA PRINCE ARIAS BORGES SILVA	2015/2016	01 A 30/03/2016
GIZELE LIRA SOUZA DIAS	2015/2016	01 A 30/03/2016
ILANA MARIA SANTOS RIBEIRO	2014/2015	01 A 30/03/2016
JOÃO SOLERMO COUTO DE SOUZA	2015/2016	01 A 30/03/2016
JOSE HIRVALDO LOBO MONTEIRO	2014/2015	01 A 30/03/2016
JOSE VALDO DE SOUSA CHAVES	2015/2016	01 A 30/03/2016
LÂMEA YARED DE SOUZA	2015/2016	07/03 A 05/04/2016
LELIA MATILDE SANTIAGO DE SOUSA	2015/2016	01 A 30/03/2016
MADALENA HOFFMANN	2015/2016	01 A 30/03/2016
MARCIO JOSE MORAES DE OLIVEIRA	2014/2015	01 A 30/03/2016
MARIA DE JESUS SANTANA COELHO	2015/2016	01 A 30/03/2016
MARIA DINELMA ALMEIDA MOURA	2014/2015	01 A 30/03/2016
MARIA EUNICE GOMES LEITE	2015/2016	01 A 30/03/2016
MARIA JOSÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA	2015/2016	01 A 30/03/2016
MARIDALVA PANTOJA DIAS	2015	01 A 30/03/2016
MARISTELA MIRANDA DE SOUSA	2015	01 A 30/03/2016
MAYRA SOUZA COHEN	2015/2016	01 A 30/03/2016
NILDA MARIA PAULA NUNES	2014	01 A 30/03/2016
PEDRO PAULO MENDES MAUES	2015/2016	01 A 30/03/2016
RAIMUNDO EUGENIO PENAFORT NETO	2015/2016	01 A 30/03/2016
RHYAN FERNANDES CARVALHO	2015/2016	01 A 30/03/2016
SILVIA VALE DE SOUZA LEÃO	2015/2016	01 A 30/03/2016
SONIA MENDES DE ABREU	2015/2016	28/03 A 26/04/2016
STEPHANIE CHELREN COSTA MARQUES	2015/2016	14/03 A 12/04/2016
ULISSES EDUARDO CARVALHO D'OLIVEIRA	2015/2016	01 A 30/03/2016
VERA LÚCIA GONÇALVES BASTOS	2014	01 A 30/03/2016

Protocolo 932498

PORTARIA N°061/2016-SCCG
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015 e,
CONSIDERANDO o processo nº 2016/737983-PG, de 25 de Fevereiro de 2016 ;
RESOLVE:
INTERROMPER, por motivo de serviço a contar de 10/02/2016, o período das férias da servidora Valbiane da Silva Lima Id. Funcional 5896046/ 1, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, lotada na Casa Civil da Governadoria do Estado, concedida através da portaria nº 110/2016-CCG de 26/01/2016, publicado no DOE nº 33.057 de 27/01/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 de Fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N°062/2016 SCCG
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015, e ainda,
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto n° 5.504 de 05 de agosto de 2005, o inciso II do art. 5º da Lei nº 6.474, de 06 de agosto de 2002 e o art. 11 do Decreto Estadual

nº 2.069, de 20 de fevereiro de 2006, que institui, no âmbito do Estado do Pará, as modalidades de Licitação denominada Pregão Presencial e Pregão Eletrônico;
CONSIDERANDO o memorando nº02/2016-CLCC de 24 de fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - DESIGNAR os servidores ANA RÊGO CASTRO, Id. Funcional nº57214014/1, ocupante do cargo Coordenador, lotada na Coordenadoria de Licitação Contratos e Convênios, WILLIAM FERREIRA DA COSTA LIMA, Id. Funcional nº5899334/3, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Coordenadoria de Licitação Contratos e Convênios e JESSICA LUIZ FIGUEIREDO FURTADO Id. Funcional nº5917028/1, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Coordenadoria de Licitação Contratos e Convênios para atuarem como pregoeiros.
II - DESIGNAR como membro da equipe de apoio, o servidor LUIZ FERNANDO SOUZA LOBATO, Id. Funcional nº55589973/1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Coordenadoria Financeira e CELSO ROBERTO DE ABREU SILVA, Id. Funcional nº 3166473/1, ocupante do cargo Assistente Técnico, lotado na Coordenadoria de Licitação Contratos e Convênios.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até ulterior deliberação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SUBCHEFIA DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, 26 de Fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA N°056/2016 SCCG
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015, e ainda,
CONSIDERANDO o memorando nº02/2016-CLCC de 24 de fevereiro de 2016;
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO, a Portaria nº1.769/20156-CCG de 26 de fevereiro de 2015, publicada no DOE nº 32.858 de 31/03/2015, que designou pregoeiros responsáveis pelos trabalhos advindos da modalidade de Licitação Pregão.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SUBCHEFIA DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, 25 de Fevereiro de 2016
CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO
Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 932554

PORTARIA Nº 305/2016-CCG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/57667,
R E S O L V E:
exonerar ADRIANA CARLA MAGNO BARBOSA do cargo em comissão de Titular de Delegacia, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Polícia Civil.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 306/2016-CCG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/57667,
R E S O L V E:
nomear ADRIANA CARLA MAGNO BARBOSA para exercer o cargo em comissão de Diretor de Divisão Especializada, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Polícia Civil.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 307/2016-CCG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/69692,
R E S O L V E:
nomear RAILA MARIA MELO DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Ouvidor de Justiça e Direitos Humanos, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a contar de 19 de março de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 308/2016-CCG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011,
R E S O L V E:
lotar SONIA MARIA DE ARAUJO BEZERRA, Assessor Especial I, na Casa Militar da Governadoria do Estado, a contar de 1º de fevereiro de 2016
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 309/2016-CCG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011,
R E S O L V E:
relotar ROSA DE FATIMA QUEIROZ DAS NEVES, Assessor Especial II, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DA PORTARIA Nº. 48/2016-CCG, DATADA DE 15 DE JANEIRO DE 2016, PUBLICADA NO D.O.E. Nº. 33.050, DE 18 DE JANEIRO DE 2015.
Onde se lê: ***a contar de 6 de janeiro de 2016***
Leia-se: ***a contar de 4 de fevereiro de 2016***
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria

Protocolo 932570

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 009/2016-NAC de 26 de fevereiro de 2016.
A DIRETORA GERAL DO NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA, usando de suas atribuições legais,
Considerando os termos do memº.001/2016- GAB/NAC de 04 de janeiro de 2016;
Considerando a PORTARIA Nº 1507/CCG de 09 de fevereiro de 2015;
RESOLVE:
1 - DESIGNAR, a servidora Francisca Eneida Bezerra de Almeida, matrícula nº 5694183, Assessora Especial II, para responder pela Diretoria de Articulação e Atendimento as Demandas Sociais, até ulterior deliberação.
2- REVOGAR a portaria nº 001/2016 -NAC de 04 de janeiro de 2016., publicada no Diário Oficial do Estado de nº 33046 de 11 de janeiro de 2016;
3- Esta portaria retroagirá seus efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA, 04 de janeiro de 2016.
DANIELE SALIM KHAYAT
Diretora Geral

Protocolo 932486

PORTARIA Nº 010/2016-NAC de 26 de fevereiro de 2016.
A DIRETORA GERAL DO NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, o Capítulo IV, Art. 74 a 76 da Lei nº 5.810 de 24.01.1994;
CONSIDERANDO o processo nº. 2016/75927.
RESOLVE:
I - Designar o servidor Helder de Paula Mello, matrícula nº 5892482/3, Coordenador de Apoio Comunitário, para responder pela Diretoria de Desenvolvimento Comunitário no período de 01/02/2016 a 01/03/2016 na ausência da titular.
II - Esta portaria retroagirá seus efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA, 26 de fevereiro de 2016.
DANIELE SALIM KHAYAT
Diretora Geral

Protocolo 932495

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 033/2016 - CMG, 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições, estabelecidas no Art. 11 da Lei nº 6.212 de 28 de abril de 1999.
RESOLVE
I - Conceder Suprimento de Fundos a Servidora: MARTA VALÉRIA MONTEIRO NABOR-MAJ QOPM, Matrícula Funcional nº 5674956-1, portador do CPF nº 264.792.302-72.
II - O valor do Suprimento corresponde a R$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinqüenta reais), com pronto pagamento.
III - A despesa a que se refere o item anterior correrá por conta de recursos próprios do Estado e terá a seguinte classificação.
04.122.1297.8315 339030 - R$ 1.250,00 - Material de consumo
Fonte: 0101
IV - O valor referido ao item II vincula-se ao seguinte prazo:
- Período de Aplicação 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da emissão da OB e,
- Prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 26 de fevereiro de 2016.
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO - TEN CEL QOPM RG 21133
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo 932466

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

DIÁRIA

PORTARIA Nº 015/2016-GVG DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
A SUBCHEFE DE GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais. Considerando a Lei Estadual nº 5119/84 e a Portaria Nº 0419/GS, de 11 de julho de 2007;
RESOLVE:
Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias correspondentes ao serviço abaixo relacionado, para cobrir despesas com viagem e serviço da Vice-governadoria do Estado.
CIDADE: IGARAPÉ- AÇÚ/PA

Nome	Matrícula	Cargo	CPF	Período	Diarias
MAURO SÉRGIO DA SILVA MARTINS	5808081/1	AGENTE ESPECIAL DE SEGURANÇA	607.238.582-68	03/03 à 06/03/2016	3 1/2

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
ELLEN MOREIRA
Subchefe de Gabinete

Protocolo 932164

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DIÁRIA

Portaria nº 126/2016 - PGE.G., de 26 de fevereiro de 2016.
O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária ao servidor Kaldy Ney Pinto Barbosa, Motorista, id. Funcional 55589380/ 1, para obter cópia e certidão de trânsito em julgado do processo n.º 00010671120118140014 para fins de Rescisória, no dia 01.03.16.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Capitão Poço/PA
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO
Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 932513

Portaria nº 127/2016 - PGE.G., de 26 de fevereiro de 2016.
O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária ao servidor Alexandre Mallet Alvarez, Motorista, id. Funcional 54189195/2, para expedição do alvará dos autos nº 00053982320148140049, no dia 26.02.2016.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Santa Izabel/PA
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO
Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 932518

Portaria nº 128/2016 - PGE.G., de 26 de fevereiro de 2016.
O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária ao servidor Alexandre Mallet Alvarez, Motorista, id. Funcional 54189195/2, para obter cópia da contestação protocolada do processo nº 00009820620128140009, no dia 01.03.2016.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Bragança/PA
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO
Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 932522

Portaria nº 129/2016 - PGE.G., de 26 de fevereiro de 2016.
O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária ao servidor Kaldy Ney Pinto Barbosa, Motorista, id. Funcional 55589380/ 1, para obter nome e telefone do oficial de justiça que se encontra com o processo 01178523520158140008; certidão de trânsito em julgado e cópia integral do processo n.º 00029050720118140008 para Rescisória; cópia integral e certidão para fins de Agravo do processo 00808209320158140008 no dia 26.02.16.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Barcarena/PA
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO
Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 932526

Portaria nº 130/2016 - PGE.G., de 26 de fevereiro de 2016.
O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 2 e ½ diárias ao Procurador-Geral, Antonio Saboia de Melo Neto, id. Funcional 5807174/1, para reunião do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal no período de 03 a 05/03/2016.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Florianópolis/SC
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO
Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 932531

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

DIÁRIA

Portaria AGE N° 009/2016-GAB, de 26 de fevereiro de 2016.
O AUDITOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com o Decreto Estadual Nº 734 de 07/04/1992 e Orientação Normativa AGE Nº 001/2008 de 11/03/08 e considerando os autos do Processo N° 2016/75983.
RESOLVE:
CONCEDER 3 (três) diárias e ½ (meia) ao Servidor José Augusto Nogueira da Silva, Matrícula Nº 5656400/2, ocupante do cargo de Gerente, para o período de 16/03/2016 à 18/03/2016, a fim de participar da Reunião Geral de Ouvidoria, organizada pela Controladoria Geral da União - CGU/Ouvidoria Geral da União - OGU e da 18ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI, a serem realizados em Brasília - DF.
.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ROBERTO PAULO AMORAS
Auditor Geral do Estado

Protocolo 932564

FUNDAÇÃO PROPAZ

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA N° 017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Onde se Lê:
Nº de Diárias: 5 e ½
Período: 25/02 a 01/03/16
Leia-se:
Nº de Diárias: 4 e ½
Período: 26/02 a 01/03/16
JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT
Presidente da Fundação PROPAZ

Protocolo 932450

ERRATA DA PORTARIA N° 018 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Onde se Lê:
Nº de Diárias: 5 e ½
Período: 25/02 a 01/03/16
Leia-se:
Nº de Diárias: 4 e ½
Período: 26/02 a 01/03/16
JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT
Presidente da Fundação PROPAZ

Protocolo 932452

APOSTILAMENTO

FUNDAÇÃO PROPAZ
EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 092/2015
CONTRATADA: AMAZON PAPEL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.577.669/0001-64, estabelecida na Av Acelino de Leão n°1144 - Bairro Trem, CEP: 68.906-005, Macapá/PA neste ato representada pela senhor EDWARD SALEM YOUNES, libanês, casado, portador da Carteira de Identidade de estrangeiro nº Y257664-6 - CIMCRE/CGMAF e do CPF nº 516.644.532-53, de acordo com a representação legal que lhe é cabível.
OBJETO: A presente apostila tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do nº 092/2015, oriundo do processo administrativo nº 2016/22592, por parte da Administração, visando a inclusão de dotação orçamentária abaixo descrita, prevista no orçamento fiscal vigente, informada no Memo. nº 011/2016/COADM/FPROPAZ de 20/01/2016, em acréscimo aquela prevista no instrumento inicial, para a execução do objeto do contrato supracitado em epígrafe.
Funcional Programática: 14.122.1297.8338 - Operacionalização das Ações Administração
Categoria Econômica: 33.90.30
Fonte de Recursos: 0101
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 092/2015 e seu primeiro Termo Aditivo, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Parágrafo 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93
Belém (PA), 26 de Fevereiro de 2016.
JORGE ANTONIO SANTOS BITTENCOURT
Presidente
Fundação PROPAZ

Protocolo 932248

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO PROPAZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO N° 2015/466802 - CPL/PROPAZ
O Presidente da Fundação Propaz, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a adesão à Ata de Registro de Preço n° 018/2015 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA, para contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de portaria a serem executados na Sede e postos da FUNDAÇÃO PROPAZ, com a empresa MARCO COELHO SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 09.675.221/0001-34, para atender as necessidades desta Fundação.
ATIVIDADE: 8338
PROGRAMA:1297
FONTE:0101
NATUREZA DA DESPESA:339037.
Belém, 26 de Fevereiro de 2016.
JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT
Presidente da Fundação Propaz

Protocolo 932310

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA N° 079 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial n° 31.824 de 03.01.2011, e ainda,
Considerando os termos do Proc.n° 2016/43979.
RESOLVE:
Exonerar a pedido, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810 de 24/01/94, INARA MARIELA DA SILVA CAVALCANTE, Mat. 54190182/2, do cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, a contar 01/02/2016, resguardando o direito à recondução nas hipóteses do art. 57, inciso I, do citado diploma legal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 23 de Fevereiro de 2016.
RUTH PINA
Secretária de Estado de Administração, em exercício.

Protocolo 932157

PORTARIA N° 080 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial n° 31.824 de 03.01.2011, e ainda,
Considerando os termos do Proc.n° 2016/37093.
RESOLVE:
Exonerar a pedido, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810 de 24/01/94, RODOLPHO CRUZ VIEIRA, Mat. 57194822/3, do cargo

de Medico, lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, a contar 03/02/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 23 de Fevereiro de 2016.
RUTH PINA
Secretária de Estado de Administração, em exercício.

Protocolo 932158

PORTARIA N° 081 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial n° 31.824 de 03.01.2011, e ainda,
Considerando os termos do Proc.n° 2016/37265.
RESOLVE:
Exonerar a pedido, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810 de 24/01/94, CAROLINA SOARES LANGANKE, Mat. 54182286/2, do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, a contar 01/01/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 23 de Fevereiro de 2016.
RUTH PINA
Secretária de Estado de Administração, em exercício.

Protocolo 932161

PORTARIA N° 082 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial n° 31.824 de 03.01.2011, e ainda,
Considerando os termos do Proc.n° 2016/8081
RESOLVE:
Exonerar a pedido, de acordo com o art.59 da Lei n° 5810 de 24/01/94, RAPHAELA CHRISTINE OLIVEIRA PESSOA, Mat. 5896265/1, do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, a contar 01/02/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 23 de Fevereiro de 2016.
RUTH PINA
Secretária de Estado de Administração, em exercício.

Protocolo 932163

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 76 /2016 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de julho de 2014, publicada no DOE 32.686 de 17/07/2014 e
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO, ainda os termos do Processo n° 2016/57974;
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora MARIA THELMA DA SILVA MARTINS, Id. Funcional nº 5113270 / 1 ocupante do cargo de ADMINISTRADOR, lotada na DIRETORIA DE OPERACOES DO SIST GESTAO DE PESSOAS - SEAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 15 de Março de 2016 a 13 de Abril de 2016, referente ao triênio 02 de Janeiro de 1999 a 01 de Janeiro de 2002.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 23 DE FEVEREIRO DE 2016
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932321

PORTARIA Nº 77 /2016 - DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO, ainda os termos do Processo n° 2016/67462;
RESOLVE:
I - CONCEDER ao servidor LAZARO MARTINS BARBOSA, Id. Funcional nº 3254410 / 1 ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na GERENCIA DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO - SEAD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 25 de Fevereiro de 2016 a 25 de Março de 2016, referente ao triênio 02 de Abril de 2003 a 01 de Abril de 2006.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 24 DE FEVEREIRO DE 2016
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932335

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 073 /2016 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico n°: 64 de 11 de Fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora SONIA HELENA SANTOS MATTOS DA CUNHA, Id. Funcional nº 3905 / 1 ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na COORDENADORIA DE CARREIRA E REMUNERACAO - SEAD, 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 11 de Janeiro de 2016 a 09 de Fevereiro de 2016.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 11.01.2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932260

PORTARIA Nº 078 /2016 - DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico n°: 152 de 22 de Fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora MARIA FLORENCIA DOS SANTOS PEQUENO, Id. Funcional nº 5114462 / 1 ocupante do cargo de, AUXILIAR TECNICO, lotada na DIRETORIA GESTAO POLITICA DE SAUDE OCUPAC SERVIDOR - SEAD, 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 02 de Fevereiro de 2016 a 01 de Abril de 2016.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 02.02.2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932292

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA PUBLICADA NO DOE Nº 33076 DE 26/02/2016
PORTARIA Nº 0xx/xxxx-GS de xx de fevereiro de xxxx
ONDE SE LÊ: 0xx/xxxx-GS de xx de fevereiro de xxxx
LEIA-SE: PORTARIA Nº 061/2016-GS DE 22 de fevereiro de 2016

Protocolo 931976

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 072 /2016 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e;
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico n°: 27997/2015 de 12 de fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora NEUZA FERNANDA DE MORAES MELO, Id. Funcional nº 57195870 / 1 ocupante do cargo de, TECNICO EM GESTAO PUBLICA, lotado na DIRETORIA GESTAO CADEIA DE SUPRIM SERV LOGISTICOS - SEAD, 30 (trinta) dias de licença para acompanhar pessoa da família em tratamento de saúde no período de 03 de Fevereiro de 2016 a 03 de Março de 2016.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 03.03.2016
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932253

PORTARIA Nº 074 /2016 - DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico n°: 87 de 18 de fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - PRORROGAR a Licença para Tratamento de Saúde, concedida através da PORTARIA N°. 345/2015 de 07 de outubro de 2015 a servidora SUELY NUNES NEVES DA SILVA, Id. Funcional nº 2010844/1 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na DIRETORIA DE OPERAÇÕES DO SIST GESTÃO DE PESSOAS, 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 01 de janeiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 01.01.2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932267

PORTARIA Nº 081/2016 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016 .
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014, e considerando o disposto do art. 72, inciso III, da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994.
RESOLVE:
I - Autorizar o afastamento do servidor PEDRO DO CARMO FERREIRA, ocupante do cargo de VIGILANTE Id. Funcional nº 3280608 / 1, lotado na DIRETORIA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR - DSO/ SEAD, a contar de 25/01/2016, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento em pessoa da família.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 25.01.2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932340

PORTARIA Nº 078 /2016 - DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1546/2014 de 02/07/2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03/07/2014 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA N° 518/2014, de 10 de Julho de 2014, publicada no DOE 32686 de 17/07/2014 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico n°: 152 de 22 de Fevereiro de 2016;
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora MARIA FLORENCIA DOS SANTOS PEQUENO, Id. Funcional nº 5114462 / 1 ocupante do cargo de, AUXILIAR TECNICO, lotada na DIRETORIA GESTAO POLITICA DE SAUDE OCUPAC SERVIDOR - SEAD, 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde no período de 02 de Fevereiro de 2016 a 01 de Abril de 2016.
II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a contar de 02.02.2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO, BELEM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 932344

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 020 de 26 de Fevereiro de 2016.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,
Resolve:
Conceder de acordo com arts. 98 e 99, inciso I, letra "a", da Lei nº 5.810 de 24.01.94, a servidora MARIA DO SOCORRO ARAÚJO MARQUES, matrícula nº 5163137/1, ocupante da função de Aux. Oper. Informática "A", 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 04.03.2016 a 02.05.2016, referente ao triênio 01.09.2009 a 01.09.2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente

Protocolo 932404

DIÁRIA

PORTARIA N.º 019 de 25 de Fevereiro de 2016
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições;
Considerando o que contém o processo n.º 024-025/2016, especialmente a CI nº 003/2016, da Diretoria de Documentação e Tecnologia, que trata da solicitação de complemento de diárias aos servidores desta autarquia.
Resolve: Conceder aos servidores, HELTON NASCIMENTO LOBÃO, matrícula n.º 57234838/3, Técnico A, e LENA MÔNICA FRANÇA DE ARRUDA, matrícula nº 5610489/3, Supervisor II, 01 (uma) diária, devido a alteração no itinerário de viagem a MELGAÇO/PA, bem como no tempo médio de duração de percurso, concedido através da Portaria de nº 010 de 29/01/2016, Publicado no DOE de nº 33.060.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente

Protocolo 932401

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 28/02/2016.
Vigência: 28/02/2016 a 28/02/2017
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Contrato: 019
Exercício: 2012
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: CONSULTÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA AMARAL COSTA LTDA.
Endereço: Rua : Antônio Barreto , nº 325, Bairro: Umarizal, CEP: 66.055-050.
no Município de Belém/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 27/02/2016.
Vigência: 27/02/2016 a 27/02/2017
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Contrato: 098
Exercício: 2012
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: CLÍNICA DE NEFRO LTDA (CCI NEFRO).
Endereço: Rua: Dom Romualdo de Seixas, nº 963, Bairro: Umarizal, CEP: 66.050-110.
no Município de Belém/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 27/02/2016.
Vigência: 27/02/2016 a 27/02/2017
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Contrato: 099
Exercício: 2012
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: IOR - INSTITUTO DE OLHOS DE REDENÇÃO.
Endereço: Av. Santa Teresa, nº 303, Bairro: Jardim Umuarama, CEP: 68.552-230.
no Município de Redenção/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 27/02/2016.
Vigência: 27/02/2016 a 27/02/2017
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Contrato: 101
Exercício: 2012
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: EXCELÊNCIA LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA LTDA.
Endereço: a. Santa Tereza, nº 570, Bairro: Setor Oeste, 68.552-248.
no Município de Redenção/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 3º
Data da Assinatura: 25/02/2016.
Vigência: 25/02/2016 a 25/02/2017
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Contrato: 025
Exercício: 2013
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: POLICLÍNICA SANTANA (JOÃO SEREDNICKI).
Endereço: Rua: Homero Gomes de castro, Nº 17, Bairro: Bela Vista, CEP: 68.180-250.
no Município de Itaituba/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Protocolo 931094

TERMO ADITIVO A CONTRAT0
Termo Aditivo: 7º
Justificativa: Prorrogação de prazo do Contrato Original.
Data da Assinatura: 22/02/2016
Vigência: 22/02/2016 a 22/02/2017
Processo: 2016/42155
Contrato: 016
Exercício: 2014
Dotação Orçamentária: 54201-8338-339039 -0261
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Endereço: Av. Presidente Vargas n.º 498 - Bairro: Campina, Fone (91) 3211-30287, CEP 66.017-900
Belém/PA.
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Protocolo 932287

DIÁRIA

Portaria nº 058 de 23 de fevereiro de 2016
CONCEDER, 1/2(meia)Diária a servidora, GIOVANA NÚBIA GOMES OLIVEIRA, matrícula nº 2009757/1, Agente de Saúde, lotada na Procuradoria Jurídica e LUIS ROCHA DA SILVA, matrícula nº 3157377/1, Motorista, lotado na DAF/Gerência de Administração e Serviços, de conformidade com a Lei Nº 5.810 de 24/01/1994, Art. 127 inciso III, para fazer face as despesas com alimentação, no município de Capanema/PA, em razão da necessidade de cumprir diligência em processos que tramita na Vara do Trabalho naquela localidade no dia 29/02/16.
A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 29 de fevereiro de 2016.
IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA
Presidente

Protocolo 932329

FÉRIAS

Portaria nº 064 de 25 de fevereiro de 2016
CONCEDER aos servidores deste Instituto, 30 (Trinta) dias de férias regulamentares, no mês Março/2016,
Conforme quadro demonstrativo anexo.
A presente portaria entrará em vigor a contar do dia 01 de março de 2016.
José Moreira Sales
Diretor Administrativo e Financeiro

MATRICULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO CONCESSIVO
57233788/2	ALESSANDRO COSTA BORGES	2015/2016	15.03 A 13.04.2016
3157261/1	EDNA MARIA SIQUEIRA PINHEIRO	2015/2016	07.03 A 05.04.2016
5911131/1	ELIENE DOS SANTOS BARBOSA	2015/2016	01.03 A 30.03.2016
57209398/1	EVANDRO FERNANDES DOS SANTOS	2014/2015	14.03 A 12.04.2016
22411/1	JUAREZ ANTONIO SILVA DE BRITO	2014/2015	01.03 A 30.03.2016
57205670/2	MARCIA CRISTINA BARBOSA DO NASCIMENTO	2014/2015	01.03 A 30.03.2016
57232763/1	MARIA GORETTI DA SILVA SARAIVA	2014/2015	15.03 A 13.04.2016
6121349/1	MARIA ROSANGELA RIBEIRO DA PAIXAO	2015/2016	14.03 A 12.04.2016
5888087/2	REJANE FLAVIA PONPEU CASA NOVA	2015/2016	01.03 A 30.03.2016
2313/1	ROBERTO GAMA NASCIMENTO	2013/2014	15.03 A 13.04.2016
57232962/1	VALDETE PEREIRA DA SILVA	2014/2015	14.03 A 12.04.2016

Protocolo 932181

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria nº 060 de 25 de fevereiro de 2016
RETIFICAR, a portaria nº 026 de 20 de janeiro de 2016, que Rescindiu o Contrato de Prestação de Serviço Temporário, firmado entre o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IASEP e o servidor LUIZ FERNANDO MONTEIRO, matricula nº 57203432/1, publicada no Diário Oficial nº 33.055 de 25/01/2016, publicação nº 920242.
Onde se Lê: A presente portaria entrará em vigor a partir do dia 17 de fevereiro de 2016.
Leia-se: A presente portaria entrará em vigor a partir do dia 24 de fevereiro de 2016.
Iris Ayres de Azevedo Gama
Presidente

Protocolo 932170

Portaria nº 068 de 26 de fevereiro de 2016
REVOGAR, a partir do dia 01/11/2010, a cedência do servidor JOSÉ GASPAR COSTA FERREIRA, matrícula nº 2009960/1, formalizada através da Portaria nº 440 de 29/09/2010, que o colocou a disposição da Casa Civil da Governadoria do Estado, a partir do dia 02 de agosto de 2010.
A presente portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 01 de novembro de 2010.
Iris Ayres de Azevedo Gama
Presidente

Protocolo 932512

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Órgão: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: Processo n° 2015/26751
Nome: Larissa de Souza Nobre de Carvalho
Cargo: Técnico Previdenciário A
Data de admissão: 01/03/2016
Término Vínculo: 28/02/2017

Protocolo 932237

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 02
Contrato: 037/2014.
Data da assinatura: 28/2/2015
Vigência: 28/2/2016 a 28/02/2017
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses com reajuste de valor assim como estabelecer o índice de reajuste de contrato baseado no IGP-M.
Programa PPA 2016/2019 - 1297 - Manutenção de Gestão.
Classificação Programática - 09.122.1297.8338 - Operacionalização de Ações Administrativas.
Fonte de recursos - 0261 - Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta. Ação número 232371
Natureza da Despesa - 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Valor do Termo Aditivo: 19.890,00 (Dezenove mil, oitocentos e noventa reais)
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE
Endereço: Rua Tabapuã nº 540 - Bairro Itaim Bibi
CEP: 04.533-001 São Paulo-SP
Telefone: (91) 3202-1450
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo 931680

Termo Aditivo: 02
Contrato: 05/2015.
Data da assinatura: 23/02/2016
Vigência: 27/02/2016 a 27/02/2017
Objeto: prorrogação pelo período de 12 meses, sem acréscimo

de valores referente à assinatura mensal de 05 aparelhos tablets, a partir de 27/02/2016.
Exercício: 2016
Unidade Orçamentária - 84201 - IGEPREV.
Nº da Ação: 232134
Programa de Trabalho n.º 09.122.1297-8338; Operacionalização de ações administrativas.
Fonte de Recursos n.º 0261 Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta.
Elemento de Despesa n.º 339039; Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídicos.
Valor: R$ 4.794,00
Contratado: CLARO S.A.
Endereço: Rua Flórida, 1970, Cidade Monções
Cep: CEP 04665-001 - São Paulo/SP
Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo 932092

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA RET AP Nº 297 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
2015/50632-7 - TCE
Assunto: I - Retificar a Portaria AP nº 0457, de 02/03/2015, alterando a sua fundamentação legal, excluindo a remissão ao art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº51/1985, e incluindo a Art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº. 51/1985; art. 69, incisos I, II, III e IV da LC nº 22/94 com alterações da LC nº 46/04 e 080/2012; art. 140, inciso III da Lei nº 5.810/94; artigo 3º, parágrafo único da Lei Complementar nº 094/2014; art. 131, §1º, inciso VII da Lei 5.810/94.
Beneficiário (a): AMBROSIO JOSE PEREIRA NETO
Matricula: 5203953/1
Cargo: Delegado de Polícia, classe "C"
Órgão: Polícia Civil do Estado do Pará
Valor dos Proventos: R$ 17.116,31
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932425

PORTARIA RET AP Nº 364 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
2014/51472-7 - TCE
Assunto: I - Retificar a Portaria nº. 1833, de 30 de abril de 2012, alterando o enquadramento do Nível I para o Nível J, bem como, o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 60% para 55% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/03 c/c o art. 40, § 5º da CF/88, os artigos 2º e 5º da EC nº 47/05 e o art. 54-A, incisos I, II, III e IV da LC nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº. 49/05; art. 37, § 2º da Lei nº 5.351/86; art. 32, parágrafo único da Lei 7.442/2010; art. 33 da Lei 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº. 5.810/94, combinado com o parágrafo único do art. 36 da Lei nº. 5.351/86.
Beneficiário (a): EDNA MARIA VASCONCELOS SILVA
Matricula: 571717/1
Cargo: Professor Classe Especial, Nível I
Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
Valor dos Proventos: R$ 3.757,05
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932430

PORTARIA RET AP Nº 0356 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
2013/50887-5 - TCE
Assunto: I - Retificar a Portaria AP nº 1469, de 30 de março de 2012, alterando o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 65% para 60% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c Art. 40, §5º, da CF/88, Arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e Art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/05; Art. 37, §2º, da Lei nº 5.351/86; Art. 32, *caput*, da Lei nº 7.442/10 c/c Art. 35, *caput*, da Lei nº 5.351/86; Art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/94; Art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/94 c/c Art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/86.
Beneficiário (a): MARIA CRISTINA DA TRINDADE CARDOSO
Matricula: 382914/1
Cargo: Professor Classe I, Nível K
Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
Valor dos Proventos: R$ 5.718,13
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932431

PORTARIA RET AP Nº 0357 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
2013/52170-5 - TCE
Assunto: I - Revogar a Portaria RET AP nº 0329, de 31 de janeiro de 2012, com fulcro na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal;
II - Retificar a Portaria AP nº 2042, de 25 de maio de 2012, acrescendo as parcelas de Gratificação Progressiva e Gratificação De Titularidade, bem como alterando o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 60% para 55% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c Art. 40, §5º, da CF/88, Arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e Art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/05; Art. 37, §2º, da Lei nº 5.351/86; Art. 35, *caput*, da Lei nº 5.351/86 c/c Art. 32, *caput*, da Lei nº 7.442/10; Art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/94 c/c Art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/86; Art. 31, inciso III, da Lei nº 7.442/10; Art. 33 da Lei nº 7.442/10.
Beneficiário (a): AURICILEA MOURA DE FREITAS
Matricula: 491837/1
Cargo: Professor Classe Especial, Nível J
Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
Valor dos Proventos: R$ 3.573,75
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932433

PORTARIA RET RE Nº 363 DE 29 DE FEEREIRO DE 2016
2009/53970-7- TCE
Assunto: I - Retificar a Portaria RE nº 1280, de 01/10/2009, publicada do D.O.E. n° 31.518, de 05/10/2009, excluindo as remissões ao art. 61, da Lei nº 5.251/1985 e a Medida Provisória nº 421/2008, bem como da parcela Auxílio Moradia; alterando o pagamento de cotas de soldo para soldo integral e incluindo remissão ao art. 97, item II, da Lei n° 4.491/1973; retificando a fundamentação legal da Gratificação de Habilitação Militar, passando do art. 1º, inciso IV, alínea "d", do Decreto nº 2.940/1973, para o art. 1º, inciso IV, alínea "c", do Decreto nº 2.940/1973, tal como da Representação por Graduação, passando do art. 1º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986, para o art. 1º, inciso I, alínea "h", do Decreto nº 4.490/1986. e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: art. 106, inciso II, art. 108, inciso III e art. 109, da Lei n° 5.251/1985 combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988; art. 97, item II, da Lei n° 4.491/1973; art. 48, inciso II, da Constituição Estadual de 1989; art. 1º, inciso IV, alínea "c", do Decreto n° 2.940/1983; art. 1º, item I, alínea "h", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, do Decreto nº 1.461/1981; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1° da Lei Estadual nº 5.231/1985 e art. 1º, inciso III, Decreto nº 4.439/86.
Beneficiário (a): ANTONIO SERGIO ARAUJO LOPES
Matricula: 5585783/1
Cargo: Cabo da PM
Órgão: Polícia Militar do Estado do Pará
Valor dos Proventos: R$ 1.718,69
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932435

PORTARIA RET AP Nº 282 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016
2013/50814-0- TCE
Assunto: I - Retificar a Portaria AP nº 2111, de 25/05/2012, alterando o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 60% para 45% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/03 c/c os artigos 2º e 5º da EC nº 47/05 e o art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº. 49/05; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº. 5.810/94.
Beneficiário (a): CARMEN LUCIA CARLOTINO ALVES
Matricula: 289523/1
Cargo: Agente Administrativo
Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC
Valor dos Proventos: R$ 947,00
Presidente: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 932436

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 017 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
O DIRETOR GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações, e;
CONSIDERANDO a PORTARIA Nº. 373/2012 de 26/11/2012, publicada no DOE nº. 32290 de 30/11/2012.
CONSIDERANDO o memorando nº. 001/2016 - GAB/DG - DAF de 25/02/2016, nos autos do Processo nº. 2016/73140.
RESOLVE:
CONCEDER ½ (meia) diária aos servidores RUY MARTINI SANTOS FILHO, ocupante do cargo de Diretor Geral, matrícula nº. 5833442, CPF: 302664402-15 e ANDREA CORDEIRO CAVALÉRO, ocupante do cargo de Coordenadora, matrícula nº. 54182024, CPF: 378869322-34, para cumprimento de agenda de trabalho a tratar de assuntos referente ao 15º Servifest - Etapa Baixo Amazonas e Sudoeste, a ser realizada no município de Santarém/PA, no dia 09/03/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DENISE ALVES MENDES
Diretora Administrativa Financeira - DAF

Protocolo 932507

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - nº 002/2016.
Data: 25/02/2016.
Valor: 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais).
Objeto: desenvolvimento de atividades para a promoção da integração ao mercado de trabalho, nos termos do art. 214, IV, da Constituição Federal, através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes.
Fundamento Legal: Considerando os termos do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, conforme Parecer Jurídico nº 093/2016 da Consultoria Jurídica desta SEFA/PA.
Data da Ratificação: 25/02/2016.
Orçamento: 17101.04.122.1297.8338
Natureza da Despesa: 33.91.39 - Fonte de Recursos: 0101.
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA-CIEE - CNPJ: 61.600.839/0001-55
Endereço: com sede na Rua Tabapuã, 540, Itaim, CEP 04.533-001, São Paulo/SP Rua dos Mundurucus nº 2.710, Bairro Cremação, CEP: 66.040-270 Belém/PA.
Ordenadora: ANTONIA IRANETE GADELHA STAACK

Protocolo 932035

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Ilmo. Sr. LUIS GUILHERME BATISTA COUTO Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.
RAZÃO SOCIAL: D PAULA CONSTRUÇÃO LTDA ME
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.294.957-8
AINF's: 032016510000149-2
032016510000150-6
AFRE: Milton da Conceição Sousa da Silva
LUIS GUILHERME BATISTA COUTO
Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo 931957

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT-MARITUBA

O ILMO. SR MOACYR DINELLY DE SOUZA NAVARRO, COORDENADOR FAZENDÁRIO - CERAT- MARITUBA, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER aos titulares ou representantes legais das empresas abaixo relacionadas, que foi lavrado contra as mesmas os AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL DE TRÂNSITO DECORRENTE DE TERMOS DE APREENSÃO E DEPÓSITO - ficando as mesmas NOTIFICADAS no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 15 dias após a data da publicação deste edital, a recolher o crédito tributário correspondente ou impugnar o Auto de Infração junto a esta Coordenação, situada à Rodovia BR 316, km 13, s/n, ressaltando que findo o prazo, sujeitar-se-ão à cobrança executiva dos créditos tributários, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078 de 28 de dezembro de 2007.

IE./CNPJ/CPJ	AINF	TERMO DE APREENSÃO	RAZÃO SOCIAL
15.238.679-3	812015510001267-0	812015390000889	SUPERMERCADO COMPREMAIS COMERCIO LTDA
15.474.220-1	392015510000441-9	392015390000328	E. DO N. MELO INDÚSTRIA,COMERCIO DE BEBIDAS
15.387.957-2	342013510000091-7	812012390002987	C. CABRAL & T. TEIXEIRA LTDA

Marituba (Pa), 25 / 02 /2016
MOACYR DINELLY DE SOUZA NAVARRO
Coordenador Fazendário CERAT - Marituba

Protocolo 932246

O Ilmo. Sr. LUIS GUILHERME BATISTA COUTO Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.
RAZÃO SOCIAL: CALIFORNIA CONSTRUTORA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.274.092-9
AINF's: 032016510000153-0
032016510000154-9
032016510000155-7
AFRE: Milton da Conceição Sousa da Silva
LUIS GUILHERME BATISTA COUTO
Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo 932434

O Ilmo. Sr. LUIS GUILHERME BATISTA COUTO, Coordenador da CERAT Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda.
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal contra o sujeito passivo abaixo relacionado, ficando a empresa NOTIFICADA no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, § 3º, III da Lei nº 6.182/98, a efetuar o recolhimento do crédito tributário ou a interpor impugnação junto a esta Coordenação localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, bairro de Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 58, de 03 de agosto de 2006.
RAZÃO SOCIAL: DISTRIBUIDORA SANTA MARIA LTDA
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.267.837-9
AINF'S 032016510000161-1
032016510000162-0
032016510000163-8
TERMO DE CONCLUSÃO DE FISCALIZAÇÃO Nº 002015480000931-7
AFRE: Maricelma Soares dos Santos Gutierrez
LUIS GUILHERME BATISTA COUTO
Coordenador Fazendário da CERAT Marabá

Protocolo 932482

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL - CERAT ALTAMIRA

O Coordenador da CERAT Altamira da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos sócios ou representantes legais da empresa MANOEL DE JESUS I.E. 15.493859-9 nos termos do art. 11 da Lei nº 6.182/98 e dos art. 65 e 66 da Lei 5.530/89, c/c art. 124 e 744 do RICMS, a apresentarem os documentos a seguir relacionados, objeto da AÇÃO FISCAL DE ROTINA OU PONTUAL, período de 07/2015 até 08/2015, conforme autorizado pela ORDEM DE SERVIÇO e NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 102016820000004-4, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 37 da IN nº 24/10.
Auditor Fiscal solicitante: DAVID RAPHAEL MATEUS DE ALMEIDA GONÇALVES
Documentos solicitados:
- Livro Caixa
- Livro de Registro de Inventário
- Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências
- Livro de Registro de Entrada
- Livro de Registro de Saídas

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer da ação fiscal.
Prazo de entrega dos documentos: 15 dias
Local para entrega dos documentos: Rua Otaviano Santos, 2296 - Sudam I, CEP 68371-288 fone: 0**93-3515-1348 - Altamira-Pa.
O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, culminará na aplicação da penalidade prevista no art. 2º, da Lei 6.175/05, ficando ciente, desde já que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.
LUIZ OTAVIO PENAFORT DE SOUZA
Coordenador da CERAT Altamira

Protocolo 932532

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - AINF DE TRÂNSITO - CERAT ALTAMIRA

O Ilustríssimo Senhor Luiz Otavio Penafort de Souza, Coordenador de Administração Tributária e Não Tributária da Secretária de Estado da Fazenda do Estado do Pará, no município de Altamira, FAZ SABER aos titulares e/ ou representantes legal da empresa abaixo relacionada, que foi lavrado o Auto de Infração e Notificação Fiscal, ficando V.Sa. Intimado a recolher o Crédito Tributário no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do Art. 14, §3º,III da Lei nº 6.182/98, ficando garantida a redução de 50% (cinquenta por cento) da multa, na forma do Art. 5º, §2º,I da Lei 6.182/98, salvo interposição de impugnação, em igual prazo, a Julgadoria de 1ª Instância, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito.

AINF	TAD	CONTRIBUINTE	CPF
362016510000004-5	362015390000003	VALCIR HILARIO SCHUELTER	267.036.102-15

LUIZ OTAVIO PENAFORT DE SOUZA
Coordenador Fazendário da CERAT Altamira

Protocolo 932542

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT

Portaria n.º201601000199 de 26/02/2016 - Proc n.º 002016730000391/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Ilmax Ferreira da Silva - CPF: 535.761.012-68
Marca: VW/FOX 1.6 CONFORTILINE. Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000201 de 26/02/2016 - Proc n.º 002016730003463/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Carlos Manoel da Costa Figueiredo - CPF: 101.422.742-91
Marca: CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ , ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º201601000203 de 26/02/2016 - Proc n.º 002016730003236/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Diego Felipe Reis Pinto - CPF: 726.068.941-20
Marca: CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ , ECONO FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Protocolo 932196

O Ilmo. Sr. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LOBO FILHO, MD.COORDENADOR REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - CERAT BREVES, desta Secretaria Executiva da Fazenda, FAZ SABER ao titular ou representante legal da empresa W C DE OLIVEIRA FILHO, IE nº 15.403.145-3, CNPJ 17.774.414/0001-70, que foi lavrado contra a mesma, TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO N° 002015480001015-3, ficando NOTIFICADO na forma do disposto no art. 11, da Lei nº 6.182, de 30.12.98, e arts. 65 e 66 da Lei 5.530, de 13/01/89, cc arts.124 e 744 do RICMS, aprovado pelo DEC. 4676, DE 18/06/2001 a comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, à sede da Coordenadoria Executiva Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT- BREVES, situada à Rua Dr. Assis nº348 - Centro - Breves -PA, para apresentação da documentação solicitada.
ANTONIO JOSÉ DE BARROS LOBO FILHO
COORDENADOR - CERAT- BREVES

Protocolo 932202

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT

Portaria n.º201604000427, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003696/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Fernando Henriques Rodrigues - CPF: 067.124.952-53
Marca/Tipo/Chassi
HONDA/HR-V LX CVT/Pas/Automovel/93HRV2830GZ155013

Portaria n.º201604000429, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003694/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Afonso Fabiano Mota Goncalves - CPF: 373.474.892-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD17277EC3596919

Portaria n.º201604000431, de 26/02/2016 - Proc n.º 122016730000211/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Fabio dos Santos Goes - CPF: 654.682.792-15
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/CLASSIC LS/Pas/Automovel/9BGSU19F0BB267371

Portaria n.º201604000433, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003660/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose de Jesus Silva de Carvalho - CPF: 098.626.252-87
Marca/Tipo/Chassi
VW/GOL 1.0 GIV/Pas/Automovel/9BWAA05W0AP082583

Portaria n.º201604000435, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003671/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Waldemir Manoel de Almeida Júnior - CPF: 660.585.112-91
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC6930FB193692

Portaria n.º201604000437, de 26/02/2016 - Proc n.º 32016730000569/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Elivaldo Gomes Ribeiro - CPF: 442.996.482-34
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132E3169587

Portaria n.º201604000439, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003085/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Roberto Barbosa Goncalves da Silva - CPF: 080.578.005-00
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD17201A73294527

Portaria n.º201604000441, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730003677/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Alberto Barbosa Guedes - CPF: 264.941.752-87
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC69Z0EB226676

Portaria n.º201604000443, de 26/02/2016 - Proc n.º 42016730000754/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Raimundo Edilson Neri de Sousa - CPF: 260.956.102-49

Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713MF3250916

Portaria n.º201604000445, de 26/02/2016 - Proc n.º 42016730000875/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Augusto de Freitas Lima - CPF: 205.821.022-00
Marca/Tipo/Chassi
GM/MERIVA MAXX/Pas/Automovel/9BGXH75X0CC185955

Portaria n.º201604000447, de 26/02/2016 - Proc n.º 2016730002755/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Adailton Monteiro dos Santos - CPF: 280.127.042-34
Marca/Tipo/Chassi
VW/NOVO FOX CL MB/Pas/Automovel/9BWAB45Z6G4056899

Protocolo 932263

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016

O BANPARÁ S/A comunica o Resultado Final, Adjudicação e Homologação da licitação em epígrafe, conforme abaixo:

ITEM 01: AMAZON SERVICE - SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA -ME - R$ 120.200,00

Hellen Reis
Pregoeira

Protocolo 932550

OUTRAS MATÉRIAS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2016

O BANPARÁ S/A informa aos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA DA SESSÃO DA LICITAÇÃO em epígrafe, que estava prevista para o dia 01/03/2016, cuja nova data de abertura da sessão será posteriormente divulgada.
Márcia Teixeira
Pregoeira

Protocolo 932182

COMODATO Nº: 001
EXERCÍCIO: 2016
OBJETO: Cessão gratuita de uso de imóvel de propriedade do Comodante - Banco do Estado do Pará, denominado Pedra Grande localizado na Margem esquerda do Rio Gurupi no Município de Viseu/PA, destinando-se à utilização pelo Comodatário com propósito de ampliar serviços daquele Município.
VALOR: R$-0,00
DATA DA ASSINATURA: 19.02.16
VIGÊNCIA: 19.02.2016 a 18.02.2021
COMODATÁRIA: MUNICÍPIO DE VISEU
ENDEREÇO: Rua Dr. Lauro Sodré, nº 101 - Bairro: Centro
CEP: 68620-000 CIDADE: Viseu/PA
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Augusto Sérgio Amorim Costa
.

Protocolo 932501

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 025/16 de 19.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor Orlando Christiano Pereira Paes, matrícula nº 57211611/1, Técnico do Registro Mercantil, no período de 18.07.2016 a 16.08.2016, referente ao período aquisitivo de 03.02.2009 a 02.02.2012, conforme Processo Administrativo nº 2016/42607.CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932361

PORTARIA Nº 026/16 de 19.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor Amilcar Alexandre Soave de Morais, matrícula nº 57209814/1, Técnico do Registro Mercantil, no período de 01.03.2016 a 30.03.2016, referente ao período aquisitivo de 05.01.2009 a 04.01.2012, conforme Processo Administrativo nº 2016/43126.CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932364

PORTARIA Nº 027/16 de 19.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora Patrícia de Souza Santos, matrícula nº 57203221/2, Técnica do Registro Mercantil, no período de 08.08.2016 a 06.09.2016, referente ao período aquisitivo de 01.10.2011 a 08.09.2014 (SESMA) e 09.09.2008 a 04.11.2010 (SECTI), conforme Processo Administrativo nº 2016/9228. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932366

PORTARIA Nº. 028/16 de 19.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora Adriana Cristina Pinheiro Oliveira, matrícula nº 57209781/1, Técnica do Registro Mercantil, no período de 14.03.2016 a 12.04.2016, referente ao período aquisitivo de 05.01.2009 a 04.01.2012, conforme Processo Administrativo nº 2016/48324. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932368

PORTARIA Nº 029/16 de 22.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias ao servidor Sílio de Almeida Barbosa, matrícula nº 54190572/2, Técnico de Administração e Finanças, no período de 15.02.2016 a 14.04.2016, referente ao período aquisitivo de 13.06.2011 a 12.06.2014, conforme Processo Administrativo nº 2016/39899. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932370

PORTARIA Nº 033/16 de 22.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora Marlene Fernandes da Cunha, matrícula nº 2022222/1, Assistente Administrativo B, no período de 04/04/2016 a 03/05/2016, referente ao período aquisitivo de 15/01/2006 a 14/01/2009, conforme Processo Administrativo nº 2016/50699. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932372

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 024/16 de 19.02.2016. Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes, Assistente do Registro Mercantil, matricula nº 54186875/2, no período de 01-02-2016 a 29-07-2016, conforme processo nº 2016/46965. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932356

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PORTARIA nº 035/16 de 25.02.2016. Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho que considerou aprovado no estágio probatório o servidor, constante desta Portaria, a contar da data em que se deu o término do referido estágio, para o exercício do cargo efetivo, Breno Lobato Cardoso, matrícula 5902701/1, Procurador Autárquico Fundacional do Estado do Pará, conceito excelente, processo 2012/531703. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 932373

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE DISTRATO -CONTRATO N°028/2015
Justificativa: As partes resolvem, de comum acordo e de forma amigável, com fundamento no art. 79, II da lei 8.666/1993, extinguir a relação contratual firmada, concedendo-se, de forma recíproca, ampla e geral quitação, não havendo nada a cobrar uma da outra, seja a que título for.
Assinatura:19/02/2016.
Contratante:JUCEPA
Contratado: FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - CNPJ: 08.368.875/0001-52
Ordenadora Responsável: Cilene Moreira Sabino de Oliveira - Presidente.

Protocolo 932206

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 054, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A Diretora Administrativa e Financeira no uso de suas atribuições legais que lhe confere a PORTARIA Nº. 0045/2015-GS, de 28 de Janeiro de 2015, e considerando o Processo nº 56052/2016.
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 039, de 17/02/2016, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 33.070 em 19/02/2016 que concede Diárias ao servidor ANTÔNIO LÚCIO XAVIER FONSECA, matrícula nº 5919624/1 e CPF nº 858.107.032-91, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Infraestrutura, lotado nesta Secretaria.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Planejamento, de 25 de Fevereiro de 2016.
FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA SECCO
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 932141

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/SESPA/2016

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de sua Pregoeira, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de Medicamentos (FOLITROPINA 300UI) para atendimento de Demanda Judicial, através de Ação Civil Pública, por um período de 12 (doze) Meses.
Data da Abertura: 11/03/2016.
Horário: 09:00 horas. (Horário de Brasília).
Local: www.comprasnet.gov.br.
UASG: 925856
Dotação Orçamentária: 908299
Elemento de Despesa: 339030
Fonte: 0103

Entregas do Edital: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br .
OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do E-mail: cpl.sespa@gmail.com.
Belém (PA), 25 de Fevereiro de 2016.
JOVELINA MATOS
PREGOEIRA/SESPA

Protocolo 932162

CONVÊNIO

Convênio: 01/2016 - Exercício: 2016
OBJETO: Formalizar a contratualização assistencial entre a SESPA e o Hospital Divina Providência, por meio de compromissos entre as partes, para prestação das ações e serviços de saúde, que promovam a oferta qualificada da assistência, compreendendo o atendimento ambulatorial, urgência/emergência, internação hospitalar, apoio diagnóstico e terapêutico, e a gestão hospitalar, de acordo com as diretrizes estabelecidas na PNHOSP, e a inserção do Hospital na rede regionalizada e hierarquizada de atenção à saúde da Região de Saúde Metropolitana I, conforme as condições estabelecidas neste Convênio.
Data de Assinatura: 01/02/2016
Vigência: 01/02/2016 a 01/02/2018
Dotação Orçamentária: 908291
Elemento de Despesa: 335043
Fonte do Recurso: 01013
Valor: R$ 21.319.698,96
Beneficiário ente Privado: Hospital Divina Providência
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA
Ordenador: Vitor Manuel Jesus Mateus

Protocolo 932520

FÉRIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE
GERÊNCIA DE DIREITOS E VANTAGENS
FÉRIAS À PARTE
PORTARIA N°.182 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGETS, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº. 039/03.04. 96,
RESOLVE:
CONCEDER, Férias regulamentares aos servidores desta SESPA, abaixo relacionados; no mês de JANEIRO/2016.

Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período de Gozo
5179238-1	JORGE CORRENTE	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
5095212-1	ANTONIA DO SOCORRO COSTA BESSA	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
721131-1	ANTONIO RIVALDO DIAS DA SILVA	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
54182973-2	AMIRALDO LIMA TORRES	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
721115-1	LEANDRO SERGIO RIBEIRO DA SILVA	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
94609-1	JORGE SANTOS SÁ	2013/2014	04.01.2016 A 02.02.2016
509455-1	MARILDA COSTA FIGUEIREDO	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016
5179386-1	TEREZINHA DE JESUS PIMENTEL DO NASCIMENTO	2014/2015	04.01.2016 A 02.02.2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 26.02.2016.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor do DGTES/GAB/SESPA

Protocolo 932314

OUTRAS MATÉRIAS

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
Resolução Nº 13, de 25 de fevereiro de 2016.
A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará - CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e considerando,
- Considerando a Portaria nº 252, de 19 de fevereiro de 2013, que institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Considerando Portaria 874, de 16 de maio de 2013, que institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Considerando a Portaria GM/MS nº 876, de 16 de maio de 2013 que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que versa a respeito do primeiro tratamento do paciente com neoplasia maligna comprovada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Considerando a Portaria 3.394, de 30 de dezembro de 2013, que institui o Sistema de Informação de Câncer (SICAN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Considerando a Portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014 (alterada pela PORTARIA Nº. 886 de 17/09/15), que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia;
- Considerando a Res. CIB n º 108, de 04 de setembro de 2015, que aprova o Plano Estadual de Atenção Oncológica do Pará/2015-2018.
- Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará (CIB/SUS/PA), em reunião do dia 03 de fevereiro de 2016.
Resolve:
Art. 1 º - Aprovar a inserção do Hospital Oncológico Infantil Octavio Lobo, CNES Nº 7871902, no Plano Estadual de Atenção Oncológica do Pará/2015-2018.
Art. 2º - O referido hospital será habilitado como UNACON Exclusiva de Oncologia Pediátrica, para atendimento de crianças e adolescentes.
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 25 de Fevereiro de 2016.

Vitor Manuel Jesus Mateus. Secretário de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/Pará.	Charles Cézar Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo 932154

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
Resolução Nº 132, de 26 de outubro de 2015 (*).
A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:
- Considerando a Portaria GM/MS Nº 483 de 01 de 2014, que redefine a Rede Atenção á Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único De Saúde - e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidados;
- Considerando a Portaria GM/MS Nº 389 de 13 de março de 2014 que define os critérios para a organização da Linha de Cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico;
- Considerando Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC Nº 11, de 13 de março 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;
- Considerando necessidade de garantir a cobertura plena e o acesso às diferentes modalidades de Terapia Renal Substitutiva;
- Considerando o Oficio nº 008/2014 de 31 de março de 2014, da UNIDADE DE DIAG POR IMAGEM LTDA- CNES nº 2615010, no qual solicita a rescisão contratual em relação aos serviços prestados de Terapia Renal Substitutiva;
- Considerando o relatório de vistoria técnica da Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria dos Serviços de Saúde (DDASS/SESPA), cujo parecer final atesta que o Centro de Hemodialise Ari Gonçalves - CEHMO, no município de Ananindeua, atende as normas técnicas exigidas para seu credenciamento junto ao SUS;
- Considerando ainda, a deliberação consensual/ad referendum da Comissão Intergestores Bipartite, em reunião ordinária de 08/05/2012.
Resolve:
Art. 1º - Aprovar a desabilitação do serviço de Terapia Renal Substitutiva da Unidade de Diag por Imagem Ltda., CNES nº 2615010, do Município de Ananindeua, junto ao SUS (Sistema Único de Saúde).
Art. 2º - Aprovar a solicitação de credenciamento do serviço de Terapia Renal Substitutiva do Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves - CEHMO - CNES nº 6971121, Código: 15.12, do Município de Ananindeua, junto ao SUS (Sistema Único de Saúde), de acordo com demonstrativo anexo.
Art. 3º - Aprovar a adesão do município de Ananindeua à Rede de Cuidados da Pessoa com Doença Renal Crônica.
Art. 4º - Aprovar a adesão do Centro de Hemodiálise Dr. Ari Gonçalves - CEHMO - CNES nº 6971121, para integrar a Linha de Cuidados da Pessoa com Doença Renal Crônica, como Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise com definição das unidades a serem matriciadas, conforme Projeto Municipal em anexo.
Art. 5º - Aprovar a habilitação de 20 (vinte) máquinas de hemodiálise do Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves - CEHMO - CNES nº 6971121 de natureza jurídica privada, estabelecida no Município de Ananindeua.
Art. 6º - Aprovar que o Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves - CEHMO - CNES nº 6971121, preste assistência ás pessoas com DRC, estágio 4 e 5 (Pré-Diálise, com as metas físicas discriminadas a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
1	Atendimento multiprofissional à pessoa com DRC nos estágios 4 e 5 (Médico Nefrologista, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo e Nutricionista	120

Art. 7º - O impacto financeiro decorrente do credenciamento será de R$ 4.389.544,20 (quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos) para atendimento da capacidade discriminada no anexo desta Resolução, devendo ser o limite financeiro destinado ao custeio desse serviço de Nefrologia, incorporado ao limite sob Gestão Municipal.
Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CIB nº 83, de 03 de julho de 2015.
Belém, 26 de outubro de 2015.

Vitor Manoel Jesus Mateus. Secretário de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/Pará.	Charles César Tocantins de Souza. Presidente do COSEMS/PA.

NEXO DA RESOLUÇÃO N° 132, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA	MUNICÍPIO: ANANINDEUA	NOME: CEHMO-CENTRO DE HEMODIÁLISE ARI GONÇALVES LTDA.	
	GESTÃO:MUNICIPAL	ANO: 2016	
NUMERO DE MÁQUINAS	20	MÁQUINA RESERVA: 02	
NUMERO DE PACIENTES	120		
PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE ORÇADA	VALOR UNITÁRIO **	VALOR ORÇADO
INCENTIVO AO MATRICIAMENTOPORT.389/2014	120	R$ 61,00	R$ 7.320,00
GRUPO 03 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS			
SUB-GRUPO 05 - TRATAMENTO EM NEFROLOGIA			
FORMA DE ORGANIZAÇÃO 01 - TRATAMENTO DIALÍTICO			
03.05.01.010-7 - HEMODIÁLISE (MÁXIMO 03 SESSÕES POR SEMANA)	1.620	R$ 179,03	R$ 290.02860
INCENTIVO DE ADESÃO AO MATRICIAMENTO INTEGRAL 12,8% PORT.389/2014			R$ 37.123,66
ACRESCIMO DE 10,8% NOS DEMAIS PROCEDIMENTOS CLÍNICOS			R$ 31.323,09
TOTAL MENSAL			R$ 365.795,35
TOTAL FINAL ANUAL			R$ 4.389.544,20
* 10,8% DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS É ACRESCIDO NO NÚMERO DE PACIENTES EM TRATAMENTO.			
** VALORES TABELA SIGTAP 02/2016			
CÁLCULO COM BASE EM 03 TURNOS.			

Protocolo 932155

ESCOLA TÉCNICA DO SUS

CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Escola Técnica do SUS do Pará - "Dr. Manuel Ayres"

Contrato n°: 002

Exercício: 2016

Classificação do objeto: Outros

Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso Técnico em Vigilância em Saúde - Módulo III, no município de Cametá, no período de 29/02/2016 à 04/03/2016. Totalizando 50 horas-aula.

Valor Total: 3.000,00

Data da Assinatura: 22/02/2016

Vigência: 22/02/2016 a 22/03/2016

Credenciamento: 001/2015

Orçamento: NE nº 00021/2016

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10128142783070000 33903600 0349002772 Federal

Contratado: Eliana Conceição Couto Rodrigues - CPF. Nº 509.994.192-34

Endereço: Travessa Marquês de Pombal n° 168 - Bairro: Aldeia - Cametá - PA

Complemento: -

CEP.: 68.400-000 Telefone: (91)98293-8239

Ordenador: RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA

Protocolo 932271

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

A DIRETORA DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA N° 3.280 de 27/04/11, publicada no Diário Oficial do Estado n° 31903 de 28/04/11.

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N°. 186 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINAR, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ALAN JEAN TELES MARTINS, matrícula nº 55587710-1, cargo de ODONTOLOGO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na UREMIA, 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 01.03.07 A 28.02.10.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.16 A 30.03.16, no total de 30 (trinta) dias.

PORTARIA N°. 187 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) EDNA MARIA EVANGELISTA DE ARAUJO, matrícula nº 726524-1, cargo de AGENTE DE SAÚDE regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na UREMIA, 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 30.10.12 A 29.10.15.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 22.03.16 A 20.04.16, no total de 30 (trinta) dias.

PORTARIA N°. 188 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ANTONIA MARGARETH MOITA SÁ, matrícula nº723975, cargo de ENFERMEIRA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na CS MARCO, 02 (DOIS) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.03.06 a 12.06.09.

AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 16.03.16 a 14.05.16, no total de 60 (sessenta) dias.

PORTARIA N°. 189 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) SEBASTIANA NAZARE SANTOS PASSOS, matrícula nº726052-1, cargo de AGENTE DE ARTES PRATICAS regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na URPS, 02 (DOIS) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 07.07.08 A 06.07.11.

AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 28.03.16 A 26.05.16, no total de 60 (sessenta) dias.

PORTARIA N°. 190 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINAR, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ALAN JEAN TELES MARTINS, matrícula nº 55587710-3, cargo de ODONTOLOGO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na UREDIPE, 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 03.03.08 A 02.03.11.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.16 A 30.03.16, no total de 30 (trinta) dias.

PORTARIA N°. 191 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

DETERMINAR, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) YARA MARIA NEPOMUCENO CAMPOS, matrícula nº 122220-1, cargo de ODONTOLOGO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na CS MARCO, 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 02.12.09 A 01.12.12.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 16.02.16 A 16.03.16, no total de 30 (trinta) dias.

PORTARIA N°. 192 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) CLEIDE DOS SANTOS MIRANDA, matrícula nº 57194537-1, cargo de AGENTE DE PORTARIA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na URE PRESIDENTE VARGAS, 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 10.03.11 A 09.03.14.

AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 03.03.16 A 01.04.16, no total de 30 (trinta) dias.

PORTARIA N°. 192 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDER, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) PAULO ROBERTO DE BARROS MORAIS, matrícula nº5102987-1, cargo de MÉDICO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) na URES PRESIDENTE VARGAS, 02 (DOIS) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 02.10.10 A 01.10.13.

AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 01.03.16 A 29.04.16, no total de 60 (sessenta) dias.

Protocolo 932167

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

Port. N° 116 e 117 de Diárias de 26/02/16

Objetivo:Fazer supervisão e avaliação dos Sistemas de Inf. SIM/ SISNASC e Vig. Do Óbito.

Servidores:Maria O. R. dos Santos téc. Em laboratório mat:5148308

Henrique F. da S. Júnior enfermeiro mat:5903315

Cícero A. Ferreira motorista mat:0478954

Origem:Castanhal/Inhangapi Período:09 e 10/03/16

Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo 932216

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL

DIÁRIA

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0117/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Realizar Treinamento do SISTEMA de Informações do Câncer - SISCAN, no Hospital Regional de Salinópolis.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Salinópolis/PA

Nome do servidor (a): Diná Ferreira da Costa

Cargo: Enfermeira

Matricula: 57174866-1

Data início: 29/02/2016

Data término: 29/02/2016

Quantidade: 0,5 (meia) diária

Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0118/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Conduzir veículo com servidora que irá realizar Treinamento do SISTEMA de Informações do Câncer - SISCAN, no Hospital Regional de Salinópolis.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Salinópolis/PA

Nome do servidor (a): Orivaldo Ramos Silva

Cargo: Motorista

Matricula: 5159164-1

Data início: 29/02/2016

Data término: 29/02/2016

Quantidade: 0,5 (meia) diária

Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos

Protocolo 932308

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 9ª REGIONAL

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 1124 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE Nº 28.508/18.07.1997, e considerando o teor dos processos de nº 1ª-2014/413458, 2ª-2014/414134,3ª-2015/343704,4ª-2015/343721

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 249 de 11.10.2011, em observância aos Arts. 32 e 34 da Lei nº 5.810/94, e no art.40, §4º da Constituição do Estado.

RESOLVE:

HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório da servidora relacionada abaixo, considerando-a apta para exercer o cargo, com o conceito obtido de acordo com o seu respectivo processo.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	LOTAÇÃO	CONCEITO
5900747/1	ELOENE DA COSTA BAGATA	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	9º CRS/SESPA	EXCELENTE

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 16/11/2015.

VÍTOR MANUEL JESUS MATEUS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

Protocolo 931977

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DESIGNAR SERVIDOR

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 11 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Diretora do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 2.716/2015-ccg de 08 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado nº 32882 de 11/05/2015.

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora MAIRLEY ALBUQUERQUE SERRÃO matricula n°57205608-4 lotada no Escritório Regional/13°CRS para responder pela Direção do 13°Centro Regional de Saúde, pelo período de 22 a 23/02/2016.

DESIGNAR a servidora ILANA MONIQUE DO SOCORRO DE MORAES CARVALHO matricula n°5913132-1 lotada no Escritório Regional/13°CRS para responder pela Divisão Administrativa do 13°Centro Regional de Saúde, pelo período de 22 a 23/02/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

13° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA EM: 25/02/2016

Tânia Lúcia de Souza Paes

Diretora do 13º Centro Regional de Saúde

Protocolo 931994

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2012-HOL

Data Assinatura: 22/02/2016

Justificativa: alteração da razão social, endereço, representante legal e dados cadastrais.

Processo nº 2016/12832

Contratado: NORTE LOCADORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP.

Endereço: Rodovia do Tapanã nº 08, Bairro Tapanã (Distrito de Icoaraci), CEP nº 66.833-075 - Belém-Pa, Fone: (91) 3222-7830/3241-2902, e-mail: maria.belem@nortelocadora.com.br / adm.norte@nortelocadora.com.br

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

Diretor Geral

Protocolo 932199

4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2012-HOL

Data Assinatura: 22/02/2016

Justificativa: alteração da razão social, endereço, representante legal e dados cadastrais.

Processo nº 2016/22625

Contratado: NORTE LOCADORA E SERVIÇOS EIRELI-EPP.

Endereço: Rodovia do Tapanã nº 08, Bairro Tapanã (Distrito de Icoaraci), CEP nº 66.833-075 - Belém-Pa, Fone: (91) 3222-7830/3241-2902, e-mail: maria.belem@nortelocadora.com.br / adm.norte@nortelocadora.com.br

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

Diretor Geral

Protocolo 932201

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº017/2016-HOL

SRP Nº014/2016

Objeto:**Fornecimento de Material de Consumo para Patologia e Citologia**

Data da Abertura: 11/03/2016

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

Fonte de Recursos ou Contratados: Estadual

Ordenador Responsável: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br

Belém, 25 de Fevereiro de 2016.

Celso Augusto Moraes Gonçalves

Pregoeiro CPL/HOL

Protocolo 931456

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº014/2016-HOL

SRP Nº011/2016

Objeto:**Fornecimento de Medicamentos Geral, para o Período de 12 meses**

Data da Abertura: 14/03/2016

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

Fonte de Recursos ou Contratados: Estadual

Ordenador Responsável: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br

Belém, 25 de Fevereiro de 2016.

Celso Augusto Moraes Gonçalves

Pregoeiro CPL/HOL

Protocolo 931565

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº018/2016-HOL

SRP Nº 015/2016

Objeto:**Fornecimento de Produtos para Hemodiálise, por um período de 12 (doze) meses**

Data da Abertura:14/03/2016

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

Fonte de Recursos ou Contratados: Estadual

Ordenador Responsável: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br

Belém, 25 de Fevereiro de 2016.

Lorena Leão de Castro

Pregoeira CPL/HOL

Protocolo 931895

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº020/2016-HOL

SRP Nº 017/2016

Objeto:**FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO PARENTERAL DE GRANDE VOLUME HOSPITALAR, para o período de 12 meses.**

Data da Abertura:10/03/2016

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

Fonte de Recursos ou Contratados: Estadual

Ordenador Responsável: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES

O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br

Belém, 26 de Fevereiro de 2016.

Lorena Leão de Castro

Pregoeira CPL/HOL

Protocolo 932081

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 105/2016 - GAP/GP/FSCMP

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 26/02/2015, publicado no DOE nº 32.836, de 27/02/2015,

CONSIDERANDO o Disposto no Art. 31 da Lei 5.810/94 e sua regulamentação por meio do Decreto nº 648/2013 que dispõe acerca da cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências;

RESOLVE:

CEDER, a contar de 02/01/2015 , a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, (UREMIA) a servidora VALÉRIA BARBOSA PONTES, Id. Funcional nº 5833639/3, Médica, pelo prazo de 02(dois) ano com ônus para o órgão de destino, considerando Art.5º e § 1º do Decreto nº 648, de 17 de janeiro de 2013.

Art. 4º A cessão de servidores obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - quando ocorrer no âmbito do Poder Executivo, será autorizada pelo Titular do Órgão da Administração Direta Estadual ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública a que pertencer o servidor;

II - quando ocorrer para órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de outro Poder do Estado, será autorizada pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD, ficando condicionada à anuência do Titular do Órgão da Administração Direta Estadual ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública no qual o servidor estiver lotado.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém - PA, 25 de Fevereiro de 2016.

ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Presidente da FSCMP

Protocolo 931965

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 929834

Onde se lê: Contrato: 011/2016

Leia-se: Contrato: 015/2016

Exercício: 2016

Classificação do Objeto: Outros

Objeto: Realização de Exames Audiométricos Ocupacionais.

Valor: R$ 6.375,00

Data Assinatura: 16/02/2016

Vigência: 16/02/2016 a 15/02/2017

Dispensa: 006/2016

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte de Recurso Origem do Recurso

10302131226100000 33903000 0103000000 Estadual

10302131226100000 33903000 0269000000 Federal

10302131226100000 33903000 0269003264 Federal

Contratado: Tavares e Pereira Ltda - EPP

Endereço: Rua Oliveira Belo, 330, Umarizal

CEP. 66050-380 - Belém/PA

Telefone: 9132241613

Ordenador: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 932476

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 25/02/2016

Vigência: 26/02/2016 a 25/02/2016

Classificação do Objeto: Outros

Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a **prorrogação de prazo contrato**, cujo objeto é a Aquisição de Material Descartável, consoante dispõe o artigo 57, §1º, III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Contrato: 019/2015

Exercício: 2016

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte de Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 33903000 0103000000 Estadual

10302142782880000 33903000 0269000000 Federal

10302142782880000 33903000 0269003264 Federal

10122129783380000 33903000 0103000000 Estadual

10122129783380000 33903000 0269000000 Federal

10122129783380000 33903000 0269003264 Federal

Contratado: ARGS Distribuidora de Equipamentos Eletro-Eletrônicos EIRELLI-EPP

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, Conj. Maguari Al. 07 nº 47, Coqueiro

CEP. 66823-067-Belém/PA

Telefone: 9133538900

Ordenador: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 932171

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 24/02/2016

Vigência: 25/02/2016 a 24/05/2016

Valor: R$ 4.340,00

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo, bem como o acréscimo de quantidade de (25%), consoante dispõe o artigo 57, §1º , IV, e artigo 65, inciso I, alínea 'b', e §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, cujo objeto é a Compra de Material Técnico Hospitalar - Agulhas, Seringas, etc...

Contrato: 027/2015

Exercício: 2016

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte de Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 33903000 0103000000 Estadual

10302142782880000 33903000 0269000000 Federal

10302142782880000 33903000 0269003264 Federal

Contratado: Gabisa Medical Internacional Ltda - EPP

Endereço: Rua Tapirai, 39 - Compl. 51, 63 e 75, Jardim Leocádia

CEP. 18085-300-Sorocaba/SP

Telefone: 1141760706

Ordenador: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Presidente da FSCMP

Protocolo 932172

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº060/2015/FSCMP

- PROTOCOLO 2015/363710

Empresa: DMC - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE MATERIAL E NUTRIÇÃO HOSPITALAR - EIRELI - EPP, CNPJ: 21.496.833/0001-65, Situado na Rua Manoel Barata, n 761, Cruzeiro - Icoaraci/PA, CEP 66055-480, Fones: (091) 3222-1581/98810-5631, e-mail: nutri-medica@hotmail.com, neste ato representada por DÉBORAH MARQUES CENTENO, Rg 6951024 e CPF 025.420.022-23, doravante denominada FORNECEDOR vencedora do certame supracitado para os itens 03, 05, 06, 08, 09, 15 e 19 do Anexo I do edital, referente ao Processo Licitatório para registro de preços conforme tabela a seguir:

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
3	Dieta enteral imunomoduladora especifica para tratamento de úlceras por pressão, e cicatrização, hiperprotéica (20% a 25% de proteína), com vitaminas e micronutrientes essenciais para cicatrização. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Osmolalidade até 400 mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA:PERATIVE RTH	L	350	R$ 69,00
5	Dieta enteral, nutricionalmente completa, polimérica, normocalórica (1.0 a 1.2 kcal/ml, hiperprotéica a partir de 55g/litro. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Osmolalidade até 400mosm/kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml, com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: OSMOLITE PLUS HN SF	L	900	R$ 58,00
6	Dieta enteral, nutricionalmente completa, polimérica, normocalórica (1,0 a 1,2 kcal/ml), normoproteica, isenta de sacarose, lactose e glúten. Com fibras. Osmolalidade até 500 mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com volume no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: JEVITY PLUS RTH	L	644	R$ 29,99
8	Dieta enteral polimérica, específica para nefropatas, em diálise ou Hemodiálise, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (a partir de 1.3 kcal/ml), normoproteica (a partir de 5g/100 ml). Isenta de lactose e glúten, com restrição de sódio. Osmolalidade até 960 mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: DIALY CARE RTH	L	300	R$ 89,00
9	Dieta enteral, nutricionalmente completa, polimérica, hipercalórica (a partir de 1.3 cal/ml) hiperproteica, isenta de sacarose, lactose e gluten. Com fibras. Osmolalidade até 550 mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: JEBITY HICAL RTH	L	920	R$ 47,00
15	Nutriente liquido: Dieta enteral, nutricionalmente completa, polimérica, normocalórica (a partir de 1.2 kcal/ml), normoproteica, isenta de sacarose, lactose e glúten, com fibras. Osmolalidade até 350 mOsm/Kg de água. Em sistema aberto. Favor especificar a apresentação do produto oferecido na proposta. MARCA: JEVITY PLUS 237ML	L	276	R$26,89
19	Suplemento alimentar líquido, nutricionalmente completo, hipercalórico (a partir de 1,5 Kcal/ml), hiperproteica(a partir de 6,5g/100ml). Isenta de lactose e glúten. Sabor baunilha e/ou morango. Favor especificar a apresentação do produto oferecido na proposta. MARCA: ENSURE PLUS TETRA	L	300	R$ 40,00

VALIDADE: 02/02/2016 A 01/02/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 931960

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº060/2015/FSCMP

- PROTOCOLO 2015/363710

Empresa: EQUINÓCIO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 07.329.169/0003-09, Insc. Estadual: 15.3006781, End. TV. Perebebuí, 840 - Pedreira - CEP: 66.083-772 - Belém-Pará, TEL/FAX: (91) 3244-0981 / 3083-4616, E-mail: filialbelem@equinociohospitalar.com.br, neste ato representada pelo Sr. BRUNO LOPES CARDOSO, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.143.922-20 e RG 03198035780 Detran/Pa, doravante denominada FORNECEDOR vencedora do certame supracitado para os itens 02, 07, 11, 12, 13 e 18 do Anexo I do edital, referente ao Processo Licitatório para registro de preços conforme tabela a seguir:

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
02	Dieta enteral liquida polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica (a partir de 1.0 kcal/ml), hiperproteica (a partir de 17% de proteína). Especifico para pacientes com diabetes 1 e 2 e tolerância diminuída a glicose. Isenta de sacarose e lactose e glúten. Osmolalidade até 400 mOsm/kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: DANONE	L	400	R$ 58,80
07	Dieta enteral, nutricionalmente completa, oligomérica de alta absorção com proteína hidrolisada, normocalórica e normoprotéica, para crianças a partir de 01 ano de idade. Isenta de lactose e glúten. Osmolalidade até 400 mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 500ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: DANONE	L	340	R$ 228,10
11	Módulo de fibras, solúvel em água, em formulação enteral e em fórmula láctea; podendo ser usado como modulação. A embalagem deverá conter no máximo 500g, ser hermeticamente fechada. MARCA: NUTRI FIBRA SOL	LT	24	R$ 75,70
12	Módulo de fibras dietéticas solúveis e microorganismos funcionais, simbiótico, com frutooligossacarídeos e lactobacilos, em embalagem sachê apropriada, que garanta as propriedades do produto. MARCA: SIMBIOFÓS	CX	12	R$ 30,00
13	Módulo de carboidratos complexos (maltodextrina/polímeros de glicose). Lata de 400G até 450G. Favor especificar a apresentação do produto oferecido na proposta. MARCA: NUTRI DEXTRIN	LT	36	R$ 28,70
18	Suplemento alimentar: Dieta enteral imunomoduladora especifica para tratamento de úlceras por pressão, e cicatrização, hiperprotéica (a partir de 20% de proteína), com vitaminas e micronutrientes essenciais para cicatrização. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Osmolalidade até 400 mOsm/ Kg de água para terapia nutricional oral com no mínimo 200ml. MARCA: CUBITAN	L	300	R$ 108,20

VALIDADE: 02/02/2016 A 01/02/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 931961

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº060/2015/FSCMP

- PROTOCOLO 2015/363710

Empresa: F.CARDOSO E CIA LTDA, CNPJ nº 04.949.905/0001-63, sediada na Av. Almirante Barroso, nº 750, Bairro Marco, Belém/Pará, CEP: 66.093-020, neste ato representada pelo(a) Sr(ª) WALDA BRITTO CARDOSO, portadora da CI Nº 4077885 e CPF Nº 004.382.782-91, doravante denominada FORNECEDOR vencedora do certame supracitado para os itens 01, 14, 16 e 17 do Anexo I do edital, referente ao Processo Licitatório para registro de preços conforme tabela a seguir:

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
1	Dieta enteral liquida polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica (a partir de 1.0 kcal/ml), normoproteica, com fibras. Para crianças a partir de 1 ano. Isenta de sacarose e lactose e glúten. Osmolalidade até 250 mOsm/kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 500ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: FRESENIUS KABI	L	455	R$ 70,00
14	Módulo de proteína de alto valor biológico para dieta enteral ou oral. Lata de 240G até 250G. Favor especificar a apresentação do produto na proposta. MARCA: FRESENIUS KABI	L	06	R$ 60,00
16	Nutriente liquido: Dieta enteral, nutricionalmente completa, polimérica, para crianças a partir de 01 ano, hipercalórica, acima de 1.2 cal/ml, normoproteico. Com fibras. Isenta de sacarose, lactose e glutén. Com osmolaridade até 500mOsm/Kg. Em sistema fechado com no mínimo de 500ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: FRESENIUS KABI	L	455	R$ 80,00
17	Nutriente liquido: Dieta enteral, nutricionalmente completa, específica para hepatopatas, polimérica, hipercalórica (a partir de 1.3 cal/ml), normoproteica, com aminoácidos de cadeia ramificada e baixo teor de aminoácidos de cadeia aromática. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Em sistema fechado com volume no mínimo de 500ml, com conexão universal para equipo para soluções enterais. MARCA: FRESENIUS KABI	L	155	R$ 65,00

VALIDADE: 02/02/2016 A 01/02/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 931962

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº060/2015/FSCMP

- PROTOCOLO 2015/363710

Empresa: IFS NASCIMENTO & CIA LTDA APP - DISMEMBEL, CNPJ Nº 63.872.493/0001-70, estabelecida na Tv. Enéas Pinheiro, nº 875, Pedreira, Cidade Belém-Pará, neste ato representada pelo Sr. Ivan Flávio de Souza Nascimento, portador da C.I n º 1561825-SSP/Pa e CPF nº 448.404.702-00, doravante denominada FORNECEDOR vencedora do certame supracitado para os itens 04 e 10 do Anexo I do edital, referente ao Processo Licitatório para registro de preços conforme tabela a seguir:

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
04	Dieta enteral ou oral liquida oligomérica de alta absorção, nutricionalmente completa, normocalórica (1.0 a 1.2 kcal/ml) normoproteica. Isenta de sacarose e lactose e glúten. Osmolalidade ate 300mOsm/Kg de água. Em sistema fechado com no mínimo de 1000ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. Marca: PEPTAMEN PREBIO 1000ML/ NESTLE	L	385	R$ 96,50
10	Dieta enteral liquida oligomérica de alta absorção, nutricionalmente completa, hipercalórica (a partir de 1.3 cal/ml), hiperproteica (a partir de 60g/l). Isenta de sacarose e lactose e glúten. Osmolalidade até 500 mOsm/ Kg de água. Em sistema fechado com 500ml com conexão universal para equipo para soluções enterais. Marca: PEPTAMEN HN/NESTLE	L	385	R$ 170,00

VALIDADE: 02/02/2016 A 01/02/2017

ORDENADOR RESPONSÁVEL: ROSANGELA BRANDÃO MONTEIRO

Protocolo 931964

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00081

Valor: R$ 63.083,20

Data: 22/01/2016

Vigência: 22/01/2016 a 20/04/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Dispensa de licitação: 00/2016.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 339030 0103000000 Estadual

Contratado: ALFAMED COMERCIAL LTDA

Endereço: Av.Marques de Herval, Bairro Pedreira

CEP: 66087-320 Belém/PA

Telefone: 9132772744

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932079

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00006

Valor: R$ 7.654,50

Data: 22/01/2016

Vigência: 22/01/2016 a 20/04/2016

Objeto: Material de consumo (Bobina de Papel Térmico, para Impressão em Relógio de Ponto Eletrônico).

Dispensa de licitação: 00/2016.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 339030 0269000000 Federal

Contratado: AUTOPEL AUTOMAÇÃO COMERCIAL E INFORMÁTICA LTDA.

Endereço: Aven.Angélica,672 - 12º andar, Bairro Higienópolis

CEP: 01228-000 São Paulo/SP

Telefone: 1138099999

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932098

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00082

Valor: R$ 23.878,80

Data: 22/01/2016

Vigência: 22/01/16 a 20/04/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos (Azitromicina Diidratada 500 MG).

Dispensa de licitação: 00/2016.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 339030 0103000000 Estadual

Contratado: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP. E EXP. LTDA

Endereço: Av.dos Expedicionários, 4788, Bairro Montese

CEP: 60410-302 Fortaleza/CE

Telefone: 8432095450

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932106

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00091

Valor: R$ 1.010,50

Data: 04/02/2016

Vigência: 04/02/16 a 03/05/2016

Objeto: aquisição de medicamentos.

Dispensa de licitação: 00/2016.

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso

10302142782880000 339030 0269000000 Federal

Contratado: C.J.A. PARENTE - ME

Endereço: Trav.Pirajá, Bairro Pedreira

CEP: 66087-490 Belém/PA

Telefone: 9132770093

Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932118

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00036
Valor: R$ 4.947,00
Data: 15/01/2016
Vigência: 15/01/2016 a 13/04/2016
Objeto: Aquisição de medicamentos (Ácido Folínico 50MG).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: C.J.A. PARENTE - ME
Endereço: Trav.Pirajá, Bairro Pedreira
CEP: 66087-490 Belém/PA
Telefone: 9132770093
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932131

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00068
Valor: R$ 11.188,80
Data: 01/02/2016
Vigência: 01/02/2016 a 30/04/2016
Objeto: Aquisição de medicamentos (Poliestirenossulfonato de Cálcio 900 MG).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMP. E EXP. LTDA
Endereço: Av.dos Expedicionários, 4788, Bairro Montese
CEP: 60410-302 Fortaleza/CE
Telefone: 8432095450
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932147

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00089
Valor: R$ 80.329,00
Data: 21/01/2016
Vigência: 21/01/2016 a 19/04/2016
Objeto: Aquisição de medicamentos.
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: M M LOBATO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
Endereço: Rod. Augusto Montenegro, KM 13, Bairro Icoaraci.
CEP: 66811-000 Belém/PA
Telefone: 9132011000
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932179

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00023
Valor: R$ 52.560,00
Data: 21/01/2016
Vigência: 21/01/2016 a 19/04/2016
Objeto: Material de consumo (Conexão em Borracha Siliconizada Descartável - 18.000 UND).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: E.R. TRINDADE - EPP
Endereço: Aven.da República, Nº1525, Bairro Centro
CEP: 68790-000 Santa Isabel do Pará/PA
Telefone: 9132634563
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932183

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00114
Valor: R$ 765,00
Data: 04/02/2016
Vigência: 04/02/2016 a 03/05/2016
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar.
Pregão Eletrônico SRP nº 039/2015/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: PROTEC EXPORT IND. COM. IMPORT. EXPORT. DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. E.P.P.
Endereço: Rod. Bunjiro Nakao, Nº 49.800, Bairro Chácara Remanso.
CEP: 06726-300 São Paulo / SP
Telefone: 1131329899
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932190

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00088
Valor: R$ 43.000,00
Data: 15/01/2016
Vigência: 15/01/2016 a 13/04/2016
Objeto: Aquisição de Material de Consumo para Laboratório (Tubo para coleta de sangue a vácuo).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: CRISTALFARMA COM. REP. IMP. EXP. LTDA.
Endereço: Rod. BR 316 KM 06, Alam.Leopoldo Teixeira - Bairro Levilandia
CEP: 67030-025
Telefone: 9132555616
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932195

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00096
Valor: R$ 948,90
Data: 03/02/2016
Vigência: 03/02/2016 a 02/05/2016
Objeto: Aquisição de Medicamento (Pamidronato Dissodico 60MG).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
Endereço: Rodovia Itapira-Lindóia, KM 14, Bairro Itapira
CEP: 13974-900 São Paulo/SP
Telefone: 1938639530
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932221

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00107
Valor: R$ 675,00
Data: 04/02/2016
Vigência: 04/02/2016 a 03/05/2016
Objeto: Aquisição de material permanente.
Dispensa de Licitação/Compra Direta Nº 0097/2015.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 449052 0269000000 Federal
Contratado: L & G COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELEINFORMÁTICA LTDA ME
Endereço: Rua 9 de Janeiro, Nº 299, Bairro Umarizal
CEP: 66060-370 Belém/PA
Telefone: 9188140135
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932231

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00038
Valor: R$ 13.140,00
Data: 15/01/2016
Vigência: 15/01/2016 a 13/04/2016
Objeto: Aquisição de material de consumo (sonda em PVC endotraqueal).
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: E.R. TRINDADE - EPP
Endereço: Av. da República, Nº1525, Bairro Centro
CEP: 68790-000 Santa Isabel do Pará/PA
Telefone: 9132634563
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932244

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00090
Valor: R$ 34.896,80
Data: 01/02/2016
Vigência: 01/02/2016 a 30/04/2016
Objeto: Aquisição de medicamentos.
Dispensa de licitação: 00/2016.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: F CARDOSO & CIA LTDA
Endereço: Avenida Almirante Barroso, Nº750, Bairro Marco.
CEP: 66093-020 Belém/PA
Telefone: 9132021344
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932297

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00112
Valor: R$ 588,00
Data: 01/02/2016
Vigência: 01/02/2016 a 30/04/2016
Objeto: Aquisição de Equipos, Frascos e Torneiras.
Pregão Eletrônico SRP Nº 071/2014/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: GUILBER FARMACEUTICA COMÉRCIO LTDA.
Endereço: Passagem Bom Sucesso, nº 20, Bairro Centro.
CEP: 67030-245 Ananindeua/PA
Telefone: 9132383814
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932315

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00146
Valor: R$ 6.269,40
Data: 04/02/2016
Vigência: 04/02/2016 a 03/05/2016
Objeto: Compra de Fórmula Infantil Elementar.
Pregão Eletrônico SRP Nº 04/2015/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: BSB COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Endereço: Polo Industrial JK trecho 01, Conjunto 10, Lote 20 - Bairro Santa Maria.
CEP: 72549-550 Brasília/DF
Telefone: 6121043401
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932328

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00069
Valor: R$ 20.877,48
Data: 27/01/2016
Vigência: 27/01/2016 a 25/04/2016
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar.
Pregão Eletrônico SRP Nº 025/2014/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso

Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: N DO NASCIMENTO EIRELI - EPP.
Endereço: Av. Barão do Rio Branco, Nº 1206 - Bairro Nova Olinda.
CEP: 68742-000 Castanhal/PA
Telefone: 9137217019
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932332

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00122
Valor: R$ 3.510,00
Data: 04/02/2016
Vigência: 04/02/2016 a 03/05/2016
Objeto: Compra de Material Técnico Hospitalar.
Pregão Eletrônico SRP Nº 039/2015/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0269000000 Federal
Contratado: CISABRASILE LTDA.
Endereço: Rua Dona Francisca, Nº 8300, Bloco I, Módulo 2 - Bairro Distrito Industrial.
CEP: 89239-270 Joinville/SC
Telefone: 4738019068
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932334

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00079
Valor: R$ 6.576,90
Data: 27/01/2016
Vigência: 27/01/2016 a 25/04/2016
Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza.
Pregão Eletrônico SRP Nº 20/2015/FSCMP.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 339030 0103000000 Estadual
Contratado: BRASIL 317 COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA - EPP.
Endereço: Av. Comendador Vicente de Paulo Penido, Nº 454 sala 04 - Bairro Jardim Aquarius.
CEP: 12246-856 São José dos Campos/SP
Telefone: 1239450317
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932336

Nota de Empenho da Despesa: 2016NE00075
Valor: R$ 7.111,95
Data: 15/01/2016
Vigência: 15/01/2016 a 13/04/2016
Objeto: Aquisição de material permanente.
Dispensa de Licitação/Compra Direta Nº 0101/2015.
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
10302142782880000 449052 0269000000 Federal
Contratado: W LOPES COMÉRCIO E SERVIÇO - ME (WILLIAMARCE SOUZA LOPES JUNIOR).
Endereço: Rua Bebedouro, Nº 08, Conj. Tapajós - Bairro Tapanã.
CEP: 66833-490 Belém/PA
Telefone: 91983048908
Ordenador: Rosângela Brandão Monteiro

Protocolo 932339

AVISO DE CANCELAMENTO DA ABERTURA DO CREDENCIAMENTO 001/2016/FSCMP

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, comunica que foi cancelada a abertura do Credenciamento 001/2016, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de exames de CPRE.
Belém/Pa, 26 de Fevereiro de 2016.
Claudio dos Santos Silva
Presidente da CPEL/FSCMP

Protocolo 932502

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº. 83/2016 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 23 de fevereiro de 2016.
A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o excepcional interesse e a necessidade de pessoal para a execução de serviços essenciais na área de saúde desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA,
Considerando a Lei Complementar nº 07/91, alterada pela Lei Complementar nº 077, de 28 de dezembro de 2011,
Considerando a autorização para prorrogação de contratos do Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, formalizada no Processo nº 2016/9082.
R E S O L V E:
I - Prorrogar os contratos administrativos dos servidores temporários relacionados abaixo, nos termos do Art. 2º da Lei Complementar nº 077, de 28 de dezembro de 2011.

CONTRATO	NOME	CARGO	TÉRMINO DE VINCULO
001/2015	Cleidiane Regina Silva da Cruz	Agente Administrativo	04/03/2017
002/2015	Graça Megumi Tanisue	Psicologo	04/03/2017
003/2015	Camila Mamede Monteiro	Agente Administrativo	04/03/2017
005/2015	Maria do Socorro Gomes da Silva	Agente Administrativo	04/03/2017
006/2015	Marilia Rose Ferreira Kzan de Souza	Agente Administrativo	04/03/2017
007/2015	Juliana Albuquerque Pinto Paiva	Biomédico	04/03/2017
008/2015	Luciana Godinho de Freitas	Enfermeiro	19/03/2017
009/2015	Maria Eleonora da Silva Melo	Médico	04/03/2017
010/2015	Claudio José de Lima Junior	Agente Administrativo	04/03/2017
011/2015	Edna de Souto Ramos	Agente Administrativo	04/03/2017
012/2015	Janaina Alves Pinto	Agente Administrativo	04/03/2017
013/2015	Janilson Pantoja Lobato	Agente Administrativo	04/03/2017
014/2015	Julye Eric Trindade Iglesias	Enfermeiro	04/03/2017
015/2015	Nádia de Oliveira Souza	Biomédico	04/03/2017
016/2015	Rodrigo Mendes Bezerra	Agente Administrativo	04/03/2017
017/2015	Ruana Carla Nascimento Bezerra	Agente Administrativo	04/03/2017
018/2015	Tiago Alves Cardoso	Técnico de Enfermagem	04/03/2017
019/2015	Waldiney da Paixão Lopes	Motorista	04/03/2017
020/2015	Melissa Brito Barra	Técnico em Comunicação Social	04/03/2017
021/2015	Gisele Nobre da Cunha de Miranda	Assistente Social	04/03/2017
022/2015	Débora Maria Siqueira Braga	Agente Administrativo	04/03/2017

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,
III - Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 23 de fevereiro de 2016.
Dra. Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo 932252

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2015 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/2887.
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: CRISTALFARMA COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 05.003.408/0001-30, com sede na Rod. BR-316, Alameda Leopoldo Teixeira, nº 08, CEP nº 67.030-025, Ananindeua - PA.
DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL (ITENS 01 A 07), para atender as necessidades institucionais da Fundação HEMOPA.
DO PRAZO: 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual.
DOS RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária a seguir:
Unidade Orçamentária: 62201
Programa de Trabalho: 10302142782930000
Fonte de Recurso: 0261000000
Natureza de Despesa: 339030
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 527.713,00 (quinhentos e vinte e sete mil setecentos e treze reais), já inclusos todos os insumos, impostos, taxas, seguros, encargos sociais, previdenciários, comerciais, transportes, bem como quaisquer outras incidências diretas/ ou indiretas que possam incidir sobre o custo do objeto.
DO FORO: Belém - Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de fevereiro de 2016.
ASSINATURAS:
ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
WALDIR RAIMUNDO DE OLIVEIRA BRITO JÚNIOR - CRISTALFARMA COMÉRCIO IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA
ORDENADOR DE DESPESA - ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
CPF Nº 151.711.912-04

Protocolo 932234

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2015 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/2887
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: SPECIALAB PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 09.258.809/0001-92, com sede na Rua Saldanha Marinho, nº 246, CEP nº 246, CEP nº 09.551-330, Santa Paula, São Caetano do Sul - SP.
DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL (ITEM 08), para atender as necessidades institucionais da Fundação HEMOPA.
DO PRAZO: 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual.
DOS RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária a seguir:
Unidade Orçamentária: 62201
Programa de Trabalho: 10302142782930000
Fonte de Recurso: 0261000000
Natureza de Despesa: 339030
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), já inclusos todos os insumos, impostos, taxas, seguros, encargos sociais, previdenciários, comerciais, transportes, bem como quaisquer outras incidências diretas/ ou indiretas que possam incidir sobre o custo do objeto.
DO FORO: Belém - Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de fevereiro de 2016.
ASSINATURAS:
ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA

SPECIALAB PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA - EPP - LUZIA VIDA SUATTO
ORDENADOR DE DESPESA - ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
CPF Nº 151.711.912-04

Protocolo 932235

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014 (PROC. 2015/479065).

DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: TRANSCIDADE SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 03.307.982/0001-57, com sede na Estrada Santana do Aura, S/N, Águas Lindas, Ananindeua/Pa, Cep nº 67.020-540.
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o aditamento do contrato nº 007/2014, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 quanto à prorrogação de seu prazo, pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 07/03/2016 até 06/03/2017.
DO PRAZO: 12 (doze) meses, de 07/03/2016 até 06/03/2017.
DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:

Programa de Trabalho: 10302142782930000

Natureza da despesa: 339039

Fonte de recurso: 0269001022 e 0103000000

Unidade Orçamentária: 62201

DO VALOR: Em face do permissivo da Cláusula Décima do Contrato Originário e em razão da prorrogação contratual ora pactuada, o valor global do presente termo aditivo é de R$ 278.840,40 (duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta centavos) com estimativa mensal de R$ 23.236,70 (vinte e três mil, duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos).
DO FORO: Belém - Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 24 de fevereiro de 2016.
ASSINATURAS:
ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
EDUARDO JOSÉ VASCONCELOS ALBUQUERQUE - TRANSCIDADE SERVICOS AMBIENTAIS EIRELI - EPP
ORDENADOR DE DESPESA - ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
CPF Nº 151.711.912-04

Protocolo 932236

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2015 (PROC. 2015/524040).

DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE SA, inscrita no CNPJ/MF nº 34.597.955/0013-23, com sede na Rod. Augusto Montenegro, Km 12, s/n, Icoaraci, Cep nº 66.810-971, Belém/PA.
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o aditamento do contrato nº 043/2015 quanto ao acréscimo de quantitativo caracterizando um aumento de 25% em relação ao contrato original, nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8666/93, para utilização durante a vigência dos 12 (doze) meses contratados inicialmente.
DO PRAZO: A partir da data de assinatura do presente instrumento até 28/05/2016.
DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:
Unidade Orçamentária: 62201
Programa de Trabalho: 10302142782940000
Fonte de Recurso: 0261000000 e 0269001022
Natureza de Despesa: 339030
DO VALOR: Em razão do acréscimo supramencionado, o valor global do presente termo aditivo passa a ser de R$ 117.525,00 (cento e dezessete mil quinhentos e vinte e cinco reais).
DO FORO: Belém - Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de fevereiro de 2016.
ASSINATURAS:
ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA - DOMINGOS HENRIQUE GUIMARÃES BULUS
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA - GUSTAVO AGUIAR DA COSTA
ORDENADOR DE DESPESA - ANA SUELY LEITE SARAIVA - HEMOPA
CPF Nº 151.711.912-04

Protocolo 932238

HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 026, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016/HRAS/SESPA.
A DIRETORA DO HOSPITAL REGIONAL Dr. ABELARDO SANTOS/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 196-CCG, de 11.02.2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 20.02.2015.
CONSIDERANDO a readequação das atividades administrativas deste Hospital Regional, no intuito de garantir a transparência e eficiência desta Administração, observados os princípios que norteiam a Administração Pública;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de cumprimento do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c o artigo 1º do Decreto Estadual nº 870/2013 quanto a nomeação de fiscal de contrato.
RESOLVE:
NOMEAR a servidora SILVIA REGINA SILVA PINTO, matrícula: 57197538-1 como fiscal do contrato nº 001/2014 que tem como objeto a locação de imóvel, para fins não residenciais, localizado na Rua Manoel Barata, nº 770, Bairro Cruzeiro - Distrito de Icoaraci - Belém - PA - CEP: 66812-020, destinado a instalação de Setores Operacionais do Hospital Regional Dr. Abelardo Santos/SESPA.
O fiscal de contrato deverá supervisionar, fiscalizar, tomar todas as providencias de acompanhamento da fiel execução do contrato, acompanhar sua vigência e informar a Diretoria Administrativa e Financeira o término de sua vigência com o mínimo de 60 dias de antecedência, atestar possíveis notas fiscais e/ou recibos conforme a execução do contrato. Informar qualquer tipo de intercorrência direta ou indiretamente ligada ao objeto do contrato à Direção Geral do HRAS/SESPA.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
BELÉM - PA, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
DRª Andrea Gomes de Aragão
Diretora Geral do HRAS/SESPA

Protocolo 931979

HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ

ERRATA

ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Errata do Extrato de Dispensa de Licitação em Função do Valor nº 001/HRC/2015, publicado no DOE nº 33035, protocolo 912643 em 21/12/2015:
Onde se lê: R$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)
Lê-se: R$ 7.912,00 (SETE MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS)
Onde se lê: 902608C
Lê-se: 908288C
Errata do Ato de Ratificação de Dispensa de Licitação em Função do Valor nº 001/HRC/2015, publicado no DOE nº 33035, protocolo 912648 em 21/12/2015:
Onde se lê: R$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)
Lê-se: 7.912,00 (SETE MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS
Errata do Ato Declaratório de Dispensa de Licitação em Função do Valor nº 001/HRC/2015, publicado no DOE nº 33035, protocolo 912645 em 21/12/2015:
Onde se lê: R$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)
Lê-se: 7.912,00 (SETE MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS
Errata do Contrato nº 019/2015 de Dispensa de Licitação em Função do Valor nº 001/HRC/2015, publicado no DOE nº 33035, protocolo 912654 em 21/12/2015:
Onde se lê: R$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)
Lê-se: R$ 7.912,00 (SETE MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS)
Onde se lê: 902608C
Lê-se: 908288C

Protocolo 932250

CONTRATO

TPC - TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Processo nº: 2016/72395
Exercício: 2016
Classificação do objeto: Outros
Objetivo: O presente Termo de Prorrogação de Contrato tem por objetivo a continuidade dos Serviços de Dosimetria Pessoal, do Setor de Radiologia do H.R.C. por um período de 12 (doze) meses.
Valor total: R$ 2.577,31
Data de assinatura: 26/02/2016
Vigência: 16/03/2016 à 16/03/2017
Orçamento: Projeto Atividades: 908288C, Natureza de Despesa: 3390-39, Fonte: 0103000000.
Contratado: SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESORIA E PROTEÇÃO RADIOLOGICA LTDA
CNPJ: 50.429.810/0001-36
Endereço: Rua Cid Silva Cesar, 600, Sta Felicia - são Carlos, Cep: 13562-900
Ordenador: Carmelino Augusto Nunes e Silva

Protocolo 932318

DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIARIAS
PORTARIA Nº 012/2016
NOME: Manoel Laudelino Valente Costa
C.P. F: 57889406215
MATRICULA: 57210035/1
FUNÇÃO: Motorista/HRC
OBJETIVO: Transportar Hemocomponentes e Hemoderivados do HENAB/Abaetetuba para o Hospital Regional de Cametá.
ORIGEM: Cametá
DESTINO: Abaetetuba
PERIODO: 26 á 27/02/2016
Nº DE DIÁRIAS: 1,5 (Uma e Meia Diária)
VALOR DA DIÁRIA: R$: 202,50(Duzentos e Dois Reais e Cinquenta Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.
CARMELINO AUGUSTO NUNES E SILVA
DIRETOR/HRC

Protocolo 932264

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 09 de 25.02.2016
Nome: MARIA OLIVIA BARBOSA DE LIMA
Id. Funcional: 3274691/1
Cargo: Engenheiro Civil
Lotação: GRH
Nº de dias: 60 (sessenta)
Período: 14.03.2016 a 12.05.2016
Triênio: 01.01.2013 a 31.12.2015
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JOSÉ ANTÔNIO CARNEIRO PECK
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo 932409

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Laudo médico nº 176920A/1

Nome: TEODORA DO SOCORRO BANDEIRA DOS SANTOS

Matricula: 3277771/1

Lotação: Diretoria Técnica de Transportes

Cargo: Auxiliar de Administração

Número de dias: 90 (noventa)

Período de afastamento: 21.01 a 19.04.2016

Protocolo 932345

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO

N° do Contrato: 28/2015 Proc. n°: 2015/426609 (2016/41613)

Nº. do termo: 1º Data de Assinatura: 19/02/2016

Justificativa: motivado em vista que a grande incidência de chuva nos locais de extração de madeira e aumento dos quantitativos de peças previstas para os devidos reparos.

Inic. de Vig.: 22/02/2016 T. Vig:21/04/2016.

Prazo: 60 dias.

CONTRATANTES:

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN - CNPJ nº. 04.953.717/0001-09 E A EMPRESA ENGEBRAYF ENGENHARIA LTDA- EPP- CNPJ Nº02.311.006/0001-05

CEP: 67125-000 Logradouro: Estrada do Icuí Guajará. Bairro: Icuí Guajará

Cidade: Ananindeua UF: PA

Nº.: 09

Complemento: Próximo a rua um do conj. Tauari.

E-mail: engebrayf@hotmail.com

Fax: (91) 3223-4254

ORDENADOR

KLEBER FERREIRA DE MENEZES - SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES

Protocolo 932363

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 017/2016-GP DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 18º do Estatuto Social da CPH,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de diária, ao servidor que viajará de Belém-PA para São Sebastião da Boa Vista de 08/03/2016 a 09/03/2016, com objetivo de realizar vistoria técnica no Terminal Hidroviário do referido município.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIA
Demétrio Dib Hage Neto	Gerente	57224325	424.437.172-91	1.1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, 25 de fevereiro de 2016.

ABRAÃO BENASSULY NETO

Diretor Presidente

Protocolo 932033

PORTARIA Nº. 018/2016-GP DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 18º do Estatuto Social da CPH,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de diária, ao servidor que viajará de Belém-PA para São Sebastião da Boa Vista de 08/03/2016 a 09/03/2016, com objetivo de realizar vistoria técnica no Terminal Hidroviário do referido município.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIAS
Dimitri Romariz Amoêdo de Araújo	Supervisor II	5903594	910.781.992-72	1.1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, 25 de fevereiro de 2016.

ABRAÃO BENASSULY NETO

Diretor Presidente

Protocolo 932034

FÉRIAS

PORTARIA Nº. 019/2016-GP DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, no exercício das suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº. 6.308, de 17 de julho de 2000;

R E S O L V E:

CONCEDER, o gozo de férias no período 14/03/2016 a 18/03/2016 referente ao período aquisitivo 2014/2015, ao servidor BERNARDO HAGE UCHÔA, ocupante do cargo de GERENTE, Matrícula n° 57174357, interrompidas por meio da PORTARIA Nº. 140/2015- GP de 01/12/2015 publicada no DOE n° 33024 de 02/12/2015.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH, 26 de fevereiro de 2016.

ABRAÃO BENASSULY NETO

Diretor Presidente

Protocolo 932180

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 123/2016 - ARCON-PA, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de Fevereiro de 2006,

RESOLVE:

I - EXCLUIR, a servidora ANA CRISTINA COUTINHO MACHADO, matricula nº 5496772/2, da Portaria nº 068/2016- ARCON-PA de 15 de fevereiro de 2016, publicada no DOE nº 32.068 de 16/02/2016.

II - INCLUIR a servidora ANA VALERIA RIBEIRO BORGES, matrícula nº 54187993/1, ocupante do cargo de Gerente de Grupo Técnico, a Constituir Comissão composta por servidores desta ARCON-PA, com o objetivo de contribuir para atender as necessidades imediatas na definição do Marco Regulatório Ferroviário do Estado e identificar as condições necessárias para habilitar esta Agência como agente de Regulação, Controle e Fiscalização do serviço delegado Transporte Ferroviário no Estado.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES

Diretor Geral - ARCON-PA

PORTARIA Nº 124/2016-CAF/GDP- ARCON, DE 26 DE FEVEREIRO 2016.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006 e considerando o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e;

CONSIDERANDO CI N.º002/2016-DIF/ARCON-PA,

RESOLVE:

I - SUSPENDER, o gozo das férias da servidora MARTA DA PENHA SALES, Matrícula n° 5917319/2, ocupante do cargo de Gerente de Grupo Técnico, lotada no Grupo Técnico de Transportes - GTT, referente ao exercício de 2015/2016, concedida através da Portaria nº 044/2016-ARCON-PA, de 01/02/2016, publicada no DOE n° 33.063, de 04/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES

Diretor Geral - ARCON-PA

PORTARIA Nº 128/2016 - ARCON-PA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de Fevereiro de 2006,

RESOLVE:

I - EXONERAR, MARCIANO DE JESUS SILVA GURJÃO, Matricula n.º 5892792/3, ocupante do cargo em comissão de SUPERVISOR I desta ARCON-PA.

II - Esta Portaria entrará em vigor a contar do dia 13/03/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES

Diretor Geral - ARCON-PA

PORTARIA Nº 130/2016 - ARCON-PA, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de Fevereiro de 2006,

RESOLVE:

I - SUBSTITUIR, o servidor BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES, matrícula nº 6113091/1, da Portaria nº 009/2016-ARCON-PA de 19 de janeiro de 2016, pelo servidor KARIM ASSAD ZAIDAN, matricula n.º 5799015/9, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Normatização e Fiscalização desta ARCON para acompanhar cumprimento das condições previstas no contrato de concessão de uso nº 01/2001-FTERPA, firmado com a empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turismo - SINART LTDA.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES

Diretor Geral - ARCON-PA.

Protocolo 932519

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

NUMERO DE PUBLICAÇÃO: 930895

Onde se lê: a contar do dia 22/03/2016,

Leia-se: a contar do dia 22/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES

Diretor Geral - ARCON-PA.

Protocolo 932056

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

ERRATA

Na Portaria nº 034 de 11.02.16, Publicada no DOE Nº 33.066 de 12.02.16,
ONDE SE LÊ: Período de 20.01.2016 a 02.02.2016
LEIA-SE: Período de 06.01.2016 a 02.02.2016

Protocolo 932290

OUTRAS MATÉRIAS

Complementação à Publicação
No DOE n° 33.043 do dia 06 de janeiro de 2016, página 27, protocolo 915248.
O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 099/2012 além de prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses, acresceu o valor originalmente contratado, passando este a ser de R$ 337.000,00. A dotação orçamentária para o exercício de 2016 é a seguinte: Projeto Atividade 4668, Fonte 0101 e Elemento de Despesa 339030/339039.

Protocolo 932283

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N°0107/2016
O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e regulamentada pelo Decreto nº63, de 14 de março de 2007.
R E S O L V E:
I - DELEGAR, competência a servidora SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY, Diretor, matrícula nº5214670/4, servidora do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, nomeada através do Decreto s/n de 25/03/2015, para, juntamente com o Presidente assumir as funções de Ordenador de Despesas desta Autarquia, com efeito retroativo a até ulterior deliberação.
Publique-se.
DANIEL NUNES LOPES
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, 26 de fevereiro de 2016.

PORTARIA N°0108/2016
O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e regulamentada pelo Decreto nº63, de 14 de março de 2007.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY, Diretora de Administração e Finanças, matrícula nº5214670/4, servidora do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, nomeada através do Decreto s/n de 25/03/2015, para assinar em conjunto com o Presidente do ITERPA, as contas correntes mantidas em qualquer agência dos Bancos: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A, BANCO DO BRASIL S/A e CAIXA ECNÔMICA FEDERAL, podendo, executar todo e qualquer procedimento junto a essas instituições, no que concerne à perfeita condução das mesmas, podendo ainda, manter os poderes abaixo:
- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- AUTORIZAR COBRANÇA;
- UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUES;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS, EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO;
- SUSTAR / CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES / APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES - POUPANÇA;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR PAGAMENTO, EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO.
II - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 03/03/2015.
Publique-se.
DANIEL NUNES LOPES
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, 26 de fevereiro de 2016.

Protocolo 932460

PORTARIA N° 094/2016
O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, aliena "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e,
CONSIDERANDO o Laudo Médico nº 177081A/1.
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com o Art.85, da Lei nº 5.810/94, 13 (Treze) dias de Licença Assistência ao servidor HUGO LEONARDO SILVA PEREIRA. Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário, matrícula nº 57195919/1, no período de 14 de fevereiro a 26 de fevereiro de 2016.
Publique-se.
Daniel Nunes Lopes
Presidente
Gabinete da Presidência Instituto de Terras do Pará - ITERPA, em 22 de fevereiro de 2016.

Protocolo 932548

PORTARIA N° 098/2016
O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;
CONSIDERANDO o Memorando nº 006/2016 - GEO-1, datado de 03.02.2016.
R E S O L V E:
CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30 (trinta) dias
de Licença Premio ao servidor, TOMAZ DE NAZARÉ SENA FERREIRA, matrícula nº 31655015/1, Agrimensor, no período de 11.02.2016 a 11.03.2016,correspondente ao período aquisitivo de 15.11.1975 a 14.11.1980.
Publique-se.
Daniel Nunes Lopes
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, em 23 de fevereiro de 2016.

Protocolo 932551

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATO
Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 24/02/2016
Vigência: 24/02/2016 A 24/02/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Recepcionista, prorrogado por 12(doze)meses.
Valor: R$ 62.734,56
Dotação Orçamentária: PI 288338C Elemento de Despesa 339037 Fonte do Recurso 1101000000 Ação 232830
Contrato: 01
Exercício: 2015
Contratado: A.A.J. LOURENÇO E CIA. LTDA.
CNPJ: 05.619.593/0001-92
Endereço: Travessa do Chaco, nº 1847, Marco, CEP 66.093-541 - Belém/PA.
Ordenador: Frederico Aníbal da Costa Monteiro

Protocolo 932215

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 027/2016
Belém, 26 de Fevereiro de 2016.
A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2016/71717.
RESOLVE: CONCEDER 2,5 (duas e meia) diárias, ao servidor Dellívio Castro Sacramento, cargo de motorista, matricula: 54191311/1, para custear as despesas com a viagem ao município de Piçarra/PA no período de 02/03 a 04/03/2016 com o objetivo de conduzir o servidor Leandro Serique. Conforme Lei Estadual 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO
Gerente Financeira

Protocolo 932259

PORTARIA Nº. 028/2016 /NGPR
Belém, 26 de Fevereiro de 2016.
A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 028/2015 de 12 de fevereiro de 2015 e de acordo com o processo nº 2016/71746.
RESOLVE: CONCEDER 2,5 (duas e meia) diárias, ao servidor Leandro Dos Santos Serique, Apoio Técnico, matricula: 5906031/2, para custear as despesas com a viagem ao município de Piçarra/PA, no período de 02/03/2016 e 04/03/2016, Realização de emissão de laudo técnico, fotos e atas do PIP APRUNI. Fundamento Legal: Lei 5.810/94
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo 932266

PORTARIA Nº. 029/2016
BELÉM, 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2016/71755.
RESOLVE: CONCEDER 2,5 (duas e meia) diárias, ao servidor Aarão Petter, cargo de Apoio Técnico, matricula: 5903253/1, para custear as despesas com a viagem a Piçarra/PA, no período de 02/03 a 04/03/2016, com o objetivo de Realizar emissão de laudo técnico, fotos e atas do PIP APRUNI.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo 932278

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

Portaria: 6320/2016
Objetivo: Dar continuidade ao apoio técnico em auditório relacionada a cessão de diária e suprimento de fundos a ser realizado na Gerência de Apoio Logístico e Operacional.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: CAPITÃO POÇO/PA
Destino: BELÉM/PA
Servidor:
777777777/SEBASTIANA DOS SANTOS (COLABORADOR EVENTUAL DE NIVEL 2) / 20,5 DIARIAS / 22/02/2016 A 13/03/2016.

Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.

Protocolo 932049

Portaria: 6319/2016
Objetivo: Dar continuidade ao suporte técnico do plano de gestão orçamentaria elaborada pela GOF.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MARABÁ/PA
Destino: BELÉM/PA
Servidor:
9999999/MARCIA ROSANA DA SILVA SARE (COLABORADOR EVENTUAL DE NIVEL 2) / 20,5 DIARIAS / 27/02/2016 A 18/03/2016.

Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.

Protocolo 932054

Portaria: 6321/2016
Objetivo: Reunião com o diretor geral e prestação de contas com gerente de contabilidade.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: REDENÇÃO/PA
Destino: BELÉM/PA
Servidor:
59196561/FREDSON PEREIRA DA SILVA (ASSESSOR ESPECIAL I) / 6,5 DIARIAS / 27/02/2016 A 04/03/2016.

Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.

Protocolo 932458

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N°0107/2016 - 18.02.2016.
A Administradora NAZARACI MACEDO NATIVIDADE, Presidente em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
COLOCAR, a contar de 01.02.2016 até 31.12.2016, a disposição da Prefeitura Municipal de Itupiranga, o Extensionista Rural II Técnico em Agropecuária, WILLIAN JEFFERSON GONÇALVES-Matricula n°5534070/2, Com ônus para a EMATER-Pará, conforme Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 008/2015, celebrado entre a EMATER-PARÁ e a Prefeitura Municipal de Itupiranga.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
NAZARACI MACEDO NATIVIDADE
Presidente em Exercicio

ERRATA DE PORTARIA

PORTARIA: 104/2016, - PUBLICADA NO DOE N°33066
Onde se lê: Considerando: A necessidade de apurar as denúncias formuladas por agricultores, na concessão de crédito rural, assistidos pelo Escritório Local de Belterra/Escritório Regional de Santarém, sob a responsabilidade do Extensionista Rural II SÉRGIO LUIZ PEDROSO CORREA.
Resolve: Instaurar a Comissão Especial de Sindicância, composta pelos empregados, JOSÉ SINVAL VILHENA PAIVA Extensionista Rural I
Leia-se:: Considerando: A necessidade de apurar as denúncias formuladas por agricultores, na concessão de crédito rural, assistidos pelo Escritório Local de Belterra/Escritório Regional de Santarém, sob a responsabilidade do Extensionista Rural II SÉRGIO LUIZ PEDROSO CORREA.
Resolve: Instaurar a Comissão Especial de Sindicância, composta pelos empregados, PAULO AUGUSTO LOBATO DA SILVA Extensionista Rural I
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
NAZARACI MACEDO NATIVIDADE
Presidente em Exercicio

PORTARIA N°0101/2016 - 02.02.2016.
O PRESIDENTE DA EMATER - PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
I-CRIAR, Comissão de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais da EMATER-PARÁ, em atenção à exigência prevista em Manual de Patrimônio Mobiliário do Estado, composta pelos abaixo relacionados.
☐ ANDERSON COSTA DOS SANTOS-Presidente
☐ EDUARDO AUGUSTO RAMOS DA COSTA-Membro
☐ DANIEL MAURO LEAL CAMPOS-Membro
☐ CLAUNISE PERPETUA LEITE GANTUSS-Membro
II-DETERMINAR, o prazo de 06 (Seis) meses, a contar da data da Publicação desta.
III-Nas ausências legais do Presidente responderá pelo mesmo empregado e membro da comissão DANIEL MAURO LEAL CAMPOS.
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 932465

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2016
Data assinatura: 25/02/2016
Partes: Partes: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - EMATER - PA x ADELCIO NASCIMENTO & CIA. LTDA, CNPJ: 05.230.445/0001-81.
Objeto: Aquisição de placas de metal para registro patrimonial e tombamento dos bens da EMATER-PARÁ.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, § 1º da Lei 8.666/1993, a saber:
Art. É dispensável a licitação:
(...)
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
§ 1º Os percentuais referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.
Valor Total: R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)
ORDENADOR: Nazaraci Macedo Natividade

Protocolo 932438

APOSTILAMENTO

Número: 133
Valor Mensal: R$ 1.769,95
Valor Global: R$ 21. 239,40
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 039/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 039/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU
Contratado: JOSÉ DE OLIVEIRA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932233

APOSTILAMENTO

Número: 132
Valor Mensal: R$ 1.163,11
Valor Global: R$ 13.957,32
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 2º Termo Aditivo ao Contrato 012/2014. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 012/2014 - ESCRITÓRIO LOCAL DE SANTANA DO ARAGUAIA
Contratado: MARIA GORETE ALVES COSTA LIMA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932243

APOSTILAMENTO

Número: 131
Valor Mensal: R$ 1.468,55
Valor Global: R$ 17.622,60
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 2º Termo Aditivo ao Contrato 011/2014. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 011/2014 - ESCRITÓRIO LOCAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS
Contratado: MARIA DE FÁTIMA KERWALT
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932257

APOSTILAMENTO

Número: 130
Valor Mensal: R$ 996,23
Valor Global: R$ 11.954,76
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 077/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 077/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA
Contratado: GENECI ROSA DE CASTRO
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932338

APOSTILAMENTO

Número: 129
Valor Mensal: R$ 2.022,80
Valor Global: R$ 24.273,60
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 1º Termo Aditivo ao Contrato 012/2015. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato:012/2015 - ESCRITÓRIO LOCAL DE CUMARU DO NORTE
Contratado: ARLETE PEREIRA CAVALCANTE
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932342

APOSTILAMENTO

Número: 128
Valor Mensal: R$ 809,12
Valor Global: R$ 9.709,44
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 1º Termo Aditivo ao Contrato 010/2015. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 010/2015 - ESCRITÓRIO LOCAL DE BANNACH
Contratado: WAGNER LUIZ PEREIRA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932351

APOSTILAMENTO

Número: 126
Valor Mensal: R$ 657,61
Valor Global: R$ 7.891,32
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 019/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 019/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS
Contratado: MARILENE ELIAS GONÇALVES
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932420

APOSTILAMENTO

Número: 109
Valor Mensal: R$ 1.251,24
Valor Global: R$ 15.014,88
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 020/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 020/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE ITUPIRANGA
Contratado: SONIA MARIA GONÇALVES
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932429

APOSTILAMENTO

Número: 108
Valor Mensal: R$ 708,99
Valor Global: R$ 8.507,88
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 044/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 044/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE PIÇARRA
Contratado: WANA PEREIRA DA SILVA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932444

APOSTILAMENTO

Número: 107
Valor Mensal: R$ 830,66
Valor Global: R$ 9.967,92
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 017/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 017/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE CURIONÓPOLIS
Contratado: MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932446

APOSTILAMENTO

Número: 106
Valor Mensal: R$ 786,62
Valor Global: R$ 9.439,44
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 2º Termo Aditivo ao Contrato 001/2014. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 001/2014 - ESCRITÓRIO LOCAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ
Contratado: ANTÔNIO CARLOS MADEIRA DA SILVA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932447

APOSTILAMENTO

Número: 105
Valor Mensal: R$ 712 03
Valor Global: R$ 8.544,36
Assinatura: 24/02/2016

Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 026/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 026/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE ABEL FIGUEIREDO
Contratado: GILMAR FURLAN
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932451

APOSTILAMENTO

Número: 104
Valor Mensal: R$ 863,18
Valor Global: R$ 10.358,16
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 043/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 043/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
Contratado: ELIZANGELA EVA DE MELO
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932453

APOSTILAMENTO

Número: 151
Valor Mensal: R$ 713,04
Valor Global: R$ 8.556,48
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 2º Termo Aditivo ao Contrato 005/2014. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 005/2014 - ESCRITÓRIO LOCAL DE IPIXUNA
Contratado: UBIRACI CORREA DA SILVA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932468

APOSTILAMENTO

Número: 154
Valor Mensal: R$ 949,19
Valor Global: R$ 11.390,28
Assinatura: 24/02/2016
Justificativa: O presente instrumento tem por finalidade a atualização do valor do aluguel segundo a variação do IGP-M (FGV) do mês de janeiro de 2016, em conformidade com a Cláusula 2ª, do 3º Termo Aditivo ao Contrato 001/2013. O índice a ser aplicado segundo a variação do IGP-M (FGV) é 1,14%.
Contrato: 001/2013 - ESCRITÓRIO LOCAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ.
Contratado: MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO PAIVA
Ordenador em exercício: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932487

APOSTILAMENTO

Nº 090/2016
Valor: 0,00
Assinatura: 18/02/2016
Justificativa: O presente Instrumento tem por finalidade a inclusão da seguinte dotação orçamentária suplementar:
Orçamento:
Fonte de Recursos: 0261-Recursos Próprios
Programa: 1449-Agricultura Familiar
Projeto Atividade: 7610-Adequação Física e Reaparelhamento das Unidades de ATER.
Elemento de Despesa: 4490-92
Contrato: 030/2015
Contratado: JOÃO SANTANA DA SILVA-MEL.
Ordenador: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932515

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIA Nº 09/2016; BENEFICIÁRIO: ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO; MATRÍCULA: 3175685/1; FUNÇÃO: DIRETOR TÉCNICO; OBJETIVO: DISCUTIR COM A EQUIPE DO ESLOC DE TRACUATEUA SOBRE O PROCESSO DE AGROINDÚSTRIA DE MANDIOCA, ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À ATER EM SANTA LUZIA DO PARÁ E REUNIR COM A EQUIPE DO REGIONAL E LOCAL DE CAPANEMA; PERÍODO: 24 A 26/02/2016; Nº DE DIÁRIAS: 2,5; DESTINO: TRACUATEUA, STA. LÚZIA DO PARÁ, CAPANEMA; ORDENADOR DE DESPESA: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 932146

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

Ato: MEMO Nº. 140157/2016/GESFLORA/COGEF/DGFLOR
Término Vínculo: 22/02/2016
Tipo: DISTRATO A PEDIDO DE SERVIDOR
Orgão: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Servidor: ÉRICA DE NAZARÉ MATOS PEREIRA (TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA)
Ordenador: LUIZ FERNANDES ROCHA

Protocolo 932133

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 00240/2016-DGAF/GAB/SEMAS
BELÉM, 17 DE FEVEREIRO DE 2016.
O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei nº. 5810, de 24.01.1994;
CONSIDERANDO o Laudo Médico 176599A e Documento nº. 3854/2016;
RESOLVE:
I - Conceder 7 (sete) dias de Licença Saúde ao servidor SEBASTIÃO ANÍSIO DOS SANTOS, matrícula 3254593/ 1, ocupante do cargo de Técnico B, lotado na Diretoria de Licenciamento Ambiental, no período de 19/01/2016 a 25/01/2016.
II - Determinar
à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 932255

PORTARIA Nº 00241/2016-DGAF/GAB/SEMAS
BELÉM, 17 DE FEVEREIRO DE 2016.
O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.135, de 17.06.2015;
CONSIDERANDO o Benefício nº 6116830289 e Documento nº 4094/2016;
RESOLVE:
I - Conceder 224 (duzentos e vinte e quatro) dias de Prorrogação de Licença Saúde ao servidor MAURICIO ALBUQUERQUE RODRIGUES, matrícula 57203611/2, ocupante da função de Técnico em Gestão de Infraestrutura, lotado na Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, no período de 21/12/2015 a 31/07/2016.
II - Determinar à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 932256

PORTARIA Nº 00274/2016-DGAF/GAB/SEMAS
BELÉM, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei nº. 5810, de 24.01.1994;
CONSIDERANDO o Laudo Médico 176786A;
RESOLVE:
I - Conceder 19 (dezenove) dias de Licença Saúde a servidora ALESSANDRA DE AZEVEDO RODRIGUES DA SILVA, matrícula 54180297/ 2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente, lotada na Diretoria de Licenciamento Ambiental, no período de 13/01/2016 a 31/01/2016.
II - Determinar
à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 932258

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 004/2016
Justificativa: Prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses
Contrato: 008/2014
Data de Assinatura: 19/02/2016
Vigência: 22/02/2016 a 21/02/2017
Orçamento: PTRES 278338; FONTE 0116; ELEMENTO 339037
Valor: R$ 217.807,32
Contratado: VIDICON SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA (CNPJ 07.069.574/0001-65)
Endereço: Estrada do Caixaparah, Passagem Jardim Estrela, nº 22, Bairro Levilância, CEP 67.015-510, fone (91) 3218.5300, e-mail comercial@vidicon.com.br, Ananindeua/PA
Ordenador: Claudio Jorge da Costa Lima, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia em exercício

Protocolo 932492

DIÁRIA

PORTARIA Nº 267/2016-GAB/SEMAS DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAREM ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS CITADOS.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: SANTA MARIA DO PARÁ/PA E CACHOEIRA DO PIRIÁ/PA
PERIODO: 16/02 A 17/02/2016 - (01 e ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
- 57214826/1- IVAN MODESTO MOREIRA JUNIOR- (TECNICO EM GESTAO DE AGROPECUARIA)
- 5914610/1- NIVIA PAULA DE CASTRO SILVA- (ENGENHEIRO AGRONOMO)
- 86894/1- ARMANDO CARLOS ROSA MARQUES- (AGENTE DE SANEAMENTO)
- 5883997/2- ANTONIO ARANHA NETO- (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 930938

PORTARIA Nº 291/2016-GAB/SEMAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA NO MUNICIPIO
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: MARABÁ/PA
DESTINO: SAPUCAIA/PA
PERIODO: 26/02/2016 - (½) DIÁRIAS
SERVIDORES:

- 57231913/ 2- CARLOS IGOR CARVALHO FARO- (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 8011822/1- MARCO AURELIO DIOGO- (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 931959

PORTARIA Nº 294/2016-GAB/SEMAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAR FISCALIZAÇÃO E VISTORIA TÉCNICA EM EMPREENDIMENTOS
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: SANTARÉM/PA
DESTINO: NOVO PROGRESSO/PA E RURÓPOLIS/PA
PERIODO: 22/02 A 26/02/02/2016 - (04 E ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
- 57216164/1 - ERINELSON PIMENTEL SOUSA - (ENGENHEIRO FLORESTAL)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 931985

PORTARIA Nº 295/2016-GAB/SEMAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: SANTARÉM/PA, ORIXIMINÁ/PA E ÓBIDOS/PA.
PERIODO: 07/03 A 10/03/2016 - (03 e ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
-54189442/2- ROSIANE DA SILVA SOUZA-(TECNICO EM GESTAO DE AGROPECUARIA)
-5923743/1- MARICELIA GONCALVES BARBOSA-(ENGENHEIRO FLORESTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932008

PORTARIA Nº 292/2016-GAB/SEMAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: PARTICIPAR NA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO GRUPO GCF PARA O ANO DE 2016.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: MANAUS/AM.
PERIODO: 01/03 A 04/03/2016 - (03 e ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
-5136750/2- RONALDO JORGE DA SILVA LIMA-(SECRETARIO ADJUNTO)
-57234142/1- ANTONIO JOSE DA SILVA SOUSA-(TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE/DIRETOR)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932040

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83982/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
RISONETE LEMOS VALENTE
End: ROD. PA 254, PERIMETRO ALTO JAUARI - ZONZ RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica RISONETE LEMOS VALENTE, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31021, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03143/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 52,35 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84116/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
GASPAR PEREIRA DOS REIS
End: VICINAL DO JABÁ APA TRIUNFO DO XINGU - ZONA RURAL
CEP: 67370-000 Altamira - PA
Pelo presente instrumento, fica GASPAR PEREIRA DOS REIS, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/34115, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 08622/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de desmatar 226,91ha de vegetação nativa em area de especial preservação em unidade de conservação sem a autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84040/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
SÍTIO SANTO ANTONIO
End: MARGEM ESQUERDA DO IGARAPE ITAPICURU
CEP: 68.690-000 Acará - PA
Pelo presente instrumento, fica MANOEL DE NAZARÉ PINHEIRO DA SILVA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/20412, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 3016/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de apresentar informações falsas e ou enganosas aos sistemas oficiais de controle desta Secretaria. O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo1º inciso III e paragrafo3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84002/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
MARIA DA CONCEIÇÃO MOURA SOBRINHO
End: ROD.PA 254, SETOR 06 SERRA AZUL RAMAL JIQUITAIA - ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica MARIA DA CONCEIÇÃO MOURA SOBRINHO, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31217, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03171/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 3,90 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 932060

PORTARIA Nº 293/2016-GAB/SEMAS DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA EM EMPREENDIMENTOS
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: SANTARÉM/PA
DESTINO: NOVO PROGRESSO/PA
PERIODO: 22/02 A 23/02/02/2016 - (01 E ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
-54194174/2-GLAUBER NONATO FERREIRA OLIVEIRA-(ENGENHEIRO FLORESTAL)
-5907566/1-DIEGO SILVA SALDANHA- (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
-5914576/1-ANTONIO ODILSON PALMA VIEIRA-(MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932089

PORTARIA Nº 299/2016-GAB/SEMAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: COM OBJETIVO DE PARTICIPAR REUNIÕES INTERSECRETARIAIS (SEDEMA, SEDUC, SEMAS E SECRETARIAS MUNICIPAIS) COM GESTORES E TÉCNICOS DO MUNICÍPIO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
PERIODO: 07/03 A 10/03/2016 - (03 e ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
- 239070/3 - ANTONIO AUGUSTO FERREIRA FILHO - (PROFESSOR CLASSE III/COORDENADOR)
- 5875730/3 - LEONARDO FELIPH DE MORAES GOMES - (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932239

PORTARIA Nº 298/2016-GAB/SEMAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
OBJETIVO: REALIZAREM VISTORIA TÉCNICA EM EMPREENDIMENTO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: BREU BRANCO/PA.
PERIODO: 09/03 a 11/03/2016 - (02 e ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
- 57194445/2 - ALBANISE SOUSA DOS SANTOS - (ENGENHEIRO FLORESTAL)
- 57230161/1 - ZIVANILDO COSTA FERREIRA - (ENGENHEIRO FLORESTAL)
- 57196796/1 - MARCELO ANTONIO DE SA MEDEIROS - (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932274

PORTARIA N°265/2016-GAB/SEMAS BELÉM, 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, usando das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 5285/2016 e Memorando nº 140315/2016/CIP/DIREH/SAGRH;

R E S O L V E:

I - Autorizar a viagem do servidor EDSON BEZERRA POJO, matricula nº 54193420/3, ocupante do cargo de TECNICO EM GESTAO PUBLICA (COORDENADOR); lotado na Diretoria de Recursos Hídricos, com objetivo de participar da 1ª Oficina de Alinhamento do Projeto DesenvolverRH, que ocorrerá no período de 01/03 a 03/03/2016, na cidade de Brasília/DF.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 932322

PORTARIA Nº 305/2016-GAB/SEMAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

OBJETIVO: PARTICIPAR NO EVENTO "PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARÁ-PRA/PA AVANÇOS E PERSPECTIVAS".

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: CASTANHAL /PA

PERIODO: 29/02/2016 - (½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

-57227632/2-RENATA ELAINE SIQUEIRA MATOS-(TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 932538

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84113/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

HORTAXERXER ROGER PAULO ROCHA

End: VICINAL SÃO FELIX KM 130 VICINAL- BAIRRO ZONA RURAL

CEP: 68380-000 São Félix do Xingu-PA

Pelo presente instrumento, fica HORTAXERXER ROGER PAULO ROCHA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/34034, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 07619/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de desmatar a corte raso 108,63 ha de vegetação objeto de especial preservação sem a autorização ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83843/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA

End: ROD. PA 254, FINAL DO SETOR 06 SERRA AZUL MATONA

CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA

Pelo presente instrumento, fica FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31263, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03170/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 24,58 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo1º inciso III e paragrafo3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83977/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

ANDREIA ALMEIDA DA SILVA

End: ROD. PA 254, ALTO JAUARI, PDS SERRA AZUL - ZONA RURAL

CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA

Pelo presente instrumento, fica ANDREIA ALMEIDA DA SILVA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31010, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03149/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 6,85 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83984/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

GLAUBERTO NOBRE MARTINS

End: ROD.PA 254, SETOR 06 SERRA AZUL PICO DO JACARÉ RAMAL DO DIVINO - ZONA RURAL

CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA

Pelo presente instrumento, fica GLAUBERTO NOBRE MARTINS, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31194, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03125/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 7,30 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 931982

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84111/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

ERLI MARTINS DE MELO

End: VILA NOVA HORIZONTE - BAIRRO ZONA RURAL

CEP: 68380-000 São Felix do Xingu - PA

Pelo presente instrumento, fica ERLI MARTINS DE MELO, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/34105, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 08628/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de desmatar 70,45 ha de vegetação nativa a corte raso, objeto de especial preservação sem a autorização ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84105/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

REIS FERREIRA FILHO DA SILVA

End: MARGEM ESQUERDA DO RIO XINGU VICINAL TRANSIRIRI TOCA DO SAPO - BAIRRO ZONA RURAL

CEP: 68380-000 São Felix do Xingu - PA

Pelo presente instrumento, fica REIS FERREIRA FILHO DA SILVA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/34178, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 07620/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de desmatar a corte raso 244,31 ha de vegetação nativaobjeto especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83987/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

ANTONIO JOSÉ DE SOUZA MARTINS

End: ROD. PA 254, RAMAL DO PERIMETRO ALTO JAUARI - ZONA RURAL

CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA

Pelo presente instrumento, fica ANTONIO JOSÉ DE SOUZA MARTINS, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31202, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03126/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 3,30 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83990/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

ANTONIO LUCENA DE LIMA

End: ROD. PA 254, RAMAL TABOCA, PDS SERRA AZUL - ZONA RURAL

CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA

Pelo presente instrumento, fica ANTONIO LUCENA DE LIMA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31023, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03151/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria,

ante a constatação de destruir 9,20 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 932174

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83973/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
LUIS SANTOS DE OLIVEIRA
End: ROD. PA 254, VICINAL PERIMETRO ALTO JAUARI - ZONA RURAL.
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica LUIS SANTOS DE OLIVEIRA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31014, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03150/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 5,56 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84000/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
ALIRIO COSTA DE SOUZA
End: ROD. PA 254, SERRA AZUL RAMAL DO JIQUITAIA - ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica ALIRIO COSTA DE SOUZA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31252, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03172/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 7,05 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83978/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
JOSÉ LOIOLA DE LIMA
End: ROD. PA 254, MARGEM DIREITA DO RIO JAUARI, PDS SERRA AZUL - ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica JOSÉ LOIOLA LIMA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31037, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03153/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 4,01 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83986/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
MARIA RAIMUNDA FERREIRA DE BRITO
End: ROD. PA 254, SETOR 06, PICO DO JACARÉ, PDS SERRA AZUL - ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica MARIA RAIMUNDA FERREIRA DE BRITO, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31063, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03156/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 7,32 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 932262

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84104/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
ANTONIO DA SILVA SANTOS
End: ROD. PA 254. SETOR 06 SERRA AZUL RAMAL DO CATITU
BAIRRO ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre-PA
Pelo presente instrumento, fica ANTONIO DA SILVA SANTOS, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/30050, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03062/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 8,55 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83824/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
PIONEIROS INDUSTRIAL LTDA
End: RODOVIA DOS PIONEIROS, 2010 KM 04 JARDIM ATLÂNTICO
CEP: 68000-000 Paragominas - PA
Pelo presente instrumento, fica PIONEIROS INDUSTRIAL LTDA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31980, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03147/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de transportar 14,78 m^3 de madeira serrada de diversas espécies em desacordo com o que preve a legislação . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo1º inciso III e paragrafo3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 83996/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
EVERALDO LOPES DA SILVA
End: ROD. PA 254, RAMAL JIQUITAIA, PDS SERRA AZUL - ZONA RURAL
CEP: 68220-000 Monte Alegre - PA
Pelo presente instrumento, fica EVERALDO LOPES DA SILVA, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2015/31027, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 03152/2015-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de destruir 12,44 ha de vegetação nativa objeto de especial preservação, sem autorização da autoridade ambiental competente . O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao dispostono Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo 1º inciso III e paragrafo 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

NOTIFICAÇÃO Nº. : 84090/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016
Á
FLOR DA MATA SOLUÇÕES EM MADEIRAS LTDA - EPP
End: Rua Edy Alves de Oliveira, s/n - Bela Vista
CEP: 68527-000 Abel Figueiredo - PA
Pelo presente instrumento, fica FLOR DA MATA SOLUÇÕES EM MADEIRAS, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 2014/30219, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 2546/2014-GEFLOR, na sede desta Secretaria, ante a constatação de fazer funcionar atividade de beneficiamento de madeira sem a devida autorização do órgão ambiental competente. O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10(dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
Este edital está estabelecido, conforme art. 138 paragrafo1º inciso III e paragrafo3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 932268

NOTIFICAÇÃO Nº. : 81937/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2015
Á
ANTONIO RAMOS DA SILVA - LOTE 32
End: Lote n. 32 da Gleba n. 18 do Projeto Integrado de Colonização de Itaituba.
CEP: Sem CEP Trairão - PA
Pelo presente instrumento, fica o Sr. Antônio Ramos da Silva, notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 16954/2013, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 2094/2013, na sede desta Secretaria, por operar atividade de manejo florestal, em face de desmatar 8,77 ha de floresta ou utilizá-lo com infringência das normas de conservação em área de reserva, contrariando Art. 51 do

Decreto federal 6514/2008, enquadrando-se Art. 118, inciso VI da Lei Estadual 5887/1995, em consonância Art. 70 da Lei Federal 9605/1998, desobedecendo às normas legais. O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 932312

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2016-SEMAS

A Pregoeira Oficial designada pela Portaria n° 859/2015 - GAB/SEMA de 01 de julho de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas (art. 3º, IV da Lei 10.520/02) após constatação do cumprimento das exigências legais relativas ao processo licitatório, resolve ADJUDICAR o Pregão Eletrônico nº 001/2016 - SEMAS cujo objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PERSIANAS, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Edital, à empresa abaixo relacionada:

Item 1 - Cota Aberta para participação do mercado geral (Art. 48, III)

Empresa	SOLARIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	CNPJ: 21.223.838/0001-14		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD (m²)	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Persianas verticais em PVC liso conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	735	R$ 100,00	R$ 73.500,00

Grupo 2 - Cota Reservada para participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Art. 48, III)

Empresa	CARLOS NAVARRO E CIA LTDA - EPP			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD(m²)	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	Persianas verticais em PVC liso conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	240	R$ 71,45	R$ 17.148,00
03	Persianas verticais em tecido rústico com bandô (poliéster + algodão) com aplicação de resina emborrachada conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	157,5	R$ 114,64	R$ 17.998,48

Belém/Pa, 25 de fevereiro de 2016.
CRISTIANE DE SOUSA LIMA - PREGOEIRA/CPL/SEMAS

Protocolo 932138

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 03
Contrato n.º: 014/2012
Data de Assinatura: 17/02/2016
Valor: R$ 18.000,00
Vigência: 17/02/2016 a 17/08/2016
Classificação do Objeto: Outro
Justificativa: Justifica-se a celebração do presente Termo Aditivo para permitir a consecução dos serviços contratados. Além de reajustar o valor original do contrato.
Orçamento:
Programa de Trabalho: 18.122.1297.8338.0000
Fonte: 0656
Elemento: 33.90.39
Contratado: TELEMAR NORTE LESTE S/A
CNPJ/MF sob o n° 33.000.118/0001-79
Endereço: Rua General Polidoro nº 99, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro.
CEP: 66035-080
Ordenador: THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 932457

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 001/2016

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico N.º 037/2016, acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
N° DO PROCESSO: 2016/54957
OBJETO: Curso "CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EM GESTÃO E FISCZALIZAÇÃO DE CONTRATOS", para 01 (um) servidor do IDEFLOR-BIO.
NOME DO CREDOR: ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.
CNPJ: 35.963.479/0001-46
ENDEREÇO: Avenida Rio Branco, n.º 1765, Salas 01,02, 05 e 06, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29.055-643, Fone (27) 3224-4461
VALOR: R$ 2.290,00 (DOIS MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa de Trabalho: 18.128.1424.6077.0000
Fonte: 0661
Elemento de Despesa: 33.90.39.48
Belém, 24 de fevereiro de 2016
THIAGO VALENTE NOVAES
Presidente do IDEFLOR-BIO

Protocolo 932149

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.° 002/2016

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico N.º 037/2016, acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
N° DO PROCESSO: 2016/55003
OBJETO: Curso "CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EM ESOCIAL E DCTF-PREV, NOVA OBRIGAÇÃO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS E SUA RELAÇÃO COM A GFIP/SEFIP 8.4, JUNTO À RECEITA FEDERAL", para 02 (dois) servidores do IDEFLOR-BIO.
NOME DO CREDOR: ESAFI - Escola de Administração e Treinamento Ltda.
CNPJ: 35.963.479/0001-46
ENDEREÇO: Avenida Rio Branco, n.º 1765, Salas 01,02, 05 e 06, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29.055-643
Fone (27) 3224-4461
VALOR: R$ 4.980,00 (QUATRO MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa de Trabalho: 18.128.1424.6077.0000
Fonte: 0661
Elemento de Despesa: 33.90.39.48
Belém, 25 de fevereiro de 2016
THIAGO VALENTE NOVAES
Presidente do IDEFLOR-BIO

Protocolo 932152

DIÁRIA

PORTARIA N°. 061 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015.
RESOLVE:
Conceder 26,5 (vinte e seis e meia) diárias ao servidor Weliton Carlos Ramalho, matrícula n°.5923530, para atender as despesas de viagem a São Felix do Xingu/ Altamira. Objetivo: Conduzir os servidores, a partir de Belém e dentro da ATX, para as seguintes ações, coordenadas pela Gerente da Unidade de Conservação e equipe de Gestão, no período de 27/02/2016 a 24/03/2016, conforme o processo nº. 2016/73973 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 932417

PORTARIA N°. 060 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015.
RESOLVE:
Conceder 06 e ½ (seis e meia) diárias ao servidor Marcel Silva de Oliveira, matrícula nº. 5914586, ocupante do cargo de Motorista, para atender as despesas de viagem ao município de Salvaterra/ Soure/ Cachoeira do Arari/ Santa Cruz do Arari. Objetivo: Conduzir os servidores do Ideflor-Bio, até os municípios citados acima para iniciar o processo de mobilização e reunião com os órgãos públicos e sociedade civil para formação do conselho gestor da APA do Marajó, no período de 06 a 12/03/2016, conforme o processo nº. 2016/72427, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 932428

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO N° 08/2016 - NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verde - NEPMV, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Estadual n° 7.756/2013, posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 8.096/2015, que vinculou o NEPMV à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 67, § 1° e § 2° da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e os procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 870/2013,
CONSIDERANDO o disposto no item 3.3 da Cláusula 3 do Termo de Cooperação Técnica e Financeira formalizado entre o Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV e o Programa Municípios Verdes - PMV;
CONSIDERANDO que o Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, atua com equipe mínima de servidores, para atender as diversas atividades a serem desenvolvidas, dentre elas, ações de fiscalização e acompanhamento de contratos;
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA DE DESIGNAÇÃO N° 55/2015 - NEPMV, que institui a Comissão de Fiscalização do Contrato Administrativo n.º 010/2015 - NEPMV;
R E S O L V E:
I - SUBSTITUIR a servidora AYAMY DA COSTA MIGIYAMA, matrícula nº 57234932/1, pela servidora CAMILLA PENNA DE MIRANDA FIGUEIREDO matrícula 5904235-2 na função de Presidente da Comissão de Fiscalização do Contrato Administrativo nº 010/2015 - NEPMV, celebrado com a empresa FLORAM ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, que tem como objeto a prestação dos serviços de Monitoramento Ambiental e Monitoramento de Projetos, visando o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, através do monitoramento do Projeto Municípios Verdes/Fundo Amazônia e dos Pactos Locais firmados pelos municípios paraenses.
II - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.
III - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Belém-PA, 26 de fevereiro de 2016.
ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo 932135

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO N° 09 /2016 - NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verde - NEPMV, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Estadual n° 7.756/2013, posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 8.096/2015, que vinculou o NEPMV à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 67, § 1° e § 2° da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e os procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 870/2013,
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora AYAMY DA COSTA MIGIYAMA, matrícula nº 57234932/1, para atuar como fiscal do Contrato Administrativo nº 001/2016 - NEPMV, celebrado com a empresa KS MAX INFORMA´TICA LTDA, que tem como objeto a aquisição de 34 (trinta e quatro) máquinas fotográficas digitais.
II - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.
III - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Belém-PA, 26 de fevereiro de 2015.
ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo 932136

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 01/2016

DATA: 26/02/2016
OBJETO: Customização, manutenções evolutivas e suporte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR-PA
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, II c/c art. 13, I e III da Lei Federal nº 8.666/1993
ORÇAMENTO:
ATIVIDADE: 278544
NATUREZA DE DESPESA: 339039
PLANO INTERNO: 101010008544C;
FONTE: 0306;
VALOR: R$ 882.000,00
CONTRATADA: Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural - FUNDECC
CNPJ: 07.905.127/0001-07
ENDEREÇO: Campus da Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG, CEP 37200-000
ORDENADOR: Armindo Felipe Zagalo Neto
ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo 932346

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº:	010/2015 - NEPMV
Objeto:	Prestação de serviços de Monitoramento Ambiental e Monitoramento de Projetos, visando o fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, através do monitoramento do Projeto Municípios Verdes/Fundo Amazônia e dos Pactos Locais firmados pelos Municípios paraenses, conforme especificações e produtos previsto no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n° 005/2015-NEPMV) e demais documentos integrantes desta contratação
Apostila nº:	01/2016 - NEPMV;
Contratante:	Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes NEPMV (CNPJ nº 19.716.688/0001-39).
Contratada:	FLORAM ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA (CNPJ nº 02.479.401/0001-00)
Justificativa:	Considera-se a necessidade da adequação orçamentária do Contrato nº 010/2015-NEPMV, no exercício de 2016, para efeito de execução orçamentária e financeiro das despesas.
D o t a ç ã o Orçamentária:	ATIVIDADE: 278544; NATUREZA DA DESPESA: 339039; PLANO INTERNO: 1010008544C; FONTE: 0306005227.
Ordenador:	Armindo Felipe Zagalo Neto, matrícula funcional nº 54180396, inscrito no CPF/MF nº 379.814.632-20.
Local/Data:	Belém, 24 de Fevereiro de 2016.

Protocolo 932134

DIÁRIA

PORTARIA N° 10/2016 - NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 145 da Lei Estadual nº 5.810/1994 e do Decreto n° 734/1992 e suas posteriores alterações,
RESOLVE:
CONCEDER 0,5 (meia) diária ao servidor Edson Duarte de Jesus, Diretor Administrativo e Financeiro do NEPMV, portador da matrícula funcional nº 5176999, para participação do Evento "Qualificação da Gestão Ambiental dos Municípios do Pará", no município de Castanhal/PA, no dia 29/02/2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo 932139

DIÁRIA

PORTARIA N° 11/2016 - NEPMV

O Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 145 da Lei Estadual nº 5.810/1994 e do Decreto n° 734/1992 e suas posteriores alterações,
RESOLVE:
CONCEDER 0,5 (meia) diária ao servidor Armindo Felipe Zagalo Neto, Diretor Geral do NEPMV, portador da matrícula funcional nº 54180398, para participação do Evento "Qualificação da Gestão Ambiental dos Municípios do Pará", no município de Castanhal/PA, no dia 29/02/2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
ARMINDO FELIPE ZAGALO NETO
Diretor Geral do Núcleo Executor do
Programa Municípios Verdes - NEPMV

Protocolo 932142

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 174/2016-GAB/SAGA/SEGUP.
BELÉM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Sr. JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO: a Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS e da Reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências;
CONSIDERANDO: os termos do Memorando nº 008/2016-GRAESP/GAB.DIR de 21 de janeiro de 2016, constante do Processo nº 2016/25401.RESOLVE: Designar o servidor CB PM BRUNO LEONARDO DE FRANÇA GASPAR, MF. 034914/0, para exercer a função de Tripulante de Aeronave, com lotação no Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP/SEGUP.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a contar de 07 de dezembro de 2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO
Secretario de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Republicada por ter saído com incorreção

Protocolo 932374

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1°
Data da Assinatura: 23/02/2016
Vigência: 23/02/2016 à 07/06/2016
Valor: R$ 171.990,00
Justificativa: Com fulcro no artigo 65, alínea "b", §1, da Lei Federal n.º 8.666/93, resolve-se acrescentar ao valor contratual o percentual de 25 % (vinte e cinco por cento).
Contrato: 027/2015-SEGUP.
Exercício: 2016
Orçamento: 21.101.06.181.1425.8262 - Realização de Missões do Grupamento Aéreo; Natureza da Despesa: 339030 e 339039; Fonte de Recursos: 0101.
Contratado: ABEJET COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.
Endereço: Av. Júlio César, s/n - Aeroporto Internacional de Belém, Bairro de Val-de-Cães, CEP: 66.112-970, Cidade de Belém, Estado do Pará
Telefone: (91) 3257-0414
Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Protocolo 932207

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 01/2016 - SEGUP

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social através de seu pregoeiro devidamente designado através de Portaria 064 de 18/01/2016-SAGA/SEGUP informa que o PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 01/2016 - SEGUP que tem por objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de imunização e controle de pragas urbanas (desratização - dedetização e descupinização), limpeza de caixa d' água cisternas e limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública, e os órgãos que constituem e Secretaria, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Com abertura prevista para o dia 02 de março de 2016, às 09:00, FICA SUSPENSO, tendo em vista a readequação no termo de referencia anexo I do Edital.
A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.
Belém (Pá), 26 de fevereiro de 2016
Aldenor Coelho da Silva
Pregoeiro designado

Protocolo 932286

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará - SEGUP, Sr. JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, no uso de sua competência e atribuições legais, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal Nº. 8.666/93 decidiu REVOGAR o processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 26/2015-SEGUP/PA, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Tele atendimento e Supervisão (CALL CENTER), através de locação de mão-de-obra, para atender o Centro Integrado de Operações CIOP, tendo como órgão central a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Edital e seus Anexos, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente justificado nos autos.
Belém-Pa, 25 de fevereiro de 2016.
JOSÉ EDMILSON LOBATO JUNIOR
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo 932354

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016-SEGUP/PA

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº. 01/2016, firmada entre a SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ/MF sob o nº 05.054.952/0001-01 e a empresa ESTAÇÃO DE TRABALHO SERVIÇO DE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME, CNPJ/MF sob o nº 08.695.851/0001-08. MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº. 032/2015, cujo objeto é o Registro Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários, visando execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais, elétricas, hidráulicas, telefonia, lógica, pintura e cobertura para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Departamento de Trânsito e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR DO LOTE: R$ 8.770.406,30 (Oito Milhões Setecentos e Setenta Mil Quatrocentos e Seis Reais e Trinta Centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 876/2013 e demais legislações correlatas. DATA DE ASSINATURA: 23/02/2016. VIGÊNCIA: De 23/02/2016 a 22/02/2017. SIGNATÁRIOS: Pela SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ, o Senhor JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa; e pela Empresa ESTAÇÃO DE TRABALHO SERVIÇO DE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME, o Senhor RUY SÉRGIO NASCIMENTO COHEN, Sócio Administrador.

Protocolo 932367

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA: 212/16
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor/ Cargo do Servidor/ CPF:
TEN CEL PM EDSON LAMEGO JUNIOR
CMT DO 24º BPM /CPF:331.407.742-49
Fonte do Recurso 0101000000..
Natureza da Despesa 339030
Valor: R$ 800,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931987

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA: 213/16
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor/ Cargo do Servidor/ CPF:
MAJ PM AIDA MOREIRA DA COSTA
OFICIAL CIP /CPF:328.729.412-15
Fonte do Recurso 0101000000..
Natureza da Despesa 339030
Valor: R$ 1.500,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931990

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA: 214/16
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor/ Cargo do Servidor/ CPF:
TEN CEL PM PEDRO PAULO DA COSTA VALE
OFICIAL DPCDDHH /CPF:429.762.512-15
Fonte do Recurso 0101000000..
Natureza da Despesa 339030
Valor: R$ 800,00
Ordenador: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931991

DIÁRIA

PORTARIA Nº 189- DI-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA
DESTINO: BRASIL NOVO - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 27/10/2015.
SERVIDOR (ES): ST PM JOAQUIM GOMES DA SILVA
CPF: 293.294.422-34;
CB PM WALNEY DE SOUSA XAVIER
CPF: 946.093.222-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930984

PORTARIA Nº 197- DI-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: BAGRE - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 21 A 23/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM CLECIO NAHUM ALVES
CPF: 329.729.542-20;
CB PM PAULO ROBERTO DE JESUS NOGUEIRA
CPF: 758.570.732-00;
SD PM BRUNO HENRIQUE COSTA AFONSO
CPF: 004.237.192-97.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930987

PORTARIA Nº 198- DI-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: CURRALINHO - PA
DESTINO: BELÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 16 A 18/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM REINALDO BARROS NASCIMENTO CPF: 174.532.162-49;
SD PM FERNANDO NONATO DE CARVALHO AYRES
CPF: 795.190.322-15;
SD PM HELDER HUGO CORDEIRO MELO
CPF: 905.591.772-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930988

PORTARIA Nº 200- DC-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: PORTEL - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 05 DE POUSADA.
PERIODO: 12 A 17/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM ROSINALDO CARDOSO
SOBRINHO CPF: 429.446.512-34;
CB PM PAULO ROBERTO DE JESUS NOGUEIRA
CPF: 758.570.732-00;
SD PM EDER FERREIRA DE ALBUQUERQUE
CPF: 889.531.062-49;
SD PM DERICK COSTA LEÃO
CPF: 005.832.252-33;
SD PM ADONIAS SOUZA LOUSADA
CPF: 836.173.022-20;
SD PM BENEDITO PAULO BARBOSA DA COSTA
CPF: 894.886.362-20;
SD PM RAYLESSANDRO CARVALHO DOS PASSOS
CPF: 657.501.872-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930990

PORTARIA Nº 201- DI-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: MELGAÇO - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 20 A 22/10/2015.
SERVIDOR (ES): SD PM FRANCISCO EDER PACHECO
DE SOUZA CPF: 897.038.632-72;
SD PM LUCIANO MACHADO ALVES
CPF: 808.891.662-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930992

PORTARIA Nº 202- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE MENOR INFRATOR (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ANAJÁS - PA
DESTINO: BELÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 28 A 31/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ AUGUSTO DA COSTA
DA CONCEIÇÃO CPF: 487.604.472-49;
CB PM REINALDO MARTINS
CPF: 426.031.022-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930993

PORTARIA Nº 203- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: GURUPÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE POUSADA.
PERIODO: 19 A 23/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM TED DANTAS ARCHAR
DA SILVA CPF: 399.658.562-49;
SD PM ADAYLTON SANTOS DA COSTA
CPF: 852.921.412-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930995

PORTARIA Nº 204- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA MENOR INFRATOR (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: PORTEL - PA
DESTINO: BELÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 15 A 17/10/2015.
SERVIDOR (ES): SD PM JADISON BARBOSA RAMOS
CPF: 886.076.582-04;
SD PM PABLO SANTOS DA SILVA
CPF: 019.509.622-37.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930997

PORTARIA Nº 205- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: AFUÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 07 DE ALIMENTAÇÃO E 07 DE POUSADA.
PERIODO: 16 A 23/10/2015.
SERVIDOR (ES): CAP PM ANTONIO COLARES CARNEIRO
CPF: 427.855.612-87;
SD PM JOSÉ FLÁVIO BAIA LOBO
CPF: 689.791.002-30.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930998

PORTARIA Nº 206- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: PORTEL - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 16 A 23/10/2015.
SERVIDOR (ES): SD PM BENEDITO PAULO BARBOZA
DA COSTA CPF: 894.886.362-20;
SD PM ADRIANO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO
CPF: 002.999.842-57.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 930999

PORTARIA Nº 208- DI-DF-16
OBJETIVO: ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO: AFUÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 28/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM ANTONIO BENON RIBEIRO
MONTEIRO CPF: 425.980.012-49
CB PM JESIEL CORREA PUREZA
CPF: 520.124.922-15;
SD PM ANDRÉ CARLOS DE SOUZA FURTADO
CPF: 945.649.902-25;
SD PM ABRAHAM LINCOLN LARRAT
CPF: 964.033.902-44.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931000

PORTARIA Nº 209- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BAGRE - PA
DESTINO: BREVES - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
PERIODO: 07 A 08/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM MANOEL DAS GRAÇAS SILVA
CPF: 234.539.402-10;
SD PM MÁRCIO ROGERIO BARBOSA DO NASCIMENTO
CPF: 838.572.902-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931001

PORTARIA Nº 219- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: MOCAJUBA - PA
DESTINO: BELÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 21/10/2015.
SERVIDOR (ES): SD PM RENAN TEIXEIRA DE ARAUJO
CPF: 933.809.252-68;
SD PM CRYSTIANO CAMPOS BATISTA
CPF: 865.938.622-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931003

PORTARIA Nº 253- DI-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ÓBIDOS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 28/09 A 01/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM MARINALDO PACIFICO DOS SANTOS
CPF: 323.600.292-15;
SD PM SIDNEY ALVES DOS SANTOS
CPF: 813.720.272-20.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 931004

PORTARIA Nº 254- DC-DF-16
OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: TERRA SANTA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE

POUSADA.
PERIODO: 28/09 A 01/10/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM SILVAN ITABARACI DA SILVA FILHO CPF: 615.961.402-91;
CB PM CARLOS ALBERTO MAIA DE OLIVEIRA JUNIOR CPF: 579.442.532-68;
SD PM ADAILDO SOUSA DE LIMA CPF: 864.202.082-20;
SD PM RUSEMBERG CARVALHO DE QUEIROZ CPF: 964.769.822-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931005

PORTARIA Nº 255- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: JURUTI - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 29/09 A 02/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM KATIA MARCIA FREIRE CALDAS CPF: 370.255.112-34;
CB PM ROBSON ARLAN MARQUES DE OLIVEIRA CPF: 439.724.112-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931006

PORTARIA Nº 256- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ÓBIDOS - PA
DESTINO: SANTARÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 02/10/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM MAURO ROBERTO BRAGA REPOLHO CPF: 362.028.432-68;
CB PM SANDRO ROGERIO RODRIGUES SILVA CPF: 703.777.402-25;
CB PM FÁBIO ORDINEY MATOS DA COSTA CPF: 929.422.292-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931007

PORTARIA Nº 257- DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ORIXIMINÁ - PA
DESTINO: SANTARÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
PERIODO: 22 A 23/10/2015.
SERVIDOR (ES): SUB TEN PM SILVANIR LUIZ FONSECA QUEIROZ CPF: 194.246.202-68;
SGT PM FREDSON SOUSA DOS SANTOS CPF: 431.564.012-34;
CB PM ANTONIO CARLOS DOS PASSOS LOPES CPF: 596.164.742-00;
CB PM ALAN DE SOUZA VIANA CPF: 513.337.912-91;
CB PM ROGÉRIO LAURIDO REGO CPF: 776.061.752-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931008

PORTARIA Nº 258- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ORIXIMINÁ - PA
DESTINO: SANTARÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
PERIODO: 21 A 22/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM RADIEL GOMES FEITOSA CPF: 482.282.222-20;
CB PM ELIVALDO NORONHA FARIAS CPF: 778.984.272-20;
SD PM JONILSON GOMES DA SILVA CPF: 842.633.422-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931009

PORTARIA Nº 259- DI-DF-16

OBJETIVO: PRESTAR SEGURANÇA PARA OUVIDOR AGRÁRIO (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: URUARÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 08/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM EMMANUEL DIAS SANTOS CPF: 387.878.062-15;
SGT PM HERMENEGILDO AGUSTINHO SILVA CPF: 570.194.952-49;
CB PM PAULO JOSÉ LEANDRO E SILVA MARTINS CPF: 784.956.442-15;
CB PM JONHNATHAN SILVA FEITOSA CPF:849.985.552-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931010

PORTARIA Nº 261- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: ALMEIRIM - PA
DESTINO: SANTARÉM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 POUSADA.
PERIODO: 06 A 07/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM ADELSON SILVA DIAS CPF: 439.638.382-72;
CB PM AUDEMIR PEREIRA DA FONSECA CPF: 358.807.752-91;
CB PM EDNEY FREITAS DO AMARAL CPF: 358.215.742-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931012

PORTARIA Nº 263- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: JURUTI - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 05 A 08/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM ADELSON FERREIRA GARCIA CPF: 323.748.872-00;
SD PM WASHINGTON CARLOS DE SOUSA BRANCHES CPF: 814.723.822-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931013

PORTARIA Nº 265- DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ÓBIDOS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 12 A 15/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM ARIOSTON ALVES DE LIMA CPF: 357.412.602-68;
CB PM JORGE FABRICIO RABELO OLIVEIRA CPF: 669.811.402-25;
CB PM HILTON RAIMUNDO VIANA DE VASCONCELOS CPF: 578.885.502-15;
SD PM CARLOS RAMON SANTOS DE CARVALHO CPF: 784.891.802-53.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931015

PORTARIA Nº 266- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ALENQUER - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 13 A 16/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM JAMESTEAN ALMEIDA DE MORAIS CPF: 403.208.122-00;
SGT PM JOSÉ VALDIR LIMA GADELHA CPF: 323.667.282-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931017

PORTARIA Nº 267- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ÓBIDOS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 15 A 18/10/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM IDARLON DE SOUSA FÉLIX CPF: 588.183.912-91;
SD PM WILLIAM WAMBERG SIQUEIRA CPF: 008.505.682-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931018

PORTARIA Nº 271- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ALENQUER - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 13 A 16/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM NEUCICLEY CONCEIÇÃO SILVA CPF: 387.257.972-04;
SGT PM EVANDRO PEREIRA DA SILVA CPF: 560.095.692-49;
SGT PM BERNARDINO REGO DA SILVA CPF: 206.359.312-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931019

PORTARIA Nº 272- DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO: ALMEIRIM - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 05 DE POUSADA.
PERIODO: 25 A 30/10/2015.
SERVIDOR (ES): SGT PM LUIZ SOARES MONTEIRO DE SOUZA CPF: 357.345.662-68;
SGT PM ENIVALDO DE OLIVEIRA BATISTA CPF: 206.151.752-87;
CB PM FRANCINEI DE SÁ BARBOSA CPF: 338.350.632-00;
CB PM MANOEL NONATO MOTA DE SIQUEIRA CPF: 442.382.072-20;
CB PM HILTON RAIMUNDO VIANA DE VASCONCELOS CPF: 678.885.502-15;
CB PM DEUZIMAR SOARES MONTEIRO DE SOUZA CPF: 564.275.302-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931020

PORTARIA Nº 281- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: SOURE - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 26 A 28/08/2015.
SERVIDOR (ES): SD PM JOSÉ IVANILTON DE CASTRO CPF: 623.702.942-72;
SD PM DIOGO RAMALHO DE AVIZ CPF: 321.825.718-25.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931022

PORTARIA Nº 282- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: BARCARENA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 26/08/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM JOSÉ ROBERTO CRUZ LEAL CPF: 462.690.292-87;
CB PM CLAYTON NAZARENO SOUZA SERRA CPF: 471.123.282-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931024

PORTARIA Nº 283- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 27/08/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM SINVAL RIBEIRO LOURINHO CPF: 260.879.102-63;
SD PM ROGÉRIO DE JESUS ALMEIDA FARIAS CPF: 515.833.132-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931027

PORTARIA Nº 284- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 31/08/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM JOSÉ ROBERTO CRUZ LEAL CPF: 462.690.292-87;
CB PM CLAYTON NAZARENO SOUZA SERRA CPF: 471.123.282-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931028

PORTARIA Nº 285- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: RONDON DO PARÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 01 Á 03/08/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM JOSÉ ROBERTO CRUZ LEAL CPF: 462.690.292-87;

CB PM CLAYTON NAZARENO SOUZA SERRA
CPF: 471.123.282-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931031

PORTARIA Nº 285- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: BARCARENA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 01/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM ANTÔNIO SÉRGIO FONTINELLE MAGALHÃES CPF: 633.066.112-04;
SD PM PEDRO RODRIGUES COSTA NETO
CPF: 715.716.552-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931033

PORTARIA Nº 287- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: PRIMAVERA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 01/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM DANIEL MIRANDA DA SILVA
CPF: 329.625.682-20;
SD PM ROGÉRIO DE JESUS ALMEIDA FARIAS
CPF: 515.833.132-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931034

PORTARIA Nº 288- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: IPIXUNA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 02/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM DIOGO RAMALHO DE AVIZ
CPF: 321.825.718-25;
SD PM ROGÉRIO DE JESUS ALMEIDA FARIAS
CPF: 515.833.132-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931035

PORTARIA Nº 289- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 03/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM ROGÉRIO DE JESUS ALMEIDA FARIAS CPF: 515.833.132-49;
SD PM DIOGO RAMALHO DE AVIZ
CPF: 321.825.718-25.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931037

PORTARIA Nº 290- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: PONTA DE PEDRAS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
PERIODO: 02 A 04/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM CARMITO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA CPF: 295.704.502-82;
SD PM ALEX SANDRO DA SILVA MENDONÇA
CPF: 671.007.242-87.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931040

PORTARIA Nº 291- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: PARAUAPEBAS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
PERIODO: 07 A 10/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM BELARMINO ROBERTO NASCIMENTO FERREIRA CPF: 293.601.102-72;
SD PM SÉRGIO LAMEIRA DE QUEIROZ
CPF: 784.753.842-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931041

PORTARIA Nº 292- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: MARACANÃ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 08/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM SÍLVIO PARÓDIO DO NASCIMENTO
CPF: 151.563.112-53;
SD PM ROGÉRIO DE JESUS ALMEIDA FARIAS
CPF: 515.833.132-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931042

PORTARIA Nº 293- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 08/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM CARMITO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA CPF: 295.704.502-82;
SD PM ALEX SANDRO DA SILVA MENDONÇA
CPF: 671.007.242-87.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931044

PORTARIA Nº 294- DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS (DEA 2015).
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: AMERICANO - PA
DESTINO: MOCAJUBA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 08/09/2015.
SERVIDOR (ES): CB PM BENILSON FERREIRA LOPES
CPF: 606.455.552-15;
SD PM OSVALDO TEIXEIRA CARRERA
CPF: 449.848.202-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931048

PORTARIA Nº 1089-DI-DF-16

OBJETIVO: PARTICIPAR DA INAUGURAÇÃO DE UIPP.
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO: SÃO JOÃO DA PONTA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 20/02/2016
SERVIDOR (ES): CEL PM ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS CPF: 311.192.392-49.
ORDENADOR: LAZARO SARAIVA DE BRITO JUNIOR.

Protocolo 931078

PORTARIA Nº 1177-DI-DF-16

OBJETIVO: ACOMPANHAR CMT GERAL.
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO: SÃO JOÃO DA PONTA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
PERIODO: 20/02/2016
SERVIDOR (ES): CAP PM CLAUDMAR ELPIDIO FERREIRA DIAS CPF: 703.864.802-06;
CB PM ELIEZER DOS SANTOS ANSELMO JUNIOR
CPF: 611.202.602-30.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931087

PORTARIA Nº 1178-DI-DF-16

OBJETIVO: PARTICIPAR DE SOLENIDADE MILITAR.
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO: PARAGOMINAS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
PERIODO: 23 A 24/02/2016
SERVIDOR (ES): CEL PM ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS CPF: 311.192.392-49.
ORDENADOR: LAZARO SARAIVA DE BRITO JUNIOR.

Protocolo 931088

PORTARIA Nº 1179-DI-DF-16

OBJETIVO: ACOMPANHAR CMT GERAL.
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICIPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO: PARAGOMINAS - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
PERIODO: 23 A 24/02/2016
SERVIDOR (ES): CAP PM CLAUDMAR ELPIDIO FERREIRA DIAS CPF: 703.864.802-06;
CB PM ELIEZER DOS SANTOS ANSELMO JUNIOR
CPF: 611.202.602-30.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo 931089

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito a Portaria nº 1089/16 - DI-DF
Contida no diário nº 33.073 do dia 23/02/2016.

Protocolo 931072

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 - CPL/FASPMPA

A Diretora do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará - FASPM, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando os termos do Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica nº 003/2015 - CPL/FASPM, que tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS", e considerando o disposto no art. 5º, inciso IV da Lei Estadual nº 6.474/2002, bem como na forma especificada no Edital, Termo de Referência e seus anexos, RESOLVE:
1 - HOMOLOGAR o referido certame a empresa AUTOLUK - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PEÇAS LTDA - CNPJ: 20.063.556/0001-34, sendo a sua proposta de menor preço para o item R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) com base na lei, artigo e inciso acima especificado.
2 - REMETER o referido processo ao Chefe da Seção Administrativa- Financeira do FASPM, a fim de que seja providenciada a formalização do contrato e/ou empenho junto à empresa vencedora.
Belém/PA, 24 de fevereiro de 2015.
NEYLA REGINA BAHIA VIEIRA DA SILVA - CEL QCOPM
Diretora e Ordenadora de Despesa do FAS PM

Protocolo 932324

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016 - CPL/FASPMPA

A Diretora do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará - FASPM, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e considerando os termos do Processo Licitatório realizado na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica nº 003/2015 - CPL/FASPM, que tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULO", e considerando o disposto no art. 5º, inciso IV da Lei Estadual nº 6.474/2002, bem como na forma especificada no Edital, Termo de Referência e seus anexos, RESOLVE:
1 - HOMOLOGAR o referido certame a empresa SOLUÇÃO PLANEJAMENTO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 06.911.404/0001-13, sendo a sua proposta de menor preço para o item R$ 336.200,00 (trezentos e trinta e seis mil e duzentos reais) com base na lei, artigo e inciso acima especificado.
2 - REMETER o referido processo ao Chefe da Seção Administrativa- Financeira do FASPM, a fim de que seja providenciada a formalização do contrato ou empenho junto à empresa vencedora.
Belém/PA, 23 de fevereiro de 2015.
NEYLA REGINA BAHIA VIEIRA DA SILVA - CEL QCOPM
Diretora e Ordenadora de Despesa do FAS PM

Protocolo 932333

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº 206/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2016/71232, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de BREVES, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 25 a 29/02/2016;
1. IPC - NEISON DA COSTA CALIXTO - MAT: 5913866
2. DPC - RODRIGO AUGUSTO COSTA DE AMORIM - MAT: 5914092
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 04

(quatro) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), perfazendo
um total de R$ 1.080,00 (mil e oitenta reais), para atender despesas adicionais decorrentes da
diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932019

PORTARIA Nº 207/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2016/71262, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de CACHOEIRA DO ARARI, a fim de realizar DILIGENCIA
POLICIAL, no período de 25 a 29/02/2016;
1. DPC - LUCIANO CUNHA GUIMARÃES - MAT: 57233566
2. EPC - LUCIANA LEAL DE ALMEIDA - MAT: 55586616
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 04
(quatro) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), perfazendo
um total de R$ 1.080,00 (mil e oitenta reais), para atender despesas adicionais decorrentes da
diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932021

PORTARIA Nº 208/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 201671343, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de SALINÓPOLIS, a fim de realizar AUDIÊNCIA, no período de
25 a 26/02/2016;
1. IPC - CARLOS ALBERTO DE LIMA PIRES - MAT: 5234387
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 01
(uma) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), para atender
despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932025

PORTARIA Nº 209/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2016/71280, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de TAILÂNDIA, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 25 a 28/02/2016;
1. EPC - SIMONE FREITAS DOS PASSOS - MAT: 5411416
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 03
(três) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), para atender
despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932027

PORTARIA Nº 210/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 20166029, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, a fim de realizar
DILIGENCIA POLICIAL, no período de 25/02 a 01/03/2016;
1. IPC - ALEXANDRE SOUZA MATA - MAT: 8400716
2. EPC - EDSON CARVALHO CUNHA - MAT: 5232147
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 05
(cinco) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais),
perfazendo um total de R$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais), para atender despesas
adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932030

PORTARIA Nº 211/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 201650562, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de ACARÁ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no dia
16/02/2016;
1. IPC - MAYNARD PINHEIRO DE MELO JUNIOR - MAT: 5636868
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 1/2
(meia) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos
), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932031

PORTARIA Nº 212/2016- DGPC/OD/DRF DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2016/58524, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de BREVES, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 18 a 24/02/2016;
1. EPC - MAX COSTA BELO - MAT: 54188724
CONSIDERANDO
A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 06
(seis) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais), para atender
despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo 932032

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 022/2015 DGPC/PAD/DIVERSOS DE 15 DE JANEIRO DE 2016

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.
CONSIDERANDO
a conclusão do PAD nº 030/2013-DGPC/PAD, de 25/10/2013, que apurou, em tese, ilícito administrativo atribuído aos servidores ELIAS JORGE DE CARAVALHO FRANCÊS, Delegado de Polícia Civil, e LUIZ WAGNER DE JESUS PANTOJA, Escrivão de Polícia Civil;
CONSIDERANDO
o relatório da Comissão Processante que concluiu pela absolvição antecipada do servidor EPC LUIZ WAGNER DE JESUS PANTOJA e pela responsabilização administrativa do servidor DPC ELIAS JORGE DE CARVALHO FRANCÊS, sugerindo a penalidade de demissão;
CONSIDERANDO
os termos do Parecer Jurídico nº 421/2015-CONJUR, firmado pelo Coordenador de Assuntos Jurídicos II - João Lucas Oliveira Loureiro, concordando com a conclusão do trio processante;
R E S O L V E:
I - Absolver o servidor LUIZ WAGNER DE JESUS PANTOJA, Escrivão de Polícia Civil e APLICAR a penalidade de 60 (sessenta) dias de SUSPENSÃO ao servidor ELIAS JORGE DE CARVALHO FRANCÊS, Delegado de Polícia Civil, por transgressão ao Art. 74, incisos XIII, da Lei Complementar nº 022/94, a qual não deverá ser convertida em multa.
II - à Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Administração, para que adotem as providências necessárias ao pleno cumprimento do presente ato.
III - Determinar à Chefia de Gabinete que adote as providências necessárias ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo 932173

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 008 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDORA:IGLEA THAINA SILVA FONTINELLES
CARGO:Aux.Técn.Perícias, MATRÍCULA:57207915/ 2
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:08.10.2009 a 07.10.2012.
PORTARIA Nº 009 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDORA:EDNA LUCIA PEREIRA FARIAS
CARGO:Perito Criminal, MATRÍCULA:54185407/ 1
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:05.06.2007 a 04.06.2010.
PORTARIA Nº 010 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDOR:LEONARDO COSTA DOS SANTOS
CARGO:Períto Criminal, MATRÍCULA:54185403/1
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:05.06.2010 a 04.06.2013.
PORTARIA Nº 011 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDOR:MELQUIAS VALDEZ DANIEL
CARGO:Perito Criminal, MATRÍCULA:54186701/2
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:02.08.2010 a 01.08.2013.
PORTARIA Nº 012 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDORA:CAMILA DIAS MORETTI
CARGO:Médico Legista, MATRÍCULA:57189827/2
PERÍODO:31.01.2016 a 29.02.2016
TRIÊNIO:01.01.2011 a 31.12.2013.
PORTARIA Nº 013 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDORA:INAH D'ANNA BASTOS GEMAQUE
CARGO:Perito Criminal, MATRÍCULA:71030/1
PERÍODO:01.02.2016 a 30.04.2016
TRIÊNIO:29.06.2008 a 28.06.2011 e 29.06.2011 a 28.06.2014.
PORTARIA Nº 014 DE 22/01/2016-DAF
SERVIDORA:TERESINHA DE JESUS BRABO F. PALHA
CARGO:Perito Criminal, MATRÍCULA:5449510/1
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:17.05.2002 a 16.05.2005.

PORTARIA Nº 017 DE 26/01/2016-DAF
SERVIDORA:MARIA LUIZA DA SILVA MAIA
CARGO:Perito Criminal, MATRÍCULA:5156769/1
PERÍODO:01.02.2016 a 01.03.2016
TRIÊNIO:04.10.2002 a 03.10.2005.

Protocolo 932222

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Termo Aditivo: 05
Data da Assinatura: 19/02/2016.
Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogação de vigência de Contrato Administrativo, referente à prestação de serviços de impressão, copia, fax e digitalização, em atendimento as necessidades deste Centro de Perícias Renato Chaves.
Vigência: 21/02/2016 à 20/08/2016.
Contrato: 009
Exercício: 2012
PRETS: 858338 - Operacionalização das Ações Administrativas;
NATUREZA DE DESPESA - 339039 - Outras Serviços de Terceiros Pessoa- Jurídica;
FONTE: 0101 - Recursos Ordinários; 0261 - Recursos Próprios Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta.
Contratada: CSI SERVICE LTDA.
CNPJ: 06.053.247/0002-33.
Endereço: Av. Do Contorno, nº 2905, 485, Loja 01 e 02, Bairro Efigênia.
Belo Horizonte/MG, CEP - 30.110-013.
Ordenador: ORLANDO SALGADO GOUVÊA.

Protocolo 932186

DIÁRIA

PORTARIA N°. 001/ 2016

OBJETIVO: Realizar perícias.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Joilson Roberto Guimarães Silva
MATRÍCULA: 57194226 / Perito Criminal;
SERVIDOR: José Silvanio de Magalhaes Neto
MATRÍCULA: 5913050/1 / Motorista;
Origem: MARABÁ - PA Destino: DOM ELIZEU - PA.

DIÁRIAS: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 11/12/2015 a 12/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 002/ 2016

OBJETIVO: Realizar diversas perícias.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Joaquim Batista Freitas de Araújo
MATRÍCULA: 5156823/1 / Perito Criminal;
Origem: BELÉM - PA Destino: ABAETETUBA - PA.
DIÁRIA: 2.5 (Duas e meia) PERÍODO: 17/02/2015 a 19/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 005/ 2016

OBJETIVO: Conduzir viatura.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Sidney Hélio Tavares Navarro
MATRÍCULA: 57190663/1/ Motorista;
Origem: SANTARÉM - PA Destino: ITAITUBA - PA.
DIÁRIA: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 07/12/2015 a 08/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 009/ 2016

OBJETIVO: Realizarem diversas perícias veiculares.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Delson Batista de Lima Júnior
MATRÍCULA: 5463165/1 / Perito Criminal;
SERVIDOR: Ronaldo Silva da Costa
MATRÍCULA: 5890502 / Auxiliar Operacional;
Origem: BELÉM - PA Destino: ABAETETUBA - PA.
DIÁRIAS: 4.5 (Quatro e meia) PERÍODO: 25/01/2016 a 29/01/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 024/ 2016

OBJETIVO: Realizar diversas perícias.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Joaquim Batista Freitas de Araújo
MATRÍCULA: 5156823/1 / Perito Criminal;
Origem: BELÉM - PA Destino: ABAETETUBA - PA.
DIÁRIA: 3.5 (Três e meia) PERÍODO: 28/12/2015 a 31/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 026/ 2016

OBJETIVO: Realizar perícia técnica de constatação de danos.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Elvis de Oliveira Leite
MATRÍCULA: 54188039/1/ Perito Criminal;
Origem: SANTARÉM - PA Destino: COMUNIDADE DE SURUACÁ - PA.
DIÁRIA: 3.5 (Três e meia) PERÍODO: 15/12/2015 a 18/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 043/ 2016

OBJETIVO: Ficar a disposição do Núcleo Avançado para realizar rotinas administrativas.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Hanna Paula Luz Torres
MATRÍCULA: 5898808/3 / Auxiliar Operacional;
Origem: BELÉM - PA Destino: TUCURUÍ - PA.
DIÁRIA: 11.5 (Onze e meia) PERÍODO: 12/02/2016 a 23/02/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 044/ 2016

OBJETIVO: Realizar perícias.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Giuseppe Antonio Holanda Tancredi
MATRÍCULA: 57229384/1/ Perito Criminal;
Origem: SANTARÉM - PA Destino: REGIÃO DO LAGO GRANDE - PA.
DIÁRIA: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 28/12/2015 a 29/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 048/ 2016

OBJETIVO: Ficar a disposição quanto à realização de apoio técnico e manutenção do Sistema de Perícias e Laudos durante a operação Carnaval 2016.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Eurico Oliveira da Rocha
MATRÍCULA: 5157099/2 / Perito Criminal;
Origem: BELÉM - PA Destino: SALINOPÓLIS - PA.
DIÁRIA: 5.5 (Cinco e meia) PERÍODO: 05/02/2016 a 10/02/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 053/ 2016

OBJETIVO: Levar materiais biológicos.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Ana Maria Oliveira do Nascimento
MATRÍCULA: 57190563/1/ Agente Administrativo;
SERVIDOR: Evaldo Rodrigues dos Santos
MATRÍCULA: 6113172/1 / Motorista;
Origem: MARABÁ - PA Destino: BELÉM - PA.
DIÁRIAS: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 11/01/2016 a 12/01/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 493/ 2015

OBJETIVO: Realizarem exumação cadavérica.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Antônio Gomes de Lima
MATRÍCULA: 55589635/1/ Motorista;
SERVIDOR: Dany Lages Denis
MATRÍCULA: 57205043/2/ Auxiliar Técnico de Perícias;
SERVIDOR: José Ivanildo da Costa Navegantes
MATRÍCULA: 5205239/1 / Médico Legista;
SERVIDOR: Raimundo de Souza Belém
MATRÍCULA: 5156700/1 / Perito Criminal;
Origem: CASTANHAL - PA Destino: VISEU - PA.
DIÁRIAS: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 06/08/2015 a 07/08/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 721/ 2015

OBJETIVO: Ficar à disposição do Núcleo Avançado.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Maria Nilda Cavalcante
MATRÍCULA: 260827/3 / Perito Criminal;
Origem: SANTARÉM - PA Destino: ITAITUBA - PA.
DIÁRIA: 6.5 (Seis e meia) PERÍODO: 29/11/2015 a 05/12/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 767/ 2015

OBJETIVO: Realizar serviços administrativos e transportar material para exame.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Cristovão Paixão Filho
MATRÍCULA: 5852005 / Auxiliar Técnico de Perícias;
SERVIDOR: Esdras da Silva Perreira
MATRÍCULA: 5893453/ 1/ Auxiliar Operacional;
Origem: MARABÁ - PA Destino: BELÉM - PA.
DIÁRIAS: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 23/11/2015 a 24/11/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA N°. 771/ 2015

OBJETIVO: Realizar pericia técnica.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Marcelo Moraes
MATRÍCULA: 54185853/1/ Perito Criminal;
Origem: MARABÁ - PA Destino: ITUPIRANGA - PA.
DIÁRIA: 1.5 (Uma e meia) PERÍODO: 15/10/2015 a 16/10/2015.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

Protocolo 932078

FÉRIAS

PORTARIA N°053 /16 DE 19 FEVEREIRO DE 2016 - GAB/ DGCPCRC

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTIFICAS "RENATO CHAVES", no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Formalizar de acordo com o art.74 da Lei n° 5.810 de 24.01.1994, 30 (trinta) dias consecutivos de Férias para os servidores abaixo, lotados neste Centro de Perícias:
De: 01/03/16 a 30/03/16.
Adson Wender de Jesus Sousa - Perito Criminal
Ana Paula Soares de Souza - Perito Criminal
Danielle Silva de Andrade Lima Guerra - Corregedora
Daniel Freitas de Araujo - Perito Criminal
David Coelho Araújo - Motorista
Denise Maria Loureiro Contente - Perito Criminal
Douglas Glesias Calado de Brito - Aux. Técnico de Pericias
Eliana Célia Nogueira Queiroz - Psicologa
Gleidson Alves Pantoja - Aux. Técnico de Pericias
Glenda Cristiane e Souza Furtado - Perito Criminal
Jacqueline Olivia Campos Navegantes - Médico Legista
Mara Silvia Sousa da Silva - Perito Criminal
Marcelo Ayan Ferreira - Médico Legista
Marcio Willis Pereira Moreira - Perito Criminal
Maria Francisca Alves Alves - Médico legista
Marilia Hadima Montoril Santiago - Perito Criminal
Mauro Sergio Moura de Araújo - Perito Criminal
Nelson Silveira - Perito Criminal
Randolfo Audifax Coelho da Silva Junior - Perito Criminal
Rarnna Pinheiro Abdul Massih - Aux. Técnico de Pericias
Renato Nazaré Bessa - Aux. Operacional
Rodrigo Franco dos Santos - Aux. Técnico de Pericias
Sidney Helio Tavares Navarro - Motorista
Stelio José Batista dos Santos - Perito Criminal
Waldiney Brandão Lopes de Oliveira - Perito Criminal
De: 01/03/16 a 20/03/16
Ana Lucia Corrêa Rocha Peres - Auxiliar Técnico de Pericias
Werbth Pavão Simas - Auxiliar Técnico de Pericias
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", de 19 Fevereiro de 2016.
ORLANDO SALGADO GOUVÊA
Diretor Geral

Protocolo 931441

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N° 598 /2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2016/17339, apresentado pela empresa R . LIMA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.015.195/0001-10, nome de fantasia AUTO ESCOLA BRELAZ, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa R. LIMA DA SILVA - ME. Inscrita no CNPJ sob o nº 15.015.195/0001-10, nome de fantasia AUTO ESCOLA BRELAZ (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na TV. Floriano Peixoto nº 90 - Sala A Bairro Centro, CEP: 68.170.000, Juruti / PA, com atuação na Região de Trânsito de Santarém, no município de Juruti / PA, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 2170 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo 932204

PORTARIA N° 600 /2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2015/507848, apresentado pela empresa AUTO ESCOLA CONFIANÇA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.901.628/0001-11, nome de fantasia AUTO ESCOLA CONFIANÇA, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa AUTO ESCOLA CONFIANÇA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.901.628/0001-11, nome de fantasia AUTO ESCOLA CONFIANÇA (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na AV. CUIABA nº 825 SALA B Sale, CEP: 68.040-400, Santarém/PA, com atuação na Região de Trânsito de Santarém, no município de Santarém/PA, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 1274 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo 932205

PORTARIA N° 597 /2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2015/560308, apresentado pela empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MARANATA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.471.284/0001-10, nome de fantasia AUTO ESCOLA MARANATA, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MARANATA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.471.284/0001-10, nome de fantasia AUTO ESCOLA MARANATA (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento

na AV. CUIABA nº 911 - Bairro de Liberdade, CEP: 68.040-400, Santarém/PA, com atuação na Região de Trânsito de Santarém, no município de Santarém/PA, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 1449 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo 932209

PORTARIA Nº 596/2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004,358/2010,os termos da PORTARIA 506/2014-DG/DHCRV/CHC e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2015/521355, apresentado pela empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MEDEIROS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.990.251/0001-11, nome de fantasia C F C MEDEIROS, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MEDEIROS LTDA-ME , inscrita no CNPJ sob o nº 04.990.251/0001-11 , nome de fantasia C F C MEDEIROS (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na Av. Dom Domingos Carrerot, 3747, Centro, CEP: 68.540-000, Conceição do Araguaia/PA, com atuação na Região de Trânsito de Redenção, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 420 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo 932211

PORTARIA Nº 599/2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2015/464638, apresentado pela empresa UNIVERSAL - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.997.444/0001-31, nome de fantasia CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MUIRAQUITÃ, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa UNIVERSAL - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.997.444/0001-31, nome de fantasia CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES MUIRAQUITÃ (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na AV. CUIABA nº 1470 - Bairro de Caranazal, CEP: 68.040-400, Santarém/PA, com atuação na Região de Trânsito de Santarém, no município de Santarém/PA, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 2688 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Gera

Protocolo 932212

PORTARIA Nº 601/2016-DG/DHCRV/CHC/GCCFC

A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARÁ ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 168/2004 e 358/2010 e demais atos normativos afins;
CONSIDERANDO o requerimento nº 2015/464638, apresentado pela empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SANTAÉM LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.059.109/0001-43, nome de fantasia AUTO ESCOLA SANTARÉM, junto a esta Autarquia.
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária ao credenciamento do referido CFC;
RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES SANTARÉM LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.059.109/0001-43, nome de fantasia AUTO ESCOLA SANTARÉM (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na AV. CUIABA nº 905 - Bairro de Liberdade, CEP: 68.040-400, Santarém/PA, com atuação na Região de Trânsito de Santarém, no município de Santarém/PA, em tudo observada a Legislação em vigor.
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 01 (um) ano a contar da publicação desta Portaria.
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 427 neste DETRAN/PA.
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Belém, 26 de fevereiro de 2016.
Andrea Yared de Oliveira Hass
Diretora Geral

Protocolo 932214

PORTARIA Nº 605/2016-DAF/CGP, DE 25/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls.12, no Processo 2016/4941, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora Hedy Lamar Silva Moraes, Auxiliar Técnico, matrícula 3264211/1, lotada na Corregedoria, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período de 15/02 a 15/03/2016, referentes ao triênio 10.02.2011/2014, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.
Publique-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 604/2016-DAF/CGP, DE 25/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Parecer nº 1997/2013-PROJUR/CONSULTIVO, no Processo 2013/566527, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora Delmaria do Nascimento Souza, Auxiliar Técnico, matrícula 3263428/1, lotada na Gerência de Contabilidade, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período de 15/02 a 15/03/2016, referentes ao triênio 01.07.1985/1988, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.
Publique-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 603/2016-DAF/CGP, DE 25/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 13, no Processo 2014/402774, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor Ary Dionor Viana Rabelo, Técnico, matrícula 3267610/1, lotado na CIRETRAN "A" de Santarém, cento e cinqüenta (150) dias de Licença Prêmio, no período de 03/11/2015 a 01/04/2016, referentes aos triênios 01.11.2002/2005 (30 dias), 2005/2008 (60 dias) e 2008/2011 (60 dias), de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03.11.2015.
Publique-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 606/2016-DAF/CGP, DE 25/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 91, da Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994 e a apresentação da Certidão de Nascimento datada de 23/02/2016,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA, Procurador Autárquico, matrícula 57190699/1, lotado na Corregedoria, dez (10) dias de Licença Paternidade, no período de 19/02 a 28/02/2016, de acordo com o estabelecido na Lei 5.810/94-RJU, e Certidão de Nascimento datada de 23/02/2016.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo 932496

PORTARIA Nº. 29/2016-CGD/PAD/DIVERSOS.
BELÉM, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e...
CONSIDERANDO os termos do Decreto nº. 1.635 de 08.06.2005, que confere ao Diretor Geral atribuições para dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA;
CONSIDERANDO o teor da portaria 13/2015-DGD/PAD, publicada no Diario Oficial do Estado do Pará nº. 32.953, edição de 19.08.2015, que designou a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
CONSIDERANDO os termos do Memorando n° 05/2015 - CPAD, de 18.02.2016, da lavra do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, solicitando a Prorrogação do Prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar.
R E S O L V E:
I - PRORROGAR, por mais de 60 (sessenta) dias, o prazo previsto no inciso II da portaria 30/2015-DGD/PAD, publicada no Diario Oficial do Estado do Pará n° 33032, edição de 16.12.2015, para conclusão dos trabalhos, a contar do dia 15.02.2016;
II - À Corregedoria Geral do DETRAN e à Coordenadoria de Recursos Humanos, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ANTÔNIO VILLAR PANTOJA JÚNIOR
Corregedor Chefe do DETRAN/PA.

Protocolo 932503

PORTARIA Nº 30/2016-CGD/SIND. DIVERSAS
BELÉM, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ....
CONSIDERANDO os termos do art. 17, inciso XII, do Decreto nº. 1.635 de 08.06.2005, que confere à Corregedoria competência de exercer atribuições delegadas pela Direção Geral;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n° 2106/2014-DG/CGP, de 31.07.2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 08.08.2014, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância e Processos Administrativos;
CONSIDERANDO o teor da PORTARIA Nº 20/2015 - CGD/SIND. INVESTIGATIVA que instituiu a Comissão Sindicante, bem como o Memorando nº 02/2016 da lavra do Presidente da referida Comissão;
R E S O L V E:
I - PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, o prazo previsto no inciso I, da PORTARIA Nº 08/2016 - CGD/SIND. DIVERSAS, publicada no DOE n° 33.058, de 28.01.2016, para conclusão dos trabalhos, conforme preceitua o artigo 201 da Lei nº 5.810/94, a contar de 10.02.2016;
II - À Coordenadoria Disciplinar e à Diretoria Administrativa Financeira, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR
Corregedor Chefe - DETRAN/PA

Protocolo 932504

PORTARIA Nº 31/2016-CGD/PAD. DIVERSAS
BELÉM, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ....
CONSIDERANDO os termos do art. 17, inciso XII, do Decreto nº. 1.635 de 08.06.2005, que confere à Corregedoria competência de exercer atribuições delegadas pela Direção Geral;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n° 2106/2014-DG/CGP, de 31.07.2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 08.08.2014, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância e Processos Administrativos;
CONSIDERANDO o teor da PORTARIA Nº 13/2015 - DGD/PAD que instituiu a Comissão Processante, bem como o Memorando nº 01/2016 da lavra do Presidente da referida Comissão;
R E S O L V E:
I - PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo previsto no inciso I, da PORTARIA Nº 74/2015 - DG/PAD/DIVERSOS, publicada no DOE n° 33.032, de 16.12.2015, para conclusão dos trabalhos, conforme preceitua o artigo 201 da Lei nº 5.810/94, a contar de 16.02.2016;
II - À Coordenadoria Disciplinar e à Diretoria Administrativa Financeira, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR
Corregedor Chefe - DETRAN/PA

Protocolo 932505

PORTARIA Nº 511/2016-DG/CORREGEDORIA
BELÉM, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
ERRATA DE PORTARIA

Na PORTARIA Nº 468/2016-DG/CORREGEDORIA, de 17 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.071, de 19/02/2016.
Onde se lê:
... art. 23 da Lei Federal nº 9.503...;
Leia-se:
... art. 263 da Lei Federal nº 9.503...
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
Diretora Geral do DETRAN/Pa.

Protocolo 932506

FÉRIAS

PORTARIA Nº 519/2016-DAF/CGP, DE 22/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas,
R E S O L V E:
CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, lotados nas CIRETRAN'S "A" e "B" deste Departamento, trinta (30) dias de férias no mês de MARÇO/2016, nos períodos conforme especificados a seguir.

NOME	MATRÍCULA	EXERCÍCIO	CONCESSÃO	LOTAÇÃO
Adenilson Cardoso Neves	57201652/1	28.07.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	Barcarena
Angela Maria dos Reis	73504280/1	29.06.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	capanema
Antonio Givanildo Pereira Sousa	57201897/1	05.08.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	tucurui
Antonio Rossivaldo Brasil Barros	80845538/1	01.02/2015/2016	07.03 a 05.04.2016	capanema
Bruno Rodrigues Pingarilho	57205413/1	06.10.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	m. alegre
Celeste Nazaré Costa Soares Bezerra	3191907/1	01.04.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	Redenção
Cláudio Linhares dos Santos	3266451/1	30.07.2013/2014	07.03 a 05.04.2016	castanhal
Clésio Guimarães de Lima	57175596/1	13.11.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	almerim
Deuza Maria Pereira Costa	3263738/1	05.06.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	ananindeua
Estanisley do Nascimento Corrêa	5917738/1	12.03.2015/2016	12.03 a 11.04.2016	canaan
Fábio Rodrigo Braga Santiago	57197560	13.04.2013/2014	21.03 a 19.04.2016	Tucurui
Flávio Anísio Gonçalves Borges	5738989/4	27.02.2015/2016	03.03 a 01.04.2016	maraba
Gilvam Soares dos Santos	54193767/2	23.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	Maraba
Hertz de Souza Pontes	57205844/2	12.03.2014/2015	12.03 a 10.04.2016	salinopolis
José Adauto Cavalcante de S Júnior	55587295 /2	07.05.2014/2015	03.03 a 01.04.2016	maraba
José Alfredo Pinheiro da Costa	5445426/2	01.02.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	tucurui
José Carlos Ferreira Guimarães	57195748/1	08.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	Altamira
Lívia Cardoso Rosa de Oliveira	5899531/1	18.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	Parauapebas
Mara Luiza do Rosário Galúcio	57190471/2	18.02.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	Santarem
Marco Antonio Carvalho Quaresma	57202004/1	01.08.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	abaetetuba
Maria Ivonete Lira Farias	3267733/1	30.07.2014/2015	15.03 a 13.04.2016	maraba
Max Elimiliano Leite Rodrigues	57201304/1	28.07.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	parauapebas
Monique Aryelle Ferreira da Silva	57232983/1	25.08.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	Altamira
Normando Queiroz Borges	57194381 /2	21.05.2013/2014	02.03 a 31.03.2016	santarem
Rafael Teixeira Oliveira	57202032	17.07.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	redençao
Rosângela Maria de Araújo Mota	5903626/1	10.01.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	obidos
Sandoval Lopes de Almeida Filho	8014446/2	01.02.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	TUCURUI
Valdir Amadeu da Silva	5827485/2	28.07.2013/2014	20.03 a 18.04.2016	ITAITUBA
Wilson Elias da Silva	57175578/1	13.11.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	maraba

Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 518/2016-DAF/CGP, DE 22/02/2016

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas,
R E S O L V E:
CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, lotados na SEDE deste Departamento, trinta (30) dias de férias no mês de MARÇO/2016, nos períodos conforme especificados a seguir.

NOME	MATRÍCULA	EXERCÍCIO	CONCESSÃO	LOTAÇÃO
Abdorman Sobrinho Santiago	57192796/1	28.01.2015/2016	04.03 a 02.04.2016	CGOF/GC
Adenor de Jesus Guedes	54186678/3	01.02.2015/2016	07.03 a 05.04.2016	COFT/GOFTC
Afonso Palma da Paixão e Silva	5631033/5	01.02.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	CNSO
Alexandre Caetano de Sousa	57209138/1	25.11.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Ana Paula Amorim de Carvalho	57190682/1	01.11.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	CNCIR
André dos Reis Piquet	57198260/1	02.07.2014/2015	03.03 a 01.04.2016	COFT/GOFTC
Anete Maria Rosa da Costa	3268381/1	04.04.2013/2014	15.03 a 13.04.2016	CGP/GRMP
AntonietaCristina A CarvalhoAthayde	5632994/2	21.07.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Antonio Ulisses Dias Vilhena	57176341/1	15.01.2015/2016	10.03 a 08.04.2016	CGOF/GO
Aullo Cezar Alves de Azevedo Maia	57198588/1	01.07.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC

Bruno César Gemaque da Fonseca Santos	55587708/1	08.03.2014/2015	07.03 a 05.04.2016	DTI/CST
Bruno Moreira dos Santos Calumby	57198289/1	02.07.2013/2014	10.03 a 08.04.2016	COFT/GOFTC
Carlos Jorge Almeida Brasil	57176484/1	15.012015/2016	15.03 a 13.04.2016	PROJUR
Carolinne Flexa Prata de Almeida	57194191/1	18.02.2014/2015	14.03 a 12.04.2016	DTI/CDS
Cláudio José Fonseca Monteiro	57228801/1	19.05.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Cristovão Repolho Vieira	57195077/1	19.03.2015/2016	21.03 a 19.04.2016	CLGTRAN
Davi Carvalho Lobo	57217164/1	04.05.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	CRV/GVIV
David Clayton Pantoja da Paz	57226372/1	16.04.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Deives Leite Costa	55590179/1	01.08.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	CRV/GARV
Diva Maria do Rosário Ferreira	105643/2	16.06.2013/2014	07.03 a 05.04.2016	CL/GP
Elizabeth Hatherly Galvão	57193149/1	01.02.2015/2016	15.03 a 13.04.2016	CGP/GBAS
Eric Coêlho Pereira	57191839/1	02.01.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	DAF/CIM
Érika Guiomarino Dominici	57193605/1	01.02.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	DTI/CDS
Evandro Denis Machado Sampaio	57176450/2	28.02.2015/2016	17.03 a 15.04.2016	CNCINT
Flávio Fernandes Gomes	54197286/2	13.11.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	DHCRV/GPAV
Gilson Clay Modesto de Campos	57212328/2	22.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Haroldo Thiago Monteiro de Oliveira	57230558/1	24.06.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Hélio Franco Lira	57200460/1	28.07.2014/2015	02.03 a 31.03.2016	COFT/GOFTC
Herbeth Luiz do Nascimento Dias	57175927/1	01.12.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	DAF/CGOF
Itaí Augusto Figueira de Sousa	57196684/1	19.05.2014/2015	14.03. a 12.04.2016	DAF/CIM
Jairo Barbosa do Couto Rocha	57196933/1	26.05.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	DAF/CIM
José Maria dos Santos	80845608/1	01.02.2015/2016	14.03. a 12.04.2016	CRV/GARV
José Ribamar Silva Nery	57176488/1	15.01.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	CDINF/GB
José Roberto dos Santos Ferreira	57208054/1	27.11.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Karina Klautau Leão	55587578/1	02.03.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	CHC/RENACH
Karina Sant'Ana Aleixo	57226498/1	16.04.2014/2015	13.03 a 11.04.2016	COFT/GOFTC
Kleverson Oeiras de Almeida	57205255/1	15.10.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Lacênio Nonato Barbosa	5050863/2	18.02.2015/2016	14.03 a 12.04.2016	À DISP CGP
Lailton Santos do Nascimento	57200227/1	21.07.2013/2014	07.03 a 05.04.2016	COFT/GOFTC
Lícia Maria dos Santos Freire	5638704/1	16.04.2014/2015	02.03 a 31.03.2016	COFT/GOFTC
Lissandra Cecília Martins Erero	57194914 /1	10.03.2015/2016	10.03 a 08.04.2016	CGP/GBAS
Lucimar Lima da Silva	57194022/1	18.02.2015/2016	22.03 a 20.04.2016	DAF/CIM
Luiz Alberto Barreto Nepomuceno	54191079 /2	10.03.2014/2015	15.03 a 13.04.2016	PROJUR
Márcio Alves Damasceno	57201768/1	14.07.2014/2015	14.03 a 12.04.2016	COFT/GPRVC
Maria Clara das Neves	57175783/1	15.12.2014/2015	07.03 a 05.04.2016	CRV/GCDRV
Maria das Graças Raiol Garcez	3262464/1	01.11.2014/2015	07.03 a 05.04.2016	DHCRV/CRV
Michel Oliveira dos Santos	57197153/1	26.05.2014/2015	02.03 a 01.04.2016	CGP/GBAS
Miguel Resque Santiago	5914648/1	04.07.2014/2015	10.03 a 08.04.2016	PROJUR
Moisés Azevedo Campos	57175156/2	06.02.2015/2016	01.03 a 30.03.2016	PROJUR
Nilson Levi Oliveira do Rosário	80845592/1	01.02.2015/2016	14.03 a 12.04.2016	CGP/GDP
Odinéa Pereira dos Reis	57193851/2	18.03.2015/2016	18.03 a 16.04.2016	CNCINT
Orivaldo Castro dos Santos	3262057/1	10.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	DTO/CET
Osvaldo Batista de Oliveira Junior	57194796/2	21.07.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Paulo Roberto Carneiro Barroso	57227620/1	30.04.2014/2015	13.03 a 11.04.2016	COFT/GOFTC
Peter Mendes Pereira	57226369/1	15.04.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC

Raimunda Antonia da Silva	5455383/2	10.03.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	CHC/GETP
Raimundo da Costa Cunha	57198617/1	04.07.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Raphael de Souza Pinto Neto	57200894/6	01.02.2015/2016	02.03 a 01.04.2016	DTI/CDS
Rosemiro Filho de Freitas Maués	57195019/2	13.11.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Silverton dos Santos Gomes	57227376/1	29.04.2014/2015	20.03 a 18.04.2016	COFT/GOFTC
Tayana Chermont Klautau	57197326/1	02.06.2014/2015	01.03 a 30.03.2016	PROJUR
Vanda Maria Peixoto Ferreira de Carvalho	3155927/1	15.02.2014/2015	07.03 a 05.04.2016	COFT/GPRVC
Vander Prado Machado	54183575/3	23.04.2013/2014	01.03 a 30.03.2016	COFT/GOFTC
Vera Lúcia da Silva Campos	57192793/1	28.01.2015/2016	14.03. a 12.04.2016	CGOF/GA

Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo 932499

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 3
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016
JUSTIFICATIVA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência estipulado originário em mais 12(doze) meses, a contar de 27 de fevereiro de 2016.
CONTRATO: 004
EXERCÍCIO: 2013
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.
ENDEREÇO: Rodovia Arthur Bernardes, Porto Tocantins, 10, bairro Val-de-Cães, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.115-000.
ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes.

Protocolo 932228

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL
ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000

O Presidente do Conselho de Administração da Organização Social Pará 2000, João Carlos Braga, em observância dos artigos 15 a 18 do Estatuto Social, convoca os sócios fundadores, os sócios efetivos, os associados, bem como qualquer pessoa integrante da sociedade civil para a ASSEMBLÉIA GERAL que ocorrerá no dia 18 de março de 2016, no Hotel Regente, localizado na Av. Governador José Malcher, nº 485, às 17:30h em Belém, Pará, em primeira convocação, ou, em segunda convocação, com quórum mínimo legal exigido estatutariamente, para tratar do seguinte:

ORDEM DO DIA

I. Eleição de novos membros do Conselho de Administração;
II. Eleição de novos membros do Conselho Fiscal;
III. Reestruturação e Reorganização do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

Belém, 25 de Fevereiro de 2016.
João Carlos Braga
Presidente do Conselho de Administração da Pará 2000.

Protocolo 932230

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

PORTARIA

Portaria Nº 052 de 26 de fevereiro de 2016

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, publicada no D.O.E. nº- 32.798 de 01 de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto Estadual nº-1.945, de 13 de dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº-249 de 11 de outubro de 2011, e ainda o Decreto 1.338 de 30 de julho de 2015. Em observância aos Art. 32 a 34 da Lei 5810/94-RJU/Pa, e no Art. 41 §4º da Constituição Federal;
CONSIDERANDO ainda os Pareceres Conclusivos da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CESAD, instituída pela FCP em portaria coletiva nº 102 de 30 de março de 2015, publicada no DOE nº-32858 de 31 de março de 2015.
RESOLVE:
HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, que aprovou em estágio probatório, reconhecendo aptos e estáveis no cargo de provimento efetivo, para os quais foram nomeados, os servidores:

SERVIDOR	D A T A EXERCÍCIO	MATRÍCULA	CARGO	RESULTADO FINAL
LEILIANE D E CARVALHO CORDEIRO	15/01/2013	54196188/3	TECNICO E M GESTAO CULTURAL	APROVADA
CAROLINA BORGES DE SOUZA RIBEIRO DE CASTRO	28/05/2012	5899705/1	TECNICO E M GESTAO CULTURAL	APROVADA

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará

Protocolo 932225

PORTARIA Nº 050 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015,
CONSIDERANDO a necessidade de definir os procedimentos para registro e apuração da frequência dos servidores desta Fundação,
RESOLVE:
Art. 1º. A jornada normal de trabalho dos servidores da Fundação Cultural do Estado do Pará é de 30 (trinta) horas semanais, cumprida em turnos de 06 (seis) horas diárias ininterruptas, de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h ou de 12h às 18h, com intervalo de 15 minutos para alimentação e descanso.
Parágrafo Único.Os espaços em que o trabalho seja organizado em regime de escala, em razão de sua peculiaridade de serviço, obedecerão a horários diferenciados, conforme estabelecido pela chefia imediata e autorização da Diretoria correspondente.
Art. 2º.Os servidores que possuem Gratificação de Tempo Integral cumprirão horário de 08h às 17h ou 09h às 18h, com intervalo de uma hora, devendo obrigatoriamente registrar o ponto eletrônico do intervalo de almoço.
Art. 3º. O servidor ocupante de cargo comissionado, independentemente de jornada de trabalho, atenderá às convocações decorrentes da necessidade do serviço de interesse da Administração.
Art. 4º. A frequência diária dos servidores será processada através de registro de ponto eletrônico.
Art. 5º. O serviço extraordinário será creditado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho. Somente permitido para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.
Parágrafo único. O crédito de serviço extraordinário, noturno ou de qualquer outra natureza, poderá ser pago ou compensado, a critério da Presidência, dando-se sempre preferência à compensação de horários.
Art. 6º. Será considerado serviço extraordinário quando determinado pela chefia imediata e autorizado pela Diretoria correspondente:
I - Aquele que exceder, por antecipação ou prorrogação, à jornada normal diária de trabalho; e
II - Aqueles realizados aos sábados, domingos e feriados.
Art. 7º. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
Art. 8º. A entrada antecipada ou a saída do servidor após os horários de trabalho estabelecidos nos artigos 1º e 2º, será considerada liberalidade, não gerando qualquer direito ao servidor.
Art. 9º.Será admitida a tolerância de até 15 (quinze) minutos para o registro de entrada dos servidores, no qual não haverá desconto, devendo ser observado:
I - Os atrasos que excederem 15 (quinze) minutos, até o limite de 30 (trinta) minutos por dia, poderão ser compensados na forma do art. 16.
II - Atrasos superiores a 30 (trinta) minutos serão descontados.
Art. 10.Cabe à chefia imediata do servidor a justificativa de ausências, atrasos e serviço externo, devendo tais ocorrências serem encaminhadas à Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, quando este setor realizará a apuração da frequência referente ao mês anterior.
Parágrafo único. O encaminhamento de justificativas a que se refere o caput deverá ser feito, preferencialmente,através do e-mail da chefia imediata para o e-mail cgp@fcp.pa.gov.br, ou outro designado pela CGP. No caso de impossibilidade de utilização do e-mail, enviar através de documento físico.
Art. 11.As faltas ao serviço poderão ser abonadas pela chefia imediata à qual o servidor estiver vinculado, no prazo estabelecido no art. 10, observados os seguintes critérios:
I -se a justificativa da falta for apresentada verbalmente pelo servidor, a chefia imediata poderá aboná-la, até o limite de 2 (duas) faltas por mês, se entender que o motivo é relevante;
II -em se tratando de doença,acometendo momentaneamente o servidor, companheiro ou companheira, padrasto ou madrasta; ascendente, descendente, enteado, menor sob guarda, tutela ou adoção, e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, a justificativa deverá ser comprovada com atestado médico;
III - Serão abonadas pela FCP, no máximo, 03 (três) faltas ao mês, conforme disposto no inciso XVI, do art. 72, da Lei 5.810/94, inclusas as justificativas verbais e atestados médicos sem perícia, as que ultrapassarem esse período serão submetidas à apreciação do serviço de perícia médica do Estado.
Art. 12. Os atestados médicos que, juntos, não somem mais de 03 (três) faltas no mesmo mês, podem ser protocolizados diretamente na CGP, sem a necessidade de perícia, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a falta.
Art. 13. As faltas médicas de servidor que ultrapassem 03 (três) dias no mês, em um mesmo atestado ou no somatório de vários atestados, ainda que referentes a doenças diversas, devem ser submetidas à perícia médica, através de encaminhamento da CGP.
Parágrafo Único. Em razão da necessidade de se resguardar elementos que viabilizem a perícia médica, o servidor deve providenciar envio do atestado médico com a maior brevidade

possível, para que o exame pericial possa ser feito ainda durante a existência dos sintomas, encaminhando à CGP o atestado original e cópia para conferência.
Art. 14. Atestados médicos, serviço eleitoral e Tribunal do Júri devem ser protocolizados pelo servidor na CGP e notificadas a chefia imediata pelo próprio servidor, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente.
Art. 15. Na ausência de justificativas das faltas, no limite estabelecido no RJU, e nos atrasos não compensados, será processado o desconto devido na remuneração do servidor.
Art. 16. Será permitida a compensação de horário em até 30 (trinta) minutos por dia referente aos atrasos e saídas antecipadas.
Parágrafo único. A compensação de que trata o *caput* deverá ser realizada no mesmo dia ou no dia útil subsequente, após o término do expediente.
Art. 17. As chefias devem zelar para que, em nenhuma hipótese, o servidor acumule folgas que extrapolem com crédito de horas, Tribunal do Júri, serviço eleitoral ou qualquer outro tipo de folga.
§ 1º. As folgas deverão ser gozadas, necessariamente, até o final do mês subsequente ao da data de sua aquisição.
§ 2º. Se a chefia imediata identificar qualquer servidor na situação descrita no caput, deverá encaminhar à CGP,informação sobre o gozo das folgas, sempre que possível ouvindo a opinião do próprio servidor.
§ 3º. Os servidores que, na data da publicação desta Portaria, possuírem comprovadas folgas acumuladas de anos anteriores, deverão notificar imediatamente sua chefia imediata, a qual deverá encaminhar à CGP, escala para gozo de folgas, que deverão ser usufruídas até dezembro de 2016.
§4º. A CGPreceberá a lista encaminhada pelas chefias, e registrará a data do gozo das folgas dos servidores que as tiverem acumulado, devendo zelar pela mais breve regularização das folgas.
§ 5º. A participação espontânea em eventos da FCP, quando autorizadas pela chefia imediata/Diretoria, poderá gerar folga, à critério da Presidência.
Art. 18. Não será permitido o ingresso de servidores nas dependências da FCP, após o encerramento do expediente de trabalho, e aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, exceto quando autorizados pelo Diretor da área, sendo que a presença será registrada em livro de ocorrência da vigilância, informando o nome, unidade de lotação, hora de entrada e saída e o respectivo motivo.
Art. 19. O crachá é o cartão de identidade funcional do servidor, de uso obrigatório nas dependências internas da FCP e em ambientes externos, quando o servidor estiver oficialmente a serviço da Fundação.
Parágrafo único. O uso do crachá é pessoal e intransferível, cabendo ao servidor, além do uso, o zelo e utilização somente à finalidade destinada, e quando do desligamento do servidor/ estagiário, o crachá deverá ser devolvido à CGP.
Art. 20. Em caso de perda, roubo ou extravio o servidor deverá comunicar imediatamente à CGP para que sejam tomadas as necessárias providências de substituição.
Art. 21.Os casos omissos serão deliberados pela Presidência.
Art. 22.Esta portaria entra em vigor a partir de1º de março de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará

Protocolo 932484

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Término do Vínculo: 01/03/2016
Tipo: Termo de Distrato
Motivo: DISTRATO
Órgão: Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP
Servidor: Temporário ANTONIO KAEL TAVARES DA SILVA
Cargo: Assistente Administrativo
Ordenador: DINA M ARIA CESAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FC P

Protocolo 932445

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA COLETIVA N° 049 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 3 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no D.O.E. nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO, ainda os termos dos Processos 2015/282591, 2016/60764, 2016/35232, 2015/496905, 2016/33259, 2016/3274, 2015/452337, 2016/41731, 2016/37157.
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio:
I - À servidora MARIA DE LOURDES MORAES DA SILVA, matrícula n.º 715026/ 1, ocupante do cargo de TECNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS, a gozar no período de 01/03/16 a 30/03/2016, correspondente ao triênio 01/04/2011 a 31/03/2014;
II - Ao servidor OSVALDO MARCOS LIMAO DA SILVA, matrícula n.º 57200970/ 1, ocupante do cargo de TECNICO EM ADMINISTRACAO E FINANCAS a gozar no período de 01/03/16 a 30/03/2016, correspondente ao triênio 21/07/2011 a 20/07/2014;
III - Ao servidor FRANCISCO AIRES NETO, matrícula n.º 57234032/ 1, ocupante do cargo de TECNICO DE ADMINISTRACAO E FINANCAS, a gozar no período de 01/03/16 a 30/03/2016, correspondente ao triênio 26/11/2010 a 25/11/2013;
IV - À servidora REGINA LUCIA ALBUQUERQUE DA SILVA COUTO, matrícula n.º 715450/ 1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a gozar no período de 07/03/16 a 05/04/2016, correspondente ao triênio 01/03/2012 a 28/02/2015;
V - Ao servidor RODRIGO MENDES CERQUEIRA, matrícula n.º 5902614/ 1, ocupante do cargo de PROCURADOR FUNDACIONAL, a gozar no período de 01/03/16 a 30/03/2016, correspondente ao triênio 14/08/2011 a 13/08/2014;
VI - Ao servidor EDER CAMPOS DE MORAES, matrícula n.º 57205933/ 1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a gozar no período de 31/03/16 a 29/04/2016, correspondente ao triênio 17/10/2008 a 16/10/2011;
VII - À servidora ANDREA FEIJO ANDRADE, matrícula n.º 57234448/ 1, ocupante do cargo de TECNICO EM GESTAO CULTURAL, a gozar no período de 11/03/16 a 09/04/2016, correspondente ao triênio 15/09/2012 a 14/09/2015;
VIII - Ao servidor PABLO PEREIRA ALMEIDA, matrícula n.º 57200876/ 1, ocupante do cargo de ASSISTENTE CULTURAL a gozar no período de 17/03/16 a 15/04/2016, correspondente ao triênio 24/07/2011 a 23/07/2014;
IX - À servidora ANA LUCIA MENESES PINHEIRO, matrícula n.º 3154653/ 1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a gozar no período de 08/03/16 a 06/04/2016, correspondente ao triênio 12/07/2012 a 11/07/2015;
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará /FCP, em exercício

Protocolo 932472

ERRATA

ERRATA, da Portaria Nº 045 de 25 de fevereiro de 2015, publicada no DOE nº 32.076 de 26/02/2016, a qual concede diárias ao colaborador eventual SEBASTIÃO ALMEIDA DA SILVA
Onde se Lê: 5 ½ (cinco e meia) [...] R$ 742.50 (Setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
Leia-se: 6 ½ (seis e meia) [...] R$ 877.50 (Oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo 932500

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO

O Estado do Pará por intermédio da Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP, instituída pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pelas Leis nº 6.576, de 03 de setembro de 2003 e nº 8.096 de 1º de janeiro de 2015, neste ato representada pela sua Presidente, Dina Maria César de Oliveira, no uso de sua competência, considerando as alterações orçamentárias realizadas pela SEPLAN na codificação PTRES para o exercício 2016, vem proceder os Apostilamentos aos Pregões Eletrônicos (e Editais) abaixo relacionados para suas respectivas Dotações Orçamentárias - 2016:

Pregão nº	Processo	Empresa	CNPJ	Dotação Orçamentária 2016
05/2015	2015/147652	ARGS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI - ME	20.274.219/0001-96	Projeto Atividade: 8428 212.000.8428C Fonte de Recurso: 0101 Elemento Despesa: 339030 Ação: 231256 Valor: R$ 27.495,00
24/2015	2015/75379	M.S. DA LUZ COM.E SERV. ME	18.988.961/0001-11	Projeto Atividade: 8428 212.000.8428C Fonte de Recurso: 0101 Elemento Despesa: 339030 Ação: 231256 Valor: R$ 10.059,81
		PHG ELETRO ELETRONICOS LTDA - EPP	21.137.250/0001-48	
25/2015	2015/236883	M7 TECIDOS E ACESSÓRIOS LTDA - EPP	12.383.275/0001-30	Projeto Atividade: 8338 420.000.8338C Fonte de Recurso: 0101 Elemento Despesa: 339030 Ação: 231026 Valor: R$ 79.952,07
26/2015	2015/335402	MAZEPEL ARTIGOS DE ESTRITÓRIO LTDA - ME	11.869.370/0001-86	Projeto Atividade: 8431 212.000.8431C Fonte de Recurso: 0101 Elemento Despesa: 339030 Ação: 231247 Valor: R$ 7.807,85
		M.S DA LUZ COM.E SERV.	18.988.961/0001-11	
35/2015	2015/275818	VALDEMAR FERNANDES DA SILVA -ME	19.605.577/0001-55	Projeto Atividade: 8428 212.000.8428C Fonte de Recurso: 0101 Elemento Despesa: 339030 Ação: 231256 Valor: R$ 4.500,00

Belém, 26 de fevereiro de 2016.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará.

Protocolo 932254

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N.º 053 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

A Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o E-mail da GTB/FCP datado de 26/02/2016
RESOLVE:
EXCLUIR a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 70% da servidora Eliane Carvalho Moura, matrícula nº 57193502/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural, a contar de 01/03/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo 932393

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO ADITIVO N° 001/2015 AO T.C N° 007/2014
Partes: Fundação Carlos Gomes (Concedente) e FERNANDO PACÍFICO HOMEM (Beneficiário)
Objeto: Prorrogação da Concessão de Bolsa de Professor Visitante Master
Autorização: Processo nº 2015/555142
Assinatura: 26.02.2016 / Vigência: 01.03.2016 a 28.02.2018
Ordenador: Paulo José Campos de Melo - Superintendente - FCG

Protocolo 932348

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

CONTRATO

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
CONTRATO: Nº 002/2016
EXERCÍCIO: 2016
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: OUTROS
OBJETO:Aquisição de água mineral, natural, potável,sem gás,acondicionada em copos de 200 ml, e garrafão de 20L.
VALOR ESTIMADO: R$ 3.712,80
DATA DA ASSINATURA: 24/02/2016
VIGÊNCIA: 24/02/2016 A 24/02/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 002/2016
ORÇAMENTO:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte
24.122.1297.8338	33.90.30	0101

CONTRATADO: C N OLIVEIRA E ASSIS COMÉRCIO E SERV. LTDA - ME.
ENDEREÇO: Rua Quatro (Conjunto Júlia Seffer), 10.
CEP: 67.020-410 - Ananindeua/Pa.
Ordenador: Daniel Nardin Tavares

Protocolo 932305

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

ERRATA

Publicação nº 931754
Diário Oficial Nº 33076 - Pág. 51
Sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ONDE SE LÊ:
Nº 002/2016
PROCESSO: 2015/516980
LEIA-SE:
Nº 003/2016
PROCESSO: 2016/36582

Protocolo 932461

Publicação nº 931755
Diário Oficial Nº 33076 - Pág. 51
Sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ONDE SE LÊ:
Nº 002/2016
LEIA-SE:
Nº 003/2016

Protocolo 932462

Publicação nº 824025
Diário Oficial Nº 32878 - Pág. 35
Terça-feira, 05 de maio de 2015
Contrato: 005/2015
ONDE SE LÊ:
Vigência: 05/04/2015 a 05/04/2016
LEIA-SE:
Vigência: 05/05/2015 a 05/05/2016

Protocolo 932528

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 001/2016
Contrato: 002/2015
Data de Assinatura: 27/02/2016
Valor Global: R$ 5.328,00
Vigência: 28/02/2016 até 27/02/2017
Justificativa: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 8º da Lei nº. 8.666/93. A prorrogação do prazo tem como fundamento legal o que dispõe o art. 57, inciso II da Lei n. º 8.666/93.
Dotação Orçamentária: 24.122.1297.8338
Elemento: 33.90.39 / Fonte: 0101
Contratado: SAGE BRASIL SOFTWARE S.A.
CNPJ: 64.555.626/0008-13
Endereço: Rua José Batista dos Santos, 758, Cidade Industrial, CEP 81.250-000 - Curitiba/PR, com filial nesta Capital situada na Rua Oliveira Belo, 384, Umarizal, CEP: 66.050-380, Belém/PA.
Telefone: (91) 3355-2030
Ordenadora: ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 932281

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 120/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da solicitação de Suprimento de Fundos da Diretoria de Técnica, constante no Processo nº 69208/2016, de 23/02/2016.
R E S O L V E:
1 - Conceder Suprimento de Fundos ao Funcionário; EDSON FERNANDO MIRANDA AZEVEDO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE RÁDIO, matrícula funcional nº 8042984/1 e C.P.F.: 371.431.312-53; no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), para cobrir despesas emergenciais, Obedecendo a seguinte classificação orçamentária;
Programa de Trabalho: 658236
Natureza de Despesa: 339036
Fonte: 0101
2 - Determinar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da Ordem Bancária, para aplicação dos recursos e 10 (dez) dias para prestação de contas do referido suprimento.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 932400

PORTARIA Nº 121/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da solicitação de Suprimento de Fundos da Diretoria Técnica, constante no Processo nº 69183/2016, de 23/02/2016.
R E S O L V E:
1 - Conceder Suprimento de Fundos ao Funcionário; HAROLDO DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, matrícula funcional nº 3180450/1 e C.P.F.: 095.438.992-15, no valor de R$ 900,00 (Novecentos reais), para cobrir despesas com transportes fluvial e terrestre, Obedecendo a seguinte classificação orçamentária.
Programa de Trabalho: 658236
Natureza de Despesa: 339033
Fonte: 0101
2 - Determinar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da Ordem Bancária, para aplicação dos recursos e 10 (dez) dias para prestação de contas do referido suprimento.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 932411

PORTARIA Nº 122/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da solicitação de Suprimento de Fundos da Diretoria de Técnica, constante no Processo nº 69164/2016, de 23/02/2016.
R E S O L V E:
1 - Conceder Suprimento de Fundos ao Funcionário; EDSON FERNANDO MIRANDA AZEVEDO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE RÁDIO, matrícula funcional nº 8042984/1 e C.P.F.: 371.431.312-53; no valor de R$ 300,00 (Trezentos reais), para cobrir despesas com materiais de consumo diversos. Obedecendo a seguinte classificação orçamentária;
Programa de Trabalho: 658236
Natureza de Despesa: 339030
Fonte: 0101
2 - Determinar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da Ordem Bancária, para aplicação dos recursos e 10 (dez) dias para prestação de contas do referido suprimento.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 932432

DIÁRIA

PORTARIA Nº 123/2016 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da solicitação de diárias, da Diretoria Técnica, constante no Processo nº 69141/2016 de 23/02/2016.
RESOLVE:
CONCEDER 6 e ½ (seis e meia) diárias aos Funcionários abaixo; para custearem despesas com viagem a localidade de Portel, no período de 03 a 09/03/2016, com o objetivo de realizarem serviços diversos na RTV da Funtelpa.
HAROLDO DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, matrícula funcional nº 3180450/1 e C.P.F.: 095.438.992-15.
VALDETE BARROS DAMASCENO, ocupante do cargo em Comissão de Assistente I, matrícula funcional nº 54197248/4 e C.P.F.: 083.019.302-25.
EDSON FERNANDO MIRANDA AZEVEDO, ocupante do cargo em Técnico em Manutenção de Rádio, matrícula funcional nº 8042984/1 e C.P.F.: 371.431.312-53
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 932442

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 051/2016-GS/SEDUC

A Secretária de Estado de Educação, no exercício das atribuições previstas no art. 138 da Constituição do Estado do Pará e;
CONSIDERANDO a necessidade de designação de substituto para responder pelo expediente administrativo da Coordenadoria de Recursos Materiais - CRM;
RESOLVE:
Art. 1º Designar DAYSE MARIA GOMES DA SILVA, matrícula nº 5923178-2, para responder pela Coordenadoria de Recursos Materiais - CRM.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Dezembro de 2015.
Belém, 25 de Fevereiro de 2016.
ANA CLAUDIA SERRUYA HAGE
Secretária de Estado de Educação

Protocolo 932208

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nome do Servidor: HELITON MOUZINHO GUIMARÃES
Cargo do Servidor : PROFESSOR (SOME)
Data de Admissão: 29/02/2016
Término Vínculo: 28/02/2017
Observação: CONTRATO nº 062/2016-MARACANÃ
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nome do Servidor: NAIARA LOPES FEITOSA SALES
Cargo do Servidor : PROFESSOR
Data de Admissão: 29/02/2016
Término Vínculo: 28/02/2017
Observação: CONTRATO nº 063/2016-PARAUAPEBAS

Protocolo 932497

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE

NOME: AELME MENEZES DE ARAUJO
CONCESSAO: 180 DIAS
PERIODO: 17/01/16 A 14/07/16
MATRICULA: 57200967/2 CARGO: PROF.
LOT: EE POLIVALENTE/ALTAMIRA
LAUDO MEDICO: 2001/16
NOME:ALFREDO BARROS DA SILVA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 07/12/15 A 04/02/16
MATRICULA: 3199452/1 CARGO: PROF.
LOT: CIAM FUNCAP/ANANINDEUA
LAUDO MEDICO: 176155A/1
NOME: ANA CELIA CABRAL CUNHA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 13/01/16 A 12/03/16
MATRICULA: 55585618/2 CARGO: PROF.
LOT: EE EDUC. TEC. DO ESTADO DO PARA /ITAITUBA
LAUDO MEDICO: 906/16
NOME: ANDREIA FRANCO GROMANN
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 07/01/16 A 06/03/16
MATRICULA: 5905932/1 CARGO: PROF.
LOT: EE PALMA MUNIZ/REDENCAO

LAUDO MEDICO: 273/15
NOME: ANNA MARIA DAVID DE MIRANDA DE ARAUJO
CONCESSAO: 30 DIAS
PERIODO: 08/01/16 A 06/02/16
MATRICULA: 662828/1 CARGO: PROF.
LOT: EE NS. SRA. DE FATIMA II/BELEM
LAUDO MEDICO: 176135A/1
NOME: BERENICE OLIVEIRA DE SOUSA
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 28/01/16 A 26/04/16
MATRICULA: 57212379/1 CARGO: ASS. ADM.
LOT: EE DR FREITAS/BELEM
LAUDO MEDICO: 176297A/1
NOME: DIELEN PRISCILLA SANTOS DA RESSURRECAO
CONCESSAO: 08 DIAS
PERIODO: 18/12/15 A 25/12/15
MATRICULA: 57203008-2 CARGO: PROF.
LOT: E.R.C. MARANATA/ITAITUBA
LAUDO MEDICO: 902/16
NOME: EDINEIA FONTINELI MODESTO
CONCESSAO: 46 DIAS
PERIODO: 23/12/15 A 06/02/16
MATRICULA: 54192436/2 CARGO: PROF.
LOT: EE LUCI C. ARAUJO/ANANINDEUA
LAUDO MEDICO: 176103A/1
NOME: EDNA SAMAR PEREIRA FIGUEIREDO
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO:10/01/16 A 09/03/16
MATRICULA: 6027300/2 CARGO: PROF.
LOT: EE TERCEIRA TRAVESSA/BENEVIDES.
LAUDO MEDICO: 176422A/1
NOME:ELIETE RIBEIRO BAYMA
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 08/01/16 A 06/04/16
MATRICULA: 462381/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
LOT: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO/BELEM
LAUDO MEDICO: 176319A/1
NOME: ELIZA INEZ DE BRITO MORAES
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 06/01/16 A 04/04/16
MATRICULA: 54183410/1 CARGO: PROF.
LOT: EE JARBAS PASSARINHO/BELEM
LAUDO MEDICO: 176481A/1
NOME: ENIO RODRIGUES BEZERRA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 07/01/16 A 06/03/16
MATRICULA: 5725275/2 CARGO: PROF.
LOT: EE GONCALVES DIAS/SANTAREM
LAUDO MEDICO: 1971/15
NOME: EULIANA DO SOCORRO LOBATO COSTA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 07/01/16 A 06/03/16
MATRICULA: 601497/1 CARGO: ESCREV. DATIL.
LOT: EE MARIA O. S. PEREIRA/ABAETETUBA
LAUDO MEDICO: 009/16
NOME: FLAVIO MARCELO TRINDADE DOS SANTOS
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 11/01/16 A 10/03/16
MATRICULA: 5826284/2 CARGO: PROF.
LOT: EE VILHENA ALVES/BELEM
LAUDO MEDICO: 176145A/1
NOME: FRANCISCO NELSON BELARMINO
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 17/12/15 A 15/03/16
MATRICULA: 5255210/1 CARGO: PROF.
LOT: EE LAURO SODRE/BELEM
LAUDO MEDICO: 176438A/1
NOME: JOÃO GUILHERME ESTEVES DIAS
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 15/01/16 A 13/04/16
MATRICULA: 6329390/1 CARGO: PROF.
LOT: DIRETORIA DE ENSINO/BELEM
LAUDO MEDICO: 176198A/1
NOME: JOSE RAIMUNDO DE SOUSA ANDRE
CONCESSAO: 120 DIAS
PERIODO: 06/01/16 A 04/05/16
MATRICULA: 57189914/1 CARGO: PROF.
LOT: EE PRADO LOPES/CURRALINHO
LAUDO MEDICO: 176286A/1
NOME: FRANCISCO RUBENS SANTOS QUEIROZ
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 19/10/15 A 16/01/16
MATRICULA: 568112/1 CARGO: VIGIA
LOT: UT ASTERIO DE CAMPOS/BELEM
LAUDO MEDICO: 173553A/1
NOME: KATIA SILENE PASSOS PINHO
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 30/01/16 A 28/04/16
MATRICULA: 57209980/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
LOT: EE DE TESSALONICA/IRITUIA
LAUDO MEDICO: 176321A/1
NOME: LUCIA HELENA DA SILVA
CONCESSAO: 15 DIAS
PERIODO: 01/01/16 A 15/01/16
MATRICULA: 457116/1 CARGO: PROF.
LOT: ERC NS. SRA. DA PAZ/MARITUBA
LAUDO MEDICO: 176335A/1
NOME: LUIS AMILTON FIDELES DA COSTA
CONCESSAO: 120 DIAS
PERIODO: 08/01/16 A 06/05/16
MATRICULA: 54192453/22 CARGO: PROF.
LOT: EE CASTELO BRANCO/PARAGOMINAS
LAUDO MEDICO: 175873
NOME: MARIA BLANDINA PAXIUBA SOARES
CONCESSAO: 15 DIAS
PERIODO: 16/12/15 A 30/12/15
MATRICULA: 5618843/1 CARGO: PROF.
LOT: EE MARIA G. E. CERQUEIRA/ITAITUBA
LAUDO MEDICO: 903/16
NOME: MARIA CELESTE CARVALHO DA COSTA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 02/01/16 A 01/03/16
MATRICULA: 599999/1 CARGO: PROF.
LOT: EE BERNARDINO P. BARROS/ ABAETETUBA
LAUDO MEDICO: 010/16
NOME: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS BARBOSA
CONCESSAO: 90 DIAS
PERIODO: 04/12/15 A 02/03/16
MATRICULA: 5842654/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
LOT: EE PEDRO R. MOTA/XINGUARA
LAUDO MEDICO: 174808A/1
NOME: MARIA DO SOCORRO FONSECA
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 28/11/15 A 26/01/16
MATRICULA: 5479258/2 CARGO: PROF.
LOT: EE TANCREDO A.26 NEVES/CURIONOPOLIS
LAUDO MEDICO: 175195A/1
NOME: MARIA DO SOCORRO LOBATO RODRIGUES
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 26/11/15 A 24/01/16
MATRICULA: 607193/1 CARGO: SERVENTE
LOT: EE CARMEM C. FERREIRA/ABAETETUBA
LAUDO MEDICO: 033/16
NOME: MARIONILDA FARIAS RODRIGUES
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 14/01/16 A 13/03/16
MATRICULA: 5838134/3 CARGO: PROF.
LOT: UT DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/ABAETETUBA
LAUDO MEDICO: 027/2/16
NOME: NAZARE AUXILIADORA SOUZA DOS SANTOS
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 12/01/16 A 11/03/16
MATRICULA: 240656/1 CARGO: PROF.
LOT: EE RODRIGUES PINAGE/BELEM
LAUDO MEDICO: 176359A/1
NOME: PRISCILA PINHEIRO BRITO
CONCESSAO: 65 DIAS
PERIODO: 28/11/15 A 31/01/16
MATRICULA: 57209291/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
LOT: EE SANTA LUZIA/BELEM
LAUDO MEDICO: 176441A/1
NOME: ROSIVALDA LOPES DE MELO
CONCESSAO: 21 DIAS
PERIODO: 09/01/16 A 29/01/16
MATRICULA: 5840538/2 CARGO: PROF.
LOT: INSTITUTO DE EDUCACAO DO PARA/BELEM
LAUDO MEDICO: 176334A/1
NOME: ROSICLEIDE MACIEL DOS SANTOS
CONCESSAO: 60 DIAS
PERIODO: 16/01/16 A 15/03/16
MATRICULA: 5889867/1 CARGO: PROF.
LOT: EE BERNARDINO P. BARROS/ABAETETUBA
LAUDO MEDICO: 013/16
NOME: RITA DE CASSIA ALVES FAVACHO
CONCESSAO: 31 DIAS
PERIODO: 06/01/16 A 05/02/16
MATRICULA: 54192410/3 CARGO: PROF.
LOT: EE ANA P. FRANCEZ/TUCURUI

LAUDO MEDICO: 176455A/1

Protocolo 932104

LICENÇA PARA CURSO

LICENÇA PARA CURSO/CCVS
Portaria nº001405-2016-SAGEP DE 25/02/2016.
Retificar na portaria nº 000629-2016 de 20/01/2016, que concedeu a servidora Maria Aparecida Silva de Oliveira, matrícula nº 57210190-1, cargo de Especialista em Educação Classe I, lotada na Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém-PA, Licença para participar do Curso Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Universidade Lusófona/Lisboa-Portugal, o período de 20/01/2016 a 15/10/2016 para o periodo 01/03/2016 a 28/02/2018.
Portaria nº001407-2016-SAGEP DE 25/02/2016.
Retificar na portaria nº 000630-2016 de 20/01/2016, que concedeu a servidora Maria Aparecida Silva de Oliveira, matrícula nº 57210190-2, cargo de Professor Classe I, lotada na Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém-PA, Licença para participar do Curso Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Universidade Lusófona/Lisboa-Portugal, o período de 20/01/2016 a 15/10/2016 para o periodo 01/03/2016 a 28/02/2018.
Portaria nº 001404-2016-SAGEP DE 25/02/2016.
Conceder Licença para participar do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, na Universidade Federal do Pará/UFPA, a(o) servidor(a) Roniqueli Moraes Pantoja, matrícula nº 57209048/1, Cargo Especialista em Educação Classe I, lotada na EEEM Dr. Jose Marcio Ayres/Distrito de Icoaraci-PA, no período de 01/03/2016 a 28/02/2018.

Protocolo 932473

SUPRIMENTO DE FUNDO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PORTARIA Nº 34/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, usando das atribuições legais e,
CONSIDERANDO a Portaria de Delegação de Competência nº 651/2015-GS/SEDUC, publicada no Diário Oficial do Estado de 27.10.2015,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Fundo Rotativo 1º trimestre/2016, conforme Portarias 012/2016-GS; e Manual do Fundo Rotativo ao servidor(a) WENDELL ROBERIO DAMASCENO RABELLO, matrícula nº 5740738, CPF nº 46074201234, ocupante do cargo de Diretor(a) da URE 10 ALTAMIRA, do munícipio de ALTAMIRA, no valor de R$ 2.656,50 (dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) para fazer face as despesas com material de consumo (natureza de despesa 3339030) e R$ 2.656,50 (dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) para serviços de terceiros pessoa física (natureza de despesa 3339036).
Art. 2º - Estabelecer o prazo de 45 (Quarenta e cinco) dias a contar da data da emissão da ordem bancária, para aplicação/execução do recurso e 15 (Quinze) dias, a contar do 1º dia subsequente ao término do período de execução para efetuar a Prestação de Contas junto a GPREC/SEDUC.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 25 de Fevereiro de 2016
LUCIRENE FARIAS TAVARES
Diretora Administrativa e Financeira

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PORTARIA Nº 35/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, usando das atribuições legais e,
CONSIDERANDO a Portaria de Delegação de Competência nº 651/2015-GS/SEDUC, publicada no Diário Oficial do Estado de 27.10.2015,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder Fundo Rotativo 1º trimestre/2016, conforme Portarias 012/2016-GS; e Manual do Fundo Rotativo ao servidor(a) SONIA ROSA DOS SANTOS, matrícula nº 54192063, CPF nº 68593856934, ocupante do cargo de Diretor(a) da URE 16 TUCURUI, do munícipio de TUCURUI, no valor de R$ 1.770,00 (um mil e setecentos e setenta reais) para fazer face as despesas com material de consumo (natureza de despesa 3339030) e R$ 1.770,00 (um mil e setecentos e setenta reais) para serviços de terceiros pessoa física (natureza de despesa 3339036).
Art. 2º - Estabelecer o prazo de 45 (Quarenta e cinco) dias a contar da data da emissão da ordem bancária, para aplicação/execução do recurso e 15 (Quinze) dias, a contar do 1º dia subsequente ao término do período de execução para efetuar a Prestação de Contas junto a GPREC/SEDUC.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 25 de Fevereiro de 2016
LUCIRENE FARIAS TAVARES
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 932020

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIAS No. 24785/2016
OBJETIVO: acompanhar o(a) gestor (a) que vem participar de reunião com a secretária de estado de educação em belém, nos dias 16,17 e 18 de março de 2016.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
CAMETA / BELEM / 16/03/2016 - 18/03/2016 Nº Diárias: 2
BELEM / CAMETA / 18/03/2016 - 18/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: SEBASTIAO CORREA VALENTE
MATRÍCULA: 57210270 CPF: 74102117253
CARGO/FUNÇÃO: VIGIA / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932510

PORTARIA DE DIARIAS No. 24786/2016
OBJETIVO: acompanhar o(a) gestor (a) que vem participar de reunião com a secretária de estado de educação em belém, nos dias 16,17 e 18 de março de 2016.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
ABAETETUBA / BELEM / 16/03/2016 - 18/03/2016 Nº Diárias: 2
BELEM / ABAETETUBA / 18/03/2016 - 18/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: NIVALDO DOS SANTOS BATISTA
MATRÍCULA: 5902894 CPF: 35390000200
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932511

PORTARIA DE DIARIAS No. 24859/2016
OBJETIVO: serviços elétricos, retelhamento e reparos em forro na eeefm macário antonio felipe.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / IGARAPE-ACU / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0
IGARAPE-ACU / BELEM / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: RAFAEL BENATHAR DA FONSECA
MATRÍCULA: 5361800 CPF: 03182061291
CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR DA COORDENADORIA DE PROJETOS ED / ASSESSORAMENTO
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932516

PORTARIA DE DIARIAS No. 24860/2016
OBJETIVO: SERVIÇOS ELÉTRICOS, RETELHAMENTO E REPAROS EM FORRO NA EEEFM MACÁRIO ANTONIO FELIPE.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / IGARAPE-ACU / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0
IGARAPE-ACU / BELEM / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: DAMIAO MONTEIRO BORGES
MATRÍCULA: 941611 CPF: 19908857215
CARGO/FUNÇÃO: PEDREIRO / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932517

PORTARIA DE DIARIAS No. 24861/2016
OBJETIVO: SERVIÇOS ELÉTRICOS, RETELHAMENTO E REPAROS EM FORRO NA EEEFM MACÁRIO ANTONIO FELIPE.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / IGARAPE-ACU / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0
IGARAPE-ACU / BELEM / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: DARIO NAZARENO VIEGAS DA SILVA
MATRÍCULA: 305391 CPF: 26969173291
CARGO/FUNÇÃO: SERVENTE REF. I / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932521

PORTARIA DE DIARIAS No. 24862/2016
OBJETIVO: SERVIÇOS ELÉTRICOS, RETELHAMENTO E REPAROS EM FORRO NA EEEFM MACÁRIO ANTONIO FELIPE.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / IGARAPE-ACU / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0
IGARAPE-ACU / BELEM / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: JOSE AMERICO DA CUNHA E SOUZA
MATRÍCULA: 772488 CPF: 21085943291
CARGO/FUNÇÃO: PINTOR DE OBRAS / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932523

PORTARIA DE DIARIAS No. 24863/2016
OBJETIVO: conduzir os técnicos da drti que realizarão os SERVIÇOS ELÉTRICOS, RETELHAMENTO E REPAROS EM FORRO NA EEEFM MACÁRIO ANTONIO FELIPE.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / IGARAPE-ACU / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0
IGARAPE-ACU / BELEM / 03/03/2016 - 03/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: JOSE LUIS DA COSTA ALVES
MATRÍCULA: 5660866 CPF: 21204560200
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932530

PORTARIA DE DIARIAS No. 24782/2016
OBJETIVO: participar de reunião com a secretária de estado de educação, em belém nos dias 16,17,e 18 de março de 2016, no auditório desta secretaria.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
ALTAMIRA / BELEM / 16/03/2016 - 19/03/2016 Nº Diárias: 3
BELEM / ALTAMIRA / 19/03/2016 - 19/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: WENDELL ROBERIO DAMASCENO RABELLO
MATRÍCULA: 5740738 CPF: 46074201234
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR DE USE/URE / DIRECAO
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932534

PORTARIA DE DIARIAS No. 24787/2016
OBJETIVO: PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA SUPERVISORES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO: REVISÃO DO PROTOCOLO DE PLANEJAMENTO.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
SANTAREM / BELEM / 07/03/2016 - 09/03/2016 Nº Diárias: 2
BELEM / SANTAREM / 09/03/2016 - 09/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: SANDRO JORGE MASSARANDUBA E SILVA
MATRÍCULA: 5776465 CPF: 65991710953
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932539

PORTARIA DE DIARIAS No. 24788/2016
OBJETIVO: PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA SUPERVISORES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO: REVISÃO DO PROTOCOLO DE PLANEJAMENTO.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
SANTAREM / BELEM / 07/03/2016 - 09/03/2016 Nº Diárias: 2
BELEM / SANTAREM / 09/03/2016 - 09/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: RITA DE CASSIA DE SOUSA LOPES
MATRÍCULA: 5901568 CPF: 38819619253
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932546

PORTARIA DE DIARIAS No. 24789/2016
OBJETIVO: PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA SUPERVISORES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO: REVISÃO DO PROTOCOLO DE PLANEJAMENTO.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
MARABA / BELEM / 07/03/2016 - 10/03/2016 Nº Diárias: 3
BELEM / MARABA / 10/03/2016 - 10/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: JOSE GIDAUTO DOS SANTOS LIMA JUNIOR
MATRÍCULA: 57190953 CPF: 82523630400
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932547

PORTARIA DE DIARIAS No. 24790/2016
OBJETIVO: PARTICIPAR DA FORMAÇÃO PARA SUPERVISORES DO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO: REVISÃO DO PROTOCOLO DE PLANEJAMENTO.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
MARABA / BELEM / 07/03/2016 - 10/03/2016 Nº Diárias: 3
BELEM / MARABA / 10/03/2016 - 10/03/2016 Nº Diárias: 0.5
NOME: ROSILENE MARIA SETUBAL PADILHA
MATRÍCULA: 3176193 CPF: 09171991204
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA
ORDENADOR: LUCIRENE FARIAS TAVARES CPF: 12186015234
Protocolo 932549

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO
A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições; resolve tornar sem efeito as publicações conforme abaixo relacionadas.
Nome : EDILZIA PRATA FERNANDES
Portaria nº Portaria nº 24770/2016 , publicada no DOE nº 930443 de 23/02/2016
A Diretora Administrativa e Financeira/SEDUC
Protocolo 932544

OUTRAS MATÉRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
FISCALIZAR
PORTARIA N°.° 1393/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 070/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA M&B ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma da EEEM. Profº. Temístocles Araújo/ Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1394/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Fisica, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 084/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA M&B ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma geral e Adequação da ERC EIF. Paula Frassineti/Belém, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1395/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 069/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA MDI ENGENHARIA & COMERCIO LTDA-EPP, cujo objeto é a Construção de Escola Nova EEEF Dona Alzira Teixeira de Souza/Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1396/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 083/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA M&B ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a Reforma Geral e Revitalização das Instalações Elétricas e Hidrosanitarias, Piso, Cobertura e Pintura Geral da EEEFM Vera Simplício/Belém, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1397/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 034/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA LASTRO PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, cujo objeto é a reforma e Ampliação da EEEFM Jornalista Romulo Maiorana/Ananindeua/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1398/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 036/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-EPP, cujo objeto é a reforma geral da EEEF São Pedro/Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1399/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 080/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA A3 ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma geral e Ampliação da EEEF Amazonas de Figueiredo/Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1400/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 079/2015 celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA DITRON ENGENHARIA E INCORPORAÇOES EIRELI-EPP, cujo objeto é a reforma gera e Ampliação da EEEFM Prof Camilo Salgado/Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1401/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 058/2015, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA SANTA RITA ENGENHARIA LTDA, cujo objeto é a reforma geral e Ampliação da UEES Jose Alvares de Azevedo/Belém/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1402/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 033/2014, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA AGNELO CONSTRUÇOES LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma geral e Ampliação da EEEF Caldeira Castelo Branco/Belém, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1403/2016 DE 25/02/2016
Designar o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 060/2015, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA AS SANTOS LEAL SERVIÇOS LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma Parcial na EEEM Prof. Jose Edmundo Queiroz/Marituba/PA, durante o impedimento do titular, no período de 10/02/2016 a 10/03/2016.

PORTARIA N°.° 1412/2016 DE 25/02/2016
Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4, Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 056/2015, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA LIDER ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a Prestação de Serviços Eventuais de Manutenção Predial, Preventiva e Corretiva, para Atender as Necessidades da Secretaria de Estado de Educação.

PORTARIA Nº.º 1413/2016 DE 25/02/2016
Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor JUSCELINO LEMOS CORREA, matricula nº 5810078/2, Professor, para acompanhar e fiscalizar o Termo de Cessão de Uso nº 013/2016, celebrado entre a SEAD, SEDUC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIA, cujo objeto é a Cessão de uso de Parcela do Imóvel em que funciona a Escola Estadual Lina Seffer, Consiste em 10 Salas de Aula no período Matutino, 12 no período Vespertino e 03 Dependências Administrativas.

PORTARIA Nº.º 1414/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Tornar sem Efeito a Portaria nº 000133/2016 de 04/01/2016.
Art. 2º- Designar, a contar de 02/02/2016, a servidora ILDETE RODRIGUES DE ALMEIDA GLORIA, matricula nº 54182155/2, Professor, para acompanhar e fiscalizar o convenio de Cooperação Técnica nº 010/2016, celebrado entre a SEDUC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE, cujo objeto é a Implementação de Ação Conjunta da SEDUC e do Município de Cumaru do Norte, para Operacionalização do Ensino Médio Apenas nas Localidades Legalmente Existentes e do Ensino Fundamental no caso das Localidades Já Implantadas até sua Conclusão, no Referido Município.

PORTARIA Nº.º 0067/2016 DE 24/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 2716/2013 de 22/03/2013, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 075/2013.
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4 Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 075/2013, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA LASTRO PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-EPP, cujo objeto é a construção de uma Escola nova com 12 salas de aula/Curuçá.

PORTARIA Nº.º 0068/2016 DE 24/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 8586/2015 de 09/07/2015, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 053/2015.
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4 Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 053/2015, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA AT TELECOMUNICAÇÕES DO NORTE E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma geral e ampliação da EEEF. Princesa Isabel/Ananindeua

PORTARIA Nº.º 0069/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 13433/2013 de 30/09/2013, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 176/2013.
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor PAULO AFONSO JESUS BARBOSA, matricula nº 5897026/2, Técnico em G. de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 176/2013 celebrado entre A SEDUC e a EMPRESA CONSTRUTORA ESPARTAKUS LTDA-ME, cujo objeto é a construção de cobertura de quadra de esportes da EEEF. Conego Leitão, no Bairro Centro/Castanhal

PORTARIA Nº.º 0070/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 3977/2014 de 11/04/2014, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 015/2014
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor PAULO AFONSO JESUS BARBOSA, matricula nº 5897026/2, Técnico em G. de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 015/2014, celebrado entre A SEDUC e a EMPRESA EMTEL EMPRESA TECNICA DE ENGENHARIA LTDA-EPP, cujo objeto é a reforma e ampliação da 8ª Unidade Regional de Educação, localizada na TV. Raimundo Nonato Vasconcelos/ Castanhal.

PORTARIA Nº.º 0071/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 12460/2013 de 05/09/2013, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 152/2013
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2015, o servidor WANDERSON RIBEIRO DE LIMA, matricula nº 57221038/1, Téc. em Gestão Pública para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 152/2013, celebrado entre A SEDUC e a EMPRESA PRADA ENGENHARIA LTDA-ME, cujo objeto é a construção de Escola com doze salas de aula/Ulianópolis.

PORTARIA Nº.º 0072/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 9092/2014 de 24/07/2014, que designou o o servidor EDUARDO DIONISIO PAMPLONA DA SILVA JUNIOR, matricula nº 57211250/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Convênio de Obras nº 256/2014
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2015, o servidor CARLOS DANIEL ALVES DE AZEVEDO, matricula nº 5919578/11, Téc. em G. de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o convênio de Obras nº 256/2014, celebrado entre A SEDUC e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI, cujo objeto é a reforma da EEEF. Dep. Américo Pereira Lima/Juruti.

PORTARIA Nº.º 0073/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 05/02/2016, a portaria nº 4132/2015 de 04/05/2015, em relação ao Art 2º, que designou o servidor ARLINDO PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matricula nº 57211521/1, Téc. em G.de Infra-Estrutura, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 180/2013
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, a servidora TELMA RITA DE OLIVEIRA CABRAL, matrícula nº 55587288/3, Técnico em G. de Infra-Estrutura, para acompanhar e Fiscalizar Contrato de Obras nº 180/2013, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPARTAKUS LTDA, cujo objeto é a construção de cobertura de quadra de esporte da EEEFM. Remigio Fernandes/ Marapanim/PA.

PORTARIA Nº.º 0074/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Revogar, a contar de 01/11/2015, a portaria nº 11654/2015 de 01/10/2015, que designou o servidor JORGE JOSÉ AMARO JUNIOR, matricula nº 57234983/3, Coordenador de Recursos Imobiliário, para acompanhar e fiscalizar o Contrato de Obras nº 055/2015.
Art. 2º Designar, a contar de 15/02/2016, o servidor MARCELO CARDOSO COSTA ANGELIM FROTA, matricula nº 80846258/4 Gerente de Rede Física, para acompanhar e fiscalizar o contrato de Obras nº 055/2015, celebrado entre a SEDUC E A EMPRESA PRECISÃO CONSTRUTORA, cujo objeto é a prestação de serviços eventuais de manutenção predial, preventiva e corretiva, para atender as necessidades da SEDUC.

PORTARIA Nº.:1411/2016 DE 25/02/2016
Art. 1º- Tornar sem Efeito a Portaria nº 13595/2016 de 17/12/2015.
Designar, a contar de 12/02/2016, a servidora ANGELA MARIA PEREIRA, matricula nº 6332579/1, Escrev. Datilografo, para acompanhar e fiscalizar o Convênio de Cooperação Técnica nº 011/2016, celebrado entre o ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SEDUC, SEAD, IASEP, IGEPREV e o MUNICIPIO DE IRITUIA, cujo objeto é o processo de Municipalização do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e Anos Finais, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, no município de Irituia.

LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA Nº.: 1391/2016 DE 25/02/2016
Nome: REGIANE VALERIA MOREIRA MONTEIRO
Matrícula:5561825/4 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Frei Daniel/Belém
Período: 01/10/15 a 29/11/15
Triênios:16/01/06 a 15/01/09

PORTARIA Nº.: 1389/2016 DE 25/02/2016
Nome: FERNANDO RAIMUNDO DOS ANJOS DA SILVA
Matrícula:5743885/2 Cargo:Professor
Lotação:EE Prof Maria do Socorro Jacob/Itaituba
Período: 04/01 a 03/03/16 - 04/03 a 02/05/16
Triênios:02/10/03 a 01/10/06 - 02/10/09 a 01/10/12

PORTARIA Nº.: 1392/2016 DE 25/02/2016
Nome: MARIA AUXILIADORA MARQUES RODRIGUES
Matrícula:298700/1 Cargo:Ag. de Portaria
Lotação:Divisão de Pagamento/Belém
Período: 18/05/16 a 16/07/16
Triênios:03/04/81 a 02/04/84

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS
PORTARIA Nº.: 18/2016 DE 02/02/2016
Nome: JULIA CARDOSO MACHADO
Matrícula:6315364/1 Período:15/02 à 30/03/16 Exercício:2016
Unidade: 2 URE/Cameta

Protocolo 932525

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N°539/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: AUXILIAR DE SERVICO C
Nome: ANA RUTH MARINHO MOURA
Matrícula Funcional: 5068380/ 1
Valor: R$ 2.500,00
Prog. deTrabalho: 74201 12 364 1448 8466
Fonte: 0102
339030 - R$ 1.000,00
339039 _ R$ 1.500,00
Ordenador Responsável
CARLOS JOSE CAPELA BISPO
Pró - Reitor de Gestão e Planejamento.

SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA N°540/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: TEC. DE CONTABILIDADE A
Nome: EDNEE MARIA DE OLIVEIRA VERAS
Matrícula Funcional: 3185559/ 1
Valor: R$ 4.000,00
Prog. deTrabalho: 74201 12 364 1448 8466
Fonte: 0102
339030 - R$ 4.000,00
Ordenador Responsável
CARLOS JOSE CAPELA BISPO
Pró - Reitor de Gestão e Planejamento.

Protocolo 932309

DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
(art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994)
PORTARIA Nº 477/16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir veículo desta IES
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: IGARAPE-AÇU-PA
NOME DO SERVIDOR: JOAO LUIZ ASSIS NASCIMENTO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
ID. FUNCIONAL: 5041279-1
DATA INICIO: 14.03.2016
DATA TÉRMINO: 14.03.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA N° 478/16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar visita técnica referente ao Pro Saúde
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA
NOME DO SERVIDOR: MARCO ANTONIO BARROS DOS SANTOS
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5707501-2
DATA INICIO: 22.10.2015
DATA TÉRMINO: 23.10.2015
QUANTIDADE: 1 e½ (uma e meia)

PORTARIA N° 479/16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: CASTANHAL-PA
NOME DO SERVIDOR: ELAINE LOPES FIGUEIREDO
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 55586766-2
DATA INICIO: 15.02.2016
DATA TÉRMINO: 03.03.2016
QUANTIDADE: 7(sete)

PORTARIA N° 480/16 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar entrega de material desta IES
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: CASTANHALe IGARAPE-AÇU-PA
NOME DO SERVIDOR: JOÃO LUIZ ASSIS NASCIMENTO
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇO C
ID. FUNCIONAL: 5041279-1
DATA INICIO: 05.02.2016
DATA TÉRMINO: 05.02.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA N° 528/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar estudos tecnicosa de açôes em reabilitação pelo CER II
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SANTANA DO ARAGUAIA-PA
NOME DO SERVIDOR: ANTONIO CARLOS PEREA FREITAS
CARGO: COORDENADOR DE OUVIDORIA
ID. FUNCIONAL: 57176525-4
DATA INICIO: 06.03.2016
DATA TÉRMINO: 20.03.2016
QUANTIDADE: 14e ½ (quatorze e meia)

PORTARIA N° 529/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: realizar cobertura jornalistica de evento
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SALVATERRA-PA
NOME DO SERVIDOR: HELEIZE ROBERTA OLIVEIRA SENA
CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO
ID. FUNCIONAL: 57200842-5
DATA INICIO: 15.01.2016
DATA TÉRMINO: 15.01.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA N° 531/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidores desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: ALEXANDRE NELSON FURTADO E BRANCO
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 5899558-1
DATA INICIO: 04.02.2016
DATA TÉRMINO: 05.02.2016
QUANTIDADE: 1 e½ (uma e meia)

PORTARIA N° 532/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de banca de defesa de TCC
ORIGEM: MOJU-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: MARA SILVIA JUCA ACACIO
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 55586852-2
DATA INICIO: 25.02.2016
DATA TÉRMINO: 27.02.2016
QUANTIDADE: 2e ½ (duas e meia)

PORTARIA N° 533/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidores desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: ALEXANDRE NELSON FURTADO E BRANCO
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 5899558-1
DATA INICIO: 15.01.2016
DATA TÉRMINO: 15.01.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA N° 535/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidora desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: VIGIA-PA
NOME DO SERVIDOR: MARCIO DE ARAUJO SOUZA
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 57200616-1
DATA INICIO: 22.02.2016
DATA TÉRMINO: 22.02.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA N° 525/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de banca de defesa de TCC
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: VANJA DA CUNHA BEZERRA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5445132-2
DATA INICIO: 25.02.2016
DATA TÉRMINO: 27.02.2016
QUANTIDADE: 2 e½ (duas e meia)

PORTARIA N° 526/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de banca de defesa de TCC
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: VANIA LOBO SANTOS
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 55586912-2
DATA INICIO: 25.02.2016
DATA TÉRMINO: 27.02.2016
QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA N° 536/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: REDENÇAO-PA
NOME DO SERVIDOR: PAULO MANOEL BRASIL
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
ID. FUNCIONAL: 57228102-2
DATA INICIO: 27.02.2016
DATA TÉRMINO: 18.03.2016
QUANTIDADE: 20e ½ (vinte e meia)

PORTARIA N° 534/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidores desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: MOJU-PA
NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUSA LIMA
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 3185370-1
DATA INICIO: 03.02.2016
DATA TÉRMINO: 03.02.2016
QUANTIDADE: 1 (uma)

PORTARIA N° 537/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidores desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUSA LIMA
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 3185370-1
DATA INICIO: 26.02.2016
DATA TÉRMINO: 27.02.2016
QUANTIDADE: 1e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 537/16 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir servidores desta IES.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: OCYAN DE SOUSA LIMA
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 3185370-1
DATA INICIO: 26.02.2016
DATA TÉRMINO: 27.02.2016
QUANTIDADE: 1 e ½ (uma e meia)
GILVANIA MENDES SIROTHEAU CORREA
ORDENADOR

Protocolo 932298

OUTRAS MATÉRIAS
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N° 2014/279327-UEPA
Acolho a fundamentação do Parecer n° 173/2016-PROJUR/UEPA para:
1. Aplicar à empresa ACM DE SOUZA JUNIOR - EPP a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UEPA, pelo prazo de (01) um ano, nos termos do art. 87, III, da Lei n° 8.666/1993.
2. Notifique-se a contratada para que cumpra a decisão.
Belém, 25 de fevereiro de 2016.
JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA
REITOR DA UEPA

Protocolo 932331

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N°. 168/2016 - SEASTER, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: ELIZETE DE SOUZA PAZ Matrícula: 3228657/1
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL Lotação: DRCCP/SEASTER
Período: 02/05/2016 a 31/05/2016 Triênio: 17/06/07 a 16/06/10.
(30 trinta dias) DE LICENÇA PRÊMIO
HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932535

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N°. 156/2016 - SEASTER, 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: MARLI SOARES PEREIRA Matrícula: 57196331
Lotação: DAF /SEASTER Período: 01/01/16 a 10/04/16.
Cargo: Técnico em Gestão do Trabalho e Emprego
(90 noventa dias) DE LICENÇA SAUDE

PORTARIA N°. 157/2016 - SEASTER, 23 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEÃO CUNHA LOPES
Matrícula: 57228387/1
Cargo: TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA Lotação: DAF/SEASTER
Período: 26/01/16 a 24/02/16.
(30 trinta dias) DE LICENÇA SAUDE

PORTARIA N°. 170/2016 - SEASTER, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: ELIZETE DE SOUZA PAZ Matrícula: 3228657/1
Cargo: TÉCNICO EM GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lotação: DAS/SEATER
Período: 03/02/16 a 21/02/16.
(19 dezenove dias) DE LICENÇA SAUDE
Heitor Marcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932536

PORTARIA N°. 150/2016 - SEASTER, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: RAIMUNDA SUELI DAS NEVES MENDONÇA Matrícula: 3220745/1
Cargo: PEDAGOGA Lotação: DAS /SEASTER
Período: 01/02/2016 a 30/04/2016.
(90 noventa dias) DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAUDE
Heitor Marcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932541

ERRATA

PORTARIA N.° 165/2016 - SEASTER, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Publicado no Diário Oficial Nº 33.076, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
NÚMERO DE PROTOCOLO: 931928
Em nome da Servidora: OLGA MARIA CAVALCANTE LOBATO (DIARIA)
Onde se lê: PORTARIA N.° 165/2016 - SEASTER, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2016.
Leia-se: PORTARIA N.° 165/2016 - SEASTER, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Heitor Marcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932533

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2015/360.350/SEASTER
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2016/SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso de suas atribuições legais;
Considerando os autos do Processo Administrativo nº 2015/360.350/SEASTER, que versa a respeito do Pregão Eletrônico n°. 003/2016/SEASTER, cujo objeto consiste na contratação de serviços continuados de limpeza e higienização das instalações físicas e bens móveis da SEASTER e Unidades de Trabalho e Assistência vinculadas, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos;
Considerando o despacho final do Pregoeiro opinando pela homologação do resultado final do certame, que declarou vencedora a empresa *Kapa Capital Ltda. - ME*, pelo valor total de R$ 4.129.195,92, uma vez demonstrada a regularidade da proposta, bem como a idoneidade da licitante;
RESOLVE: HOMOLOGAR o resultado final do certame que declarou vencedora a empresa: *Kapa Capital Ltda. - ME, pel*o valor total de R$ 4.129.195,92, uma vez demonstrada a regularidade da proposta, bem como a idoneidade da firma adjudicatária, nos moldes do disposto pelo art. 9º, V, do Decreto Estadual nº 2.069/2006.
Belém (PA), 26 de fevereiro de 2016
HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932527

DIÁRIA

PORTARIA N.° 179/2016 - SEASTER, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nome: EDIVALDO RIBEIRO DE LIMA
Cargo: CONSELHEIRO DO CEDPD-PA
Origem: PARAUAPEBAS/PA Destino: BELÉM /PA
Período: 03 a 05/02/2016. Nº de diárias: 02 e ½ (uma e meia

Objetivo: participar da Reunião da Comissão Articulação de Conselhos e Comunicação Social e da 72ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com deficiência, referentes as atividades eu se realizarão no mês de fevereiro/2016.
Heitor Márcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932529

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NÍVEL MÉDIO

PORTARIA N°. 160/2016 - CGP/SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2015, Publicado no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015;
Considerando o que dispõe o art. 7º, XXIII da Constituição Federal Brasileira, os artigos 128, inciso I e 129 da Lei Estadual nº 5.810/94, o Regime Jurídico Único do Estado, bem como o Decreto Estadual nº. 2.485 de 22 de abril de 1994, que regulamenta a concessão do adicional de insalubridade a servidores do Estado do Pará;
Considerando o Processo nº 2016/46603;
RESOLVE:
Conceder o adicional de insalubridade nível médio, no percentual de 10% (dez por cento), ao servidor abaixo relacionado, em razão de desenvolver atividade considerada insalubre pela legislação vigente sobre a matéria.

Nome	Matrícula	Cargo	Setor	A contar de
BRENO JOSE DE JESUS SOUZA	5923623/2	Assistente de Desenvolvimento Social	UAPI SOCORRO GABRIEL	01/11/2015

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 23 de fevereiro de 2016.
Heitor Marcio Pinheiro Santos
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932537

PORTARIA DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL PROVISÓRIA

PORTARIA Nº 151/2016
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMBPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2015, Publicado no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015;
Considerando o Processo nº. 2016/60717 e apresentação do Laudo Médico nº 176850A/1.
R E S O L V E:
CONCEDER readaptação funcional provisória a servidora Sandra Suely Angelim dos Santos, matrícula nº 57190713/2, ocupante do cargo de Assistente de Desenvolvimento Social, com lotação na DAS no período de 11/02/2016 a 08/08/2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em 22 de fevereiro de 2016.
HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 932540

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N°. 243 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE 32798 de 01 de janeiro de 2015,
Considerando o disposto no Artigo 199 da Lei 5.810, de 24 de Janeiro de 1994.
Considerando o ofício Nº. 046/2016/DGP/TCM/PA- Belém- PA 8 de janeiro de 2016;
Considerando o Parecer Jurídico nº. 078/2016-PROJUR de 15 de fevereiro de 2016
Considerando o Parecer do Presidente de 22 de fevereiro de 2016.
Considerando Despacho do GRH de 24 de fevereiro de 2016;
Considerando Despacho do GEMPES de 24 de fevereiro de 2016
RESOLVE:
I - PRORROGAR CESSÃO, do servidor, CARLOS GONÇALVES GOMES, Matricula nº. 3199355/1, ocupante do cargo de auxiliar técnico, lotado na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, para Tribunal de Contas do Município, a contar 01/03/2016 com ônus para o órgão Cessionário, observando o reembolso ao órgão Cedente, da remuneração do servidor, acrescido dos valores dos encargos sociais, nos termos do art.5°, §§ 1° e 2° do Decreto nº 648/2013.
II - Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de março de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ
SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS-Presidente da FASEPA

Protocolo 932023

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA: 189- DO DIA 26/02/2016

OBJETIVO:COBRIR DESPESAS DE PEQUENO VULTO, COM ALIMENTAÇÃO DE ADOLESCENTE CUSTODIADO NA UASE ANANINDEUA (PROC.64462/2016-Mem 55/2016).
PROGRAMA DE TRABALHO: 08.243.1443.8393
PROJETO ATIVIDADE: 68-8393 - AÇÃO: 183317
FONTE DE RECURSO: 0101
NATUREZA DA DESPESA:339030-R$100,00- (alimentação)
SERVIDOR: KATYA SANTOS BARROS DA SILVA-
MATRICULA: 5825202/1
ORIGEM: BELEM/PA -DESTINO: BAGRE/PA
PRAZO DE REALIZAÇÃO DE DESPESA APARTIR DA OB:12 Dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 Dias
PERIÓDO DE VIAGEM: 07 A 11/03/2016
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932490

DIÁRIA

Portaria nº 192, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 60336/2016
OBJETIVO: Apresentar adolescentes, custodiados no Centro de Internação de Adolescente Masculino - CIAM/BELÉM, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: PARAGOMINAS/PA - (0,5) DIÁRIA
PERÍODO: 01/03/2016 a 01/03/2016.
SERVIDORES: THAYS KARINA DA SILVA SOUSA, PEDAGOGO, Matricula 5918828/1, PABLO RAFHAELSON VINAGRE, MONITOR, Matricula 57176614/3, LUCIVALDO ALVES PEREIRA, MONITOR, Matricula 5431174/2, GLEISON SILVA DE MIRANDA, MONITOR, Matricula 5913182/1, e RAIMUNDO PASSOS PEREIRA, MOTORISTA, Matricula 5746809/2.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932175

Portaria nº 193, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 69291/2016.
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM/MRB, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: MARABÁ/PA - DESTINO: PARAUAPEBAS/PA - (0,5) DIÁRIA
PERÍODO: 15/03/2016 a 15/03/2016.
SERVIDORES: LUCILEIA CARDOSO CAVALCANTE, PEDAGOGO, Matricula 5918798/1, FRANCISCO CARLOS DIGO DA MOTA, MONITOR, Matricula 5890117/2, e YWANDRO SANTOS DE SOUZA, MOTORISTA, Matricula 5918480/1.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932178

Portaria nº 194, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 70672/2016.
OBJETIVO: Acompanhar adolescentes em transferência à UASE/ BELÉM, em cumprimento a determinação judicial.
ORIGEM: MARABÁ/PA - DESTINO: BELÉM/PA - (1,5) DIÁRIA
PERÍODO: 20/02/2016 a 21/02/2016.
SERVIDORES: ANDREA ALVES DE ARAÚJO, PSICOLOGO, Matricula 54185441/2, ARTIMY PAIXÃO RODRIGUES, MONITOR, Matricula 5919444/1, MICHAEL BRITO DE MATOS, MONITOR, Matricula 5919556/1, PAULO CARNEIRODA SILVA, MONITOR, Matricula 57214846/3, e WESLEY LEÃO FEIJÃO, MOTORISTA, Matricula 5924370/1.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932184

Portaria nº 195, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 70500/2016.
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM/MRB, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: MARABÁ/PA - DESTINO: TUCURUÍ/PA - (0,5) DIÁRIA
PERÍODO: 22/02/2016 a 22/02/2016.
SERVIDORES: MARTINHO JOSÉ MODOLON, MONITOR, Matricula 5914319/1, e HERNANDES DE LIMA PRIMO, MOTORISTA, Matricula 55586277/4.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932198

Portaria nº 196, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 66463/2016.
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM/BELÉM, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: CASTANHAL/PA - (0,5) DIÁRIA
PERÍODO: 24/02/2016 a 24/02/2016.
SERVIDORES: ANA LUCIA RAMOS OLIVEIRA, PEDAGOGO, Matricula 3212327/6, RAIMUNDO PENA SOUZA, MONITOR, Matricula 5096766/3, e VALDINEI CORDEIRO DOS SANTOS, MOTORISTA, Matricula 5920245/1.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932203

Portaria nº 197, de 26 de fevereiro de 2016.
Processo nº 39125/2016.
OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CIAM/BELÉM, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: SALINÓPOLIS/PA - (0,5) DIÁRIA
PERÍODO: 25/02/2016 a 25/02/2016.
SERVIDORES: KARLLA JULIANA SCERNI BRAGA ALVES, ASSISTENTE SOCIAL, Matricula 5920388/1, TAYRON SOUZA DOS ANJOS, MONITOR, Matricula 5918066/1, e ADMIR JORGE ESCORCIO BARBOSA, MOTORISTA, Matricula 5734550/1.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932218

PORTARIA:- 183- DO DIA 26/02/2016
OBJETIVO:Acompanhar adolescente custodiados na UASE ANANINDEUA, para ser entregue a seus familiares (Processo 54758/2016-Mem 41/2016)
SERVIDOR:RENAN BITTENCOURT NASCIMENTO
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5912877/ 2
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: MARABA /PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 03 A 05/02/2016 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932488

PORTARIA:- 188 DO DIA 26/02/2016
OBJETIVO: ACOMPANHAR ADOLESCENTE CUSTODIADO NA UASE ANANINDEUA PARA SER OUVIDO EM AUDIENCIA (Processo 64462/2016-Mem 55/2016)
SERVIDOR(A): KATYA SANTOS BARROS DA SILVA
CARGO: PSICOLOGO - MATRICULA: 5825202/ 1
SERVIDOR: RAPHAEL CUNHA NORONHA
CARGO:MONITOR - MATRICULA: 5917986/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: BAGRE /PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 07 a 11/03/2016 - DIÁRIAS-4,5
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932489

PORTARIA:- 190- DO DIA 26/02/2016
OBJETIVO: Acompanhar adolescente custodiados na UASE ANANINDEUA, para ser entregue a seus familiares (Processo 41374/2016-Mem 108/2016)
SERVIDORA: RENATA FERREIRA SALDANHA DE OLIVEIRA
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 57220732/ 3
SERVIDOR: MARCIO ALVES DOS SANTOS
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 54193986/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: MARABA /PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 03 A 05/02/2016 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932491

PORTARIA:- 198 DO DIA 26/02/2016
OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado na UASE BENEVIDES (Processo 64355/2016-Mem 34/2016)
SERVIDOR(A): IVONEIDE SALES DE QUEIROZ
CARGO: PSICOLOGO - MATRICULA: 5923375/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: MELGAÇO /PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 02 a 04/03/2016 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo 932493

TORNAR SEM EFEITO

A Fundação de Atendimento Socieducativo do Pará - FASEPA, TORNA SEM EFEITO a publicação 929688/2016, referente ao Processo nº 56937/2016 - Portaria 158/2016, por viagem não realizada ao município de BAGRE/PA, no período de 08 a 10/03/2016, conforme MEMO. 068/2016-ANANINDEUA.
SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo 932166

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº DO TERMO ADITIVO: 02
Nº DO CONTRATO: 05/2015
PROCESSO: 2013/611839

Objeto do Contrato: usar das prerrogativas pré-estabelecidas na CLÁUSULA OITAVA que trata da vigência do Contrato.
Fundamentação Legal: Art. 57, II - Lei 8.666/93.
Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - CNPJ 05.054.895/0001-60 e a empresa GOLD MAR HOTEL E TURISMO EIRELI - EPP - CNPJ/MF nº 08.814.232/0001-95
Data da Assinatura: 23/02/2016
Vigência do Contrato: 23/02/2016 a 23/02/2017
Ordenador Responsável: MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Protocolo 932455

OUTRAS MATÉRIAS

ERRATA DA PORTARIA N°. 034/2016 GGP/SEJUDH DE 15.02.2016, PUBLICADA NO DOE N°. 33.068 DE 16.02.2016.

Onde se lê:
no período de 15/02/2015 a 15/03/2015.
Leia-se:
no período de 15/02/2016 a 15/03/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo 932249

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 63/2016-CGP/SUSIPE
BELÉM, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO: O disposto pela Portaria nº 515/2015-CGP/SUSIPE e a Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.
CONSIDERANDO: Os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3555/2015-CGP/SUSIPE, que apurou as circunstâncias do óbito do preso MAGNO ROMÁRIO DE ALMEIDA MARTINS, ocorrido no dia 01/06/2015 no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II - CRPP II.
CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, entendeu pela inexistência de indícios de materialidade e autoria de infração disciplinar, razão pela qual recomendou o arquivamento do feito.
CONSIDERANDO: A inexistência de nexo causal entre ação ou omissão de agentes prisionais com a morte do preso.
RESOLVE: I - Acatar o Relatório da Autoridade Sindicante e determinar o arquivamento da presente Sindicância Administrativa Investigativa, com fulcro no artigo 224, *caput*, c/c art. 201, inciso I da Lei nº 5.810/1994-RJU.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo 932423

PORTARIA Nº 64/2016-CGP/SUSIPE
BELÉM, 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO: O disposto pela Portaria nº 967/2015-CGP/SUSIPE e a Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.
CONSIDERANDO: Os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3555/2015-CGP/SUSIPE, que apurou as circunstâncias do óbito do paciente JORGE LUIZ DA COSTA FERREIRA, ocorrido no dia 26/11/2015 no Hospital Geral Penitenciário..
CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, entendeu pela inexistência de indícios de materialidade e autoria de infração disciplinar, razão pela qual recomendou o arquivamento do feito.
CONSIDERANDO: A inexistência de nexo causal entre ação ou omissão de agentes prisionais com a morte do preso.
RESOLVE: I - Acatar o Relatório da Autoridade Sindicante e determinar o arquivamento da presente Sindicância Administrativa Investigativa, com fulcro no artigo 224, *caput*, c/c art. 201, inciso I da Lei nº 5.810/1994-RJU.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo 932426

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 93/2016-GAB/SUSIPE BELÉM, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nome: RINGO ALEX RAYOL FRIAS, Matrícula nº 54194951, Cargo: Diretor.
Período Aquisitivo: 2007/2010.
Período de Gozo: 01/03/2016 a 30/03/2016.

Protocolo 932463

LICENÇA PRÊMIO
PORTARIA Nº 97/2016-GAB/SUSIPE BELÉM, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nome: RAIMUNDO FERREIRA BARBOSA NETO, Matrícula nº 57211871, Cargo: Gerente de Segurança.
Período Aquisitivo: 2012/2015.
Período de Gozo: 01/03/2016 a 30/03/2016.

Protocolo 932464

ERRATA

Errata da Portaria nº 084/2016 GAB/SUSIPE -DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, publicado no DOE nº 33075 de 25/02/2015 sob o nº de Protocolo 931183.
Onde se lê: Objeto: prestação de serviço de manutenção predial de natureza continua nas unidades prisionais.
Leia-se: Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Fornecimento de Alimentação Preparada para as Unidades Prisionais componentes do Lote I, pelo Sistema de Registro de Preços, para atender a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE)

Protocolo 932279

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 006/2016
PROCESSO: 2015/283955

Objeto: Aquisição e instalação de cerca elétrica, visando atender às necessidades da Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel (Colônia Heleno Fragoso) - CPASI.
Entrega do Edital: O Edital encontra-se acessível nos sites: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br e www.susipe.pa.gov.br.
Responsável pelo certame: Walbert Fredson M. Melo
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 10/03/2016
Hora da Abertura: 09h. (Horário de Brasília)
Orçamento: Programa de Trabalho: 03.421.1425.8283
Natureza da Despesa: 339039
Fonte/Origem do Recurso: 0101000000/Estadual
Ordenador: André Luiz de Almeida e Cunha

Protocolo 932086

PREGÃO ELETRÔNICO: 009/2016
PROCESSO: 2015/546191

Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo pertinente para a locação e elaboração do projeto executivo de instalação completa de 10 (dez) grupos geradores e seus equipamentos de proteção e partida.
Entrega do Edital: O Edital encontra-se acessível nos sites: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br e www.susipe.pa.gov.br.
Responsável pelo certame: Walbert Fredson M. Melo
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 18/03/2016
Hora da Abertura: 09h. (Horário de Brasília)
Orçamento: Programa de Trabalho: 03.421.1425.8283
Natureza da Despesa: 339039
Fonte/Origem do Recurso: 0101000000/ Estadual
Ordenador: André Luiz de Almeida e Cunha

Protocolo 932088

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 03/2016/SUSIPE

Data: 23/02/2016
Valor: R$ 4.797,00 (quatro mil setecentos e noventa e sete reais)
Objeto: Aquisição de abraçadeiras de nylon
Fundamento legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93
Data de Ratificação: 23/02/2016
Orçamento: Programa de trabalho: 03.421.1425.8283; Natureza de despesa: 339030 Fonte de recurso: 0101000000
Contratado: V. B. ARAÚJO MONTEIRO COMÉRCIO - ME
Endereço: Trav. A nº 18 - Conj. Cohab - Gleba II - Marambaia - Belém/PA
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo 932217

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N° 015/2016-GGA/SEDEME
BELÉM, 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto datado de 01/01/2015, publicado no DOE Nº 32.805 de 12/01/2015 E Portaria nº 06/2015 - GS/SEDEME de 13/01/2015, publicado no DOE nº 32.808 de 15/01/2015 e Portaria nº 085/2015-GGA/SEDEME de 24/11/2015, publicado no DOE nº 33.020 de 26/11/2015.
Considerando o disposto no art. 88, da Lei nº 5.810, de 24.01.1994;
Considerando o memorando nº 017/2016-SECOP, datado de 25 de fevereiro de 2016 e Atestado Médico;
RESOLVE:
CONCEDER 180(cento e oitenta) dias de Licença Maternidade a servidora PRISCILA ALCANTARA FIGUEIRA RODRIGUES, Identidade Funcional nº 5905822/2, ocupante do cargo de Gerente, lotada na Diretoria de Administração e Finanças, no período de 23/02/2016 a 20/08/2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
DYJANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

Protocolo 932160

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 032/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nome: RENATO ARAÚJO DA CONCEIÇÃO /Cargo: Assessor II / Matricula: 5907355/3 /Nº DE DIÁRIAS: 2,5(duas e meia) / ORIGEM: Belém/PA /DESTINO: Rio Maria/PA /PERIODO: 03 a 05/03/2016 /OBJETIVO: a fim de visita técnica do Grupo de Avaliação e Análise - GAAP às instalações industriais da empresa Gvinah Indústria e Comércio de Alimentos e Panificação LTDA, para dar continuidade aos trabalhos e avaliação e análise do projeto da empresa pleiteante de incentivos fiscais do Governo do Estado.

Protocolo 932474

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 033/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nome: CLEIDE MORAES DE SOUZA /Cargo: Assessor /Matricula: 5917161/2 /Nº DE DIÁRIAS: 2,5(duas e meia) /ORIGEM: Belém/PA /DESTINO: Rio Maria/PA /PERIODO: 03 a 05/03/2016 / OBJETIVO: a fim de visita técnica do Grupo de Avaliação e Análise - GAAP às instalações industriais da empresa Gvinah Indústria e Comércio de Alimentos e Panificação LTDA, para dar continuidade aos trabalhos e avaliação e análise do projeto da empresa pleiteante de incentivos fiscais do Governo do Estado.

Protocolo 932477

OUTRAS MATÉRIAS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 003/2016

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE CELEBRAM ENTRE SI, O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA E A EMPRESA COBREMACK INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA.

O Governo do Estado do Pará, através da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA, órgão da administração pública estadual, inscrita no CNPJ n° 14.772.025/0001-18, com sede na Avenida Senador Lemos n° 290 - Umarizal, Belém, PA, CEP: 66.050-000, doravante denominada simplesmente por SEDEME/PA, neste ato representado por seu Secretário, o Sr. ADNAN DEMACHKI, brasileiro, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no DOE nº 32.798, de 01.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 169.781.292-91 e portador da Cédula de Identidade nº 4283 OAB/PA, domiciliado e residente nesta cidade; e o COBREMACK INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA., empresa privada, inscrita no CNPJ sob o n° 11.065.453/0001-12, com sede na Via Centro - Prédio C 01, nº 4.284, na cidade de Simões Filho/BA, neste ato representado por seu Presidente Srº José Carlos Mendes Matuiama, brasileiro, casado, nascido em 21/08/1981, natural de São Paulo SP, empresário, portador da cédula de identidade nº 26.869.071-6 expedida pela SSP-SP e inscrito no CPF (MF) sob o n° 221.119.398-62, residente e domiciliado na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 3.566 apto 101 C1, Tamboré, CEP 06543-00, Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo.

CONSIDERANDO que é atribuição do Estado regular e fomentar as atividades econômicas, conforme prevê o artigo 174 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 230, da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que tal atribuição tem como um de seus maiores objetivos o incremento do nível de emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais do Estado, sendo para tanto fundamental estimular novos investimentos;

CONSIDERANDO que a verticalização da produção mineral do cobre através da produção de condutores elétricos terá relevante papel no cenário econômico do Estado do Pará, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;

CONSIDERANDO a dependência do fornecimento de materiais de construção produzidos em outras unidades da federação, o que contribui significativamente para o aumento do déficit na balança comercial interestadual;

CONSIDERANDO que medidas de grande alcance social exigem a repartição de responsabilidade entre agentes públicos e privados, através de parcerias, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida da população, e;

CONSIDERANDO que os signatários deste Protocolo reconhecem que podem contribuir para o desenvolvimento econômico do estado do Pará e o aumento da oferta na economia paraense de materiais de construção;

Resolvem firmar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções tem por objeto estabelecer parceria institucional entre o poder público e a iniciativa privada, visando a criar condições que viabilizem, de forma objetiva e transparente, a execução de ações voltadas à verticalização da produção mineral paraense, especialmente no que se refere à instalação, no Pará, de uma unidade de produção de condutores elétricos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS

São objetivos do presente Protocolo os seguintes:

a) Produzir condutores elétricos, de modo a diversificar a base produtiva da economia paraense, elevando a sua inserção nos mercados local, nacional e internacional;

b) Verticalizar a produção primária mineral paraense;

c) Contribuir para a geração de empregos diretos e indiretos envolvidos na produção industrial;

d) Gerar empregos formais nas plantas industriais COBREMACK LTDA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS COMPROMISSOS DOS SIGNATÁRIOS

3.1. Compete à SEDEME:

a) Apoiar a implementação dos projetos definidos neste Protocolo, envidando esforços para viabilizar futuramente as ações de apoio previstas abaixo, em tudo observadas as disposições legais pertinentes, especialmente de índole tributária e financeira;

b) Apoiar as ações objeto deste Protocolo;

c) Viabilizar, no âmbito da Lei, todas as providências necessárias para conferir celeridade ao trâmite dos processos necessários à instalação da empresa no Estado do Pará;

d) Priorizar a avaliação da possibilidade de concessão de incentivos fiscais estaduais, observando-se a legislação de incentivos fiscais do Pará.

3.2 Compete à COBREMACK INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA.:

a) Implantar no Estado do Pará a planta industrial COBREMACK LTDA., no prazo de, aproximadamente, 24 messes a partir da concessão dos incentivos fiscais sendo prorrogável pelo mesmo período ou conforme disponibilidade econômica da COBREMACK INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA.

b) Contratar, sempre que possível, para a implementação de seus projetos e para quando de seu funcionamento, pessoas residentes no Estado do Pará, preferencialmente, no município em que estiver localizado o seu empreendimento, gerando, aproximadamente, 230 empregos diretos e indiretos, podendo ser maior ou menor número citado de acordo com o projeto;

c) Dar preferência, na compra e/ou aquisição de bens e serviços, inclusive os de engenharia, respeitadas as suas necessidades e as qualidades técnicas, condições mercadológicas e financeiras, a estabelecimentos localizados em território paraense.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As ações propostas com base neste Protocolo de Intenções, quando for o caso, correrão por conta dos recursos orçamentários de cada instituição, de acordo com as suas respectivas ações.

CLÁUSULA QUINTA: DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e execução deste Protocolo de Intenções serão realizados pelos parceiros conjuntamente, através de técnicos indicados especificamente para esse fim, bem como pelas Secretarias a quem se encontram vinculados.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DA VIGÊNCIA

O presente Protocolo de Intenções terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo específico, em havendo interesse dos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA MODIFICAÇÃO

O presente Protocolo de Intenções poderá ser modificado, em havendo interesse entre os participantes, mediante termo aditivo específico, sendo, entretanto, vedada a modificação do seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Fica autorizada, aos signatários, a divulgação do presente Protocolo para terceiros e público em geral;

b) Sempre que se fizerem necessárias e a critério dos signatários, poderão ser realizadas reuniões para a melhor execução deste Protocolo;

c) A assinatura do presente Instrumento não implica em quaisquer responsabilidades dos signatários, seja de natureza cível, administrativa ou penal.

CLÁUSULA NONA: DA DENÚNCIA

Poderão os participantes, a qualquer tempo, dar por findo o presente Protocolo de Intenções, mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e ainda, por infração de quaisquer cláusulas e /ou condições ora estabelecidas, ficando os mesmos responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PUBLICAÇÃO

A SEDEME providenciará a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar de sua assinatura, para fins de eficácia, nos termos da legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Belém (PA) para dirimir qualquer dúvida oriunda do entendimento deste Protocolo de Intenções, ou para exigir o seu cumprimento.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, PA, 22 de fevereiro de 2016.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

ADNAN DEMACHKI

Secretário

COBREMACK INDÚSTRIA DE CONDUTORES ELÉTRICOS LTDA.

JOSÉ CARLOS MENDES MATUIAMA

Presidente

Protocolo 932151

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 004/2016

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME E A EMPRESA FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA, órgão da administração pública estadual, inscrita no CNPJ n° 14.772.025/0001-18, com sede na Avenida Senador Lemos n° 290 - Umarizal, Belém, PA, CEP: 66.050-000, doravante denominada simplesmente por SEDEME/PA, neste ato representado por seu Secretário, o Sr. ADNAN DEMACHKI, brasileiro, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no DOE nº 32.798, de 01.01.2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 169.781.292-91 e portador da Cédula de Identidade nº 4283 OAB/PA, domiciliado e residente nesta cidade e,

A empresa FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A., empresa privada, inscrita no CNPJ n° 68.093.095/0001-79, com sede na Estrada Campo Limpo Paulista a Atibaia, s/nº , na cidade de Atibaia, ESTADO de São Paulo, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. Marcelo Cesana, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.726.438-10 e portador da Cédula de Identidade nº 171201668, e pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Nessim Abadi, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 366.097.378-51 e portador da Cédula de Identidade nº 439382130, ambos domiciliados e residentes na cidade de São Paulo,

CONSIDERANDO:

1. Que é atribuição do Estado regular e fomentar as atividades econômicas, conforme prevê o artigo 174 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 230, da Constituição do Estado do Pará;

2. Que tal atribuição tem como um de seus maiores objetivos o incremento do nível de emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais do Estado, sendo para tanto fundamental estimular novos investimentos;

3. Que esses objetivos demandam comprometimento político e atuação focada e contínua por parte dos agentes e órgãos da Administração Pública, posto que os novos investimentos exigem ações de médio e curto prazo;

4. Que é indispensável ao Estado, propiciar condições para a realização de investimentos no setor produtivo, mediante a formação de parcerias com o setor privado, visando o incremento do desenvolvimento industrial, e;

5. Que medidas de grande alcance social exigem a repartição de responsabilidade entre agentes públicos e privados, através de parcerias, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida da população;

Resolvem celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, mediante as cláusulas seguintes,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Protocolo o esforço comum entre os signatários, para a execução de ações voltadas à verticalização da produção paraense de açaí com agregação de valores à economia do Estado do Pará, visando, entre outros:

a) Estimular a produção sustentável de derivados da polpa de açaí, de modo a elevar a sua inserção de forma competitiva nos mercados local, nacional e internacional;

b) Verticalizar a produção de derivados da polpa de açaí, transformando-a em produtos para venda ao consumidor final;

c) Contribuir para a geração de empregos diretos e indiretos envolvidos na produção industrial, e;

d) Incentivar o aproveitamento de subprodutos da produção de derivados de

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS DA EMPRESA FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

2.1. A EMPRESA FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A. compromete-se a envidar esforços necessários à implementação dos seguintes projetos:

☐ Implantar no Estado do Pará, indústria da FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A. no prazo de até 2 (dois) anos, com capacidade de produção inicial de 1 (um) milhão de kg/ano, com utilização, quando da exportação, do porto localizado no município de Barcarena/PA;

☐ Contratar, sempre que possível, para a implementação de seus projetos e para quando de seu funcionamento, pessoas residentes no Estado do Pará, preferencialmente, no município em que estiver localizado o seu empreendimento, gerando, aproximadamente, 200 (duzentos) empregos diretos e indiretos;

☐ Dar preferência, na compra e/ou aquisição de bens e serviços, inclusive os de engenharia, respeitadas as suas necessidades e as qualidades técnicas, condições mercadológicas e financeiras, a estabelecimentos localizados em território paraense;

2.2. A EMPRESA FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A. compromete-se a respeitar a Legislação Federal e Estadual, mormente, a legislação ambiental, aplicável a cada projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS DO ESTADO DO PARÁ
3.1. O ESTADO DO PARÁ se compromete a apoiar a implementação dos projetos definidos neste Protocolo, envidando esforços para viabilizar futuramente as ações de apoio previstas abaixo, em tudo observadas as disposições legais pertinentes, especialmente de índole tributária e financeira:
☐ Apoiar as ações objeto deste Protocolo;
☐ Viabilizar, no âmbito da Lei, todas as providências necessárias para conferir celeridade ao trâmite dos processos necessários à instalação da empresa no Estado do Pará;
☐ Priorizar a avaliação da possibilidade de concessão de incentivos fiscais estaduais, observando-se a legislação de incentivos fiscais do Pará;
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO
4.1. O acompanhamento e execução deste Protocolo de Intenções serão realizados pelos parceiros conjuntamente, através de técnicos indicados especificamente para esse fim, bem como pelas Secretarias às quais se encontram vinculados.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Fica autorizada, aos signatários, a divulgação do presente Protocolo para terceiros e público em geral;
5.2. Sempre que se fizerem necessárias e a critério dos signatários, poderão ser realizadas reuniões para a melhor execução deste Protocolo;
5.3. A assinatura do presente Instrumento não implica em quaisquer responsabilidades dos signatários, seja de natureza cível, administrativa ou penal.
CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO
6.1. O presente Instrumento vigerá pelo prazo de 3 anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA
7.1. O presente Protocolo de Intenções poderá ser denunciado ou rescindido por qualquer dos partícipes, por ato unilateral de vontade, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem qualquer ônus ou multa.
CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO
8.1. O ESTADO DO PARÁ se compromete a providenciar a publicação do extrato deste Instrumento, no prazo de dez dias contados da data da sua assinatura, nos termos do art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.
CLÁUSULA NONA - DO FORO
9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Instrumento.
E por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.
Belém, 22 de fevereiro de 2016.
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Adnan Demachki
Secretário
FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A.
Marcelo Cesana
Diretor Presidente
FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A.
Nessim Abadi
Diretor Financeiro

Protocolo 932153

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fica dispensada de licitação, a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com seus fundamentos no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o Parecer Jurídico Nº 099/2015 acostado aos autos.
Nº da Dispensa: 001/2016
Nº do Processo: 52624.001426/2016 Nº Cotação Eletrônica 020/2015
Partes: Instituto de Metrologia do Estado do Pará - L. CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP
Objeto: Aquisição de Café e Açúcar.
Valor: R$ 1.175,20 (hum mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos)
Elemento de Despesa: 33903007
Fonte: 0260
Belém, 16 de Fevereiro de 2016.
Ana Claudia Lobo Corrêa
Membro da CPL/IMETROPARÁ/INMETRO

Protocolo 932071

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fica dispensada de licitação, a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com seus fundamentos no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o Parecer Jurídico Nº 011/2016 acostado aos autos.
Nº da Dispensa: 002/2016
Nº do Processo: 52624.000054/2016 Nº Cotação Eletrônica 002/2016
Partes: Instituto de Metrologia do Estado do Pará - L. CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP
Objeto: Fornecimento de água mineral em garrafões de 20 Litros.
Valor: R$ 2.073,50 (dois mil e setenta e três reais e cinquenta centavos)
Elemento de Despesa: 3339030
Fonte: 0260
Belém, 24 de Fevereiro de 2016.
Ana Claudia Lobo Corrêa
Membro da CPL/IMETROPARÁ/INMETRO

Protocolo 932094

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico por este Termo, a Dispensa de Licitação nº 001/2016, Cotação Eletrônica Nº 020/2015 para aquisição de café e açúcar para o IMETROPARÁ junto a L. CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, no Valor estimado: R$ 1.175,20 (hum mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos), com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer nº 099/2015 da Procuradoria Jurídica do IMETROPARÁ.
Autorizo a realização da despesa. Proceda com a contratação no valor supramencionado.
Belém, 16 de Fevereiro de 2016.
JORGE OTAVIO BAHIA DE REZENDE
Presidente/IMETROPARÁ/INMETRO

Protocolo 932075

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico por este Termo, a Dispensa de Licitação nº 002/2016, Cotação Eletrônica Nº 002/2016 para Fornecimento de água mineral em garrafões de 20 Litros para o IMETROPARÁ junto a L. CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, no Valor estimado: R$ 2.073,50 (dois mil e setenta e três reais e cinquenta centavos)), com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer nº 011/2016 da Procuradoria Jurídica do IMETROPARÁ.
Autorizo a realização da despesa. Proceda com a contratação no valor supramencionado.
Belém, 24 de Fevereiro de 2016.
JORGE OTAVIO BAHIA DE REZENDE
Presidente/IMETROPARÁ/INMETRO

Protocolo 932097

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2016 - CP N° 23/2015
PARTES:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90
Sanecon Saneamento e Construção Civil Ltda - CNPJ 07.561.334/0001-83
OBJETO: Ampliação e Reforma do Hospital Municipal Santa Rosa, no Município de Abaetetuba, neste Estado.
VIGÊNCIA: 29/02/2016 à 25/12/2016
VALOR: R$ 9.917.560,27

NOTA DE EMPENHO: N° 2016NE00167
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 90101 10.302.1427.8289 0103 449051
FORO: Belém
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
Noêmia de Sousa Jacob
ENDEREÇO DA CONTRATADA:
Conjunto Cidade Nova VI- TV WE 70, bairro do Coqueiro, CEP: 67140-120, Ananindeua/PA
Telefone: (91) 3347-8300

Protocolo 932456

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2016 - CPL/SEDOP
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para obra de reforma das instalações do Rancho do I Comar, no Município de Belém, no Estado do Pará.
Data de abertura: 05 de Abril de 2016.
Horário: 10h00min (Dez horas).
Natureza: 449051
Fonte: 0101 (Estadual)
Funcional Programática: 04.451.1424.7552
Local: Sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP, localizada na Trav. Chaco, nº 2158, Bairro Marco, CEP: 66.093.-542. Belém/PA.
Edital: Disponível na sala de licitação da SEDOP, no horário de 08:00 às 14:00, através de meio digital (CD/PENDRIVE) e no site da SEDOP.
Belém-PA, 26 de Fevereiro de 2016.
Michelly Cardoso Miranda
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Nôemia de Sousa Jacob
Ordenadora de Despesas
Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Urbano e Obras Públicas

Protocolo 932485

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

7° TERMO ADITIVO - CONVÊNIO n° 015/2012 (ENTÃO SEIDURB)
Partes:
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90
-Prefeitura Municipal de Dom Eliseu - CNPJ 22.953.681/0001-45
Objeto do Convênio: Construção de um muro e pavimentação do silo, no Município de Dom Eliseu, neste Estado.
Justificativa: Prorrogação de Prazo
Vigência: 27/02/2016 à 27/02/2017
Data da Assinatura: 26/02/2016
Responsável pela Entidade Recebedora dos Recursos:
-Joaquim Nogueira Neto
Ordenador Responsável:
Noêmia de Sousa Jacob

Protocolo 932004

DIÁRIA

PORTARIA N° 100/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto- CCG de 01/01/2015 publicada no DOE nº 32.798 de 01/01/2015.
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO, o Processo nº 2016/66994, de 22/02/2016;
RESOLVE:
I - AUTORIZAR os servidores abaixo a viajar aos municípios de Bannach e São Félix do Xingu (Distrito de Taboca)/Pa, no período de 07/03 a 12/03/2016, com o objetivo de proceder levantamento físico, para fins de nova licitação das obras de construção das Unidades Integrada de Polícia PROPAZ, respectivamente, nos referidos municípios.
II - CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes 5.½ (cinco e meia) diárias para cada servidor, que se deslocarão conforme item I.

NOME	MATRICULA	CARGO / FUNÇÃO	DIÁRIAS
Edilson Silva dos Santos	33413/1	Arquiteto	5,5
Sandro de Sousa Barradas	57199257/1	Motorista	5,5

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se;
NOÊMIA DE SOUSA JACOB
Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo 932384

PORTARIA Nº.101/2016, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Processo: 2016/76110
Servidor: ALMIR NELSON ARAÚJO DE OLIVEIRA
Matrícula: 3211339/1
Cargo/Função: Motorista
Objetivo: com objetivo conduzir o veiculo com a Secretária de Estado desta SEDOP.
Data: 29/02/2016.
Diárias: ½ (meia)
Destino(s): Abaetetuba/PA
Ordenador de Despesas: Noêmia de Sousa Jacob

Protocolo 932543

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

ERRATA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2016.
PUBLICADO NO D.O.E N° 33.074 DE 24/02/2016.
ERRATA

Onde se lê: BASE LEGAL: Art. 24, inciso XIII, art. 26, Parágrafo Único, II da Lei n° 8.666/1993 e Súmula TCU 250.
Leia-se: BASE LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei n° 8.666/1993.
Contratado: PAULO LUIZ ANTÔNIO GALVANI.
Ordenador: Luciano Lopes Dias.

Protocolo 932185

CONTRATO

CONTRATO N° 02-2016.

Data da Assinatura: 25/02/2016.
Objeto: Execução de cursos e oficinas - do Projeto de Trabalho Técnico Social das obras da Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água- PAC Contrato Nº. 350.812-12 no Município de Marabá.
Prazo de Vigência e Execução Contratual: Prazo de vigência e de execução é de 13 (treze) meses, contados a partir da data de assinatura.
Valor: R$ 39.550,00 (trinta e nove mil e quinhentos e cinqüenta reais).
Contratada: WESLANE DAMACENO OLIVEIRA 01012740250.
Ordenador: Luciano Lopes Dias.

Protocolo 932188

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 74/2015.

Data da Assinatura: 25/02/2016.
Classificação do objeto: outros.
Objeto: Alteração da cláusula décima terceira do contrato, que passa a ter a seguinte redação:
"Fica *designado o Sr. Levi Rodrigues Pereira, Gestor da USMA, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, na forma do art. 67 da lei 8.666/93"*
Contratada: DENISE BLAU NISHIHARA MOLINA - EPP.
Ordenador: Luciano Lopes Dias.

Protocolo 932191

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 67/2013.

Data da Assinatura: 23/02/2016.
Classificação do objeto: outros.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 25.02.2016, encerrando em 24.02.2017.
Contratada: CONSTRUTORA MAKRONORTE LTDA - EPP.
Ordenador: Luciano Lopes Dias.

Protocolo 932193

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE JULGAMENTO
CREDENCIAMENTO N° 001/2016 - COSANPA

O Presidente da Companhia de Saneamento do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pela Portaria nº 1055/2015, torna público que, no CREDENCIAMENTO Nº 001/2016 - COSANPA, cujo objeto é a Contratação de escritório de advocacia, para a prestação de serviços de cobrança Extrajudicial e Judicial de débitos de faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário dos imóveis localizados em Belém, Ananindeua, Marituba e Castanhal, Estado do Pará, conforme Termo de Referência DM/2016 (Anexo I), que cumpridas às formalidades legais a Sociedade de Advogados ROBERTO BRUNO ADVOCACIA S/S. CNPJ/MF n°: 04.445.677/0001-94 foi considerada habilitada ao credenciamento, assim como, por atender os critérios estabelecidos no edital.
Belém - PA, 26 de fevereiro de 2016.
Ana Beatriz de Souza Oliveira-Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Luciano Lopes Dias-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará.

Protocolo 932137

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
N° DO TERMO ADITIVO: 1° (PRIMEIRO)
N° DO CONTRATO: 02/2015

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2015
Valor do Contrato Original: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil)
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação de Prazo - Art. 57, Inciso II, § 1º e Reajustamento - Art. 65, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
Vigência: 26.02.2016 a 25.02.2017
Partes: Companhia de Habitação do Estado do Pará x Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
ASS: Lucilene Bastos Farinha Silva
Diretora Presidente
Data da assinatura: 23.02.2016

Protocolo 932037

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 054 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 260/2015 - CCG, DE 12.01.2015, publicada no DOE nº 32.806, de 13.01.2015 e as que foram delegadas pela PORTARIA nº 033 de 27.01.2015, publicada no DOE nº 32.818, de 29.01.2015,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº 2016/24726
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor ISAIAS DE OLIVEIRA BARBOSA JÚNIOR, Identidade Funcional nº 70096714/4, ocupante do cargo de Coordenador, lotado na Diretoria de Tecnologias Sociais - DTS, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02/03/2016 a 31/03/2016, referente ao triênio 09/04/2012 a 08/04/2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, 26 de fevereiro de 2016.
CARLOS ALBERTO MONTEIRO
Diretor de Planejamento, Administração e Finanças.

Protocolo 932494

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 053 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA, COM BASE NA PORTARIA 271/2016 - CCG DE 22.02.2016, publicada no DOE Nº 33.073, de 23/02/2016.
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora EDILAINE CRISTINA PAMPLONA MENEZES, Identidade Funcional nº 55586180/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - Engenharia Sanitária, lotada na Diretoria de Tecnologias Sociais - DTS, para responder pelo cargo de Gerente GEP-DAS 011.3, no período de 26.02.2016 a 25.04.2016, com todas as vantagens inerentes ao cargo durante o impedimento da titular MARIA DO CARMO FERREIRA DE ALMEIDA, Identidade Funcional nº 5896695/1, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, conforme Portaria nº 049/2016, de 25.02.2016, publicada no DOE nº 33.076, de 26.02.2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, em 26 de fevereiro de 2016.
LUIS CARLOS MACEDO BLASQUES
Secretário de Estado, em exercício

Protocolo 932251

ERRATA

Fica retificado o PROGRAMA DE TRABALHO, NATUREZA DE DESPESA e FONTE DE RECURSO, contido no extrato de Inexigibilidade nº 02/2016, publicado no DOE nº 33.069, de 17.02.2016.
Onde se lê:
PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FONTE DE RECURSO
48.101.19.571.1452.6627 339039 0101
Leia-se:
PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FONTE DE RECURSO
48.101.19.571.1452.8538 339039 0101
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica.

Protocolo 932359

ERRATA

Fica retificado na Portaria n° 046 de 17.02.2016, publicada no D.O.E. nº 33.071, de 19.02.2016
Onde se lê: Laudo Médico nº 175797A/1 de 05 de janeiro de 2016
Leia-se: Laudo Médico nº 176951A/1 de 16 de fevereiro de 2016
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, em 26 de fevereiro de 2016.

Protocolo 932443

ERRATA

Fica retificado na Portaria n° 049 de 25.02.2016, publicada no D.O.E. nº 33.076, de 26.02.2016
Onde se lê: triênio 01/01/2012 a 31/12/2015
Leia-se: triênio 01/01/2012 a 30/12/2014
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, em 26 de fevereiro de 2016.

Protocolo 932478

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 05/2012
Nº DO TERMO ADITIVO: 04

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2016

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogar por 12 (doze) meses, a contar de 26.02.2016 a 25.02.2017, o prazo de vigência do Contrato nº 05/2012, atendendo a conveniência administrativa da SECTET, de acordo com o que prevê a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.
Reajustar em 10,54% o valor mensal do contrato de acordo com a CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE do contrato original, com base na variação do IGP-M do período.
O valor mensal reajustado passará para R$ 13.293,06 (treze mil, duzentos e noventa e três reais e seis centavos), perfazendo um valor global de R$ 159.516,72 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos).

ORÇAMENTO:
PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FONTE DE RECURSO
48.101.19.126.1424.8238 339139 0101
ORIGEM DO RECURSO: Estadual
CONTRATADO: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

ENDEREÇO: Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci-Belém-Pará.

ORDENADOR: ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO

Protocolo 932357

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO: 02
CONTRATO Nº: 23/2015

Data de Assinatura: 25/02/2016

Valor: R$0,00

Justificativa: Visando adequação orçamentária para inclusão de projeto.

Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
48101.19.122.1297.8338	339039	0101

Ordenador: Alex Bolonha Fiúza de Melo

Protocolo 932355

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 040/2016 - GABINETE, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Diretor-Presidente em exercício da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no parágrafo único, III, do art. 8º, da Lei Complementar Estadual n. 061, de 24 de julho de 2007, e alterações posteriores.

RESOLVE:

FORMALIZAR a concessão de 90 (NOVENTA) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 14 a 12/04/2016, a servidora CASSIA CAROLINA SOARES AGRASSAR, Identidade Funcional nº. 5917869/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenv. Ciência Tecnologia e Inovação, de acordo com o disposto no Art. 81 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e conforme Proc. 2016/67493 e Laudo Médico nº. 27966/2016.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, 24 de Fevereiro de 2015.
Alberto Cardoso Arruda

Diretor-Presidente em exercício

Protocolo 932210

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Nº CONTRATO: 004/2016.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO : Pregão Eletrônico n.º 01/2016.
PARTES: PRODEPA E DANTEK - COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MICROFILMAGEM, ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO LTDA.
OBEJETO**:** Contratação de empresa para serviço de locação de equipamentos de microfilmagem com manutenção preventiva e corretiva on site.
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016 - VIGÊNCIA : 26/02/2016 a 25/02/2017 - DATAS PARA PUBLICAÇÃO : 29/02/2016.
VALOR (R$): 53.149,80.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.1424.8238-339039 - FONTE DE RECURSO: 0261.
ORDENADOR RESPONSÁVEL : THEO CARLOS. FLEXA RIBEIRO PIRES.
END. DO CONTRATADO: São Paulo, sito à Rua Labatut, n.º 658, bairro Ipiranga, CEP: 04.214-000.

Protocolo 932288

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 03/2016

Data: 25.02.2016

Valor mensal de R$72.750,00

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de telecomunicações das cidades digitais que compõem a rede estadual do Governo do Estado do Pará

Fundamentação Legal: Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93

Data da Retificação: 25.02.2016

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza de Dispensa Fonte de Recurso Origem do Recurso

23. 126. 1435. 8344.33.90.39

Entre a empresa: PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

CNPJ: 05.059.613/0001-18

E a empresa: IR TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 09.634.107/0001-66

End.: Folha 31, Quadra 11 - Lote, Bairro Nova Marabá CEP : 68.507-630 - PARÁ

Ordenador de Despesas: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires

==========

DISPENSA Nº 04/2016

Data: 25.02.2016

Valor mensal de R$72.750,00

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de telecomunicações das cidades digitais que compõem a rede estadual do Governo do Estado do Pará

Fundamentação Legal: Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93

Data da Retificação: 25.02.2016

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza de Dispensa Fonte de Recurso Origem do Recurso

23. 126. 1435. 8344.33.90.39

Entre a empresa: PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

CNPJ: 05.059.613/0001-18

E a empresa: RADIOCOMM TELECOMUNICAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI - EPP

CNPJ: 02.305.840/0001-09

End.: Rua João Balbi, nº1188, São Brás, CEP:66.060-565 Belém - PARÁ

Ordenador de Despesas: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires

Protocolo 931963

APOSTILAMENTO

APOSTILA Nº. 066/2016

OBJETO: Adequação de Dotação Orçamentária para o Exercício de 2016
DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016
CONTRATO: Nº 019/2016 - HEWLETT PACKARD BRASIL - HP
VALOR PARA O EXERCICIO DE 2016: R$ 23.820,80
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1424.8238 - 339039.
FONTE DE RECURSO: 0261.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES.
DATA DA PUBLICAÇÃO: 29/02/2016.

Protocolo 932177

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 30/2016

Nomeação de fiscal do Contrato Administrativo nº 10/2014
Processo Administrativo nº. 2015/515830
Objeto da Portaria: designar o servidor ROSIANE SOUZA GOMES, matrícula nº 5892432, a contar do dia 27.01.2016, para atuar como fiscal do Convênio 10/2014, firmado entre a SEEL e a CORESMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
Ordenadora de Despesa: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo

Protocolo 932479

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

FÉRIAS

PORTARIA DE FÉRIAS Nº 057/2016/GERH/SETUR

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais e CONSIDERANDO A programação de férias desta Setur para Abril de 2016. RESOLVE: Conceder férias regulamentares aos servidores conforme abaixo descrito.1) Ana Terezinha Moreira Bezerra, 55589995/1, Contador, 2014/2015, 01 a 30/04/2016; 2) Israel Antônio Sequeira Pegado, 57175614/1, Assessor de Comunicação, 2015/2016, 04/04 a 08/05/2016, Conf. § 3º, Claus. 26ª do ACT 2014/2015; 3) Priscila Milena Gonçalves Melo, 57194435/1, Assistente de gestão em Turismo, 2014/2015, 01/04 a 05/05/2016, Conf. § 3º, Claus. 26ª do ACT 2014/2015.ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA

Protocolo 932272

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 208/16 DP-G EM, 25/02/16.

Designar Defensores Públicos abaixo relacionados:

I- ADALBERTO DA MOTA SOUTO, matrícula nº 3083462, para desenvolver suas atividades na Defensoria Pública de Castanhal, com itinerência em Inhangapi, no período de 01/01/2016 a 30/06/2016.
II- RAIMUNDO CIRINO IRMAO, matrícula nº 3083950, para desenvolver suas atividades na Defensoria Pública de Viseu, no período de 01/01/2016 a 30/06/2016.
III- EMILIA BENIGNO LIMA, matrícula nº 3084876, para desenvolver suas atividades na Defensoria Pública de Conceição do Araguaia, no período de 01/01/2016 até 30/06/2016.

IV- RAIMUNDO AUGUSTO RIOS BRITO, matrícula nº 3084981, para desenvolver suas atividades na Entrência Especial, no período de 01/01/2016 até 30/06/2016.
Revogam-se as disposições em contrário
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se,
LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA
Defensor Público Geral

Protocolo 932386

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DO TERMO: 01.
TERMO ADITIVO DE VALOR.
CONTRATO Nº 039.

Exercício: 2015.
Classificação: OUTROS
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao contrato 039/2015 fundamenta-se na forma da Lei Federal nº 13.241, de 30/12/2015, além das demais disposições legais elencadas, conteúdo que compõe o processo administrativo nº 2015/246.604 DP/PA e a MODIFICAÇÃO DO VALOR de compra de 25 (vinte e cinco) unidades de Notebook Compacto - LENOVO THINKPAD T440s (Ultrabook), elevando o valor unitário para R$ 3.533,82 (três mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos) totalizando R$ 88.345,50 (oitenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).
VALOR DO TERMO: R$ 88.345,50
Data de assinatura: 25/02/2016.
Vigência: 25/02/2016 a 13/10/2016.
ORÇAMENTO: 30101.03.126.1445.8443. Fonte 0101. Natureza 449052.
Plano Interno (PI): 2120008443E.
Estadual
CONTRATADO: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.275.920/001-61
Endereço: Rodovia Senador Antônio Ermírio de Moraes, Km 11, Varejão - Itu/SP, CEP. 13.300-000
Ordenador: LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA.

Protocolo 932347

DIÁRIA

Portaria 172/16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor VALDERCI DIAS SIMÃO, matrícula 57190989, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, período 01 a 02/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931974

Portaria 227/16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO, matrícula 57234668, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de IGARAPÉ-AÇU a CASTANHAL, período 01 a 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931975

Portaria 228 - 16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743-1, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSOR DIOGO MARCELL fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a ULIANÓPOLIS, período 01/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931978

Portaria 229 - 16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diária(s) ao Defensor DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA, matrícula 5895999, objetivo ATENDIMENTO JURÍDICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MOJU a IGARAPÉ-MIRI, período 01 a 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931980

Portaria 230-16 - DPG. Conceder 1/2 diária à Defensora ANDREIA MACEDO BARRETO, matrícula 5895996-1, objetivo PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA JUDICIAL E REALIZAR ATENDIMENTOS e servidor MAXIMIANO SOUTO AMADO NETO, matrícula 55585587, cargo MOTORISTA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a CASTANHAL, período 02/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931981

Portaria 231-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diária(s) ao Defensor MARCOS ANTONIO CORREA ASSAD, matrícula 57190948, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CAPANEMA a BONITO, período 01 a 05/02/16.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931983

Portaria 232-16 - DPG. Conceder 1/2 diária aos servidores ANSELMO CARLOS NOGUEIRA MONTEIRO, matrícula 54194024, cargo MOTORISTA e RUY SERGIO NUNES DE OLIVEIRA, matrícula 5104602-1, cargo BRAÇAL, objetivo REALIZAR ENTREGA DE DOCUMENTOS, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a SANTA ISABEL DO PARÁ, período 02/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931984

Portaria 233-16 -DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor MAXIMIANO SOUTO AMADO NETO, matrícula 55585587, cargo MOTORISTA, objetivo REALIZAR ENTREGA DE IMPRESSORA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a MOSQUEIRO, período 03/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931986

Portaria 234-16 - DPG. Conceder 2 + 1/2 diária(s) ao Defensor ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 55589169-1, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO AGRÁRIO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA a MARABÁ, período 03 a 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931989

Portaria 235-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 20463, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo BUSCAR O DEFENSOR AGRÁRIO ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS EM SÃO GERALDO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, período 03/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931992

Portaria 236-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao servidor JOSE MARIA DIAS DOS REIS, matrícula 58926451, cargo SECRETÁRIO, objetivo REALIZAR INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE AR, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a BRAGANÇA, período 04 a 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931995

Portaria 237-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor ANDRÉ CORREIA SILVA NETO, matrícula 57200893, cargo ASSISTENTE DE INFORMÁTICA, objetivo REALIZAR MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE CASTANHAL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a CASTANHAL, período 04/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931996

Portaria 238-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor NILSON CELIO DE OLIVEIRA MACHADO, matrícula 57205652, cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR SERVIDOR DO NTI, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CASTANHAL a BELÉM, período 04/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931997

Portaria 239-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diária(s) ao Defensor JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA, matrícula 55589075, objetivo APRESENTAR A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E DISCUTIR MEDIDAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS NO REFERIDO NÚCLEO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a SANTARÉM, período 22 a 23/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 931999

Portaria 240-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor ANDRÉ CORREIA SILVA NETO, matrícula 57200893, cargo ASSISTENTE DE INFORMÁTICA, objetivo REALIZAR MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DE CASTANHAL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a CASTANHAL, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932000

Portaria 241/16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor NILSON CELIO DE OLIVEIRA MACHADO, matrícula 57205652, cargo MOTORISTA, objetivo BUSCAR SERVIDOR DO NTI EM BELÉM, CONDUZIR AO MUNICÍPIO DE BUJARÚ E LEVAR DE VOLTA A BELÉM, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CASTANHAL a BELÉM, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932003

Portaria 242/16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743-1, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSOR DIOGO MARCELL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a ULIANÓPOLIS, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932005

Portaria 243/16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor MARCELO CARDOSO NAGANO, matrícula 57176086, Cargo TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA, SIDNEY ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula 57212384, cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, MAXIMIANO SOUTO AMADO NETO, matrícula 55585587, cargo MOTORISTA, objetivo REALIZAR VISITA TÉCNICA PARA VISTORIAR OBRA DE REFORMA NO NÚCLEO DE ATENDIMENTO CRIMINAL DE ANANINDEUA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a ANANINDEUA, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932006

Portaria 244-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor HUGO EDUARDO CABRAL DA COSTA, matrícula, cargo MOTORISTA, objetivo BUSCAR MATERIAL DE EXPEDIENTE, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BARCARENA a BELÉM, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932009

Portaria 245-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO AGRÁRIO ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS A SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, período 05/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932010

Portaria 246-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA a JACUNDÁ, período 11/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932011

Portaria 247-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diária(s) ao Defensor MARCOS ANTONIO CORREA ASSAD, matrícula 57190948, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CAPANEMA a BONITO, período 11 a 12/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932012

Portaria 248-16 - DPG. Conceder 02 + 1/2 diárias ao Defensor ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO, matrícula 3083527, Cargo CORREGEDOR GERAL, objetivo REUNIÃO XVIII DO CNCG EM BRASÍLIA DF, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a BRASÍLIA, período 27 a 29/01/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932013

Portaria 249-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO, RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA A JACUNDÁ, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a JACUNDÁ, período 11/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932014

Portaria 250-16 - DPG. Conceder 5 + 1/2 diárias ao Defensor PLINIO TSUJI BARROS, matrícula 55589614, objetivo ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de RURÓPOLIS a SANTARÉM, período 15 a 20/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932015

Portaria 251-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO, matrícula 57234668, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de IGARAPÉ-AÇU a CASTANHAL, período 15 a 19/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932016

Portaria 252-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias aos servidores LUIZ CARLOS MOREIRA FARIAS JUNIOR, matrícula 57227037, cargo SECRETARIO e LINDOMAR PEREIRA DA SILVA, matrícula 57201685, cargo MOTORISTA, objetivo REALIZAR VERIFICAÇÃO DE IMOVEL PARA INSTALAÇÃO DA DEFENSORIA NA COMARCA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a VISEU, período 15 a 19/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932018

Portaria 253-16 - DPG . Conceder 1/2 diária ao servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743-1, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSOR DIOGO MARCELL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a ULIANÓPOLIS, período 15/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932022

Portaria 254-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias à servidora ROSILENE LOPES MACHADO DO NASCIMENTO, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR DEFENSORES E ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PORTEL a BREVES, período 15 a 19/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932024

Portaria 255-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 55589169-1, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO AGRÁRIO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA a MARABÁ, período 15 a 16/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932026

Portaria 256-16 - DPG. Conceder 3 + 1/2 diárias aos servidores JUCEMIR SIQUEIRA DA SILVA, matrícula 32549, cargo ASSESSOR NÍVEL 2 e WADY CHARONE, matrícula 57211857, cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, objetivo PARTICIPAR DO EVENTO VII ENCONTRO DE COMITÊS GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA, RELACIONADOS AO CONVÊNIO Nº 775112/2012, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a BRASÍLIA, período 16 a 19/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932029

Portaria 258-16 - DPG. Conceder 3 + 1/2 diárias ao Defensor LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA, matrícula 55589139, objetivo REUNIÃO DO CONDEGE, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a PORTO ALEGRE, período 18 a 21/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932036

Portaria 259-16 - DPG. Conceder 2 + 1/2 diárias ao Defensor MARCOS ANTONIO CORREA ASSAD, matrícula 57190948, objetivo REALIZAR ITINERANCIA ,fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CAPANEMA a BONITO, período 17 a 19/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932038

Portaria 260-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA a JACUNDÁ, período 18/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932041

Portaria 261-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA A JACUNDÁ, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a JACUNDÁ, período 18/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932042

Portaria 262-16 - DPG. Conceder 15 + 1/2 diárias aos servidores ALAN DELSO DA SILVA CORDEIRO, matrícula 57196777, cargo AUXILIAR OPERACIONAL, EDSON MIRANDA RODRIGUES, matrícula 0845873010, cargo AGENTE DE PORTARIA, GIL CORREA DOS SANTOS, matrícula 57206425, cargo AUXILIAR OPERACIONAL, JOAO PAULO COSTA DOS SANTOS, matrícula 5007232, cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, SERGIO ANDRE GONSALEZ GOMES, matrícula 57201786, cargo AUXILIAR OPERACIONAL e LINDOMAR PEREIRA DA SILVA, matrícula 57201685, cargo MOTORISTA, objetivo REGULARIZAÇÃO GERAL DO PATRIMÔNIO DA DPPA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a CASTANHAL, período 22/02/16 a 08/03/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932043

Portaria 263-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA, matrícula 5895999, objetivo ATENDIMENTO JURÍDICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MOJU a IGARAPÉ-MIRI, período 22 a 26/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932045

Portaria 264-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA a JACUNDÁ, período 25/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932046

Portaria 265-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor MARCOS ANTONIO CORREA ASSAD, matrícula 57190948, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CAPANEMA a BONITO, período 25/02/2016 a 26/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932047

Portaria 266-16 - DPG. Conceder 1/2 diária ao servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743-1, cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSORA URSULA MASCARENHAS, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a IPIXUNA DO PARÁ, período 27/02/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932064

Portaria 267-16 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO, matrícula 57234668, objetivo REALIZAR ITINERANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de IGARAPÉ-AÇU a CASTANHAL, período 29/02/2016 a 04/03/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932066

Portaria 269-16 - DPG. Conceder 1/2 diária aos servidores GILLA SHISLAI PARENTE AGUIAR, matrícula 57201711, cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e RONALDO LUIZ RODRIGUES DA SILVA, matrícula 5890289, cargo ASSESSOR, objetivo PRESTAR ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO EM AÇÃO DESENVOLVIDA PELO NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA DEFENSORIA EM BENEVIDES, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a BENEVIDES, período 02/03/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932069

Portaria 270-16 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor JOSE ADAUMIR ARRUDA DA SILVA, matrícula 55589075, objetivo APRESENTAR A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E DISCUTIR MEDIDAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS NO REFERIDO NÚCLEO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a MARABÁ, período 02 a 03/03/2016.
Ordenador: José Adaumir Arruda da Silva.

Protocolo 932072

REPUBLICAR:
PORTARIA N°. 194/16 - DP G EM, 19/02/2016
Nome: NEIDE SARAH LIMA ROCHA, matrícula nº. 3083918,
Assunto: Licença Prêmio

P. Aquisitivo	Dias	Período de Gozo
2009/2012	30 (trinta)	05/09/16 a 04/10/16

OBS: Publicada por incorreção DOE n° 33.076 de 26/02/16.

Protocolo 932300

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO. N°. 014/2016 - TJPA// Partes: TJPA e empresa **OVERSEE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 04.071.307/0001-34// Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de transmissão e armazenamento de áudio e vídeo pela internet, com disponibilização dos equipamentos necessários a título de comodato, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias// Origem: Termo de Dispensa de Licitação nº. 006/2016, fundamentado no art. 24, inciso IV c/c o art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme Processo SIGA-DOC PA-PRO-2016/00432.// Valor do Contrato: R$ 54.698,00 mensal perfazendo o valor global de R$-328.188,00// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.126.1419.8180, 02.126.1419.8181; Natureza de Despesa: 33.90.39; Fonte de Recurso: 0118.// Vigência: 04/03/2016 a 30/08/2016// Data da assinatura: 26/02/2016// Foro: Belém/PA// Responsável pela assinatura: Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração //Ordenador responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme - Secretária de Planejamento.

Protocolo 932459

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016 - TJPA// O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa OVERSEE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 01.071.307/0001-34, a Dispensa de Licitação fundamentada no artigo art. 24, inciso IV c/c o art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme Processo SIGA-DOC PA-PRO-2016/00432, para prestação de serviços de transmissão e armazenamento de áudio e vídeo pela internet.// Belém, 25 de fevereiro de

2016// Secretário de Administração - Aníbal Corrêa Pinheiro// Ratificação - Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em cumprimento ao artigo 26 da Lei n° 8.666/93, ratifica a Dispensa de Licitação acima referida Belém, 25/02/2016.

Protocolo 932454

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.217.850/0001-59, a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 25, inciso I, da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para a renovação de assinatura das Revistas IOB, conforme Termo de Referência, referente ao PA-MEM-2016/02298// Belém, 25/02/2016.// Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração// Ratificação: O Excelentíssimo Desembargador Constantino Augusto Guerreiro - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em cumprimento ao artigo 26 da Lei n° 8.666/93, ratifica a Inexigibilidade de Licitação do Processo acima referido. Belém 25/02/2016.

Protocolo 932110

Extrato de Termo de Permissão de Uso. N° 001/2016/ TJ/PA. Partes: TJ/PA e ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARÁ// CNPJ/MF sob o n° 05.070.008/0001-48// Objeto: a permissão de uso de área de estacionamento rotativo para uso exclusivo pela OAB, dentro do estacionamento público do prédio-sede do TJPA, correspondendo a 14 vagas, com controle de acesso por cancela automática e supervisão de manobrista.// Prazo: 12 meses com início em 01/03/2016 e término em 01/03/2017// Foro: Belém// Data da Assinatura: 26/02/2016// Responsável pela assinatura: Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO - Presidente do TJPA.

Protocolo 932156

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PUBLICAÇÕES DE ATOS – JULGAMENTO
***RESOLUÇÃO N° 11.698, DE 11/12/2014**
PROCESSO N° 1350012005-00

Origem: Prefeitura Municipal de Curuá
Assunto: Prestação de Contas de 2005
Responsável: José Antonio Fausto da Silva
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães
EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Curuá. Exercício de 2005. Pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das contas. Multa. Cópia dos autos ao MPE.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 144 a 148 dos autos.
Decisão: I – Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Curuá, a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. José Antonio Fausto da Silva, em razão das seguintes irregularidades:
1) despesa realizada acima da autorizada no montante de R$-773.724,39;
2) descumprimento do Art. 212, da Constituição Federal (manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e Art. 7º, da Lei nº 9.424/96 (FUNDEF);
3) diferença no valor R$-71.730,89, na conciliação bancária da conta corrente do FUNDEF (nº 58.022-8/BB), evidenciando desvio de finalidade;
4) ausência de processos licitatórios para os seguintes credores: L. A da Silva Comercial (aquisição de gêneros alimentícios/material higiene/limpeza – R$-26.844,04); Valderi Lima Ltda. (manutenção de rede de distribuição de água/reforma de prédio – R$-23.524,11); MARTOP – Construção e Terraplanagem Ltda. (abertura de estradas vicinais/melhoria de vias urbanas – R$-107.000,00);
II – Determinar que o Ordenador de Despesas recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R$-8.812,80 (oito mil, oitocentos e doze reais e oitenta centavos), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do Art. 5º, I, §1º, da Lei nº 10.028/2000;
III – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.
*Republicada por ter saído com incorreção no dia 13 de março de 2015.

RESOLUÇÃO N° 12.112, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 340012006-00 (200710744-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Inhangapi
Assunto: Prestação de Contas de 2006
Responsável: José Alves Feitosa Oliveira
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Inhangapi. Exercício de 2006. Pela emissão de Parecer Prévio contrário á aprovação das contas. Recolhimentos. Multas. Cópia dos autos ao MP.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 179 a 185 dos autos.
Decisão: I – Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Inhangapi, a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Alves Feitosa Oliveira, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II e III, da Lei Complementar nº 25/94;
II – Determinar que o citado Ordenador proceda os seguintes recolhimentos:
1. Aos Cofres municipais, devidamente atualizados:
- R$-129.257,19 (cento e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos), referente à conta "Agente Ordenador";
- R$-33.234,00 (trinta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais), correspondente ao pagamento de remuneração ao Prefeito acima do estabelecido no ato fixador;
2. Ao FUMREAP, de conformidade com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368. de 29/12/2009, os seguintes valores:
- R$-3.010,00 (três mil e dez reais), de multa, com fundamento no Art. 120-B, IV, do RI/TCM/PA, pelo atraso na remessa das prestações de contas quadrimestrais, em prazo superior a 90 (noventa) dias, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-10.000,00 (dez mil reais), de multa, com fundamento no Art. 120-A, II, do RI/TCM/PA, pelos atos de gestão praticados com infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial ou operacional, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-10.000,00 (dez mil reais), de multa, com fundamento no Art. 120-A, III, do RI/TCM/PA, pela prática de atos de gestão ilegítimos ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
III – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

***RESOLUÇÃO N° 12.157, DE 02/02/2016**
PROCESSO N° 1400012010-00

Origem: Prefeitura Municipal de Placas
Assunto: Prestação de contas de Governo do exercício de 2010
Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P. M. de Placas. Exercício de 2010. Prestação de contas de Governo. Parecer Prévio pela não aprovação.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.
Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Placas, que sejam reprovadas as contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Maxweel Rodrigues Brandão.
*Republicada por ter saído com incorreção no dia 22 de fevereiro de 2016.

RESOLUÇÃO N° 12.167, DE 04/02/2016
PROCESSO N° 201214811-00 (1160012004-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Jacareacanga
Assunto: Recurso de Revisão
Responsável: Eduardo Azevedo
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: Recurso de Revisão. P. M. de Jacareacanga. Exercício de 2004. Prestação de contas. Pelo conhecimento. No mérito pelo provimento parcial. Reduzir o valor do débito imputado na conta "agente Ordenador". Manter os demais termos contidos na RESOLUÇÃO Nº 9.181/2008.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.
Decisão: em conhecer do Recurso para no mérito dar-lhe provimento parcial. Vencidos os Conselheiros Aloísio Chaves e Sérgio Leão, quanto a consideração do Relator em não conhecer a remessa de documentos, em fase recursal, para afastar a responsabilidade do recorrente da obrigação constitucional de prestar contas.

***ACÓRDÃO Nº 22.030, DE 03/04/2012**
PROCESSO N° 201020448-00

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema – IPAC
Assunto: Aposentadoria voluntária, por idade e contribuição
Interessada: Maria do Ceo Siqueira da Silva
Relator: Conselheiro Alcides Alcantara
EMENTA: RESOLUÇÃO Nº 027/10. Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema – IPAC. Aposentadoria voluntária, por idade e contribuição. Art. 40, §1º, III, "b", da CF/EC nº 41/03. Registro deferido.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 151 e 152 dos autos.
Decisão: Registrar a RESOLUÇÃO Nº 027/2010, de 23 de novembro de 2010, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema – IPAC, que aposenta voluntariamente, por idade e contribuição, Maria do Ceo Siqueira da Silva, no cargo de Servente, nos termos do Art. 40, §1º, III, "b", da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos mensais, no valor de R$-510,00 (quinhentos e dez reais).
*Republicada por ter saído com incorreção no dia 18 de junho de 2013.

ACÓRDÃO N° 28.180, DE 26/11/2015
PROCESSO N° 300192011-00 (201313578-00)

Origem: FUNDEB de Faro
Assunto: Prestação de Contas de 2011
Responsável: Denílson Batalha Guimarães
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FUNDEB de Faro. Exercício de 2011. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multa. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 71 a 74 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do FUNDEB de Faro, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade do Sr. Denílson Batalha Guimarães, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c" e "d", da Lei Complementar nº 84/2012, devendo o citado Ordenador de Despesas recolher os seguintes valores:
1) Aos cofres públicos municipais, com fundamento no Art. 35, da Lei nº 84/2012:
- R$-1.189.160,86 (hum milhão, cento e oitenta e nove mil, cento e sessenta reais e oitenta e seis centavos), devidamente atualizado, referente ao lançamento à conta "Agente Ordenador";
2) Ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a título de multa:
- R$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no §1º, Art. 284, da LO/TCM, pelo não encaminhamento da Lei e dos contratos de admissão temporárias;
II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para adoção de medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.231, DE 10/12/2015
PROCESSO N° 980022007-00 (200801265-00)

Origem: Câmara Municipal de Parauapebas
Assunto: Prestação de Contas de 2007
Responsável: Agnaldo Ávila de Brito
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Parauapebas. Exercício de 2007. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 203 a 209 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas da Câmara Municipal de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Agnaldo Ávila de Brito, nos termos do Art. 52, II, §2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador recolher aos cofres municipais, a importância de R$-323.357,90 (trezentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), referente as Verbas de Pronto Atendimento, das quais não enviou a prestação de contas;
II – Determinar, ainda, que o Ordenador recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores:
1) R$-2.747,52 (dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) de seus vencimentos anuais, na forma do Art. 5º, I, §1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa extemporânea do Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
2) R$-50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do Art. 120-A, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas, sem o competente processo licitatório, no total de R$-2.939.618,90 e despesas fracionadas e realizadas, sem o respectivo processo

licitatório, no montante de R$-2.496.235,92, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que julgar cabíveis, nos termos do §5º, do Art. 52, da Lei Complementar nº 25/94.

ACÓRDÃO Nº 28.232, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 810022006-00 (200717096-00)

Origem: Câmara Municipal de Senador José Porfírio
Assunto: Prestação de Contas de 2006
Responsável: José Alberto Pedrosa de Oliveira
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Senador José Porfírio. Exercício de 2006. Pela aprovação, c/ ressalva, da prestação de contas. Multas. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento das multas.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 203 a 207 dos autos.
Decisão: Aprovar, com ressalva, a prestação de contas da Câmara Municipal de Senador José Porfírio, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. José Alberto Pedrosa de Oliveira, a quem deve ser emitido o competente Alvará de Quitação, no valor de R$-480.991,96 (quatrocentos e oitenta mil, novecentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos), somente após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, de conformidade com o Art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes quantias:
- R$-3.010,00 (três mil e dez reais), a título de multa, com fundamento no Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pelo atraso na remessa da prestação de contas quadrimestral, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-1.200,00 (hum mil e duzentos reais), a título de multa, com fundamento no Art. 5º, I, § § 1º e 2º, da Lei nº 10.028/2000, valor equivalente ao percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador, pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2006, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia.
- R$-500,00 (quinhentos reais), a título de multa, com fundamento no Art. 120-B, II, do RI/TCM, pela falha referente ao não recolhimento ao caixa do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF no montante de R$-2.949,40, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia.

ACÓRDÃO Nº 28.234, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 343972005-00 (200700862-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi
Assunto: Prestação de Contas de 2005
Responsáveis: Cleide Monteiro Oliveira (1º e 2º Quadrimestres) e José Fernandes Brito da Silva (3º Quadrimestre)
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Inhangapi. Exercício de 2005. Pela não aprovação das contas. Recolhimentos. Multas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 144 a 152 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovar às contas do Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi, exercício de 2005, de responsabilidade dos Srs. Cleide Monteiro Oliveira, período de 01/01 a 31/08/2005, e José Fernandes Brito da Silva, período de 01/09 a 31/12/2005, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II, e §2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo os Ordenadores recolherem aos cofres municipais:
1. Ordenadora: Cleide Monteiro Oliveira
- R$-19.138,88 (dezenove mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), referente à conta Agente Ordenador, em função de diferenças no demonstrativo financeiro de seu período;
2. Ordenador: José Fernandes Brito da Silva
- R$-29.028,75 (vinte e nove mil, vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), referente à conta Agente Ordenador, em função de diferenças no demonstrativo financeiro de seu período;
II – Determinar, ainda, o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores:
1. Ordenadora: Cleide Monteiro Oliveira
- R$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o Art. 5º, da RESOLUÇÃO Nº 7.738/2005-TCM, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-3.000,00 (três mil reais), com fundamento no Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para as despesas, realizadas com aquisições de bens de consumo, no total de R$-87.182,03, serviços de frete, no valor de R$-16.160,00, além de despesas com material de consumo que não foram especificados, no montante de R$-30.867,70, descumprindo o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM, pela realização de despesas, na ordem de R$-24.000,00, com contratação de serviços (assessoria contábil), para atender atividades permanentes e contínuas da administração, contrariando o Art. 37, II, da Constituição Federal, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
2. Ordenador: José Fernandes Brito da Silva
- R$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos moldes do Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, descumprindo o Art. 5º, da RESOLUÇÃO Nº 7.738/2005-TCM, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-2.000,00 (dois mil reais), com fundamento no Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios para as despesas, realizadas com aquisição de medicamentos, no total de R$-92.827,15, e serviços de frete, no valor de R$-16.360,00, descumprindo o Art. 2º, da Lei nº 8.666/93, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
- R$-1.000,00 (hum mil reais), com base no Art. 120-A, II, do RI/TCM, pela realização de despesas, na ordem de R$-24.000,00, com contratação de serviços (assessoria contábil), para atender atividades permanentes e contínuas da administração, contrariando o Art. 37, II, da Constituição Federal, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
III – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis, na forma do §5º, do Art. 52, da Lei Complementar nº 25/94.

ACÓRDÃO Nº 28.235, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 343982006-00 (200709542-00)

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Inhangapi
Assunto: Prestação de Contas de 2006
Responsável: Midori Oki Igacihalaguti
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. FMAS de Inhangapi. Exercício de 2006. Pela aprovação, com ressalva, das contas. Multas. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento das multas.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 125 a 130 dos autos.
Decisão: I – Aprovar, com ressalva, as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Inhangapi, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Midori Oki Igacihalaguti, nos termos do Art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM;
II – Expedir em favor da citada Ordenadora de Despesas, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R$-312.224,61 (trezentos e doze mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), somente após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas:
1) R$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
2) R$-1.000,00 (hum mil reais), na forma do Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, pela não remessa do Parecer do Conselho de Assistência Social, dos Contratos de Prestação de Serviços, e dos extratos bancários, e Termos de Conferência de Caixa e Extratos Bancários, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia.

ACÓRDÃO Nº 28.236, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 983982007-00 (200802117-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas
Assunto: Prestação de Contas de 2007
Responsável: Manoel Evaldo Benevides Alves
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Parauapebas. Exercício de 2007. Pela aprovação da prestação de contas e expedição do Alvará de Quitação.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 189 a 194 dos autos.
Decisão: Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Manoel Evaldo Benevides Alves, nos termos do Art. 51, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 25/94, devendo ser expedido ao Ordenador, o competente Alvará de Quitação, no valor de R$-97.597.921,90 (noventa e sete milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte e um reais e noventa centavos).

ACÓRDÃO Nº 28.238, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 1293972007-00 (200913819-00)

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu
Assunto: Prestação de Contas de 2007
Responsável: Nilza Maria Gonçalves de Azevedo
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Vitória do Xingu. Exercício de 2007. Pela não aprovação das contas. Multas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 88 a 93 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Vitória do Xingu, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da Sra. Nilza Maria Gonçalves de Azevedo, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referida Ordenadora recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores:
1) R$-3.001,00 (três mil e um reais), nos termos do Art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
2) R$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, IV, do RI/TCM, face a realização de despesas além do autorizado, nos elementos 3190.11 (R$-32.453,71), 3390.30 (R$-139.848,09) e 3390.36 (R$-347.402,26), vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
3) R$-5.000,00 (cinco mil reais), na forma do Art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas, no montante de R$-235.981,47, sem o regular processo licitatório, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
4) R$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos do Art. 120-B, §1º, do RI/TCM, pelo não envio da prestação de contas em meio magnético, em separado, das contas da Prefeitura, descumprindo a RESOLUÇÃO Nº 7.740/05/TCM-PA, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;
II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para adoção de providências cabíveis, nos termos do §5º, do Art. 52, da Lei Complementar nº 25/94.

ACÓRDÃO Nº 28.288, DE 10/12/2015
PROCESSO Nº 201207946-00

Origem: Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará
Assunto: Aposentadoria
Interessado: Dinari de Jesus Farias
Relator: Conselheiro Aloísio Chaves
EMENTA: Portaria nº 30/2012. Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará. Aposentadoria. Art. 40, §1º, I, da CF/EC nº 41/2003. Pelo registro do ato.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 58 a 60 dos autos.
Decisão: I – Registrar a Portaria nº 30/2012 (fls. 38), de 18 de abril de 2012, do Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará, que aposenta por invalidez, com percepção de proventos integrais ao tempo de contribuição, Dinari de Jesus Farias, no cargo de Agente de Infraestrutura Operacional, nos termos do Art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com proventos mensais no valor de R$-665,54 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), que deverá ser pago nos termos do Art. 201, §2º, da Constituição Federal;
II – Determinar, ainda, que o Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará, restitua ao aposentado os valores previdenciários descontados indevidamente sobre as parcelas de hora extra e adicional noturno.

ACÓRDÃO Nº 28.348, DE 16/12/2015
PROCESSO Nº 1330082010-00

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Piriá
Assunto: Prestação de Contas de 2010
Responsável: Albenor Bezerra Pontes
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Piriá. Exercício de 2010. Pela não aprovação das contas.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 78 a 81 dos autos.
Decisão: Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Piriá, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, com fundamento no Art. 32, III, "c", da Lei nº 84/2012.

ACÓRDÃO Nº 28.350, DE 16/12/2015
PROCESSO Nº 140182012-00 (201301460-00)

Origem: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão de Belém – SEGEP/COGEP
Assunto: Prestação de Contas de 2012
Responsável: Edilson Ramos Pereira
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. SEGEP/COGEP. Exercício de 2012. Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 230 a 232 dos autos.
Decisão: Aprovar as contas da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão de Belém – SEGEP/COGEP, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr.

Edilson Ramos Pereira, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R$-5.394.980,00 (cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta reais), pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 28.351, DE 16/12/2015
PROCESSO Nº 874022010-00

Origem: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Xinguara
Assunto: Prestação de Contas de 2010
Responsável: Vicente Luiz Ribeiro
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Xinguara. Exercício de 2010. Pela irregularidade das contas. Multa. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 92 a 95 dos autos.
Decisão: I – Julgar irregulares as contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Xinguara, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Vicente Luiz Ribeiro, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, com fulcro no Art. 57, I, "b", da Lei Complementar nº 84/2012, o valor de R$-3.000,00 (três mil reais), a título de multa, pelas irregularidades constatadas nos Processos Licitatórios que respaldaram despesas na ordem de R$-409.701,66;
II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.383, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 1090022008-00

Origem: Câmara Municipal de Aurora do Pará
Assunto: Prestação de Contas de 2008
Responsável: Francisco Fernandes do Nascimento
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Aurora do Pará. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Multa.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 89 a 92 dos autos.
Decisão: Negar aprovação às contas da Câmara Municipal de Aurora do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco Fernandes do Nascimento, que deve recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, a título de multa, fundamentada no §1º, do Art. 5º, da Lei nº 10.028/2000, o valor de R$-1.614,27 (hum mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), que corresponde a 5% da remuneração recebida no exercício pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal, vencida a Conselheira Mara Lúcia, apenas quanto à multa.

ACÓRDÃO Nº 28.399, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 410032010-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata
Assunto: Prestação de Contas de 2010
Responsáveis: Maria José de Ribamar Pantoja (01/01 a 07/11/2010) e Viviane da Silva Vilhena (08/11 a 31/12/2010)
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Magalhães Barata. Exercício de 2010. Pela não aprovação das contas. Multas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 194 a 198 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata, exercício de 2010, de responsabilidade das Sras. Maria José Ribamar Pantoja (período de 01/01 a 07/11/2010), e Viviane da Silva Vilhena (período de 08/11 a 31/12/2010), que devem recolher ao FUMREAP, a título de multa, fundamentada no Art. 282, II, "b", pela não remessa dos Processos Licitatórios na forma e prazo estabelecidos na legislação em vigor, os seguintes valores:
- Sra. Maria José Ribamar Pantoja: - R$-2.000,00 (dois mil reais);
- Sra. Viviane da Silva Vilhena: - R$-500,00 (quinhentos reais);
II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.400, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 1173192008-00

Origem: FUNDEB de Nova Esperança do Piriá
Assunto: Prestação de Contas de 2008
Responsável: Francisco de Souza Soares
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FUNDEB de Nova Esperança do Piriá. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 56 a 59 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do FUNDEB de Nova Esperança do Piriá, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Francisco de Souza Soares, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c", da Lei nº 84/2012;
II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.401, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 1194182011-00

Origem: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Repartimento
Assunto: Prestação de Contas de 2011
Responsáveis: Luzia Genilda Lima Santos (01/01 a 28/03/2011) e Maura Cândido Bicalho (29/03 a 31/12/2011)
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Repartimento. Exercício de 2011. Luzia Genilda Lima Santos. Pela regularidade, c/ ressalvas, das contas. Multa. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento da multa. Maura Cândido Bicalho. Pela regularidade, c/ ressalvas, das contas e expedição do Alvará de Quitação.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 95 a 98 dos autos.
Decisão: I – Julgar regulares, com ressalvas, às contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo Repartimento, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Luzia Genilda Lima Santos (período de 01/01 a 28/03/2011) e da Sra. Maura Cândido Bicalho (período de 29/03 a 31/12/2011), com fundamento no Art. 32, II, da Lei Complementar nº 84/2012;
II – Expedir em favor da Sra. Maura Cândido Lima dos Santos, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R$-51.502,26 (cinquenta e um mil, quinhentos e dois reais e vinte e seis centavos);
III – Expedir, ainda, em favor da Sra. Luzia Genilda Lima Santos, o competente Alvará de Quitação, no valor de R$-28.034,33 (vinte e oito mil, trinta e quatro reais e trinta e três centavos), somente após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, do valor de R$-3.001,00 (três mil e um reais), a título de multa, com fundamento no Art. 284, IV, do RITCM, pelo atraso de 281 dias na remessa da Prestação de Contas.

ACÓRDÃO Nº 28.402, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 613982008-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Primavera
Assunto: Prestação de Contas de 2008
Responsáveis: Luciana Maria Lopes Pereira – (01/01 a 08/04/2008) e Marly do Espírito Santo Barros – (09/04 a 31/12/2008)
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Primavera. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Recolhimentos. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 283 a 288 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Primavera, exercício de 2008, de responsabilidade das Sras. Luciana Maria Lopes Pereira (01/01 a 08/04/2008) e Marly do Espírito Santo Barros (09/04 a 31/12/2008), com fundamento na Alínea "c", do Art. 32, da Lei nº 84/2012, devendo as referidas Ordenadoras de Despesas recolher, com fulcro no Artigo 35, da Lei nº 84/2012, aos cofres públicos municipais, os seguintes valores referentes aos lançamentos à conta agente ordenador, devidamente atualizados:
- Sra. Luciana Maria Lopes Pereira: R$-2.665,37 (dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos);
- Sra. Marly do Espírito Santo Barros: R$-239,11 (duzentos e trinta e nove reais e onze centavos);
II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.403, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 614132008-00

Origem: FUNDEB de Primavera
Assunto: Prestação de Contas de 2008
Responsável: Ângela Maria Sousa Ribeiro
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FUNDEB de Primavera. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 95 a 98 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do FUNDEB de Primavera, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Ângela Maria Sousa Ribeiro, com fundamento nas Alíneas "c" e "d", do Art. 32 da Lei nº 84/2012, devendo referida Ordenadora de Despesas recolher, com fulcro no Art. 35, da Lei Orgânica do TCM-Pa, aos cofres públicos municipais, devidamente atualizado, o valor de R$-6.056,12 (seis mil, cinquenta e seis reais e doze centavos), referente ao lançamento da conta agente ordenador;
II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.404, DE 17/12/2015
PROCESSO Nº 1024262008-00

Origem: FUNDEB de São Geraldo do Araguaia
Assunto: Prestação de Contas de 2008
Responsável: Manoel Soares da Costa
Relator: Conselheiro Sérgio Leão
EMENTA: Prestação de Contas. FUNDEB de São Geraldo do Araguaia. Exercício de 2008. Pela não aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 110 a 112 dos autos.
Decisão: I – Negar aprovação às contas do FUNDEB de São Geraldo do Araguaia, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Manoel Soares da Costa, com fundamento na Alínea "c", do Art. 32, da Lei Complementar Estadual nº 84/2012;
II – Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 28.520, DE 04/02/2016
PROCESSO Nº 820012008-00

Origem: Prefeitura Municipal de Soure
Assunto: Prestação de contas de Gestão do exercício de 2008
Responsável: Carlos Augusto Nunes Gouvêa
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Soure. Exercício de 2008. Prestação de contas de Gestão. Pela aprovação com ressalva. Aplicação de multa.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.
Decisão: Aprovar com ressalva à prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Soure, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Carlos Augusto Nunes Gouvêa, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre, LOA, Balanço Geral e REEO's do 4º e 6º bimestres, nos termos do Art. 284, IV, do RI deste Tribunal.

Protocolo 932376

PORTARIA Nº 0151/2016 - TCM, DE 03/02/2016
Nome: AMANDA CAROLINE PASSOS SILVA
Assunto: Regime Especial de Trabalho.
A partir de: 05/02/2016.

PORTARIA Nº 0152/2016 - TCM, DE 03/02/2016
Nome: AMANDA CAROLINE PASSOS SILVA
Assunto: Lotar, até ulterior deliberação, no Gabinete da Conselheira MARA LUCIA BARBALHO DA CRUZ.
A partir de: 05/02/2016.

PORTARIA Nº 0155/2016 - TCM, DE 03/02/2016
Nome: JORGE LUIZ DA SILVA RESENDE
Assunto: Regime Especial do Trabalho.
A partir de: 04/02/2016.

PORTARIA Nº 0191/2016 - TCM, DE 16/02/2016
Nome: PAULA FRASSINETTI FERREIRA DO AMARAL
Assunto: Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Prêmio referente aos triênios 2010/2013 e 2013/2016, que poderão ser usufruídos parceladamente ou integralmente.

PORTARIA NO 0192/2016 - TCM, DE 16/02/2016
Nome: MARIA DO SOCORRO MARTINS DA SILVA
Assunto: Férias.
Período: 28/03 a 26/04/2016; PA. 2015/2016.

PORTARIA Nº 0193/2016 - TCM, DE 16/02/2016
Nome: LIRLEY BRITO SOUZA TEIXEIRA
Assunto: Auxílio-Natalidade.

PORTARIA Nº 0194/2016 - TCM, DE 16/02/2016
Nome: DIRSON MEDEIROS DA SILVA NETO
Assunto: Auxílio-Natalidade.

PORTARIA Nº 0196/2016-TCM, DE 18/02/2016
Nome: MARIA DO SOCORRO PESSOA DA SILVA
Assunto: Licença Saúde.
Período: 30/12/2015 a 28/03/2016.

PORTARIA Nº 0197/2016 - TCM, DE 18/02/2016
Nome: Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA
Assunto: Interromper as férias, concedidas pela Portaria nº 0093/2016, de 25/01/16, referentes ao exercício 2014/2015.
No dia: 18/02/2016.

PORTARIA Nº 0198/2016 - TCM, DE 18/02/2016
Nome: CRISTIANE HELENA DA CONCEICAO E SILVA
Assunto: Excluir a servidora da Portaria nº 0111/2016, de 29/01/2016, que a designou como membro para constituir Comissão de Auditoria Coordenada para realizar auditoria no Regime Próprio de Previdência Social do município de Belém, junto ao Instituto de Previdência e Assistência Social de Belém (IPAMB), com vistas a traçar um panorama da real situação de gestão e solvência do Regime Próprio de Previdência Social nas situações afetas à sua gestão, estrutura institucional, bem como aos seus controles administrativos e operacionais.

PORTARIA Nº 0202/2016 - TCM, DE 19/02/2016
Nome: MARIA DA VITORIA MOTTA MELO DA ROCHA
Assunto: Licença Prêmio.
Período: 23/02 a 23/03/2016, referente ao saldo do triênio 1998/2001.

Protocolo 932380

PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica aos interessados que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 03/03/2016, às 9 horas, em sua sede, os seguintes processos:

01) Processo nº 80022004-00
Responsável: Sr. Francisco das Chagas Silva Melo Filho
Origem: Câmara Municipal/Ananindeua
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2004
Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de vista ao Conselheiro Antonio José na Sessão Plenária do dia 26.11.2015.

02) Processos nºs 201319732-00 (110022010-00)
Responsável: Sra. Cíntia Jussara Costa de Matos
Origem: Câmara Municipal/Bagre
Assunto: Recurso Ordinário contra a decisão do ACÓRDÃO Nº 23.507/2013, de 02.04.13
Exercício: 2010
Relator: Conselheira Cezar Colares, com pedido de vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 14.08.14

03) PROCESSO Nº 610012012-00
Responsável: Sra. Cleuma Maria Bezerra de Oliveira
Origem: Prefeitura Municipal/Primavera
Assunto: Prestação de Contas - Contas de Governo
Exercício: 2012
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

04) PROCESSO Nº 610012012-00
Responsável: Sra. Cleuma Maria Bezerra de Oliveira
Origem: Prefeitura Municipal/Primavera
Assunto: Prestação de Contas - Contas de Gestão
Exercício: 2012
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

05) PROCESSO Nº 201505190-00
Responsável: Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona
Origem: Prefeitura Municipal/Santa Cruz do Arari
Assunto: Recurso Ordinário contra a decisão objeto da RESOLUÇÃO Nº 11.656/14 - Contas de Governo
Exercício: 2011
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

06) Processos nºs 201505190-00 (670012011-00)
Responsável: Sr. Marcelo José Beltrão Pamplona
Origem: Prefeitura Municipal/Santa Cruz do Arari
Assunto: Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão 25.832/14, de 06.11.2014 - Contas de Gestão
Exercício: 2011
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

07) PROCESSO Nº 1190022010-00
Responsável: Sra. Dione Martins Conceição Melo
Origem: Câmara Municipal/Novo Repartimento
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

08) PROCESSO Nº 210022007-00
Responsável: Sr. Nelson da Silva Parijós Neto
Origem: Câmara Municipal/Cametá
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo)

09) PROCESSO Nº 154772009-00
Responsável: Sr. Edimauro Ramos de Farias
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social/Benevides
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

10) PROCESSO Nº 932782007-00
Responsável: Sra. Joaquina de Souza Pereira
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social/Garrafão do Norte
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

11) PROCESSO Nº 560202009-00
Responsável: Sra. Elia Jaques Rodrigues
Origem: Fundo Municipal de Educação e FUNDEB/Peixe-Boi
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

12) PROCESSO Nº 1232022008-00
Responsável: Sr. Lourival Fernandes de Lima
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social/Santa Luzia do Pará
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2008
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

13) PROCESSO Nº 1024112006-00
Responsável: Sr. Rubens Carvalho Costa
Origem: Fundo Municipal de Saúde/São Geraldo do Araguaia
Assunto: Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão
Exercício: 2006
Relator: Conselheiro Sérgio Leão

14) PROCESSO Nº 733992010-00
Responsável: Sra. Azenir da Rocha Assunção
Origem: Fundo Municipal de Saúde/Santo Antonio do Tauá
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa (redistribuído do Conselheiro José Carlos Araújo)

15) PROCESSO Nº 794102007-00
Responsável: Sr. Vildemar Rosa Fernandes
Origem: Fundo Municipal de Educação/São Miguel do Guamá
Assunto: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha

16) Processos nºs 201507971-00 (672712011-00)
Responsável: Sra. Ediene Pamplona Bentes
Origem: Fundo Municipal de Saúde/Santa Cruz do Arari
Assunto: Recurso - Pedido de revisão da decisão objeto do ACÓRDÃO Nº 25.494, de 02.09.14
Exercício: 2011
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

17) PROCESSO Nº 200506414-00
Responsável: Sr. Domiciano Bezerra Soares
Origem: Prefeitura Municipal e FUNDEB/Eldorado dos Carajás
Assunto: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

18) PROCESSO Nº 200506416-00
Responsável: Sr. Domiciano Bezerra Soares
Origem: Fundo Municipal de Saúde/Eldorado dos Carajás
Assunto: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

19) PROCESSO Nº 200506415-00
Responsável: Sr. Domiciano Bezerra Soares
Origem: Fundo Municipal de Assistência Social/Eldorado dos Carajás
Assunto: Tomada de Contas
Exercício: 2004
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

20) PROCESSO Nº 201515623-00
Interessado(a): Sr. João Martins Filho
Origem: Câmara Municipal/Placas
Assunto: Consulta
Exercício: 2015
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

21) PROCESSO Nº 201513839-00
Interessado(a): Sra. Núbia Beatriz da Costa
Origem: FUNDEB/Concórdia do Pará
Assunto: Consulta
Exercício: 2015
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

22) Processo nº 201300624-00
Denunciante: Sr. Vivaldo Mendes da Conceição - Prefeito
Denunciado: Sr. Edson da Silva Barros - Ex-Prefeito
Origem: Prefeitura Municipal/Anajás
Assunto: Denúncia de supostas irregularidades no Município de Anajás
Exercício: 2012
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

23) Processo nº 201119620-00
Denunciante: Sr. Vander Oliveira Borges - Coordenador do FNDE - Brasília
Denunciado: Município de Rondon do Pará
Origem: Prefeitura Municipal de Rondon do Pará
Assunto: Denúncia de supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB de Rondon do Pará
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda

24) Processo nº 201319704-00
Interessado(a): Sr. Aloysio Novaes Franco
Origem: Instituto de Previdência do Município/Paragominas
Assunto: Aposentadoria - Portaria n.º 021/2015, de 10.09.2015
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

25) Processo nº 201321498-00
Interessado(a): Sra. Eulina Alves de Moura
Origem: Instituto de Previdência do Município/Paragominas
Assunto: Aposentadoria - Portaria n.º 022/2015, de 11.09.2015
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

26) Processo nº 201419706-00
Interessado(a): Sra. Ivete Negris Moreira
Origem: Instituto de Previdência do Município/Paragominas
Assunto: Aposentadoria - Portaria n.º 028/2014, de 11.08.2014
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

27) Processo nº 201404130-00
Interessado(a): Sra. Sherley Regina da Silva Carvalho
Origem: IPASEMAR - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais/Marabá
Assunto: Aposentadoria - Portaria nº 031/14, de 16.01.14
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

28) Processo nº 201413066-00
Interessado(a): Sra. Cleuma Maria Bezerra de Oliveira - Prefeita
Origem: Prefeitura Municipal/Primavera
Assunto: Nomeação de Vandelson de Paula de Jesus e outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2013
Relator: Conselheiro Daniel Lavareda
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 26/02/2016.
Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Protocolo 932467

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 30.754, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEAR **HELIODORO JOSÉ DIAS OLIVEIRA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro Substituto NS-01, a partir de 11-02-2016.

Protocolo 932227

PORTARIA Nº 30.755, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEAR **KARINA ARAÚJO SIMÕES**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro Substituto NS-01, a partir de 11-02-2016.

Protocolo 932229

PORTARIA Nº 30.756, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.
NOMEAR **ANDRESSA FRANCO RÊGO**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro Substituto NS-01, a partir de 11-02-2016.

Protocolo 932232

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 30.769, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERAR o servidor **RAFAEL SOARES DA COSTA**, matricula nº 0101022, do cargo em comissão de Assistente de Conselheiro NM-03, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932127

PORTARIA Nº 30.765, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
EXONERAR o servidor **ANDRÉ QUEIROZ MERGULHÃO**, matrícula nº 0100976, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Conselheiro NS-03, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932132

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 30.777, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
I - REVOGAR a Portaria nº 30.545 de 14-12-2015;
II - DESIGNAR a servidora **WALDA BETHANIA DE MORAES PINTO**, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0101059, para exercer em substituição a função gratificada de Gerente de Fiscalização da 7ª CCG, durante o impedimento da titular, CLAUDIA ADRIANA MENDES SANTOS, no período de 21-03 a 19-04-2016.

Protocolo 932125

PORTARIA Nº 30.774, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
DESIGNAR o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente **LUIS DA CUNHA TEIXEIRA**, matrícula nº 0100828 para participar da reunião com os Presidentes e Conselheiros sobre Auditorias Coordenadas e da cerimônia de posse dos Presidentes da ATRICON, em Brasília-DF, concedendo-lhe 01 (uma) diária e ½ (meia), nos dias 02 e 03-03-2016.

Protocolo 932150

APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 30.775, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
APOSENTAR, de acordo com o artigo 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com os artigos 130 e 131, § 1º, inciso XII da Lei nº 5.810/94, tendo em vista o que consta do expediente nº 2015/11690-1, a servidora **MARIA ACÁCIA RODRIGUES LEÃO**, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Administrativo TCE-CA-401, Classe D, Nível 04, matrícula nº 0178765.

Protocolo 932226

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Objeto: *Prestação de serviço de transcrição de áudio das sessões plenárias desta Corte de Contas*
Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico nº 01/2016
Empresa vencedora: *AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA LTDA*
Belém, 25 de fevereiro de 2016
Ordenador Responsável: Luis da Cunha Teixeira

Protocolo 932052

PORTARIA Nº 30.766, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
I- EXONERAR o servidor **OSCAR DA SILVA ARAÚJO**, matrícula nº 0100485, do cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NS-02, a partir de 01-03-2016.II - NOMEAR o referido servidor, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Conselheiro NS-03, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932115

PORTARIA Nº 30.770, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
I- EXONERAR o servidor **MATHEUS AMARAL BONNA**, matrícula nº 0100871, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria NS-01, a partir de 01-03-2016. II - NOMEAR o referido servidor, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Conselheiro NM-03, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932117

PORTARIA Nº 30.768, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
I - NOMEAR **RENATA CLÁUDIA SANTOS SOUZA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico NS-02, a partir de 01-03-2016.
II - COLOCAR RENATA CLÁUDIA SANTOS SOUZA, à disposição do Gabinete do Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932119

PORTARIA Nº 30.767, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
I-EXONERAR o servidor **MADSON ANTONIO BRANDÃO DA COSTA JUNIOR**, matrícula nº 0101316, do cargo em comissão de Assessor Técnico NS-02, a partir de 01-03-2016. II-NOMEAR o referido servidor, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Conselheiro NS-02, a partir de 01-03-2016.

Protocolo 932121

PORTARIA Nº 30.771, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.
LOTAR o servidor do Ministério Público de Contas do Estado do Pará ora à disposição com ônus para este Tribunal de Contas, **CÉSAR AUGUSTO FIGUEIREDO DE BRITO**, matrícula nº 0101369, no Gabinete da Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes, a partir de 11-02-2016.

Protocolo 932123

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016-MPC/PA-SRP
PROCESSO Nº: 2016/0101-1
O Procurador Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando o Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 01/2016/MPC/PA-SRP e tudo mais que consta do referido processo, resolve, para os fins e efeitos do art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/2002, HOMOLOGAR o certame, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT, INCLUINDO TODO O MATERIAL E SERVIÇOS NECESSÁRIOS, para atender às necessidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará Adjudicado em favor da empresa PG OBRAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, no valor negociado de R$ 59.432,00 (Cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais).

Belém, 26 de fevereiro de 2016.
ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
PROCURADOR GERAL DE CONTAS DO ESTADO

Protocolo 932375

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N° 861/2016-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições,
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor MARCOS VINICIUS GUERRA FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Apoio das Promotorias do Interior, MP-FG.2, a contar de 14/1/2016, até ulterior deliberação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 862/2016-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 005/2016-MP/Coord-PPJA, de 11/1/2016, protocolizado sob o nº 2666/2016, em 12/1/2016;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Tocantins, durante afastamento da Drª. ANA CAROLINA VILHENA GONCALVES, no período de 11/1 a 9/2/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 870/2016-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 173/2015-MP/PJB/Coord., de 15/12/2015, protocolizado sob o nº 59350/2015, em 16/12/2015;
CONSIDERANDO os termos do art. 3º e seu parágrafo único, da RESOLUÇÃO Nº 008/2007-MP/CPJ, de 22/10/2007,
R E S O L V E:
DESIGNAR as Promotoras de Justiça REGIANE BRITO COELHO OZANAN e FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem, respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-Coordenador das Promotorias de Justiça de Benevides, no período de 7/1 a 31/12/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 878/2016-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 01/2016-MP/7ª PJIJ, de 8/1/2016, protocolizado sob o nº 1579/2016, em 8/1/2016;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, durante afastamento da Drª. LEANE BARROS FIUZA DE MELLO, no período de 11 a 14/1/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 932261

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO CONTRATO: 014/2016-MP/PA.
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 044/2015-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa EQUIPALAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE LABORATORIO LTDA - ME
Objeto: Aquisição de Detector Fetal de Mesa
Data da Assinatura: 25/02/2016
Vigência: 29/02/2016 a 28/08/2016.
Valor Global Anual: R$ 500,00 (quinhentos reais),
Dotação Orçamentária: Classificação: 12101.03.122.1434.8332 - Operacionalização das Ações Administrativas;
Elemento: 4490-52 - Equipamentos e Material Permanente;
Fonte: 0101 - Recursos Ordinários; e
0301 - Recursos Ordinários.
Ordenador responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Endereço da Contratada: Avenida Monsenhor Felix, nº 1075 Lote 11 , Bairro do Irajá, Município do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.235-113 Telefone (21) 21489594, Email: cleber@equipalab.com.br e binhoacess@globo.com ,

Protocolo 931998

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
NÚMERO: 011/2016-MP/PA.

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de uniforme.
Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br .
Responsável pelo certame: Rubens Fernandes Rocha.
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Data da Abertura: 11/03/2016.
Hora da Abertura: 09:00h (Local).
Orçamento: Classificação: 12101.03.122.1434.8332; Elemento: 3390-30; Fonte: 0101.
Ordenador Responsável: Marcos Antonio Ferreira das Neves.

Protocolo 932481

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 1007/2016-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor SERGIO RICARDO REGO DE OLIVEIRA, AUXILIAR DE ADMINISTRACAO, Matrícula nº 999.1028, lotado na Divisão de Serviços Gerais, a importância de R$ 800,00 (oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 25/02/16 a 25/04/16, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1297.4534
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 800,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de fevereiro de 2016.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 932358

PORTARIA Nº 1008/2016-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora DANIELA SANTOS BARATA OLIVEIRA, AUXILIAR DE ADMINISTRACAO, Matrícula nº 999.507, lotada no Departamento Médico e Odontológico, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 23/02/16 a 23/04/16, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1297.4534
OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 2.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 26 de fevereiro de 2016.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 932362

PORTARIA N° 874/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício n º 240/2015-MP/ANANINDEUA/COORDENADORIA, de 22/10/2015, protocolizado sob o nº 50630/2015, em 28/10/2015;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor AMIRALDO DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, lotado Promotoria de Justiça de Ananindeua, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquela Promotoria, a contar de 1º/2/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 875/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício n º 038/2016-Coordenação, de 22/10/2015, protocolizado sob o nº 4880/2016, em 22/1/2016;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora LENA CLAUDIA LOBATO DE ALEXANDRIA LYNCH, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotada Promotoria de Justiça de Ananindeua, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquela Promotoria, a contar de 1º/2/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 881/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício n º 222/2015-MP/Coord./Nord.I, de 9/11/2015, protocolizado sob o nº 52994/2015, em 9/11/2015;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor SIDNEY JOSE PINHEIRO GONCALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado Promotoria de Justiça de Castanhal, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea "a", da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquela Promotoria, a contar de 1º/2/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 932265

PORTARIA N° 353/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o Promotor de Justiça NADILSON PORTILHO GOMES a se deslocar de Capanema ao município de São João de Pirabas, no dia 18/1/2016, a fim de ministrar palestra na IX Conferência Municipal de Saúde daquele município.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 27 de janeiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N° 876/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o Promotor de Justiça BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO a se deslocar de Bragança a esta Capital, no dia 11/2/2016, para a realização exames médicos.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de fevereiro de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça
(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 932270

PORTARIA N° 442/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 155/2015-MP/CPSUIII/TUC, de 17/12/2015, protocolizado sob o nº 59896/2015, em 17/12/2015,
R E S O L V E:
DISPENSAR o servidor efetivo RAFAEL MARTINS FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, da função gratificada de Chefe de Apoio das Promotorias do Interior, MP-FG.2, designado pela Portaria n° 2797/2014-MP/PGJ, de 6/5/2014, publicada no D.O.E. de 16/5/2014, a contar de 7/1/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de fevereiro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 788/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER a Promotora de Justiça abaixo discriminado licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
DARLENE RODRIGUES MOREIRA	28/1 a 6/2/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 18 de fevereiro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 805/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 18/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 17/2/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS para atuar nos autos do Procedimento Preparatório nº 408/2012-MP/PJ/DCF/DPP/MA, nos termos da decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, bem como conforme o disposto no art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 17 de fevereiro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 808/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o Ofício nº 049/2016-MP/PGJ/CAO-CRIMINAL, de 2/2/2016, protocolizado sob nº 6727/2016,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO para integrar o Grupo de Trabalho de Segurança Pública deste Ministério Público.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de fevereiro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 829/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício n.º 018/2016/MP/CPADS, de 25/1/2016, protocolizado sob o n.° 5022/2016, em 25/1/2016,

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa Investigatória, instaurada pela Portaria n.º 6900/2015-MP/PGJ, de 6/11/2015, e publicada no D.O.E. de 8/1/2016, por 30 (trinta) dias, nos termos do Parágrafo Único do art. 201, da Lei Estadual n.° 5.810, de 24/1/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de janeiro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 847/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 202/2015-MP/CPCÍVEL, de 17/12/2015, protocolizado sob o nº 60099/2015, em 18/12/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenadora das Procuradorias de Justiça Cíveis, durante afastamento da Drª. LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, no período de 7 a 14/1/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 848/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça LAÉRCIO GUILHERMINO DE ABREU, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocar de Salinópolis a esta Capital, no dia 26/2/2016, a fim de participar do lançamento da 1ª edição da Revista da Associação do Ministério Público do Estado do Pará - AMPEP, e participar da palestra "Eleições 2016 e minirreforma eleitoral".

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.° 851/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 19/2016/ASS/JUR/PGJ, datado de 18/2/2016,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO para atuar nos autos do Processo nº 0103758-09.2015.814.0000 , nos termos do art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, e tomar providências que entender cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 855/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER a Promotora de Justiça abaixo discriminada licença para tratamento de saúde, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA	1º a 2/2/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 19 de fevereiro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 906/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER a Promotora de Justiça abaixo discriminado licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
MONICA CRISTINA GONCALVES MELO DA ROCHA	21/1/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 23 de fevereiro de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N° 907/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CONCEDER aos membros abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS	22 a 25/1/2016
MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA	25/1 a 13/2/2016
MARILUCIA SANTOS SALES	25/1 a 8/2/2016
PEDRO RENAN CAJADO BRASIL	18/1 a 1º/2/2016
RODRIGO AQUINO SILVA	23 e 24/1/2016
SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA	26 a 29/1/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 23 de fevereiro de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.° 908/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de férias dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, estabelecidas pela Portaria nº 7855/2015-MP/PGJ, de 15/12/2015, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
AMARILDO DA SILVA GUERRA	2015/2016	6/2 a 6/3/2016	2/5 a 31/5/2016
DANYLLO POMPEU COLARES	2015/2016	1º a 30/9/2016	1º a 30/3/2016
JANUARIO CONSTANCIO DIAS NETO	2015/2016	25/1 a 23/2/2016	28/3 a 26/4/2016
JANUARIO CONSTANCIO DIAS NETO	2015/2016	24/2 a 24/3/2016	27/4 a 26/5/2016
LUCINEIDE BARRETO DO AMARAL	2015/2016	4/7 a 2/8/2016	11/2 a 11/3/2016
PAULO ANGELO NOGUEIRA FURTADO	2015/2016	18/1 a 16/2/2016	25/1 a 23/2/2016
POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA	2015/2016	7/1 a 5/2/2016	26/1 a 24/2/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 23 de fevereiro de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.° 916/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - AUTORIZAR o Promotor de Justiça ANDRESSA ÉRICA AVILA PINHEIRO a gozar 2 (dois) dias de férias, estabelecidas pela Portaria n.º 1700/2010-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela Portaria n.º 2252/2010-MP/PGJ, no período de 4 e 5/2/2016.

II - AUTORIZAR a Promotora de Justiça LEANE BARROS FIUZA DE MELLO a gozar 8 (oito) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria n.º 7380/2015-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela Portaria nº 7129/2015-MP/PGJ, no período de 11 a 18/1/2015.

III - AUTORIZAR o Promotor de Justiça MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES a gozar 10 (dez) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria n.º 3651/2008-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela Portaria nº 3275/2009-MP/PGJ, no período de 18 a 27/1/2016.

IV - AUTORIZAR a Promotora de Justiça SINARA LOPES LIMA DE BRUYNE a gozar 15 (quinze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria n.º 6619/2015-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela Portaria nº 457/2016-MP/PGJ, no período de 3 a 17/8/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 23 de fevereiro de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 932440

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO N° 001/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016

ESTABELECE A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EM DEPARTAMENTOS E SETORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

PROCURADORA GERAL

MARIA REGINA CUNHA

PROCURADORA

MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

PROCURADORA

Protocolo 932242

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.827.657,27	
Pessoal Ativo	14.538.022,27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.289.635,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		

DESPESAS NÃO COMPUTADAS COM IRRF (RESOLUÇÃO TCE Nº 16.769/03) (II)	2.408.173,67	
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.408.173,67	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (III)	2.525.098,96	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.235.463,96	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.289.635,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (IV) = (I - II - III)	10.894.384,64	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.789.901.790,47	100
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	10.894.384,64	0,0648
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	16.789.901,79	0,10
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = 0,95 x (VII) - (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.950.406,70	0,95
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) - (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	15.110.911,61	0,90
FONTE: SIAFEM 2015		

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados

são também consideradas executadas Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício 9or força do inciso II da Lei 4.320/64

Nota 2: Republicado por incorreção no D.O.E nº 33.059 de 29/01/2016 (pág 97)

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS

Procuradora Geral Diretor Administrativo/Financeiro

MARCELO MENEZES CHAVES

RONALDO JENNINGS PEREIRA FILHO

Contador CRC 12365 Controle Interno

Protocolo 932439

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015
LGF - ANEXO VI - (LRF, ART. 55, INCISO -III, ALÍNEA "A")

		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	(a)	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			(f) = (a-(b+c+d+e))		
		(b)	(c)	(d)	(e)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	113.772.796,67	2266,48	1165.560,00			13.606.970,30		
Recursos Ordinários	1.242.669,72							
Receita Patrimonial - Outros Poderes	12.530.127,06							
		-						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) Recursos Ordinários Recursos Destinados para Previdência Social Receita Patrimonial - Outros Poderes								
TOTAL (III) = (I + II)	113.772.796,67	2266,48	165.560,00			13.606.970,30		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES								

FONTE: SIAFEM / 2015

Nota 2: Republicado por incorreção no D.O.E nº 33.059 de 29/01/2016 (pág 97)

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS

Procuradora Geral Diretor Administrativo/Financeiro

MARCELO MENEZES CHAVES

RONALDO JENNINGS PEREIRA FILHO

Contador CRC 12365 Controle Interno

Protocolo 932441

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2015
LRF, ART. 48 - ANEXO VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		16.789.901.790,47

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -0,10% Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,95% Limite de Alerta (inciso ii do § 1º do Art. 59 da LRF)- 0,90%	10.894.384,64 16.789.901,79 15.950.406,70 15.110.911,61	0,0648 0,1000 0,9500 0,9000

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		13.606.970,30

FONTE: SIAFEM /2015

Nota 2: Republicado por incorreção no D.O.E nº 33.059 de 29/01/2016 (pág 97)

ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA FERNANDO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS

Procuradora Geral Diretor Administrativo/Financeiro

MARCELO MENEZES CHAVES RONALDO JENNINGS PEREIRA FILHO

Contador CRC 12365 Controle Interno

Protocolo 932449

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA DE SANEAMENTO
E INFRAESTRUTURA SESAN/PMA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 010/2014- SESAN/PMA.

PARTES: Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura e a Liderança Comércio e Serviços Ltda - EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Execução dos serviços de drenagem e pavimentação asfáltica nos bairros icuí-guajará e 28 de agosto, no município de Ananindeua.
OBJETO DO ADITIVO: O prazo contratual que expiraria no dia 20 fevereiro de 2016, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, encerrando-se em 20 de maio de 2016.
ORIGEM: Processo nº 035/2014 SESAN/PMA, Tomada de Preços nº 2014.003, Convênio FDE nº 003/2014.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 57, § 1º inciso II da Lei nº 8666/93.
DATA DA ASSINATURA: 18 de Fevereiro de 2016.
ASSINANTES: Osmar da Silva Nascimento e Luis Assunção Vale.

Protocolo 932349

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO
AVISOS DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº CP-CPL-001-16

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações, quantidades e preços dos gêneros alimentícios, constantes no Anexo I do Edital. A abertura será no dia 17/03/16 - 09:00h.
Os interessados no edital CP-CPL-001, deverão fazer a retirada na sala da CPL, sede da Pref. de Breu Branco, sito à Av. Belém, s/nº, Centro, Breu Branco-PA. Informações p/ fone (94) 3786-1110.

Breu Branco-PA, 01 de Março de 2016
Olandismá Soares de Sá
Presidente-CPL

Protocolo 932223

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
EXTRATO DO CONTRATO

Extrato do Contrato N° 01-170216/5- PMM-PP-SECEL e 02-170216-PMM-PP-SECEL decorrente do Pregão Presencial nº 5/20152212 -01-PMM-PP-SECEL. Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos Para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE e LAZER, CNPJ: 01.611.666/0001-49 e CONTRATADA: MARTINS JR. COMÉRCIO ATACADISTA LTDA-ME, CNPJ: 15.459.519/0001-00 no valor global de R$ 13.293,60 (treze mil duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos) e A DA S VITAL EIRELI-EPP, CNPJ: 19.280.786/0001-76, no valor global de R$ 56.159,75 (cinquenta e seis mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos). DOT. ORÇ.: Fonte do Recurso: 0.1.19- Part. Rec. da União (FPM, ITR, ICMS desn).Classificação Institucional: 02.02.15- Sec. Munic. De Cultura, Esporte e Lazer. Funcional Programática: 27.122.0006.2057- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer- SECEL. Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Sub - Elemento da Despesa: 3.3.90.14- Material Educativo e Esportivo. VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2016 a 17 de fevereiro de 2017. Ord. Desp. Mário Henrique de Lima Bíscaro.

Protocolo 931635

PREFEITURA MINICIPAL DE MARITUBA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016. Exercício: 2016. Objeto: Locação de um imóvel para funcionamento do polo da U.F.P.A. Valor global: 63.844,56. Data assi: 27/01/2016. Vigência: 27/01/2016 a27/01/2017. Modalidade: dispensa de licitação. Fundamentação legal: art. 24, x da lei nº 8.666/93. Dotação orçament: exercício 2016. Fonte de recursos: 0.1.01 - impostos. Classificação institucional - 02.02.10 - Secretaria Minicipal de Educação - SEMED. Funcional programática:12.122.0005.2013.0000 - Mant. Das Ativ. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Natureza da despesa: 3.3.90.36.00 - Serviço de terceiros - Pessoa física. Locatário: Município de Marituba. Interveniente: Secretaria Municipal de Educação. Locador: Antonio Geraldo de Souza Soares. Endereço do locador: Passagem Vieira, nº172 - Altos - centro - marituba/pa. Foro: Marituba/Pa. Data da Assi: 27/01/2016. Ord respon: Mário Henrique De Lima Bíscaro.

Protocolo 931644

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 002/2016-CPL/PMM - Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para os Alunos da Rede Municipal de Ensino de Melgaço. Abertura: 07 de Março de 2016, às 08h30min. Endereço: Av. Senador Lemos, 213, Bairro Centro - Melgaço/PA. Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item. Legislação: Lei nº 10.520/02 e correlatas e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Obtenção do Edital: O edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos no endereço citado acima, onde poderá ser consultado e/ou adquirido através de mídia removível.

Pregão Presencial nº 003/2016-CPL/PMM - Objeto: Registro de Preços Para Eventual Aquisição de Medicamentos, Destinados a Atender a Demanda do Município de Melgaço. Abertura: 08 de Março de 2016, às 08h30min. Endereço: Av. Senador Lemos, 213, Bairro Centro - Melgaço/PA. Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item. Legislação: Lei nº 10.520/02 e correlatas e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Obtenção do Edital: O edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos no endereço citado acima, onde poderá ser consultado e/ou adquirido através de mídia removível.

Pregão Presencial nº 004/2016-CPL/PMM - Objeto: Registro de Preços Para Eventual Aquisição de Material Técnico-Hospitalar, Destinados a Atender a Demanda do Município de Melgaço. Abertura: 09 de Março de 2016, às 08h30min. Endereço: Av. Senador Lemos, 213, Bairro Centro - Melgaço/PA. Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item. Legislação: Lei nº 10.520/02 e correlatas e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Obtenção do Edital: O edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos no endereço citado acima, onde poderá ser consultado e/ou adquirido através de mídia removível.

Pregão Presencial nº 005/2016-CPL/PMM - Objeto: Registro de Preços Para Eventual Aquisição de Produtos Derivados de Petróleo, Destinados a Atender a Demanda do Município de Melgaço. Abertura: 10 de Março de 2016, às 08h30min. Endereço: Av. Senador Lemos, 213, Bairro Centro - Melgaço/PA. Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item. Legislação: Lei nº 10.520/02 e correlatas e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Obtenção do Edital: O edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos no endereço citado acima, onde poderá ser consultado e/ou adquirido através de mídia removível.

Pregão Presencial nº 006/2016-CPL/PMM - Objeto: Registro de Preços Para Eventual Aquisição de Material de Limpeza, Copa e Cozinha, Destinados a Atender a Demanda do Município de Melgaço. Abertura: 11 de Março de 2016, às 08h30min. Endereço: Av. Senador Lemos, 213, Bairro Centro - Melgaço/PA. Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item. Legislação: Lei nº 10.520/02 e correlatas e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Obtenção do Edital: O edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos no endereço citado acima, onde poderá ser consultado e/ou adquirido através de mídia removível. JAIME ADILTON MARQUES DE ARAÚJO. Pregoeiro Oficial do Município de Melgaço. 22 de fevereiro de 2016.

Protocolo 929873

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20160163
ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015-008SEMSI

Parte: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS - ESTADO DO PARÁ.
Finalidade: Que terá por objeto, Registro de preços para aquisição de material semafórico com substituição de equipamentos que compõem a atual rede e instalação de novos pontos que necessitam de semaforização, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.
Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura conforme PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015-008SEMSI
Fonte de recursos: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Preços: Os preços estão registrados nos termos das propostas vencedoras do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015-008SEMSI, conforme abaixo:
Empresa: SEMATEG - COM. E SERV. DE MANUT. ELET. E SEMAFORICA LTDA-ME; C.N.P.J. nº 01.584.530/0001-97, estabelecida à Pass. SãoPedro 48, Terra Firme, Belém PA, representada neste ato pelo Sr(a). AURISNEIDE LENI XAVIER, C.P.F. nº 116.478.922-87, R.G. nº4327575 SEGUP PA.
ITEM 00001 00002 00003 00004 00005 00006 00007 00008 00009 00010 00011 00012 00013 00014 00015 00016 00017 00018 00019 00020 00021 00022 00023 00024 00025
VALOR TOTAL R$ 3.474.232,00
Obs. Este Extrato se encontra na integra no site www.parauapebas.pa.gov.br

Parauapebas, 22 de Fevereiro de 2016
LÉO MAGNO MORAES CORDEIRO
Pregoeiro

Protocolo 932269

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20150507
ORIGEM: CARONA Nº A/2015-017PMP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: F. CAMARGO LOUCURAS DE AMOR & FLORICULTURA LTDA
OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 20142112-PP 128/2014 - Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, objetivando a aquisição de grama do tipo esmeralda, para fins de paisagismo em áreas públicas, no município de Parauapebas, Estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 819.212,62 (oitocentos e dezenove mil, duzentos e doze reais e sessenta e dois centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2015 Projeto 1101.154522020.1.005 Const.Manut.Revital.e Recup.de Pracas, Parques, Jardins e Areas Publicas, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 819.212,62
VIGÊNCIA: 14 de Dezembro de 2015 a 13 de Maio de 2016
DATA DA ASSINATURA: 14 de Dezembro de 2015.

Protocolo 932273

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160010
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: LIMA & PINHEIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 17.265,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta e cinco reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.140, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ R$ 17.265,00
VIGÊNCIA: 11 de Janeiro de 2016 a 10 de Julho de 2016
DATA DA ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016

Protocolo 932275

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160011
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: AUTO POSTO ALTAMIRA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 28.400,00 (vinte e oito mil, quatrocentos reais e oito centavos).
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.140, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 28.400,00
VIGÊNCIA; 11 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016

Protocolo 932276

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160012
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: CAETANO & PINHEIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL:R$ 43.770,00 (quarenta e três mil, setecentos e setenta reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.140, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 43.770,00
VIGÊNCIA: 11 de Janeiro de 2016 a 10 de Julho de 2016
DATA DA ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016

Protocolo 932277

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160014
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: LIMA & PINHEIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 595.410,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e dez reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.058, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 6.690,00, Exercício 2016 Atividade 2.063, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 401.400,00, Exercício 2016 Atividade 2.012, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 50.175,00, Exercício 2016 Atividade 2.023, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 3.345,00, Exercício 2016 Atividade 2.062, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 133.800,00
VIGÊNCIA: 11 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016

Protocolo 932280

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160015
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: AUTO POSTO ALTAMIRA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL; R$ 902.967,94 (novecentos e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.058, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 42.601,20, Exercício 2016 Atividade 2.155, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 17.750,50, Exercício 2016 Atividade 2.160, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 3.727,61, Exercício 2016 Atividade 2.157, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 9.940,28, Exercício 2016 Atividade 2.039, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 17.750,50, Exercício 2016 Atividade 2.017, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 26.625,75,00, Exercício 2016 Atividade 2.063, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 142.004,00, Exercício 2016 Atividade 2.050, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 10.650,30, Exercício 2016 Atividade 2.012, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 177.505,00, Exercício 2016 Atividade 2.009, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.100,20, Exercício 2016 Atividade 2.008, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 10.650,30, Exercício 2016 Atividade 2.014, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 5.325,15, Exercício 2016 Atividade 2.023, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$7.100,20, Exercício 2016 Atividade 2.062, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 248.507,00, Exercício 2016 Atividade 2.052, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 106.503,00, Exercício 2016 Atividade 2.037, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 26.625,75, Exercício 2016 Atividade 2.029, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 35.501,00, Exercício 2016 Atividade 2.043, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.100,20
VIGÊNCIA; 11 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 11 de Janeiro de 2016

Protocolo 932282

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160020
ORIGEM:: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA(O: AUTO POSTO ALTAMIRA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 139.412,43 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e três centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.122, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 3.905,11, Exercício 2016 Atividade 2.126, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 107.284,02, Exercício 2016 Atividade 2.129, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 3.976,11, Exercício 2016 Atividade 2.123, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 3.905,11, Exercício 2016 Atividade 2.128, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 8.520,24, Exercício 2016 Atividade 2.130, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.490,71, Exercício 2016 Atividade 2.133, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 4.331,12
VIGÊNCIA: 15 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 15 de Janeiro de 2016

Protocolo 932284

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160023
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA(O: CAETANO & PINHEIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ R$ 171.884,79 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e setenta e nove centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.122, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 4.814,70, Exercício 2016 Atividade 2.123, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 4.814,70, Exercício 2016 Atividade 2.126, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 132.272,94, Exercício 2016 Atividade 2.128, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 10.504,80, Exercício 2016 Atividade 2.129, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 4.902,24, Exercício 2016 Atividade 2.130, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 9.235,47, Exercício 2016 Atividade 2.133, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 171.884,79.
VIGÊNCIA: 19 de Janeiro de 2016 a 18 de Julho de 2016
DATA DA ASSINATURA: 19 de Janeiro de 2016

Protocolo 932285

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160024
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-003SEMAD

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA(O: LIMA & PINHEIRO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento fracionado e contínuo de Combustíveis (Gasolina, Diesel e Diesel S-10) e lubrificantes visando o atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 323.045,42 (trezentos e vinte e três mil, quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.122, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.251,30, Exercício 2016 Atividade 2.123, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.596,60, Exercício 2016 Atividade 2.126, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 253.847,30, Exercício 2016 Atividade 2.128, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 18.715,26, Exercício 2016 Atividade 2.129, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.251,30, Exercício 2016 Atividade 2.130, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 21.132,36, Exercício 2016 Atividade 2.133, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.01, no valor de R$ 7.251,30.
VIGÊNCIA: 19 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 19 de Janeiro de 2016

Protocolo 932289

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160102
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016-001SEFAZ
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014.
VALOR TOTAL: R$ 1.068.000,00 (um milhão, sessenta e oito mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 1001.041292002.2.050 Manutencao e Coordenação das Atividades Operacionais e Admin.da Sec. da Fazenda, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.99, no valor de R$ 768.000,00, Exercício 2016 Atividade 1001.041292002.2.050 Manutencao e Coordenação das Atividades Operacionais e Admin.da Sec. da Fazenda, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 300.000,00
VIGÊNCIA: 05 de Fevereiro de 2016 a 01 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 05 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932291

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160103
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016-001SEFAZ
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / SEMED
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014
VALOR TOTAL: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 1601.121221203.2.068 Manut. das Atividades Operacionais e Administrativas do Ensino Básico, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.01, no valor de R$ 240.000,00
VIGÊNCIA: 05 de Fevereiro de 2016 a 04 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 05 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932295

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160104
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE
Nº 6/2016-001SEFAZ / SEMSA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014
VALOR TOTAL: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 1801.041221203.2.121 Manutenção da Sec.Municipal de Saúde , Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.99, no valor de R$ 180.000,00
VIGÊNCIA: 05 de Fevereiro de 2016 a 04 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 05 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932296

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160141
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-021SEMSA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADA(O: EQUINÓCIO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTINS ESPECIAIS,DESTINADAS A ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FMS, JUNTO AO PROGRAMA DE INTOLERANCIA A LACTOSE E ALERGIA ALIMENTAR, DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ
VALOR TOTAL: R$ 1.134.774,40 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.120, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.07, no valor de R$ 1.134.774,40
VIGÊNCIA: 17 de Fevereiro de 2016 a 17 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 17 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932299

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160148
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-021SEMSA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADA(O: FARMACIA ZERO HORA LTDA - EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTINS ESPECIAIS,DESTINADAS A ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FMS, JUNTO AO PROGRAMA DE INTOLERANCIA A LACTOSE E ALERGIA ALIMENTAR, DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ
VALOR TOTAL: R$ 727.957,05 (setecentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete mil reais e cinco centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.120, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Sub-elemento 3.3.90.30.07, no valor de R$ 727.957,05.
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2016 a 19 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 19 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932301

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160151
ORIGEM: CARONA Nº A/2016-01SEPLAN
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O: NORTE TECNOLOGIA E ENGENHARIA EIRELI-EPP
OBJETO: Serviços de reparos na Rede de Fibra Optica da PRefeitura Municipal de Parauapebas, estado do Pará.
VALOR TOTAL: R$ 500.050,00 (quinhentos mil, cinquenta reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 0401.041212007.2.020 Implementação do Parque Tecnológico , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R$ 500.050,00
VIGÊNCIA: 19 de Fevereiro de 2016 a 19 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 19 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932302

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160157
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: OBM.INFOR.PARAUAPEBAS COM.E EQUIP. LTDA-ME
OBJETO; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 156.877,00 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R$ 156.877,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Agosto de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932304

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160158
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: GOMES E BARBOSA LTDA-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 503.280,00 (quinhentos e três mil, duzentos e oitenta reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R$ 503.280,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 21 de Outubro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932307

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160159
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED
CONTRATANTE; FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: H. NOGUEIRA DA SILVA & CIA LTDA - EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 27.474,37 (vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R$ 3.344,37, Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R$ 24.130,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Agosto de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932311

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160160
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: J. G. EMPREENDIMENTO COMERCIAL - EIRELE - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 63.300,00 (sessenta e três mil, trezentos reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R$ 63.300,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Agosto de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016
Protocolo 932313

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160161
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: MUSTAFÉ & BORGES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R$ 13.250,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Agosto de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932316

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160162
ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2015-013SEMED

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O: O F RODRIGUES COMERCIO E SERVICOS - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO BASICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE PARAUAPEBAS ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 11.448,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.073, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.17, no valor de R$ 11.448,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 22 de Agosto de 2016
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932317

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160164
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016-001SEFAZ

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS / SEMAS
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014
VALOR TOTAL: R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2001.041221203.2.134 Manut.da Sec. Mun.de Assistência Social , Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.99, no valor de R$ 96.000,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 21 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932319

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160165
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016-001SEFAZ

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014.
VALOR TOTAL: R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2601.161221204.2.143 Manutenção do Fundo Mun. de Habitação e de Interesse Social - FMHIS, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.01, no valor de R$ 96.000,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 21 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932320

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160166
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016-001SEFAZ

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER / SEMMU
CONTRATADA(O: PILLARES CONTAB.CONSULT.E ASSESSORIA S/S LTDA
OBJETO: Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em Contabilidade Pública, visando acompanhar e atender nas demandas especiais referentes à execução técnica da contabilização orçamentaria-financeira da Prefeitura Municipal e Fundos Especiais independentes, do município de Parauapebas, bem como também, prestar assessoramento distinto nos processos de elaboração das prestações de contas do Sistema de Processo Eletrônico - SPE; Mural de licitações; Analisador das prestações de contas - E - contas / Portal do Jurisdicionado, especificamente na orientação sobre as novas mudanças decorrentes das Resoluções nº 11.535/TCM, ambas de 01 de julho de 2014
VALOR TOTAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2301.144222023.2.139 Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria, Subelemento 3.3.90.35.99, no valor de R$ 60.000,00
VIGÊNCIA: 22 de Fevereiro de 2016 a 21 de Fevereiro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932323

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160176
ORIGEM: CARONA Nº A/2015-021PMP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADA(O: BOM BONS E DESCARTÁVEIS EIRELI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MOBILIÁRIO, ELETROELETRÔNICOS,ELETRODOMÉSTICOS, DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , DO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 1.004.000,00 (um milhão, quatro mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.098, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 483.184,00, Exercício 2016 Atividade 2.113, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 50.276,00, Exercício 2016 Atividade 2.108, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 56.276,00, Exercício 2016 Atividade 2.094, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 62.394,00, Exercício 2016 Atividade 2.109, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 207.474,00, Exercício 2016 Atividade 2.116, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 29.148,00, Exercício 2016 Atividade 2.104, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 26.388,00, Exercício 2016 Atividade 2.111, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 30.406,00, Exercício 2016 Atividade 2.119, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 28.598,00, Exercício 2016 Atividade 2.101, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 29.856,00
VIGÊNCIA: 24 de Fevereiro de 2016 a 30 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA; 24 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932325

ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160177
ORIGEM: CARONA Nº A/2015-021PMP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADA(O: G SANTOS DA SILVA COMERCIO LTDA-ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MOBILIÁRIO, ELETROELETRÔNICOS,ELETRODOMÉSTICOS, DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , DO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.
VALOR TOTAL: R$ 310.500,00 (trezentos e dez mil, quinhentos reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.098, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 125.400,00, Exercício 2016 Atividade 2.113, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 17.440,00, Exercício 2016 Atividade 2.108, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 23.780,00, Exercício 2016 Atividade 2.094, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 15.920,00, Exercício 2016 Atividade 2.109, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 68.120,00, Exercício 2016 Atividade 2.116, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 11.968,00, Exercício 2016 Atividade 2.104, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 11.968,00, Exercício 2016 Atividade 2.111, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 11.968,00, Exercício 2016 Atividade 2.119, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 11.968,00, Exercício 2016 Atividade 2.101, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Subelemento 4.4.90.52.36, no valor de R$ 11.968,00
VIGÊNCIA: 24 de Fevereiro de 2016 a 30 de Dezembro de 2016
DATA DA ASSINATURA: 24 de Fevereiro de 2016

Protocolo 932327

ESTADO DO PARA
PRFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
ERRATA

Na publicação do EXTRATO DE CONTRATO Nº 20160155 oriunda do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015-023SEMSA, verificou-se que houve um erro de digitação.
Desta forma comunica a todos interessados que:
Onde se lê:
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2.093, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.599,73, Exercício 2016 Atividade 2.094, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 11.795,83, Exercício 2016 Atividade 2.098, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 65.051,50, Exercício 2016 Atividade 2.104, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.199,97, Exercício 2016 Atividade 2.105, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.094,73, Exercício 2016 Atividade 2.108, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 25.393,30, Exercício 2016 Atividade 2.109, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 48.576,39, Exercício 2016 Atividade 2.111, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.775,61, Exercício 2016 Atividade 2.112, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.696,91, Exercício 2016 Atividade 2.113, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 5.826,51, Exercício 2016 Atividade 2.116, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.199,97, Exercício 2016 Atividade 2.119, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.199,97
Leia-se:
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2016 Atividade 2.093, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 389,73, Exercício 2016 Atividade 2.094, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 921,83, Exercício 2016 Atividade 2.098, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 5.572,45, Exercício 2016 Atividade 2.104, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 494,97, Exercício 2016 Atividade 2.105, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 389,73, Exercício 2016 Atividade 2.108, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 2.108,34, Exercício 2016 Atividade 2.109, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 4.298,56, Exercício 2016 Atividade 2.111, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 590,61, Exercício 2016 Atividade 2.112, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 514,91, Exercício 2016 Atividade 2.113, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 1.059,51, Exercício 2016 Atividade 2.116, Classificação econômica 3.3.90.39.00

Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 494,97, Exercício 2016 Atividade 2.119, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Subelemento 3.3.90.39.63, no valor de R$ 494,97, Exercício 2016 Atividade 2.093, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.210,00, Exercício 2016 Atividade 2.094, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 10.874,00, Exercício 2016 Atividade 2.098, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 59.479,05, Exercício 2016 Atividade 2.104, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.705,00, Exercício 2016 Atividade 2.105, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.705,00, Exercício 2016 Atividade 2.108, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 23.284,96, Exercício 2016 Atividade 2.109, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 44.277,83, Exercício 2016 Atividade 2.111, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.185,00, Exercício 2016 Atividade 2.112, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.182,00, Exercício 2016 Atividade 2.113, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 4.767,00, Exercício 2016 Atividade 2.116, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.705,00, Exercício 2016 Atividade 2.119, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Subelemento 3.3.90.30.16, no valor de R$ 3.705,00

Parauapebas-PA, 25 de fevereiro de 2016.

LÉO MAGNO MORAES CORDEIRO

Pregoeiro

Protocolo 932330

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA-PA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

Abertura 10/03/2016 às 8:00h (horário local), na Sala de Reuniões da CPL sito, Av. Gal. Moura Carvalho, s/n Centro-Primavera-PA. Objeto: Aquisição de Pneus destinados aos Setores de Transportes (Sec. Obras, Agricultura e Educação). Conforme Edital, PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO. Mais informações no fone: (091) 3481-1228 ou e-mail setordelicitacaopmp@gmail.com.

Vandson Oliveira da Silva
Pregoeiro

Protocolo 931440

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 012/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 013/2016.

O MUNICIPIO DE REDENÇÃO - PA comunica aos interessados, que realizará no dia 10/03/2016 às 9h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecível hort. frut. granjeiro, pães, roscas, bolos, salgados e similares, para atender as necessidades da Secretarias Municipais deste Município no exercício de 2016.O edital completo no endereço Rua Walterloo Prudente nº 253 - setor Jardim Umuarama, site: www.redencao.pa.gov.br, informações no e-mail licitacao@redencao.pa.gov.br;

Wilmar Marinho Lima
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 013/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2016.

O MUNICIPIO DE REDENÇÃO - PA comunica aos interessados, que realizará no dia 11/03/2016 às 9h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de higiene e limpeza e utensílios de copa e cozinha. O edital completo no endereço Rua Walterloo Prudente nº 253 - setor Jardim Umuarama, site: www.redencao.pa.gov.br, informações no e-mail licitacao@redencao.pa.gov.br;

Wilmar Marinho Lima
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 014/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2016

O MUNICIPIO DE REDENÇÃO - PA comunica aos interessados, que realizará no dia 11/03/2016 às 15h, (horário Local), licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, tendo como objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamento e materiais permanentes, tendo como finalidades mobiliar as Unidades Básicas de Saúde UBS conforme termo de referencia anexo ao edital. O edital completo no endereço Rua Walterloo Prudente nº 253 - setor Jardim Umuarama, site: www.redencao.pa.gov.br, mais informações no e-mail licitacao@redencao.pa.gov.br;

Wilmar Marinho Lima
Pregoeiro

PROCESSO Nº. 006/2016 PREGÃO Nº. 005/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 013/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE REDENÇÃO, CNPJ: 04.144.168/0001-21. CONTRATADA: MESSIAS & CASTRO LTDA - ME, CNPJ: 08.490.947/0001-30 (OBJETO: Fornecimento de vasilhames, recarga de gás e água mineral em atendimento à secretaria municipal de administração). Data da Assinatura contrato: 24/02/2016, vigência: 31/12/2016, com valor estimado de R$ 69.686,00 (Sessenta e Nove Mil Seiscentos e Oitenta e Seis Reais).

PROCESSO Nº. 006/2016 PREGÃO Nº. 005/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 014/2016

CONTRATANTE: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 15.495.243/0001-15. CONTRATADA: MESSIAS & CASTRO LTDA - ME, CNPJ: 08.490.947/0001-30 (OBJETO: Fornecimento de vasilhames, recarga de gás e água mineral em atendimento à secretaria municipal de assistência social). Data da Assinatura contrato: 24/02/2016, vigência: 31/12/2016, com valor estimado de R$ 52.300,00 (Cinquenta e Dois Mil, e Trezentos Reais).

PROCESSO Nº. 006/2016 PREGÃO Nº. 005/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 015/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 16.677.738/0001-28. CONTRATADA: MESSIAS & CASTRO LTDA - ME, CNPJ: 08.490.947/0001-30 (OBJETO: Fornecimento de vasilhames, recarga de gás e água mineral em atendimento à secretaria municipal de educação). Data da Assinatura contrato: 24/02/2016, vigência: 31/12/2016, com estimado de R$ 181.400,00 (Cento e Oitenta e Um Mil, e Quatrocentos).

PROCESSO Nº. 006/2016 PREGÃO Nº. 005/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 016/2016

CONTRATANTE: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.190.128/0001-81. CONTRATADA: MESSIAS & CASTRO LTDA - ME, CNPJ: 08.490.947/0001-30 (OBJETO: Fornecimento de vasilhames, recarga de gás e água mineral em atendimento à secretaria municipal de saúde). Data da Assinatura contrato: 24/02/2016, vigência: 31/12/2016, com valor previsto e estimado de R$ 181.400,00 (Cento e Oitenta e Um Mil, e Quatrocentos Reais).

Protocolo 932002

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
AVISOS DE LICITAÇÃO

O Município de Rio Maria - PA, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio torna publico que fará realizar processo licitatório na Modalidade Pregão presencial sob. Sistema Registro de Preços.

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO Nº 015/2016-000014

Abertura dos envelopes dia 17/03/2016, às 08h30min Objeto Registrar preços para futuras contratações de Empresas prestadora de serviços de internet via radio , conforme anexo I, Informações e retirada do Edital na Av. Rio Maria n° 660 Centro Rio Maria - PA a partir do dia 29 de fevereiro de 2016, das 08:00 as 12:00hrs.

Manoel Reis da Silva
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO Nº 016/2016-000015

Abertura dos envelopes dia 18/03/2016, às 08h30min Objeto Registrar preços para futuras contratações de Empresas prestadora de serviços gráficos, conforme anexo I, Informações e retirada do Edital na Av. Rio Maria n° 660 Centro Rio Maria - PA a partir do dia 29 de fevereiro de 2016, das 08:00 as 12:00hrs. Pregoeiro: Manoel Reis da Silva. Rio Maria-PA, 26 de fevereiro de 2016.

Manoel Reis da Silva
Pregoeiro

Protocolo 932470

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 050801/2014-PMSBP
CARTA CONVITE Nº 240701/2014-CPL

Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de prazo, fica prorrogado de 01/03/2016 até 31/08/2016, mantendo-se inalterada as demais cláusulas contratuais.

ASSNILSON FERREIRA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Protocolo 932192

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 240601/2014-PMSBP
CARTA CONVITE Nº 240601/2014-CPL

Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de prazo, fica prorrogado de 01/03/2016 até 30/06/2016, mantendo-se inalterada as demais cláusulas contratuais.

ASSNILSON FERREIRA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Protocolo 932194

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA
AVISOS DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro avisa aos interessados que realizará licitações na modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº0301/2016

No dia 15 de março de 2016 às 08:00 horas. Objeto: Aquisição de veículos automotores para atender a Sec. de Assistência Social no ano de 2016.

Cópias dos Editais serão obtidas através do e-mail pmsalicitacao@bol.com.br ou na sala da Comissão de Licitação, no endereço, Praça dos Três Poderes, das 8:00 às 13:00 horas - Santana do Araguaia-PA,

José Pereira Santos
Pregoeiro

Protocolo 931693

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 011/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016.
CONTRATO Nº: 013/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA, CNPJ: 05.832.977/0001-99.

CONTRATADA: DS SOUZA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS

REIRELE-ME, CNPJ: 13.166.887/000/-34.
OBJETO: Locação de veículos para atender a Prefeitura Municipal no ano de 2016.
VALOR: R$ 2.100.200, 00 (dois milhões, cem mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 20/02/2016 a 31/12/2016.
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 012/2016, Pregão Presencial n° 012/2016.

CONTRATO N°: 015/2016.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA, CNPJ: 05.832.977/0001-99.
CONTRATADA: CVRA-CONSTRUTORA VALE DO RIO ARAGUAIA LTDA, CNPJ: 13.819.633/0001-78.
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de serviços de horas maquinas pesada, para atender as necessidades desta Prefeitura no ano de 2016.
VALOR: R$ 3.053.900,00 (Três milhões, cinqüenta e três mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: 23.02.2016 a 31.12.2016.

José Pereira dos |Santos
Pregoeiro

de horas maquinas pesada, para atender as necessidades desta Prefeitura no ano de 2016.
VALOR: R$ 3.053.900,00 (Três milhões, cinqüenta e três mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: 23.02.2016 a 31.12.2016.

José Pereira dos |Santos
Pregoeiro

Protocolo 932247

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n° 20150268 - PREGÃO PRESENCIAL Nº PP104/2015-SRP - Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - Contratado: AGRORURAL XINGU LTDA - Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICO, HIDRAULICO, PINTURA E FERRAGENS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO. Vigência: 01/12/2015 a 31/12/2015 - Valor Global: R$ 106.359,00 (Cento e seis mil, trezentos e cinquenta e nove reais) - Data da Assinatura: 01/12/2015.
Contrato n° 20160009 - PREGÃO PRESENCIAL Nº PP104/2015-SRP - Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - Contratado: AGRORURAL XINGU LTDA - Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICO, HIDRAULICO, PINTURA E FERRAGENS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO. Vigência: 12/01/2016 a 31/12/2016 - Valor Global: R$ 1.531.759,30 (Um milhão, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) - Data da Assinatura: 12/01/2016.
JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES
Prefeito Municipal

Protocolo 931430

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
A Secretaria Municipal de Saúde vem pelo presente Edital, convidar a população em geral e as Entidades e Instituições afins, para participarem da IX Conferência Municipal de Saúde nos dias 28 e 29 e Abril de 2016 a partir das 15h00 do dia 28/04/2016 no Salão Paroquial e que terá o mesmo Tema Central "São João de Pirabas, na luta pela qualidade de uma saúde pública responsável e compartilhada entre Gestão Pública, controle social e usuário", e das Pré-Conferências Municipal de Saúde, que ocorrerão no dia 10 de março de 2016, na Vila de Nazaré na Unidade de Saúde com suas comunidades de abrangência a partir das 8h30; no dia 17 de março de 2016 a partir das 8h30 na Vila de Santa Luzia com suas comunidades de abrangência na Escola Municipal; no dia 31 de março de 2016 a partir das 8h30 na Vila de Japerica com suas comunidades de abrangência na sede da Associação dos Pescadores; no dia 07 de abril de 2016 na Sede do Município a partir das 8h30 no Salão Paroquial da Igreja Católica com sua população residente. As pré-conferências terão como Tema Central: "São João de Pirabas, na luta pela qualidade de uma saúde pública responsável e compartilhada entre Gestão Pública, controle social e usuário", assim como, aprovar as propostas que subsidiarão as Plenárias temáticas da IX Conferência Municipal de Saúde deste Município e a Eleição dos Delegados para participarem da referida Conferência que também elegera as Entidades e Instituições que irão compor o próximo Conselho Municipal de Saúde para o biênio de 2016 a 2018.

Edimilton Santos e Silva Filho
Secretário Municipal de Saúde de São João de Pirabas

Protocolo 932303

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-CPL-003/2016-PMT
O Município de Tucuruí, conforme a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Lei n.º 10.520/02 torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº PP-CPL 003/2016, Menor Preço Global, com abertura para o dia 10/03/2016 às 09:30 hs. horário Local. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Tubos de Aço Carbono para Conclusão da Obra da Adutora da Vila da Eletronorte para a Cidade de Tucuruí. O Edital estará disponível na sede da PMT, sito à: Travessa Raimundo Ribeiro de Sousa, Bairro: Centro Tucuruí-PA, sala de Licitações. Tucuruí(PA), 26 de fevereiro de 2016.

Maria do Carmo Rita
Pregoeiro.

Protocolo 932469

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
RETIFICAÇÃO
Retificação da Publicação do Valor do Lote 06 da Empresa F. Cardoso e Cia Ltda, Extrato de Ata de Registro de Preço Pregão Presencial por SRP nº PP -001/2016-SEMS, publicado no Diário Oficial do Pará no dia 26/02/2016 pág. 102. Onde se lê. F Cardoso & Cia Ltda, CNPJ nº 04.949.905/0001-63 vencedora nos Lotes: Lote 06 com o valor de R$ 10.049.993,70. Leia-se. F Cardoso & Cia Ltda, CNPJ nº 04.949.905/0001-63 vencedora nos Lotes: Lote 06 com o valor de R$ 1.049.993,70. Tucuruí(PA), 26 de fevereiro de 2016,

Maria do Carmo Rita
Pregoeira

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL POR SRP Nº PP-CPL-001/2016-SEMS
A Prefeitura Municipal de Tucuruí-PA, torna pública que foi Adjudicado em 04/02/2016 e Homologado em 12/02/2016 o Pregão Presencial SRP n.º PP-CPL-001/2016-SEMS, com critério de julgamento "Menor valor global por Item", objeto: Fornecimento de Medicamentos Diversos, Materiais Médico-Hospitalar e Leites Especiais, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Tucuruí(PA) por um Período de 12 meses, empresas vencedoras: 1- Silva e Delgado Ltda ME devidamente inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.393.709/0001-06, vencedora dos lotes: LOTE 01 com o valor de R$ 864.500,01 (oitocentos e sessenta e quatro mil quinhentos reais e um centavo) e Lote 12 com o valor de R$ 1.027.565,60 (um milhão vinte e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos); 2- M. M. Lobato Comércio e Representações Ltda devidamente inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 05.109.384/0001-07 vencedora dos lotes: LOTE 02 com o valor de R$ 553.589,10 (quinhentos e cinquenta e três mil quinhentos e oitenta e nove reais e dez centavos), LOTE 04 com o valor de R$ 829.610,52 (oitocentos e vinte e nove mil seiscentos e dez reais e cinquenta e dois centavos) e LOTE 09 com o valor de R$ 557.854,67 (quinhentos e cinquenta e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos); 3- CRISTALFARMA Comércio Rep. Importação e Exportação Ltda devidamente inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 05.003.408/0001-30, vencedoras dos lotes: LOTE 03 com o valor de R$ 589.986,00 (quinhentos e oitenta e nove mil novecentos e oitenta e seis reais), LOTE 05 com o valor de R$ R$ 666.999,90 (seiscentos e sessenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) e LOTE 07 com o valor de R$ 647.205,93 (seiscentos e quarenta e sete mil duzentos e cinco reais e noventa e três centavos); 4- F. Cardoso & Cia Ltda devidamente inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.949.905/0001-63, vencedoras dos lotes: LOTE 06 com o valor de R$ 1.049.993,70 (um milhão quarenta e nove mil novecentos e noventa e três reais e setenta centavos) e LOTE 08 com o valor de R$ 984.996,50 (novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos); 5- Goias Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda, devidamente inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 10.495.738/0001-20 vencedora do LOTE 10 com o valor de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais); e 6- Nutrixx Suplementos Alimentares Ltda ME, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 12.401.269/0001-69 vencedora do LOTE 13 com o valor de R$ 174.998,88 (cento e setenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos). Valor Total do Pregão Presencial por SRP R$ 9.007.300,52 (Nove Milhões Sete Mil Trezentos Reais e Cinquenta e Dois Centavos). Tucuruí - PA 26 de fevereiro de 2016.

Charles Cezar Tocantins de Souza
Secretaria Municipal Saúde.

Protocolo 932475

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
CONCORRÊNCIA PUBLICA N° 001/2015-PMT
A Prefeitura Municipal de Tucuruí, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública que a licitação que tem como objeto: Execução da Obra de Construção da E. M. E. F. Julia Passarinho, localizada no Municipio de Tucuruí, conforme Processo nº 0046100-95.2008.5.08.0127/TRT 8ª Região (Homologação Judicial do Acordo), Concorrência Pública n.º 001/2015-PMT com abertura para o dia 11/02/2016, foi declarada FRACASSADA, em virtude dos motivos constantes nos autos. Tucuruí/PA, 23 de fevereiro de 2016.

Maria do Carmo Rira
Presidente da CPL.

Protocolo 932483

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA

AVISO DE PREGÃO DESERTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - CPL/PMVN
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
AVISO DE PREGÃO DESERTO Nº 002/2016-CPL/PMVN
A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ torna público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, o Pregão Presencial nº 002/2016 - CPL/PMVN, referente ao Edital nº 002/2016, prevista para as 09:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2016, destinado ao FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA PARA O CONSUMO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, POR ATÉ 12 (DOZE) MESES, pela ausência de interessados na licitação. Por este motivo divulgamos nova data de abertura de Sessão que será às 09:00 horas do dia 09 de março de 2016. Os interessados poderão retirar o Edital, mediante o pagamento de taxa administrativo de segunda a quinta no horário de 08:00h às 12:00h, na sala da CPL, sito à Praça da Independência, s/nº - CEP: 68.780-000 - Vigia de Nazaré - Pará - Brasil.

LEONARDO FIGUEIREDO DE AVIZ
Pregoeiro/PMVN

Protocolo 930681

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, torna Publico o PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016-CPL/PMVN, abertura será às 09:00 horas do dia 08 de março de 2016. Receberá propostas comerciais para o FORNECIMENTO DE PNEUS PARA O CONSUMO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, POR UM PERÍODO DE 12 MESES. Os interessados poderão retirar o Edital, mediante o pagamento de taxa administrativo de segunda a quinta no horário de 08:00h às 12:00h, na sala da CPL, sito à Praça da Independência, s/nº - CEP: 68.780-000 - Vigia de Nazaré - Pará - Brasil.

LEONARDO FIGUEIREDO DE AVIZ
Pregoeiro/PMVN
Parte inferior do formulário

Protocolo 930684

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ, torna Publico a TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016-CPL/PMVN, abertura será às 09:00 horas do dia 18 de março de 2016.Receberá propostas comerciais para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q DAS VIAS PUBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ. Os interessados poderão retirar o Edital, mediante o pagamento de taxa administrativo de segunda a quinta feira no horário de 08:00hs às 12:00h, na sala da CPL, sito à Praça da Independência, s/nº - CEP: 68.780-000 - Vigia de Nazaré - Pará - Brasil.

NEIVA DE MORAES BARBOSA
Presidenta/CPL
Parte inferior do formulário

Protocolo 931575

EMPRESARIAL

POSTO ICCAR LTDA - CNPJ: 02.280.133/0006-07, torna público que recebeu da SEMMA/Santa Izabel Licença de Operação n° 004/2016, válida até 13/05/2017, para atividade de Comércio Varejista de Combustível e Lubrificante para Veículos Automotores no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

Protocolo 927121

POSTO ICCAR LTDA - CNPJ: 02.280.133/0021-38, torna público que recebeu da SEMAT Licença de Operação n° 06/2015, válida até 31/12/2016, para atividade de Comércio de Combustíveis Automotores no Município de Senador José Porfírio/PA.

Protocolo 927123

POSTO ICCAR LTDA - CNPJ: 02.280.133/0042-62, torna público q/ requereu à SEMAS Licença de Instalação p/ ampliação de um posto de combustível no Município de Marituba/PA.

Protocolo 927124

POSTO CLARAS LTDA - EPP, CNPJ nº 02.735.134/0002-67, torna público que requereu à SEMMA/CAPANEMA, LP e LI para atividade de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores localizado no município de Capanema, Estado do Pará.

Protocolo 929990

JOSUÉ PEREIRA DE SOUZA, CPF: 206.039.752-91, brasileiro, solteiro, resid. no km 1396 BR 163, lote 17, gleba 16, mun. de Trairão, torna público que RECEBEU da SEMA/PA, ref. ao lote acima citado, TAC nº 06/2014 e averbou no Cartório de 1º Ofício de Itaituba, AV 4/5.986 fl. 256 livro 2-P.

Protocolo 930977

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2016-SAAEP

O Pregoeiro do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas-SAAEP comunica a todos os interessados que, em virtude de alteração do edital, fica prorrogada a abertura dos trabalhos relativos ao processo licitatório na modalidade Pregão Presencial de nº 002/2016-SAAEP, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de Hipoclorito de Cálcio Granulado e em Tablete 65% de Cloro Ativo para utilização no processo de tratamento de água, no Município de Parauapebas, Estado Pará. Neste sentido fica marcada a abertura do certame para dia 10 de março de 2016, às 09:00 horas, na Sala de Licitação do SAAEP, na Rua Rio Dourado s/nº - Prédio SEMOB - 1º andar - Bairro Beira Rio - Parauapebas - PA. E-mail: licitacao@saaep.com.br. Tel: (94) 3346-7261/3346-7262 Ramal 229.

PARAUAPEBAS - PA, 23 de fevereiro de 2016.

Dayton Neves Pereira
Pregoeiro

Protocolo 931038

TELMAQ TRATORES E MÁQUINAS LTDA.
CNPJ/MF N° 05.572.979/0001-96
NIRE N° 15200002158
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

DATA, HORA E LOCAL: O gerente administrativo da TELMAQ TRATORES E MÁQUINAS LTDA., convoca todos os sócios da referida sociedade e eventuais representantes legais, para a realização de Reunião de Sócios Cotistas no próximo dia 08 de março de 2016, às 15h00, na sede social, na Rodovia BR 316, Km 4, Ananindeua (PA), CEP 67.000-000.

Constituir-se-á na ordem do dia a seguinte pauta: a) Análise e deliberação de proposta de alienação do imóvel localizado na Rodovia BR 316, KM 8, nº 1.476, bairro Águas Lindas, na cidade de Ananindeu (PA); e b) O que ocorrer.

Belém (PA), 17 de fevereiro de 2016.

DILERMANDO MENESCAL JÚNIOR
Gerente Administrativo

Protocolo 931187

BURITI IMÓVEIS LTDA, sob CNPJ nº 05.726.886/0001-79, torna público que recebeu da SEMMA - Tucuruí, a Licença de Operação sob o nº 005/2016, para a atividade de Loteamento denominado Residencial Park dos Buritis I, localizado na Av. Raimundo Veridiano Cardoso, S/N Km 02, em Tucuruí/PA.

Protocolo 931218

RESIDENCIAL PARK DOS BURITIS LTDA, sob CNPJ nº 16.516.897/0001-40, torna público que recebeu da SEMMA - Tucuruí, a Licença de Operação sob o nº 004/2016, para a atividade de Loteamento denominado Residencial Park dos Buritis II, localizado na Av. Raimundo Veridiano Cardoso, S/N Km 02, em Tucuruí/ PA.

Protocolo 931229

A SEMAS de Belém - PA, torna público o pedido da Licença Ambiental Rural - LAR, da atividade de Piscicultura da propriedade **PISCICULTURA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, PA 446, km 8 Quatipuru - PA, proprietário Jaimerson Lima de Almeida, CPF: 604.803.862-34

Protocolo 931364

CARTORIO DE PROTESTO DE LETRAS
VALE VEIGA 1º OFÍCIO

Faço saber que se encontram em meu Cartorio para serem protestados os seguintes titulos:dmi31833184 venc25/01/16 contra:marnie pimentel albuquerque ced/d s frota serv e com R$250,00/dmi238333 venc20/01/16 contra:leide maria gomes cardoso ced/michel gaspar da silva R$151,00/dmi5620201/02 venc30/01/16contra:comunidade batista agua cristal ced/bencao livros com lt R$184,01/dmi7034850/b venc25/01/16contra:i m ludwig epp ced/elgin s a R$1354,00/dmi 1116 venc03/02/16contra:elevadores ok com de peca ced/inoxbel ind com serv a i R$560,00/dmi2574/1 venc28/01/2016 contra:luziane alves nunes-pet shop d ced/central rural c de p a R$1204,35/dmi28831 venc27/01/16 contra:elias brito lindoso ced/h c pneus s/a R$1360,00/dmi 80/05 venc24/01/16contra:escola algodao doce ced/metal art com de metais lt R$318,75/dmi71-3venc30/01/16 contra:zilda oliveira da silva ced/jaime higino 03418173 R$496,65/dmi 61770/01 venc03/02/16 contra:i c f com e transportes lt me ced/plasmetal ind e com lt R$543,53/dmi2743 venc29/01/16 contra:rjr alimentos lt me (tokyo duqu ced/w f pescados & mariscos lt R$1301,86/dmi6711/03 venc01/02/16 contra:big ben humaita ced/coml faria com e serv prod seg R$2546,68/dmi2749 venc01/02/16contra:rjr alimentos lt me (tokyo duqu ced/w f pescados & mariscos lt R$2664,08/dmi1 venc28/01/16 contra:diego pinto de almeida ced/bella casa modulare lt R$4000,00/dmi114078/01 venc11/01/16 contra:brasil norte coml de alimentos ced/siol alimentos lt R$1720,00/dmi 0007861402 venc05/02/16contra:pj com de descart lt ced/bentonit uniao nordindcom lt R$6606,34/dmi1229/02 venc03/02/16contra:juliana gomes de sousa 03294464363 ced/niran confeccoes lt R$1768,12/dmi223 venc28/01/16 contra:helen cristiane da silva lopes ced/cinara amanda lisboa henderson e silva R$1993,00/dmi304042265b venc03/02/16 contra:antonio gustavo benedito de oliveira ced/cfh empreend com repres lt R$295,00/dmi1416/01 venc01/02/16 contra:janir nogueira de francischi me ced/flex cargo lt R$88,84/dmi 8617/2venc01/02/16 contra:malvares dos santos ced/twm hidraulicos lt R$500,00/dmi3939002 venc07/02/16 contra:a c s siqueira me ced/remari coml lt R$380,90/dmi 175202 venc09/02/16contra:otaviani rep lt ced/ksb bombas hidraulicas s/a R$680,00/dmi 918237963 venc01/02/16 contra:maria cleyde braga brito - me ced/dermiwil ind plast lt R$682,87/dmi 6418c13 venc28/01/16 contra:joao rafael colares rodrigues ced/mero com e lt R$997,80/dmi 26364/03 venc09/02/2016 contra:sharles santos afonso ced/distseg serv e com equip de seg R$347,65/dmi 17690 venc04/02/16 contra:ponte empreendimentos e logistica lt ced/pena & irmao lt R$359,00/dmi 57 venc10/02/16 contra:juarez mathias de castro ced/e m com de autopecas e serv lt - R$552,00/dmi 5017/15a venc02/02/16 contra:a e filomeno de sousa ced/maria jose pimenta franca - me R$646,60/dmi 304 venc10/02/16 contra:juarez mathias de castro ced/e m com de autopecas e serv lt - R$750,00/dmi 3890-3 venc01/02/16 contra:tatiane da concei ao miranda de matos ced/criacoes neneju lt me R$840,40/dmi 4942 1c venc02/02/16 contra:j r com de confec eireli ced/fz ind e com de confec lt R$951,61/dmi 4942 d1 venc01/02/16 contra:j r com de confec eireli ced/fz ind e com de confec lt R$1026,09/dmi 1663772 venc08/01/16 contra:c r dos santos com de produtos d ced/rodol lt-epp R$1965,44/dmi 4948 1c venc01/02/16 contra:a e filomeno de souza ced/fz ind e com de confec lt R$2787,50/dmi sq10719006 venc30/01/2016 contra:silva e saldanha lt-me ced/takeshi equipamentos digitais lt epp R$2916,66/dmi 146522/2 venc04/02/16 contra:cr dos santos com de prod limpe ced/mustang pluron quimica lt R$4203,58/dmi 0011726 03 venc03/02/16 contra:c duarte dias e cia lt me ced/ind prod metalur do ne R$619,95/dmi 49146 venc02/02/16 contra:f a pompeu me ced/magalhaes logistica R$371,45/dmi nf2958-01 venc04/01/16 contra:agregue serv e tecnologia eireli me ced/mundial com de pecas e serv lt R$873,44/dmi nf2979-01 venc28/01/16 contra:agregue serv e tecnologia eireli me ced/mundial com de pecas e serv lt R$777,10/dmi 3703/3 venc01/02/16contra:distribuidora freitas lopes lt ced/v f p monteiro R$ 1035,72/dmi3750/1 venc 29/01/16contra:distribuidora freitas lopes lt ced/v f p monteiro R$1671,00/ dmi3754/1 venc 03/02/16 contra:distribuidora freitas lopes lt ced/v f p monteiro R$1130,14/dmi 671603 venc25/12/15 contra:cleber lima & almeida lt ced/knauf do brasil lt R$4432,72/dmi 753601 venc14/01/16 contra:cleber lima & almeida lt ced/knauf do brasil lt R$ 11759,10/ dmi 81342b venc02/02/16 contra:mmarrate engenharia e locacao lt-me ced/centro eletrico lt R$2984,07/dsi73401venc05/01/16 contra:amanha incorporadora lt ced/spc transporte lt-me R$4385,07/dmi 90486 venc05/02/16 contra:waldemar pinto bentes neto ced/d h l com e serv lt me R$88,00/dmi 1-002020 venc06/02/16 contra:s r e manutencao e serv lt ced/lokcenter locacao e vendas de maquinas e R$719,56/dmi53587 venc22/01/16 contra:l rodrigues com optico eireli - epp ced/diniz franchising administracao lt R$3453,72/dmi259 venc05/02/16 contra:roberto fioravante menuzzi ced/vigitrack lt R$80,00/dmi 1018venc05/02/16 contra:roberto fioravante menuzzi ced/vigitrack ltR$80,00/dmi 1944 venc05/02/16 contra:roberto fioravante menuzzi ced/vigitrack lt R$80,00/dmi2490 venc05/02/16 contra:roberto fioravante menuzzi ced/vigitrack lt R$80,00/dmi5609/1 venc10/02/16 contra:c g da conceicao me ced/terra moriah imp e exp lt R$533,18/dmi1191/6 venc30/11/15 contra:alexandrina vilhena barbosa ced/belem dist de marm e granitos R$1906,12/dmi11321 venc08/02/16 contra:jv representacoes lt me ced/avex brasil expor e imp lt m R$239,90/dmi69953-5/5 venc06/02/16 contra:23010-victoria catharina moraes possa ced/v l munhoz & cia lt R$360,40/dmi 5500028713 venc09/02/16 contra:j c v c teixeira comunicacao visual ced/serilon brasil lt R$388,88/dmi 30723venc07/02/16 contra:maria helena correa ced/sunny brinquedos imp e exp li R$563,50/dmi527/02 venc05/02/16 contra:joao jorge maasdu marques ced/j r fortes oliveira R$721,60/dmi nf-032578e venc05/02/16contra:antonio messias moura de almeida ced/schuster com de equip odontologic R$940,67/dmi444956/m/o venc 05/02/16 contra:siha com varejista de materiais ced/ceramica formigres lt R$1402,67/dmi 523/02 venc05/02/16contra:maria raimunda da silva aragao ced/j r fortes oliveira R$1838,80/dmi 511/02 venc05/02/16 contra:cirlene cristina n dos santos ced/j r fortes oliveira R$1872,74/dmi 505/02 venc05/02/16 contra:jerson jeronimo de oliveira ced/j r fortes oliveira R$2151,72/dmi 413 d venc05/02/16contra:mauricio lima freitas ced/atacama ind e com de equip R$2545,00/dmi 4848/2 venc05/02/16contra:luck com de bijouterias lt ced/qc confec lt R$2910,37/dmi4016/3 venc09/02/16 contra:rafael barros araujo ced/estoflex ind de moveis lt R$4249,34/dmi 155612b venc08/02/16contra:maria do socorro lhamas moraes ced/mariotta calcados R$599,10/dmi1447venc09/02/16 contra:audifono com de aparelhos auditivos lt ced/danilo de souza braga nf R$255,00/dmi26212/002 venc21/01/16 contra:s m karem ced/primeiro mundo com vare de arti do vest R$698,29/dmi 564-04 venc06/02/16contra:maria walderez silva santos ced/rabeauty cosm lt R$853,60/dsi 214 venc05/02/16 contra:sebastiao hilton valle goncalves ced/viapara viagens e tur lt R$1161,62/dmi17494/5 venc08/02/16contra:iraci andrade da rocha ced/tok final ind e com de confec R$503,09/dmi199 venc05/02/16 contra:paulo sergio batista ced/m l a de araujo R$2000,00/dmi 6453 venc02/02/16 contra:luck com de bijouterias lt ced/fofokit s ind e com de confec R$2579,55/dmi r8039-b venc10/02/16 contra:wylhamins carlos negrao da silva 370440 ced/pituxa ind e com de calcados lt R$1189,44/dmi 89236/3 venc10/02/16

contra:ra construcao & incorporacao de moveis l ced/vector ind de prod metalurgico R$783,00/dmi 15053e venc04/02/16 contra:delmoro com e engenharia eireli ced/aluvid com de aluminio e vidros l R$2827,33/dmi 10969/06 venc26/01/16 contra:oliveira barbosa repres lt ced/vinicola perico lt R$1179,78/ dmi159b venc05/02/16 contra:jr com de confeccoes eireli ced/ luvi com imp e exp ei R$1316,00/dmi14500774 venc05/02/16 contra:queiroz bessa e cia lt me ced/cognitiva hair prod prof lt R$2166,12/dmi 50010203 venc01/02/16 contra:luck com de bijouterias lt ced/master - brinq indl e com de R$595,17/dmi 11917002 venc30/01/16 contra:s m karen ced/diz moda masculina lt R$1209,08/dmi933771 venc28/01/16 contra:t de freitas & cia lt-me ced/magalhaes com e distribuidora de al R$2056,92/dmi nf17042 kl venc05/02/16 contra:7com serv de telecom com lt ced/brasfone telecom e info R$218,40/dmi54702 venc25/01/16 contra:l rodrigues com optico eireli - epp ced/diniz franchising admin lt R$200,00/dmi 4481b venc08/02/16 contra:paradise aromas do brasil ced/maison cristal lt R$1000,00/dmi1677 venc09/02/16 contra:redig blindados lt-me ced/r ferreira oliveira filho R$55,00/dmi nf62482/b venc05/02/16contra:eder jrgoncalves lopes ced/loja do marceneiro lt R$5059,70/dmi neg 05/10 venc10/02/16 contra:fagner carlos ribeiro gomes ced/loja rosario R$275,00/ dmi trbii 12 b venc10/02/16 contra:glaucy kelly alves de oliveira ced/sapiens - instituto de psicologia lt R$570,00/ dmi295941/03 venc11/02/16 contra:m e a lopes me ced/ coml faria com e serv prod seg R$584,18/dmi5500028766 venc10/02/16 contra:martins e franco com & serv ced/serilon brasil lt R$700,93/dmi210344802venc02/02/16 contra:kezia cristina r da silva fidelis ced/bcr com e ind sa R$1144,12/dmi 5500028198 venc10/02/16 contra:martins e franco com & serv ced/serilon brasil lt R$1270,20/dmi601777 venc15/01/16 contra:andrea furtado ferreira 37053965287 ced/brandili textil lt R$660,31/dmi715872362 venc04/02/16 contra:antonio edinei neres barbosa ced/distr freitas lopes lt R$10554,76/ dmi 715875523venc03/02/16 contra:edith g garcia vilhena mercantil ced/distr freitas lopes lt R$19733,58/dmi 715878727 venc04/02/16 contra:janesleide rodrigues de sales ced/distr freitas lopes lt R$1023,05/dmi2657-3 venc11/02/16 contra:i g de sousa ced/adeco R$4530,89/dmi 8569/0-1 venc03/02/16 contra:maria de nazare de sousa ferreira ced/f g ind e com de ferragens lt R$716,26/dmi 0214 venc01/02/16 contra:belem cervejas lt - epp ced/immp com atacadista de bebidas lt R$1281,93/dmi6720470303 venc08/02/16 contra:ramon nazareno araujo bittencourt 930434 ced/color visao do brasil ind acrilica R$559,32/dmi54462-3 venc08/02/16 contra:maria helena correia me ced/toyster brinquedos lt R$487,97/dsi 56007 venc04/06/15 contra:c duarte dias e cia lt me ced/ spc transporte lt-me R$624,70/dmi14140/2 venc03/01/16 contra:mser manutencao em motores eletricos eir ced/eletrotec campinas com de maq R$596,96/dmi 14333/1 venc02/01/16 contra:mser manutencao em motores eletricos eir ced/ eletrotec campinas com de maq R$282,00/dmi 715867334 venc06/02/16 contra:l m b portilho varejista ced/distr freitas lopes lt R$2130,60/dmi062157-02 venc12/02/16 contra:c r de moura com me ced/tedesco equip para gastr R$928,85/ dmi479746/c/h venc12/02/16 contra:r de souza oliveira me ced/ceramica formigres lt R$544,00/dmi 645102 venc16/02/16 contra:leonardo goncalves nogueira ced/unipecas uniao pecas lt R$559,78/dmi4162703 venc14/02/16 contra:sonia cerqueira santos com ced/formitz confeccoes lt R$568,70/dmi472313/ d/h venc14/02/16 contra:r de souza oliveira me ced/ceramica formigres lt R$734,40/dmi 472312/d/h venc14/02/16 contra:r de souza oliveira me ced/ceramica formigres lt R$806,80/ dmi479749/c/h venc12/02/16 contra:r de souza oliveira me ced/ceramica formigres lt R$979,20/dmi 136565-cvenc29/01/16 contra:m v do nascimento e silva ced/ind com calcados s santos lt R$626,40/dmi 420890704 venc22/10/15 contra:novo oleo filtros e pecas lt ced/rr com de veiculos lt R$1318,35/dmi 274 venc15/02/16 contra:harmoplan modulados e planejados lt ced/a d com de tintas lt R$274,00/dmi209520702 venc06/02/16 contra:c l de souza miranda ced/bcr com e ind sa R$703,57/dmi 472345/d/h venc15/02/16 contra:r de souza oliveira me ced/ ceramica formigres lt R$870,40/dmi 715868276 venc08/02/16 contra:m r furtado - me ced/distr freitas lopes lt R$6712,98/dmi 715868624 venc08/02/16 contra:miguel pereira cardoso ced/ distr freitas lopes lt R$1480,32/dmi715869311 venc08/02/16 contra:moura & sousa com lt ced/distr freitas lopes lt R$572,14/ dmi 715880641venc08/02/16 contra:ap de souza supermercado-me ced/distr freitas lopes lt R$962,34/cbi1622972 venc20/08/15 contra:messias foro gloria ced/bco honda sa R$1805,73/ct s/n venc10/12/15 contra:leonilda fagundes dos santos ced/ lene cristina rodrigues freitas R$20639,14/dmi 147573-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$1605,20/dmi 147586-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$1348,00/dmi 147585-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$2571,50/dmi 147574-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$2067,80/dmi 147570-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$1870,00/dmi 147569-1/1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/m m lobato com e repres lt R$5229,80/dmi 147567/1-1 venc16/05/15 contra:fundo municipal de saude de mocajuba ced/ mm lobato com e repres lt R$7980,50/ct 45487782 venc15/07/15 contra:maria de nazare de s campos ced/bco itauleasing R$10643,16/cbi324396985 venc05/05/15 contra:benedito lima de souza ced/bco itau veiculos R$16950,69/cbi576233597 venc28/05/15 contra:ivaney carvalho bilio ced/bco itaucard R$8639,96/ch 030533 venc19/04/15 contra:ppr construcao civil e serv epp ced/paraferro prods metalurgicos lt R$14573,48/ Que me foram apresentados para serem protestados por falta de pagamento em meu Cartório a rua Aristides Lobo,nº 468, ficando ciente que os respectivos protestos serão lavrados dentro do prazo legal Belem,24 de fevereiro de 2016 - SALVIO ALBERTINO DE M CORREA JUNIOR - Tabelião Titular do Cartorio de Protesto VALE VEIGA 1º Oficio

Protocolo 931437

CKBV FLORESTAL LTDA, CNPJ 03.501.232/0004-64, I.E. 15.209.675-2, localizada à rodovia BR 010, Km 1564, Faz. Rio Capim, CEP 68625-970, município de Paragominas - PA, torna público que recebeu da SEMAS/PA, a AUMP N° 52023/2016, validade até 03/02/2017, para exploração de 2.855,9357 m3 de Toras de Madeira Nativa. Proc. 2014/9874.

Protocolo 931598

IND. COM DE CONS CONCORDIA LTDA, CNPJ nº 03.245.855/0001-70, torna publico que recebeu da SEMA a LO nº 9682/2015, validade até 20/12/2017, para produção de palmito em conservas de sua UF, localizada na rua Gilbras Ales s/n, vila maiauata, Igarape miri- PA.

Protocolo 931656

ROBERT BRASIL BENEF. ,SEC., LOGISTICA E EXP. DE MADEIRAS LTDA, Cnpj 10.258.628/0001-45, sito à Rod. BR-316, Km 17,S/N, Rua Village Français , Decouville, Marituba/ PA, torna público que recebeu da SEMAS/PA, L.O. nº.3011/2015, com validade até 04/02/2017,para Beneficiamento e secagem de madeira serrada.

Protocolo 931684

A empresa **NORTE ENERGIA S/A,** inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0003-60, localizada na Av. Manoel Felix Faria nº 84, Centro, na cidade de Vitória do Xingu, Estado do Pará, torna público que solicitou à SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingu) a Licença Prévia **referente à implantação do Estaleiro de Vitória do Xingu,** localizado no Município de Vitória do Xingu - Pará.

Protocolo 932143

A empresa **NORTE ENERGIA S/A,** inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0003-60, localizada na Av. Manoel Felix Faria nº 84, Centro, na cidade de Vitória do Xingu, Estado do Pará, torna público que solicitou à SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingu) a Licença de Instalação **referente à implantação do Estaleiro de Vitória do Xingu,** localizado no Município de Vitória do Xingu - Pará.

Protocolo 932144

A empresa **NORTE ENERGIA S/A,** inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0004-41, localizada na Rua Boa Esperança, S/Nº - RUC Jatobá, Loteamento Jardim França, Bairro Mutirão, na cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que recebeu da SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira) a Licença de Operação **nº 036/2016 referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário** localizado no município de Altamira - Pará.

Protocolo 932145

A empresa **NORTE ENERGIA S/A,** inscrita no CNPJ nº 12.300.288/0004-41, localizada na Rua Boa Esperança, S/Nº - RUC Jatobá, Loteamento Jardim França, Bairro Mutirão, na cidade de Altamira, Estado do Pará, torna público que recebeu da SEMAT (Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo de Altamira) a Dispensa de Licenciamento Ambiental nº 016/2016, referente aos equipamentos públicos construídos nos reassentamentos urbanos coletivos, localizados no município de Altamira- Pará.

Protocolo 932148

M W OLIVEIRA SOARES EIRELI, CNPJ nº 20.647.523/0001-31, torna público que requereu à SEMAS, LP e LI para atividade de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores localizado no município de Viseu, Estado do Pará.

Protocolo 932165

FRANCISCO FERREIRA RAMOS -POSTO SANDRO-CNPJ 05.115.613/0001-98 Torna público que recebeu e solicita a Renovação a SEMAS a LO n°9700/15 válida 17/09/16 p/ transporte de combust. e solicita a Renovação da LO n°7032/12 p/posto de combustíveis válida 17/09/16 em Viseu-PA

Protocolo 932350

AUTO POSTO NACIONAL LTDA-CNPJ 04.114.873/0001-86 Torna público que recebeu da SEMAS a LO n°9702/15 com validade 16/03/19 p/ transporte de produtos Perigosos em Santarem-PA.

Protocolo 932352

Marajó Fruit Do Pará Ind.Com Ltda-Me, Cnpj: 21.580.314/0001-80, torna público que está requerendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMA/ANANINDEUA a Licença Ambiental, no endereço: Rua Olho d 'agua, n° 03 Cep: 67.146-260 através do processo n° R025516/DGA.2+

Protocolo 932369

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2015

Senhores Acionistas,
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao exercício de 2015, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1 - PANORAMA ECONÔMICO

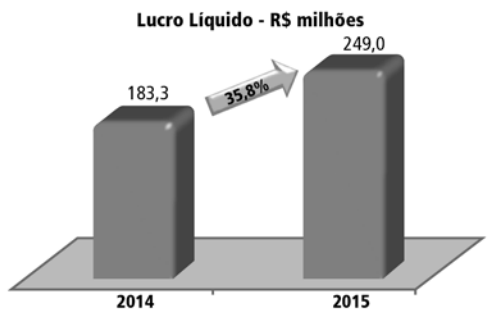
A economia mundial apresentou desempenho instável e desigual em 2015. Os Estados Unidos melhoraram alguns indicadores econômicos, como a queda na taxa de desemprego, que levaram o Banco Central dos EUA (*Fed*) a iniciar o processo de elevação da taxa de juros. Para os países emergentes, essa medida trouxe impactos negativos, como fuga de capitais, desvalorização das moedas locais frente ao dólar e aumento dos custos para as empresas. A economia chinesa sofreu alguns impactos em função de ajustes em seu modelo econômico. A União Europeia e o Japão continuaram a relaxar a sua oferta de moeda para impulsionar suas economias e atingir taxas de inflação mais altas.
Internamente, a atividade doméstica apresentou recessão com desemprego, e os ajustes macroeconômicos realizados (fiscal e monetário) resultaram na elevação dos juros (a SELIC fechou o ano em aproximadamente 14,3%) e da inflação, medida pelo IPCA, que atingiu 10,7% em 2015. Dentre os fatores que contribuíram para que os níveis de preços se mantivessem em patamares tão elevados, destacam-se o aumento dos preços dos combustíveis e energia e a alta do dólar, resultado da pressão exercida pelo cenário político nacional conturbado e pelo início da alta dos juros nos EUA.
Nesse contexto, a Amazônia não apresentou cenário tão divergente das demais regiões do país, contudo, mostrou significativa melhora no saldo das exportações que, comparativamente a 2014, cresceu 20,0% e foi responsável por quase 70,0% do superávit comercial brasileiro em 2015, com destaque para as exportações das *commodities* (ferro, soja e milho, dentre outras).

2 - AÇÕES ESTRATÉGICAS

Principais Ações Estratégicas
O Banco da Amazônia tem adotado práticas e iniciativas em todos os estados da Amazônia Legal, por meio de parcerias estratégicas e ações relevantes para a Instituição, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da Região. Investiu na melhoria da eficiência de seus processos, na segurança e na produtividade dos negócios. Atuou firme na busca pela valorização e reconhecimento da marca, promovendo e participando de ações institucionais. Continuou executando políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros mais adequados, sempre na busca de melhor atender as expectativas dos clientes, acionistas e a sociedade, ratificando seu papel de agente do Governo Federal e parceiro no desenvolvimento sustentável da Região Norte.
Com a implantação do Sistema de Controles Internos (SCI), o Banco deu mais um passo na direção de aprimorar seus processos e controles, visando assegurar maior eficiência e eficácia de seus negócios. O grande desafio a partir de agora é multiplicar a cultura de controles internos por toda a organização, tarefa que se encontra em andamento sob a coordenação da Diretoria de Controle e Risco com o apoio do Conselho Diretor e de Administração.
Com intuito de promover a marca "Banco da Amazônia", assim como a relação da instituição com seus colaboradores, clientes, parceiros e sociedade, foi lançada a campanha "Somos Movidos pelo Otimismo, Somos movidos por você". A ideia é, não obstante o cenário desafiador que se apresenta para 2016, transmitir por meio de vários canais de comunicação, uma mensagem de otimismo e estímulo ao trabalho, visando atingir os objetivos e metas estabelecidos para o ano que se inicia.
Programa Supera Mais 2015 – "Vamos juntos construir um Banco cada vez mais forte e competitivo!"
O Programa Supera Mais é o instrumento de avaliação de desempenho, que objetiva alinhar as ações das unidades e mensurar sua eficácia no cumprimento das metas e objetivos estratégicos, sendo composto das seguintes perspectivas: "Mais Resultados"; "Mais Negócios"; "Mais Controles"; "Programas de Governo"; "Mais Clientes"; e "Bônus Estratégicos". Em 2015, destacaram-se os seguintes indicadores:
- **Mais Clientes:** foram captados no ano, 41.636 novos clientes, um aumento de 182,4% na comparação com o exercício de 2014 (22.824 clientes);
- **Fomento Liberado**: crescimento de 10,5% atingindo R$5.795,5 milhões (R$5.244,7 milhões em 2014);
- **Captação de Recursos**: o Banco passou a operar em março de 2015 o produto Letra de Crédito Produtor Rural (LCA), fechando o exercício com saldo de R$272,0 milhões.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Resultado
O Banco da Amazônia apresentou no exercício de 2015, lucro líquido de R$249,0 milhões, registrando crescimento de 35,8% em relação a 2014 (R$183,3 milhões *).



(*) *reclassificado*

3.2 - Resultado Operacional
O Resultado Operacional evoluiu em 54,1%, passando de R$287,8 milhões (*) para R$443,6 milhões, fruto das ações estratégicas do Banco que potencializaram as receitas, especialmente as de intermediação financeira, destacando-se:
- Elevação das Receitas de Operações de Crédito em 52,0%;
- Evolução do resultado com Títulos e Valores Mobiliários de 20,8%;
- Aumento das Receitas de Prestação de Serviços em 45,2%;

(*) *reclassificado*

3.3 - Crédito de Fomento
As ações do Programa "Supera Mais" permitiram, no ano de 2015, que o volume liberado para o crédito de fomento alcançasse o patamar dos R$5.795,5 milhões, superando em 10,5% o desempenho do ano de 2014 (R$5.244,7 milhões). O programa teve como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo volume atingiu R$5.068,4 milhões, ultrapassando em 12,0% o volume liberado em 2014 (R$4.526,2 milhões).

3.4 - Crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPEs)
Em alinhamento com as diretrizes governamentais e consolidando sua participação no segmento das micro e pequenas empresas (MPE), por intermédio de programas especiais de financiamento, o Banco em parceria com o SEBRAE, realiza ações integradas, disponibilizando crédito a uma clientela qualificada, que passa por treinamentos em gestão, finanças, planejamento estratégico, *marketing* e inovação. No exercício de 2015, foram contratadas 3.433 operações de financiamento a micro e pequenas empresas, no montante de R$573,5 milhões, cumprindo o percentual de 81,9% da meta projetada de R$700,0 milhões, e inferior em 39,0% em relação ao aplicado em 2014 (R$940,9 milhões).

3.5 - Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)
A atuação do Banco junto aos microempreendedores individuais vem avançando de forma significativa com a prospecção de novos clientes, contribuindo diretamente com a formalização dos pequenos negócios na Amazônia. Em 2015, o montante aplicado foi de R$13,5 milhões, contra R$11,1 milhões em 2014, aumento de 21,6%.

3.6 - Microcrédito Produtivo Orientado – Programa AMAZÔNIA FLORESCER
O Programa Amazônia Florescer, alinhado ao Programa Crescer do Governo Federal, atende de forma ágil e simplificada aos pequenos negócios, tanto na área urbana (microempreendedores informais e formais com renda bruta anual de até R$120 mil), quanto na zona rural (agricultores familiares enquadrados no microcrédito produtivo rural do PRONAF).
No microcrédito urbano, em 2015, foram atendidos 40.421 clientes (39.403 em 2014) e crédito aplicado no valor de R$79,3 milhões, representando um aumento de 15,4% em relação a 2014 (R$68,7 milhões). Com relação ao microcrédito rural, o atendimento chegou a 3.629 agricultores familiares (5.556 em 2014) e volume de aplicação da ordem de R$12,4 milhões (R$18,0 milhões em 2014).

3.7 - Crédito para a Agricultura Familiar
O Banco vem superando continuamente a meta de contratação estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a Agricultura Familiar. No ano em que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) completou 20 anos, o Banco comemorou mais um recorde na aplicação dos recursos do Plano Safra, referente ao período 2014/2015, finalizado em 30 de junho de 2015. Foram aplicados R$736,2 milhões com base na meta de R$700,0 milhões, sendo realizadas 27.726 operações. No Plano Safra 2015/2016, foram aplicados R$306,6 milhões, com a contratação de 10.165 operações até dezembro de 2015.
Por intermédio do PRONAF, o Banco vem atuando de forma expressiva para o desenvolvimento do setor no cenário regional, financiando projetos que atendem aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social, cultural e política.
No ano de 2015, foram aplicados R$668,9 milhões com base na meta de R$630,0 milhões, com a realização de 21.904 operações. Em relação ao mesmo período de 2014, em que foram aplicados R$714,3 milhões, com a efetivação de 34.775 operações, teve retração de 6,3% na aplicação.

3.8 - FNO ABC e FNO-Biodiversidade
O Banco da Amazônia, no exercício de 2015, financiou projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas no valor de R$99,7 milhões por meio do Programa FNO - Biodiversidade, representando 71,1% do resultado obtido no exercício anterior de R$140,2 milhões. O Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foi criado em 2015 e recebeu investimentos de R$176,5 milhões nos projetos agropecuários e florestais para redução da emissão de gases de efeito estufa na Região.

3.9 - Cultura Regional
Com o Programa "Amazônia Mais Cultura", alinhado à agenda social do Governo Federal e às estratégias da Instituição, o Banco financiou, no exercício de 2015, R$41,8 milhões (R$56,3 milhões em 2014), em apoio às atividades culturais da Amazônia.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

3.10 - Turismo em Bases Sustentáveis

Tendo a percepção do potencial turístico da Região Amazônica, bem como dos desafios que podem ser transformados em reais oportunidades de negócios, o Banco elabora anualmente o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, cujo macro-objetivo consiste em desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros e serviços bancários adequando-os às especificidades dos empreendimentos e da região, para alavancar negócios na atividade turística e contribuir para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, mantendo alinhamento com as políticas, planos, programas e prioridades de governo para a Amazônia.

No exercício de 2015 os financiamentos em apoio ao turismo regional sustentável atingiram o valor de R$105,1 milhões (R$163,1 milhões em 2014).

3.11 - FNO – Amazônia Sustentável

O Programa contribui para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, em bases sustentáveis, atendendo a empreendimentos rurais e não rurais, através das linhas de financiamento das atividades produtivas da Região.

No exercício de 2015, foram contratadas 5.161 operações, no total de R$2.652,4 milhões (5.981 operações, no total de R$3.912,4 milhões em 2014), contemplando atividades de agropecuária, inclusive irrigada, comércio e serviços, construção civil, indústria de transformação e turismo.

3.12 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Desde o lançamento do PAC, em 2007, o Banco tem contribuído com a iniciativa do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados no âmbito do PAC contemplam, sobretudo, setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

De 2007 a 2015, foram contratados 45 projetos infraestruturantes no âmbito do PAC, no total de R$7.378,0 milhões, com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2015, o valor contratado de R$189,3 milhões, superou o realizado em 2014 (R$187,5 milhões).

3.13 - Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o ano de 2015 com R$1.754,8 milhões, representando um aumento de 33,5% em relação a 2014 (R$1.314,3 milhões), com destaque para as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

3.14 - Operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira TVM está composta por 74,1% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e 25,9% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures).

Em 2015, o resultado com TVM atingiu R$880,6 milhões, contra R$728,7 milhões em 2014, resultando em um crescimento de 20,8%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R$770,4 milhões (R$609,0 milhões em 2014), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R$101,2 milhões (R$127,4 milhões em 2014). O saldo médio da carteira registrado em 2015 foi de R$5.949,0 milhões, 1,9% superior ao registrado em 2014 (R$5.836,5 milhões).

3.15 - Captação de Recursos

- **Depósitos**

Em 2015, a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R$3.232,3 milhões (R$3.349,1 milhões em 2014), com destaque para o crescimento dos depósitos à vista de R$719,7milhões para R$730,6 milhões.

- **LCA**

O Banco começou a operar, a partir de março/2015, com a "Letra de Crédito Produtor Rural" (LCA), e apresentou no final do exercício, saldo médio de R$103,4 milhões.

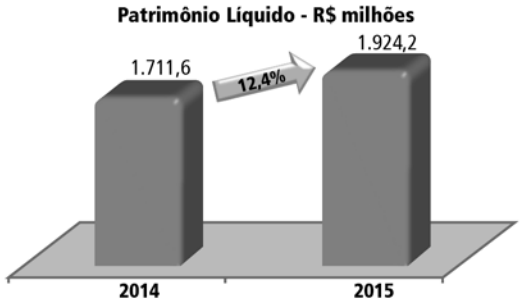
- **Empréstimos e Repasses**

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/ FINAME e FDA, passando, em média, de R$597,5 milhões em 2014 para R$743,0 milhões em 2015.

4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2015, com Patrimônio Líquido de R$1.924,2 milhões, superior em 12,4% em relação a 2014 (R$1.711,6 milhões*).

Patrimônio Líquido - R$ milhões



(*) *reclassificado*

5 - ÍNDICE DE BASILEIA (LIMITES OPERACIONAIS)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2015 encerrou com índice de 17,6% (17,5% em 2014).

6 - GESTÃO DE RISCOS

O Banco da Amazônia possui políticas de gestão de riscos que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado e liquidez, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, o Banco conta com sistemas e equipe dedicada, com objetivo de adequar sua estrutura para a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados.

Alinhado aos princípios do Acordo de Basileia e às regulamentações do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de riscos permeia todas as unidades gerenciadoras de processos/riscos, e tem como objetivo gerir os riscos existentes em todas as atividades da empresa, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos. O Banco considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisões, porque proporciona maior estabilidade, melhor alocação de capital e otimização da relação risco versus retorno.

Informações adicionais sobre a estrutura de gerenciamento de risco do Banco, processos e procedimentos de gestão de risco estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Risco – Pilar 3, no website do Banco da Amazônia: www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-investidores.

7 - REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia recebeu do Banco Central a autorização para abrir novos postos de atendimento, ponto importante da estratégia de ampliação da capilaridade da rede, aspecto fundamental para tornar o Banco ainda mais competitivo. Com essa autorização, o Banco, na condição de agente financeiro do Governo Federal, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), poderá promover o desenvolvimento de municípios considerados de "baixa renda" ou "estagnados", vislumbrando que no futuro o município poderá crescer e gerar retornos significativos, cumprindo sua missão de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros. Atualmente, o Banco possui 155 pontos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

8 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia adota como política as boas práticas de governança corporativa, convertendo princípios de transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, em ações objetivas com seu público interno e externo, disseminando a boa prática de governança e os seus benefícios para a empresa.

A Assembleia Geral é o órgão soberano da companhia. O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho.

Em novembro de 2015, assumiu a Presidência do Banco o senhor Marivaldo Gonçalves de Melo, que ocupava a função de Superintendente Regional do estado do Tocantins.

O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. Subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria atua assessorando-o em suas atribuições.

A Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e eleitos pelo próprio funcionalismo, opera com diretrizes pautadas no Código de Ética da Instituição, que contém os padrões de condutas profissionais exigidos de seus administradores, empregados e contratados, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral, da justiça e da disciplina.

Auditoria Interna

O Banco da Amazônia S/A, na forma da legislação vigente, possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração, denominada Secretaria Executiva de Auditoria Interna (Seaud). Sua responsabilidade é fornecer ao órgão de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comaud, etc.), avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

No desempenho de suas atribuições a Auditoria Interna apresenta informações, sugestões e recomendações, consubstanciadas nos fatos constatados e relatados. Nos trabalhos de auditoria, os auditores designados realizam desde o planejamento até o acompanhamento das correções e confrontam uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou normativo.

A Auditoria Interna utiliza a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidades fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e a cidadãos, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Em 2015 foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 63 demandas (101 em 2014), atendidas dentro do prazo. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 65 registros (68 em 2014). Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda foram recebidos 2 registros de solicitações e 1 de reclamação. Em comparação a 2014, destaca-se a redução de 72,8% nos registros de reclamações e de 9,8% nos registros de denúncias.

Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco da Amazônia é formado pelo conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados para assegurar a eficiência e eficácia para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os seus níveis. A redefinição dos papéis das unidades integrantes do sistema de controles internos visa ao realinhamento das responsabilidades atribuídas às camadas de controle. A verificação de conformidade baseia-se em normas e regulamentos e busca identificar possíveis desvios, que ensejam a adoção de medidas corretivas. O resultado dessas verificações é utilizado para classificação (*rating*) das unidades de rede de agências para se avaliar o

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

nível de conformidade na operacionalização dos processos avaliados, servindo também como instrumento de gestão e aprimoramento das metodologias de mensuração de conformidade.
O processo de validação de modelos de riscos é de responsabilidade da Diretoria de Controle e Risco e tem como objetivo demonstrar a adequação e aderência dos modelos utilizados ao perfil de risco da Instituição. Na validação, os modelos são submetidos à análise crítica de dados com objetivo de se avaliar qualitativa e quantitativamente a abrangência, a consistência, a integridade e a confiabilidade dos modelos de riscos por meio da realização de testes de relevância e estabilidade quanto a sua predição e coerência. A implementação desta sistemática contribui para a melhoria do processo de gestão de riscos no Banco da Amazônia, o que permite a alocação mais eficiente do capital regulatório.

9 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Em 2015, foram implantados novos serviços para ampliar a segurança de operações nos terminais de autoatendimento (TAA) e canais remotos, além de novos sistemas administrativos que contribuíram para a evolução dos procedimentos tornando os processos internos mais ágeis.
Dentre os diversos produtos/serviços disponibilizados, podem ser citados: a implantação do "Domicílio Bancário"; a disponibilização da funcionalidade para contratação de empréstimos para Pessoa Física no *Internet Banking* e nos TAA; criação de canal de atendimento bancário para dispositivos móveis (*mobile bank*); substituição dos cartões com tarja magnética para cartões com *chip*, em alinhamento às boas práticas de segurança do mercado, o que proporcionou a redução de fraudes eletrônicas além de contribuir para o aumento de 52,7% das transações eletrônicas com cartão (1.370.417 transações em 2015 contra 897.331 em 2014).
O Banco implantou novos serviços bancários na rede do Banco 24h (TECBAN), como pagamentos, transferências e saques em contas poupanças, entre outras operações disponíveis.
Foram realizados investimentos para a ampliação e melhoria da infraestrutura de TI, tais como: a implantação de nova rede de intercomunicação entre as unidades de negócios, triplicando a velocidade da troca de dados; atualização e incremento de capacidade dos equipamentos de armazenamento de dados do *datacenter* (*storage*); substituição dos servidores das agências e instalação de equipamentos com maior poder computacional; aquisição e instalação de novos TAA; instalação de dispositivos com leitor de cartão com *chip* (*PIN PAD*) nos terminais de caixa das agências do Banco; implantação da tecnologia de telepresença integrando a matriz, às demais unidades; desenvolvimento do projeto nova plataforma de cobrança. Esse projeto tem a finalidade de integrar o Banco da Amazônia às demais instituições financeiras, através da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), possibilitando a troca de informações de beneficiários de cobrança registrada, a identificação de fraudes, por meio de mecanismos operacionais, a fim de mitigar tais ocorrências.
Alinhado ao planejamento estratégico do Banco, foi revisado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período 2016-2019, o qual se encontra em fase de aprovação.

10 - OUTROS DESTAQUES

Programa de Apoio à Pesquisa
O Banco da Amazônia apoia financeiramente instituições e universidades da Região para a elaboração de projetos relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e atividades de pesquisa científica e tecnológica, que contemplem ações de transferência de tecnologia com capacitação. Em 2015, o Banco da Amazônia lançou o edital de seleção pública de projetos de pesquisa e foram contemplados 19 projetos, no valor total de R$2,0 milhões. Até o final do ano, houve a contratação de oito projetos de pesquisa, com recursos de R$0,4 milhões. Do início do programa até 2015, o Banco apoiou 377 pesquisas, com recursos de R$26,6 milhões.
Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2015
Os "Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente" têm por objetivo identificar projetos inovadores nas áreas ambiental, econômico-tecnológica e social, além do reconhecimento de personalidades que contribuem para o desenvolvimento da região (categoria Personalidade Amazônica). Buscam, ainda, a identificação de projetos com abordagem integrada, com potencial de transformação da realidade socioeconômica, iniciativas de suporte ao desenvolvimento regional, tendo como compromisso estimular o desenvolvimento de projetos inovadores na Amazônia Legal, e reconhecimento de empresas que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região.
Em 2015, a votação do Prêmio aconteceu na cidade de Porto Velho, quando foram avaliadas 277 propostas e trouxe uma novidade: a inclusão de homenagem a uma microempreendedora de sucesso, beneficiária do "Amazônia Florescer", programa de financiamento do Banco da Amazônia voltado para microfinanças.
Planejamento Estratégico – Clientes
O Banco da Amazônia deu continuidade a sua estratégia de expandir a base e aprimorar o relacionamento com clientes com visão de aumentar o *market share*, desenvolvendo diversas ações publicitárias, destacando-se a atuação nas redes sociais, consolidando-se como o 4º maior banco no Brasil, em nível de engajamento no *Facebook*. Foram realizadas também diversas evoluções no sítio institucional e executadas grandes campanhas publicitárias envolvendo a divulgação de produtos e serviços (cartão de débito, *mobile banking*, crédito e programa poupança premiada) e o fortalecimento de marca por meio da campanha de final de ano intitulada "Otimismo".
Patrocínios
O Banco investiu em patrocínios no ano de 2015, R$2,6 milhões (R$2,7 milhões em 2014), e desenvolveu ações nos segmentos cultural, esportivo, social, ambiental, eventos, feiras e exposições, os quais contribuíram para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, permitindo a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, além da melhoria da qualidade de vida e do acesso à inclusão social. Houve, ainda, o apoio às atividades esportivas envolvendo atletas olímpicos e paraolímpicos.
Eventos
Foram realizados diversos eventos visando à consolidação da marca do Banco e o relacionamento com clientes externos e internos, além de realização do Encontro de Projetistas.
Comunicação Corporativa
Foram publicadas em 2015 três edições da revista "Notícias em Movimento", veiculada junto ao público interno e externo. Também houve a divulgação de mais de 1.000 informativos internos tratando de temas relevantes para a atuação do Banco e para a Sociedade Amazônica (saúde, cultura, tecnologia, negócios, reconhecimento, dentre outros).
Guia Exame de Sustentabilidade 2015
O Banco da Amazônia participou do Guia EXAME de Sustentabilidade 2015, que analisa a atuação das empresas em diversos temas, tais como: governança da sustentabilidade, direitos humanos, relação com os fornecedores, relação com a comunidade, gestão de resíduos, gestão da biodiversidade, mudanças climáticas, relação com o cliente e transparência e combate à corrupção. A publicação é uma das principais do país no contexto da sustentabilidade e serve de referência para que cada instituição financeira avalie as suas práticas em relação ao setor financeiro como um todo.
Voluntariado
O Banco da Amazônia incentiva a prática do voluntariado e da solidariedade de seus colaboradores. Foram realizadas diversas ações corporativas onde foram arrecadados mais de 14 toneladas de alimentos não perecíveis, 25 mil itens de limpeza e 35 mil materiais de primeiros socorros, além de 8.970 brinquedos e mais de 7.000 materiais escolares que foram entregues a 25 instituições em toda a Amazônia.

11 - GESTÃO DE PESSOAS

Novo modelo de gestão de pessoas
O Banco da Amazônia, em busca da valorização do seu Capital Humano, contratou a Consultoria Deloitte com o objetivo de, juntamente com o Banco, estruturar e implementar um novo modelo de Gestão de Pessoas. O trabalho está em andamento e consiste num diagnóstico externo das forças que atuam sobre o sistema de recursos humanos do Banco, bem como o levantamento do atual perfil interno. Por meio desse trabalho será possível verificar os aspectos que precisam ser melhorados, em busca da satisfação e bem-estar dos colaboradores e, principalmente, prover o fortalecimento da Instituição, com a implementação dos seguintes subprojetos que, inclusive, estão em andamento: gestão do clima organizacional; reestruturação da Gerência de Pessoas (GEPES); estruturação dos cargos/funções; pesquisa de remuneração, carreira, movimentação e seleção interna, plano de sucessão, treinamento e desenvolvimento, dentre outros. A partir da análise destes subprojetos, será proposto novo modelo de gestão, que deverá ser desenvolvido durante o exercício de 2016.
Treinamento
No ano de 2015 foram realizadas 721 ações de treinamento com o objetivo de qualificar os empregados nas diversas áreas/ferramentas e consequentemente viabilizar condições de melhor desempenho, desde o atendimento ao cliente, em todos os seus aspectos, até chegar ao processo de crédito em si, com ênfase na melhoria da qualidade da carteira de ativos do Banco. Foram investidos R$5,2 milhões e foram oportunizadas 12.146 participações para os empregados.
Composição do quadro de pessoal
O Banco encerrou o exercício de 2015 contando com 3.526 colaboradores (3.607 em 2014), sendo 3.195 empregados e 331 estagiários (3.152 empregados e 455 estagiários em 2014).

12 - CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)

A Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF), instituída em 04/12/1969 pelo Banco da Amazônia S.A (BASA), na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como Entidade Fechada de Previdência Complementar, tendo como objetivos:
- Instituir, administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, acessíveis aos empregados dos Patrocinadores;
- Promover, por intermédio dos planos de benefícios instituídos, administrados e executados pela entidade, o bem-estar dos seus Participantes e Assistidos.

Ao longo de sua existência, o plano inicial constituído na forma de benefício definido, foi apresentando déficits cada vez maiores, ensejando que o Banco, na condição de patrocinador, adotasse medidas para o equilíbrio deles como:
- Assunção pelo Banco, em 1981, de todos os aposentados existentes até este ano;
- Criação, em 2000, do plano misto de benefício (MB).

Entretanto, as medidas adotadas até então não foram suficientes para o reequilíbrio do plano de benefício, assim como o plano misto também passou a apresentar *déficit*.
Novos estudos foram desenvolvidos o que resultou, em 2013, na implantação dos planos saldados, ocasião em que 52% dos participantes aderiram, o que levou à redução na época de 25,0% do Patrimônio Líquido do Banco, face ao registro da obrigação de R$685,3 milhões, formalizada por meio de quatro contratos.
Quanto aos planos de Benefício Definido (BD) e Misto de Benefício (MB), que abrigam os beneficiários que não aderiram ao saldamento, foi decretada pela PREVIC a liquidação dos mesmos, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013. Entretanto, essa liquidação foi suspensa por decisão judicial, o que levou o Banco a retornar o repasse mensal referente à contribuição patronal e a manter o cálculo atuarial na forma definida pela Del. CVM nº 695/2012.
Com relação aos planos BD e Misto, o Banco registra 50% do *déficit* atuarial apresentado por eles e que são calculados na forma da Del. CVM nº 695/2012, sistemática que tem sido objeto de ressalva recorrente por parte da auditoria independente por entender que o Banco deveria ter provisionado a totalidade do *déficit*, contrariando o que preceituam as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.
Entretanto, a Administração do Banco entende que as Leis Complementares em questão estabelecem responsabilidades paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual *déficit* atuarial.
O entendimento em questão foi ratificado por parecer de juristas contratados para análise do procedimento, no qual foi evocado, além das Leis Complementares acima referidas, o art. 202 § 3º da Constituição, que limita as contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios a 50,0% do *déficit* existente.
Portanto, as medidas de provisionamento adotadas pelo Banco estão aderentes à legislação em vigor. É de se registrar, entretanto, que nos casos em que há decisões judiciais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, nestes casos específicos e na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes, em face da necessidade de se dar cumprimento à decisão judicial, o Banco vem promovendo o provisionamento de 100% do valor que vier a ser definido na condenação.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Em 2015, foi revisado o estoque de ações individuais existentes no Banco e na CAPAF, o que originou um reforço de provisão no montante de R$46,3 milhões.
Assim, para fazer frente aos riscos existentes nos planos BD e Misto, no final do exercício, as provisões totalizam R$566,5 milhões e contemplam: 1) valor repassado a maior de 2001 a 2005 (R$107,8 milhões); 2) causas judiciais classificadas pelo jurídico como de risco provável (R$49,7 milhões); 3) registro de 50% do *déficit* do plano BD e Misto, calculado de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695/2012 (R$342,0 milhões); e 4) penhoras de responsabilidade da Capaf que o Banco está honrando para posterior ressarcimento (R$67,0 milhões). O montante provisionado corresponde a 84,6% do risco atuarial e contingencial dos Planos de Benefício Definido (BD) e Misto, que em 31.12.2015 totalizou R$669,5 milhões, calculados na forma da Del. CVM nº 695/2012.
Especificamente com relação ao plano BD, o Banco vem complementando, em cumprimento à demanda coletiva nº 00360-0000-000, mensalmente a folha de pagamento nos meses em que a CAPAF não dispuser da integralidade dos recursos financeiros, que no exercício importou em R$35,7 milhões (R$33,7 milhões em 2014).

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Com relação a essa ação ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando a rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do *déficit* atuarial da Capaf (única decisão judicial existente cuja determinação é a condenação do Banco ao pagamento do *déficit* atuarial da Capaf), permanece, ainda, em fase de instrução para posterior julgamento. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

13 - CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R$683,1 milhões, os quais representam 11,3% do total da carteira de títulos.

14 - AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.
Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no exercício de 2015, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram procedimentos pré-acordados para revisões de informações, substancialmente, financeiras, fiscais e atuariais, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.
A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.
No período, o Banco da Amazônia S.A. contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R$40 mil, que representam 2,95% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram de consultoria para implantação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores pela confiança depositada na Instituição durante o exercício de 2015. O apoio recebido foi essencial para que o Banco chegasse aos resultados auferidos, impulsionando os negócios, a cultura, o esporte, o respeito ao meio ambiente e as ações solidárias, permitindo o cumprimento de sua Missão como braço forte do Governo Federal para execução das políticas públicas como principal instituição financeira regional.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

A T I V O		31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		**4.688.050**	**5.730.271**
Disponibilidades	(Nota 4)	**37.685**	**50.478**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	**421.876**	**548.627**
Aplicações no Mercado Aberto		309.995	337.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		148.148	246.896
(Provisões para Perdas)		(36.267)	(36.267)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**1.472.960**	**2.602.573**
Carteira Própria		1.372.793	2.291.840
Vinculados a Compromissos de Recompra		100.167	310.733
Relações Interfinanceiras		**250.509**	**355.318**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.381	3.306
Créditos Vinculados:		249.128	352.012
Depósitos no Banco Central		249.105	352.001
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		23	11
Relações Interdependências		**1.154**	**510**
Transferências Internas de Recursos		1.154	510
Operações de Crédito	(Nota 7)	**2.207.648**	**1.833.178**
Operações de Crédito:		2.346.874	1.889.336
Setor Público		152.155	221.543
Setor Privado		2.194.719	1.667.793
(Provisão para Operações de Crédito)		(139.226)	(56.158)
Outros Créditos	(Nota 8)	**295.284**	**339.005**
Carteira de Câmbio		48.394	27.444
Rendas a Receber		59.783	56.623
Negociação e Intermediação de Valores		77	19
Diversos		187.255	259.833
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(225)	(4.914)
Outros Valores e Bens		**934**	**582**
Outros Valores e Bens		1.587	1.158
(Provisões para Desvalorizações)		(670)	(670)
Despesas Antecipadas		17	94
NÃO CIRCULANTE		**7.120.436**	**6.428.777**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**4.578.585**	**4.242.330**
Carteira Própria		4.556.683	4.163.593
Vinculados a Prestação de Garantias		21.902	78.737
Relações Interfinanceiras		**12.569**	**12.569**
Créditos Vinculados:		12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		12.569	12.569
Operações de Crédito	(Nota 7)	**1.549.036**	**1.288.400**
Operações de Crédito:		1.587.945	1.311.158
Setor Público		248.711	266.323
Setor Privado		1.339.234	1.044.835
(Provisão para Operações de Crédito)		(38.909)	(22.758)
Outros Créditos	(Nota 8)	**980.246**	**885.478**
Diversos		980.246	885.478
Permanente	(Nota 9)	**274.606**	**259.386**
Investimentos	(Nota 9 a)	**267**	**267**
Outros Investimentos		1.625	1.625
(Provisões para Perdas)		(1.358)	(1.358)
Imobilizado de Uso	(Nota 9 b)	**158.600**	**150.332**
Imóveis de Uso		56.685	52.178
Reavaliações de Imóveis de Uso		48.029	48.029
Outras Imobilizações de Uso		193.532	179.332
(Depreciações Acumuladas)		(139.646)	(129.207)
Diferido		-	-
Gastos de Organização e Expansão		-	41.035
(Amortização Acumulada)		-	(41.035)
Intangível	(Nota 9 c)	**115.739**	**108.787**
Outros Ativos Intangíveis		208.132	185.969
(Amortização Acumulada)		(92.393)	(77.182)
TOTAL DO ATIVO		**12.083.092**	**12.418.434**

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

P A S S I V O		31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		**6.201.464**	**6.918.786**
Depósitos	(Nota 10 a)	**2.827.047**	**2.808.997**
Depósitos à Vista		650.074	736.098
Depósitos de Poupança		548.738	586.661
Depósitos Interfinanceiros		15.495	22.830
Depósitos a Prazo		1.612.740	1.463.408
Captações no Mercado Aberto	(Nota 10 b)	**100.045**	**310.128**
Carteira Própria		100.045	310.128
Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures, e Similares		**271.989**	**-**
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		271.989	-
Relações Interfinanceiras		**31**	**2.104**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		31	2.104
Relações Interdependências		**3.240**	**549**
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.229	410
Transferências Internas de Recursos		11	139
Obrigações por Empréstimo	(Nota 11)	**46.939**	**37.268**
Empréstimos no Exterior		46.939	37.268
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 12)	**125.476**	**96.874**
Tesouro Nacional		34.320	34.399
BNDES		48.722	37.085
Finame		42.270	25.301
Finep		164	89
Outras Obrigações	(Nota 13)	**2.826.697**	**3.662.866**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.023	1.849
Carteira de Câmbio		1.620	232
Sociais e Estatutárias		89.201	75.557
Fiscais e Previdenciárias		174.851	114.551
Negociação e Intermediação de Valores		48	384
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 a)	1.681.488	2.794.206
Passivos Atuariais	(Nota 13 c)	50.824	90.127
Diversas	(Nota 13 b)	741.083	585.960
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 d)	85.559	-
NÃO CIRCULANTE		**3.957.470**	**3.788.056**
Depósitos	(Nota 10 a)	**250.667**	**384.032**
Depósitos Interfinanceiros		1.985	-
Depósitos a Prazo		248.682	384.032
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 12)	**610.067**	**526.659**
Tesouro Nacional		1.629	9.026
BNDES		414.826	339.816
Finame		192.083	176.966
Finep		1.529	851
Outras Obrigações	(Nota 13)	**3.096.736**	**2.877.365**
Fiscais e Previdenciárias		7.547	8.263
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 a)	244.584	145.819
Passivos Atuariais	(Nota 13 c)	509.756	442.988
Diversas	(Nota 13 b)	1.334.850	1.277.276
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 d)	999.999	1.003.019
Patrimônio Líquido	(Nota 14)	**1.924.158**	**1.711.592**
Capital	(Nota 14 a)	**1.623.252**	**1.623.252**
De Domiciliados no País		1.623.251	1.623.251
De Domiciliados no Exterior		1	1
Reservas de Capital	(Nota 14 c)	**2.253**	**2.253**
Reservas de Reavaliação	(Nota 14 b)	**24.348**	**25.230**
Reservas de Lucros	(Nota 14 c)	**764.243**	**609.354**
Ajuste de Avaliação Patrimonial		**(489.938)**	**(548.497)**
TOTAL DO PASSIVO		**12.083.092**	**12.418.434**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
Receitas da Intermediação Financeira		**778.080**	**1.451.082**	**1.107.076**
Operações de Crédito	(Nota 7)	313.644	560.522	368.669
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 6 a)	451.026	880.607	728.729
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6 b)	3.465	(4.327)	50
Resultado de Operações de Câmbio		9.945	14.280	8.947
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	681
Despesas da Intermediação Financeira		**(484.557)**	**(896.218)**	**(686.844)**
Operações de Captação no Mercado	(Nota 10 c)	(161.572)	(301.046)	(253.967)
Operações de Empréstimos e Repasses		(245.860)	(441.455)	(378.224)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(Nota 7)	(77.125)	(153.717)	(54.653)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**293.523**	**554.864**	**420.232**
Outras Receitas / Despesas Operacionais		**(98.471)**	**(111.222)**	**(132.393)**
Receitas de Prestação de Serviços	(Nota 16 a)	257.707	665.878	458.540
Rendas de Tarifas Bancárias	(Nota 16 a)	54.816	107.838	114.738
Despesas de Pessoal	(Nota 16 b)	(284.465)	(568.772)	(455.985)
Outras Despesas Administrativas	(Nota 16 c)	(143.472)	(272.036)	(250.743)
Despesas Tributárias	(Nota 16 d)	(49.125)	(103.860)	(78.044)
Outras Receitas Operacionais	(Nota 16 e)	354.104	658.167	576.496
Outras Despesas Operacionais	(Nota 16 e)	(288.036)	(598.437)	(497.395)
Resultado Operacional		**195.052**	**443.642**	**287.839**
Resultado Não Operacional	(Nota 16 f)	**1.287**	**4.323**	**7.493**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**196.339**	**447.965**	**295.332**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 15 a)	**(30.348)**	**(175.277)**	**(94.290)**
Provisão para Imposto de Renda		(29.937)	(169.415)	(109.777)
Provisão para Contribuição Social		(17.132)	(103.067)	(67.973)
Ativo Fiscal Diferido		16.721	97.205	83.460
Participações Estatutárias no Lucro		**(23.720)**	**(23.720)**	**(17.742)**
Lucro Líquido	(Nota 14 e)	**142.271**	**248.968**	**183.300**
Juros sobre Capital Próprio	(Nota 14 e)	**(94.961)**	**(94.961)**	**(71.179)**
Lucro por Ação - Em Reais	(Nota 14 d)	**0,04799**	**0,08398**	**0,06183**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
1. RECEITAS		**1.368.870**	**2.733.571**	**2.209.690**
1.1. Intermediação Financeira		778.080	1.451.082	1.107.076
1.2. Prestações de Serviços	(Nota 16 a)	312.523	773.716	573.278
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(Nota 7)	(77.125)	(153.717)	(54.653)
1.4. Outras		355.392	662.490	583.989
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(407.431)**	**(742.501)**	**(632.191)**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(408.351)**	**(826.134)**	**(707.766)**
3.1. Materiais, energia e outros		(22.259)	(42.822)	(38.660)
3.2. Serviços de terceiros		(98.055)	(184.875)	(171.711)
3.3. Outras		(288.037)	(598.437)	(497.395)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		**553.088**	**1.164.936**	**869.733**
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(Nota 16 c)	**(17.049)**	**(32.216)**	**(29.403)**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)		**536.039**	**1.132.720**	**840.330**
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6)		**536.039**	**1.132.720**	**840.330**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**536.039**	**1.132.720**	**840.330**
8.1 Pessoal		**260.506**	**503.569**	**396.713**
8.1.1 Remuneração direta		208.060	406.692	308.804
8.1.2 Benefícios		39.568	72.859	66.579
8.1.3 FGTS		12.878	24.018	21.330
8.2 Impostos, taxas e contribuições		**127.152**	**368.060**	**249.348**
8.2.1 Federais		123.606	360.019	241.837
8.2.2 Estaduais		15	46	19
8.2.3 Municipais		3.531	7.995	7.492
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		**6.110**	**12.123**	**10.969**
8.3.1 Aluguéis	(Nota 16 c)	6.110	12.123	10.969
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 14 e)	**142.271**	**248.968**	**183.300**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	(Nota 14 e)	94.961	94.961	71.179
8.4.1 Lucros retidos do semestre	(Nota 14 e)	47.310	154.007	112.121

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

		2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
Lucro líquido do semestre/ exercício	(Nota 14e)	**142.271**	**248.968**	**183.300**
Depreciações e amortizações	(Nota 16c)	17.049	32.216	29.403
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(Nota 7)	77.150	153.792	54.710
Ganhos capital		(164)	(524)	(827)
Despesas de provisões para passivos contingentes		175.492	379.953	242.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(Nota 15a)	(16.721)	(97.205)	(83.460)
Resultado com variação cambial		(2.869)	(1.684)	(8.881)
Baixa do intangível	(Nota 9)	621	625	1.413
Provisão para bens não de uso		6	6	506
Despesas de provisões para riscos do FNO	(Nota 16e)	127.653	284.648	251.827
Reversão de provisões para outros créditos	(Nota 7)	(25)	(75)	(57)
Reversão de Outras Provisões Operacionais		-	(63)	(2.914)
Reversão de provisões TVM		-	-	(353)
Lucro líquido ajustado		**520.463**	**1.000.657**	**667.540**
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários para negociação		(58.576)	900.324	(1.067.244)
Redução/(aumento) em outros valores e bens		645	(118)	365
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(20.285)	98.748	31.249
Redução em relações interfinanceiras e interdependências		16.079	104.782	15.004
(Aumento) em operações de crédito		(225.485)	(788.748)	(800.234)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(6.198)	59.228	(56.492)
Redução em depósitos		(393.654)	(115.315)	(45.549)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(74.169)	(137.011)	(98.459)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		39.109	121.681	106.913
Aumento em captações no mercado aberto		292.333	61.906	276.126
Redução em outras obrigações		(584.741)	(1.182.812)	(756.855)
Caixa líquido (utilizado) das atividades operacionais		**(1.014.942)**	**(877.335)**	**(2.395.176)**
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		486.460	277.377	193.359
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(392.322)	(387.746)	19.430
Adição de bens não de uso		(233)	(239)	-
Adição em imobilizado de uso	(Nota 9)	(17.037)	(25.674)	(41.449)
Alienação do imobilizado de uso	(Nota 9)	488	500	1.934
Aplicação do intangível	(Nota 9)	(5.890)	(22.888)	(3.789)
Caixa líquido gerado/(utilizado) das atividades de investimento		**71.466**	**(158.670)**	**169.485**
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - autorizado		63.284	81.062	985.085
Juros sobre capital próprio pagos		(25.273)	(86.510)	(60.009)
Caixa líquido gerado/(utilizado) das atividades de financiamento		**38.011**	**(5.448)**	**925.076**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(385.002)**	**(40.796)**	**(633.075)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	(Nota 4)			
No início do semestre/exercício		732.682	388.476	1.021.551
No fim do semestre/exercício		347.680	347.680	388.476
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(385.002)**	**(40.796)**	**(633.075)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E. a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL		RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30.06.2015		**1.623.252**	**-**	**2.253**	**24.776**	**107.358**	**583.693**	**(546.488)**	**-**	**1.794.844**
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	**(1.808)**	**-**	**(1.808)**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(1.808)	-	(1.808)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**58.358**	**-**	**58.358**
3. OUTROS EVENTOS		**-**	**-**	**-**	**(428)**	**-**	**-**	**-**	**25.882**	**25.454**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(735)	-	-	-	735	-
Realização da Reserva		-	-	-	(735)	-	-	-	735	-
-Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	307	-	-	-	(307)	-
Realização da Reserva		-	-	-	307	-	-	-	(307)	-
- Outros:		-	-	-	-	-	-	-	25.454	25.454
Reversão de Dividendos do primeiro semestre		-	-	-	-	-	-	-	25.454	25.454
4. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**142.271**	**142.271**
5. DESTINAÇÕES		**-**	**-**	**-**	**-**	**7.114**	**66.078**	**-**	**(168.153)**	**(94.961)**
- Reservas		-	-	-	-	7.114	66.078	-	(73.192)	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(94.961)	(94.961)
SALDO EM 31.12.2015		**1.623.252**	**-**	**2.253**	**24.348**	**114.472**	**649.771**	**(489.938)**	**-**	**1.924.158**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**-**	**-**	**(428)**	**7.114**	**66.078**	**56.550**	**-**	**129.314**
SALDOS EM 31.12.2013		**1.219.669**	**-**	**2.253**	**26.174**	**92.708**	**807.164**	**(522.974)**	**-**	**1.624.994**
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.809)**	**-**	**(1.809)**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(1.809)	-	(1.809)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(23.714)**	**-**	**(23.714)**
3. AUMENTO DE CAPITAL		**-**	**403.583**	**-**	**-**	**-**	**(403.583)**	**-**	**-**	**-**
-Homologação do Aumento de Capital		-	403.583	-	-	-	(403.583)	-	-	-
4. OUTROS EVENTOS	(Nota 14b)	**-**	**-**	**-**	**(944)**	**-**	**-**	**-**	**944**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(1.574)	-	-	-	1.574	-
Realização da Reserva		-	-	-	(1.558)	-	-	-	1.558	-
Baixa da Reserva por Venda		-	-	-	(16)	-	-	-	16	-
-Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	630	-	-	-	(630)	-
Realização da Reserva		-	-	-	623	-	-	-	(623)	-
Baixa da Reserva por Venda		-	-	-	7	-	-	-	(7)	-
5. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO*	(Nota 14e)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**183.300**	**183.300**
6. DESTINAÇÕES	(Nota 14e)	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.316**	**103.749**	**-**	**(184.244)**	**(71.179)**
- Reservas		-	-	-	-	9.316	103.749	-	(113.065)	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(71.179)	(71.179)
SALDO EM 31.12.2014	(Nota 14)	**1.219.669**	**403.583**	**2.253**	**25.230**	**102.024**	**507.330**	**(548.497)**	**-**	**1.711.592**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**403.583**	**-**	**(944)**	**9.316**	**(299.834)**	**(25.523)**	**-**	**86.598**
*Reclassificado										
SALDOS EM 31.12.2014		**1.219.669**	**403.583**	**2.253**	**25.230**	**102.024**	**507.330**	**(548.497)**	**-**	**1.711.592**
1. AJUSTE AO VLR.DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.405)**	**-**	**(3.405)**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(3.405)	-	(3.405)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**61.964**	**-**	**61.964**
3. AUMENTO DE CAPITAL	(Nota 14c)	**403.583**	**(403.583)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
-Homologação do Aumento de Capital		403.583	(403.583)	-	-		-	-	-	-
4. OUTROS EVENTOS	(Nota 14b)	**-**	**-**	**-**	**(882)**	**-**	**-**	**-**	**882**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	-	(1.492)	-	-	-	1.492	-
Realização da Reserva		-		-	(1.508)	-	-	-	1.508	-
Baixa da Reserva por Venda		-	-	-	16	-	-	-	(16)	-
-Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	610	-	-	-	(610)	-
Realização da Reserva		-	-	-	617	-	-	-	(617)	-
Baixa da Reserva por Venda		-	-	-	(7)	-	-	-	7	-
5. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(Nota 14e)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**248.968**	**248.968**
6. DESTINAÇÕES	(Nota 14e)	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.448**	**142.441**	**-**	**(249.850)**	**(94.961)**
- Reservas		-	-	-	-	12.448	142.441	-	(154.889)	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(94.961)	(94.961)
SALDO EM 31.12.2015	(Nota 14)	**1.623.252**	**-**	**2.253**	**24.348**	**114.472**	**649.771**	**(489.938)**	**-**	**1.924.158**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**403.583**	**(403.583)**	**-**	**(882)**	**12.448**	**142.441**	**58.559**	**-**	**212.566**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 ((Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
Nota 3 - Principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Nota 7 – Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Patrimônio líquido
Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 16 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 17 - Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 18 - Fundo de desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo constitucional de financiamento do norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da marinha mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de investimentos financeiros
Nota 23 - Partes relacionadas
Nota 24 - Benefícios a empregados
Nota 25 - Remuneração paga aos empregados
Nota 26 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 27 - Análise de sensibilidade
Nota 28 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 29 - Outras informações

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota n° 19), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota n° 17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota n° 18).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei n°11.638/07 e pela Lei n°11.941/09, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado Internacional Financial Reporting Standard (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).
Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 – produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016)

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016.

2.1 Reclassificação de saldos contábeis

Alguns saldos das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 10 de fevereiro de 2015, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015. As reclassificações realizadas foram em atendimento ao órgão regulador (Banco Central do Brasil) em decorrência da interpretação dada aos incisos X e XIV (§ 2º) do art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, que diz respeito à classificação dos Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP), por meio do Ofício nº 6.322/15 – BCB/Desup, de 29 de abril de 2015 (nota n° 13.d).

O Banco da Amazônia ajustou os saldos comparativos de 2014 para a apresentação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, com o objetivo de manter melhor comparabilidade. As reclassificações realizadas estão em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A seguir, apresentamos um resumo das demonstrações financeiras que tiveram reclassificações para uma melhor compreensão dos efeitos:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo Não Circulante	**2.805.936**	**982.120**	**3.788.056**
Outras Obrigações	**1.895.245**	**982.120**	**2.877.365**
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (a)	20.899	982.120	1.003.019
Patrimônio Líquido	**2.693.712**	**(982.120)**	**1.711.592**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PL	31.12.2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital **(a)**	982.120	(982.120)	-
Patrimônio Líquido	**2.693.712**	**(982.120)**	**1.711.592**

FLUXO DE CAIXA	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido ajustado	685.787	(18.247)	667.540
Lucro Líquido do Exercício	186.319	(3.019)	183.300
Despesas de provisões p outros ativos atuariais	15.228	(15.228)	-
Instrumentos De Dívida Elegíveis a Capital	-	985.085	985.085
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.428.338)	(966.838)	(2.395.176)
Redução em Outras Obrigações	225.211	(982.066)	(756.855)
Redução em Outros créditos	(71.720)	15.228	(56.492)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(60.009)	985.085	925.076

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Despesas de Oper. de Empréstimos e Repasses	(375.205)	(3.019)	(378.224)
Lucro Líquido do Exercício	**186.319**	**(3.019)**	**183.300**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	186.319	(3.019)	183.300
Resultado Abrangente do Período	**161.509**	**(3.019)**	**158.490**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2014		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucros Retidos	115.140	(3.019)	112.121
Remuneração Capital Próprio	**186.319**	**(3.019)**	**183.300**

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para atendimento à interpretação dada pelo órgão regulador - Banco Central do Brasil – por meio do ofício citado anteriormente, com a finalidade de proporcionar informações mais relevantes relacionadas ao seguinte item:

(a) Instrumentos Elegíveis à Capital Principal (IECP): Os saldos do patrimônio líquido foram As reclassificados para a rubrica de Outras obrigações, conforme elucidado pela interpretação do Banco Central do Brasil, cuja natureza encontra-se na nota explicativa nº 13.d.

3. Principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota n° 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados pro rata die, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota n° 5).

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

f) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen n°s 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota n° 6):
Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.
Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.
Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos financeiros derivativos
A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro, negociados na BM&FBovespa, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (hedge de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos ou passivos financeiros.
As operações de contrato futuro são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados parâmetros divulgados pela BM&FBovespa.
A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de hedge é registrado como parte de seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do hedge, a relação de proteção é terminada.
Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item de hedge estão divulgados na nota n° 6.b.

h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN n° 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
As operações em atraso classificados como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente
No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota n° 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.
O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota n° 9.c).
A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.
A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução n° 3.565/2008.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.
Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

l) Depósitos e captações no mercado aberto
Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die (nota n° 10).

m) Benefícios a empregados
Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota n° 24).

n) Tributos
As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota n° 15):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A Contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Em virtude da alteração da alíquota, o Banco constituiu, em setembro de 2015, complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.
Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota n° 15).

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:
- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R$174.747 (R$169.617 em 31.12.2014). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados (nota n° 8). O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.
- A provisão para os passivos contingentes é ajustada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:
Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R$1.000.
Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota n° 29.c).
Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota n° 29.c).
Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota n° 29.d). As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstrações do valor adicionado
O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;

2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

r) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007/2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

t) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.d). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4.Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	**37.685**	**50.478**
Disponibilidade em moeda nacional	32.223	40.011
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.462	10.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	**309.995**	**337.998**
Aplicações no mercado aberto	309.995	337.998
TOTAL	**347.680**	**388.476**

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações no mercado aberto	**309.995**	**337.998**
Posição Bancada	**309.995**	**337.998**
Letras Financeiras do Tesouro	59.997	40.001
Letras do Tesouro Nacional	-	120.000
Notas do Tesouro Nacional	249.998	177.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**111.881**	**210.629**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	148.148	246.896
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)
Total	**421.876**	**548.627**
Circulante	**421.876**	**548.627**
Não circulante	**-**	**-**

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R$36.267 (R$36.267 em 31 de dezembro de 2014) corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidez.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício R$101.210 (R$127.316 em 2014) e estão registradas como rendas de TVM.

6.Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Carteira própria – livres	**5.929.476**	**6.455.433**
Títulos Públicos	**4.363.492**	**4.734.430**
Letras Financeiras do Tesouro	3.595.770	3.425.895
Letras do Tesouro Nacional	31.594	999.867
Notas do Tesouro Nacional	444.010	10.267
Certificados Financeiros do Tesouro	292.118	298.315
Títulos da Dívida Agrária	-	86
Títulos Privados	**1.565.984**	**1.721.003**
Debêntures	664.945	694.510
Cotas de Fundos de Investimento	141.176	154.229
Letras Financeiras	759.863	862.700
Notas Promissórias	-	9.564
Vinculados a operações compromissadas	**100.167**	**310.733**
Títulos Públicos	**100.167**	**310.733**
Letras Financeiras do Tesouro	100.167	310.733
Vinculados a prestação de garantias	**21.902**	**78.737**
Títulos Públicos	**21.902**	**78.737**
Letras Financeiras do Tesouro	21.902	78.737
TOTAL	**6.051.545**	**6.844.903**
Circulante	**1.472.960**	**2.602.573**
Não circulante	**4.578.585**	**4.242.330**

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 74,1% do total da Carteira (74,9% em 31.12.2014).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R$18.718 (R$77.979 em 31.12.2014) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R$3.184 (R$758 em 31.12.2014) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	31.12.2015						
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação(1)	**-**	**-**	**782.126**	**-**	**-**	**-**	**782.126**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**782.126**	**-**	**-**	**-**	**782.126**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	782.126	-	-	-	782.126
2-Títulos Disponíveis para venda	**465.537**	**225.194**	**1.900.976**	**1.778.111**	**216.459**	**-**	**4.586.277**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**1.154.417**	**1.651.128**	**214.748**	**-**	**3.020.293**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.154.417	1.566.548	214.748	-	2.935.713
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	31.594	-	-	31.594
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	52.986	-	-	52.986
Títulos Privados	**465.537**	**225.194**	**746.559**	**126.983**	**1.711**	**-**	**1.565.984**
Debêntures	-	78.661	468.741	115.832	1.711	-	664.945
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC(2)	34.147	20.046	-	11.151	-	-	65.344
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	75.832	-	-	-	-	-	75.832
Outros Títulos - LF/NP	355.558	126.487	277.818	-	-	-	759.863
3-Títulos Mantidos até o vencimento	**103**	**-**	**302**	**9**	**470.788**	**211.940**	**683.142**
Títulos Públicos	**103**	**-**	**302**	**9**	**470.788**	**211.940**	**683.142**
Notas do Tesouro Nacional	103	-	302	9	178.670	211.940	391.024
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	292.118	-	292.118
Total 31.12.2015	**465.640**	**225.194**	**2.683.404**	**1.778.120**	**687.247**	**211.940**	**6.051.545**
Total 31.12.2014	558.510	352.568	4.005.203	1.599.591	299.004	30.027	6.844.903

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.
(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2015			31.12.2014		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	**782.194**	**782.126**	**(68)**	**1.695.902**	**1.690.421**	**(5.481)**
Letras Financeiras do Tesouro	782.194	782.126	(68)	690.698	690.554	(144)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	1.005.204	999.867	(5.337)
Disponíveis para venda	**4.595.973**	**4.586.277**	**(9.696)**	**4.848.851**	**4.845.814**	**(3.037)**
Letras Financeiras do Tesouro	2.936.494	2.935.713	(781)	3.126.506	3.124.811	(1.695)
Letras do Tesouro Nacional	34.868	31.594	(3.274)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	55.925	52.986	(2.939)	-	-	-
Debêntures	666.839	664.945	(1.894)	695.175	694.510	(665)
Cotas Fundos Invest.–FIDC	66.030	65.344	(686)	63.037	62.351	(686)
Cotas Fundos Invest.–FI REF	75.954	75.832	(122)	91.878	91.878	-
Outros Títulos Privados - LF	759.863	759.863	-	872.255	872.264	9
Mantidos até o vencimento	**733.567**	**683.142**	**(50.425)**	**308.668**	**308.668**	**-**
Notas do Tesouro Nacional	441.449	391.024	(50.425)	10.267	10.267	-
Certificados Financeiros do Tesouro	292.118	292.118	-	298.315	298.315	-
Outros títulos públicos - TDA			-	86	86	-

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R$1.642 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R$1.225 em 31.12.2014), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R$686 (R$686 em 31.12.2014) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.
Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R$93.632 (R$43.059 em 31.12.2014).
Do total das CFT's, o montante de R$280.064 (R$286.006 em 31.12.2014) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R$41.837 (R$40.657 em 31.12.2014).
No exercício de 2015, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.
O resultado com TVM totalizou no exercício R$880.607 (R$728.729 em 2014).

b) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender às necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.
O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio, nos preços de ações e de *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	Ajuste a valor de mercado	
Instrumento de *Hedge*	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Futuro de Juros (Vcto Jan/2019)	31.529	275.756
Total	**31.529**	**275.756**

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Letras Financeiras do Tesouro	2.962	64.120
Total	**2.962**	**64.120**

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	**31.12.2015**	**31.12.2014**
Ajustes Financeiros Acumulados	(4.327)	50
Total	**(4.327)**	**50**

7 . Operações de crédito
As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2015			**31.12.2014**		
	Normais	**Vencidas**	**Total**	**Normais**	**Vencidas**	**Total**
Operações de crédito						
Empréstimos	1.289.417	109.830	1.399.247	1.105.578	56.475	1.162.053
Títulos descontados	44.486	11.117	55.603	39.070	3.301	42.371
Financiamentos	1.440.691	39.416	1.480.107	1.181.785	12.435	1.194.220
Financiamentos rurais	976.944	22.918	999.862	792.619	9.231	801.850
Subtotal	**3.751.538**	**183.281**	**3.934.819**	**3.119.052**	**81.442**	**3.200.494**
Outros créditos	**488**	**-**	**488**	**1.352**	**15**	**1.367**
Diversos	488	-	488	1.352	15	1.367
Subtotal	**3.752.026**	**183.281**	**3.935.307**	**3.120.404**	**81.457**	**3.201.861**
Adiantamento sobre contrato de câmbio	**42.012**	**-**	**42.012**	**24.136**	**4.765**	**28.901**
TOTAL DA CARTEIRA	**3.794.038**	**183.281**	**3.977.319**	**3.144.540**	**86.222**	**3.230.762**
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(90.723)	(87.412)	(178.135)	(41.943)	(36.973)	(78.916)
(Outros créditos)	-	-	-	(6)	-	(6)
(Câmbio)	(225)	-	(225)	(143)	(4.765)	(4.908)
TOTAL DAS PROVISÕES	**(90.948)**	**(87.412)**	**(178.360)**	**(42.092)**	**(41.738)**	**(83.830)**
TOTAL LÍQUIDO	**3.703.090**	**95.869**	**3.798.959**	**3.102.448**	**44.484**	**3.146.932**

Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2015	**31.12.2014**
Setor Público	**400.866**	**487.866**
Administração direta	66.374	83.975
Administração indireta	-	194.378
Atividades empresariais	334.492	209.513
Setor Privado	**3.576.453**	**2.742.896**
Rural	1.000.570	802.261
Indústria	954.421	755.531
Comércio	810.209	684.751
Pessoas físicas	289.427	259.799
Serviços	521.826	240.554
TOTAL DA CARTEIRA	**3.977.319**	**3.230.762**

Concentração dos principais devedores:

	31.12.2015	**% da Carteira**	**31.12.2014**	**% da Carteira**
10 maiores devedores	1.551.014	39,0	1.228.220	38,0
50 maiores devedores	1.049.366	26,4	794.886	24,6
100 maiores devedores	401.933	10,1	324.816	10,1
Demais devedores	975.006	24,5	882.840	27,3
Total	**3.977.319**	**100,0**	**3.230.762**	**100,0**

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

Operações vincendas

	0 – 30	**31 – 60**	**61 – 90**	**91 – 180**	**181 – 360**	**acima de 360**	**total da carteira**
AA	581.704	60.493	28.212	228.694	256.954	199.517	1.355.574
A	587.394	234.915	25.594	54.301	353.199	261.403	1.516.806
B	568.468	10.036	49.449	17.100	122.420	1.192	768.665
C	8.782	684	1.201	1.995	22.928	226	35.816
D	4.339	167	165	612	886	51.467	57.636
E	3.995	163	-	3.003	13.688	1.063	21.912
F	22.269	6	-	514	608	9	23.406
G	268	58	64	186	17	42	635
H	6.334	98	186	1.256	5.703	11	13.588
Total 31.12.2015	**1.783.553**	**306.620**	**104.871**	**307.661**	**776.403**	**514.930**	**3.794.038**
Total 31.12.2014	1.626.100	229.176	69.308	459.085	513.524	247.347	3.144.540

Operações vencidas

	0 – 30	**31 – 60**	**61 – 90**	**91 – 180**	**181 – 360**	**acima de 360**	**total da carteira**
B	30.956	7.770	-	-	-	-	38.726
C	3.336	14.221	5.089	929	-	-	23.575
D	805	2.470	16.157	1.602	-	-	21.034
E	440	260	2.069	7.978	1.548	-	12.295
F	160	808	754	7.859	211	-	9.792
G	42	65	67	6.237	1.022	-	7.433
H	521	741	3.159	4.849	58.702	2.454	70.426
Total 31.12.2015	**36.260**	**26.335**	**27.295**	**29.454**	**61.483**	**2.454**	**183.281**
Total 31.12.2014	21.648	13.289	9.076	12.945	23.498	5.766	86.222

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Níveis									
31.12.2015	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**Total**
Setor privado	**1.355.574**	**1.327.717**	**595.614**	**59.391**	**78.670**	**34.207**	**33.198**	**8.068**	**84.014**	**3.576.453**
Rural	738.756	162.250	29.604	32.047	2.751	15.682	2.461	190	16.829	1.000.570
Indústria	425.967	230.932	265.516	3.694	5.279	8.487	3.222	1.668	9.656	954.421
Comércio	91.075	376.231	242.655	11.435	11.379	3.733	24.591	3.091	46.019	810.209
Serviços	44.885	383.688	33.991	1.666	51.159	1.403	670	989	3.375	521.826
Pessoas físicas	54.891	174.616	23.848	10.549	8.102	4.902	2.254	2.130	8.135	289.427
Setor público	**-**	**189.089**	**211.777**	-	-	-	-	-	-	**400.866**
TOTAL DA CARTEIRA	**1.355.574**	**1.516.806**	**807.391**	**59.391**	**78.670**	**34.207**	**33.198**	**8.068**	**84.014**	**3.977.319**
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(7.277)	(8.381)	(1.782)	(18.043)	(10.262)	(16.599)	(5.648)	(84.013)	(152.005)
Provisão excedente	-	(16.680)	(7.682)	(977)	(264)	(488)	(172)	(92)	-	(26.355)
Provisão total	-	(23.957)	(16.063)	(2.759)	(18.307)	(10.750)	(16.771)	(5.740)	(84.013)	(178.360)
31.12.2014										
TOTAL DA CARTEIRA	997.398	1.475.811	592.502	34.444	67.673	7.967	4.383	5.103	45.481	3.230.762
Prov.requerida/ constituída	-	(7.379)	(5.925)	(1.033)	(15.858)	(2.390)	(2.192)	(3.572)	(45.481)	(83.830)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.
Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

Provisão excedente

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) excedente, constituída pelo Banco, possui como objetivo amparar eventuais impactos na estrutura de seu capital e representa o montante necessário para a cobertura de variações nas estimativas de perdas esperadas da carteira de crédito, em situações que não são detectáveis, em sua totalidade, pelos modelos de classificação de risco utilizados para a apuração da Provisão Regulatória (Resolução CMN 2.682/1999) do Banco.
O montante de R$26.355 foi definido a partir de critérios quantificáveis e verificáveis, considerando a variação interanual máxima da relação entre a provisão regulatória constituída e a carteira de crédito.
O Banco decidiu pela manutenção desta provisão, considerando os resultados de estudos estatísticos em função da evolução do cenário macroeconômico e do comportamento do ambiente de negócios.
Ainda com relação à constituição da provisão, um cliente enquadrado no nível "D" que responde pela titularidade de três operações, teve uma dessas operações agravada em função da análise de seu risco específico. Assim, o montante de provisão alocado no nível "D"é superior ao percentual mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para esta faixa de risco.
A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldos no início do período	**(83.830)**	**(84.660)**
Provisões constituídas	(153.792)	(54.710)
Valores baixados para prejuízo	59.187	55.483
Reversões	75	57
Saldos no fim do período	**(178.360)**	**(83.830)**

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R$890.986 (R$852.589 em 31.12.2014).
A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R$15.586 (R$34.351 em 2014).
Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito no período:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Empréstimos	246.686	169.558
Títulos descontados	14.571	7.718
Financiamentos	205.571	116.531
Financiamentos rurais e agroindustriais	78.108	40.506
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.586	34.351
Rendas de créditos p/avais/fianças honradas	-	5
Total	**560.522**	**368.669**

Carteira de Crédito - Recuperações

	Exercício/2015	Exercício/2014
Operações Renegociadas	**87.107**	**15.690**
Carteira Comercial	31.240	7.234
Carteira de Fomento	55.867	8.456
Operações Recuperadas	**15.586**	**34.351**
Carteira Comercial	9.577	12.827
Carteira de Fomento	6.009	21.524

8. Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2015	31.12.2014
Carteira de câmbio	48.394	27.444
Rendas a receber	59.783	56.623
Negociação e intermediação de valores	77	19
Diversos	1.167.501	1.145.311
Crédito tributário (nota nº 15)	1.064.796	994.248
Títulos e créditos a receber	22.949	29.100
Capaf	174.747	169.617
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(174.747)	(169.617)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	1.244	7.395
Câmbio	-	4.765
Remuneração OGU	1.209	2.594
Diversos	35	36
Devedores por compra de valores e bens	487	1.368
Devedores por dep. em garantia (nota nº 29.d)	46.824	44.748
Recursos Fiscais	348	409
Recursos Trabalhistas	37.792	35.655
Recursos Cíveis	8.684	8.684
Devedores para apuração de responsabilidades	10.184	8.729
Impostos e contribuições a compensar	14	25
Pagamentos a ressarcir	11.576	18.235
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	2.415	6.050
Saque a ressarcir rede compartilhada	574	508
Equalização – STN/FDA	1.786	6.987
Suprimento 24 Horas	4.132	1.940
Rebates	1.387	1.361
Outros pagamentos	1.282	1.389
Devedores diversos	9.742	48.825
Adiantamentos para pagamentos	18	33
Adiantamentos e antecipações salariais	911	-
Provisão para outros créditos	(225)	(4.914)
Total	**1.275.530**	**1.224.483**
Circulante	**295.284**	**339.005**
Não circulante	**980.246**	**885.478**

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R$174.747 (R$169.617 em 31.12.2014), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.
O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R$21.705 (R$21.705 em 31.12.2014) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente (nota nº 13.b).
Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio, fato não ocorrido neste período (R$4.765 em 31.12.2014), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R$1.209 (R$2.594 em 31.12.2014) e créditos a receber diversos no valor de R$36 (R$36 em 31.12.2014).
O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R$10.184 (R$8.729 em 31.12.2014), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências. Tem característica de contingência, daí ser registrada em passivo contingente, por envolver processo de apuração disciplinar que poderá resultar em sanções a empregados (nota nº 13.b).

9. Ativo Permanente

	31.12.2015	31.12.2014
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	**267**	**267**

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Imobilizado de uso		
Imóveis de uso	**56.685**	**52.178**
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	54.021	49.514
Reavaliações de Imóveis de uso	**48.029**	**48.029**
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	**193.532**	**179.332**
Móveis e equipamentos em estoque	2.359	2.991
Imobilizações em curso	34.534	35.263
Instalações, móveis e equipamentos de uso	53.479	49.249
Instalações	3.677	2.182
Móveis e equipamentos de uso	49.802	47.067
Outras	**103.160**	**91.829**
Sistema de comunicação	1.223	1.331
Sistema de processamento de dados	97.021	85.538
Sistema de segurança	4.612	4.656
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciações acumuladas	**(139.646)**	**(129.207)**
Total	**158.600**	**150.332**
c) Intangível (1)		
Software desenvolvido e em desenvolvimento	208.132	185.969
(-) Amortização Acumulada	(92.393)	(77.182)
Total	**115.739**	**108.787**
TOTAL DO PERMANENTE	**274.606**	**259.386**

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.
A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
A movimentação do Ativo permanente no exercício está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2014	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31.12.2015
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado em uso	150.332	25.674	(500)	(16.906)	158.600
Intangível	108.787	22.888	(625)	(15.311)	115.739
Total	**259.386**	**48.562**	**(1.125)**	**(32.217)**	**274.606**

A Resolução CMN n° 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2015	**2014**
Limite para Imobilização	1.441.571	1.318.996
(-) Situação	(259.212)	(259.385)
Margem	1.182.359	1.059.611
Índice de imobilização	9,0%	9,8%

Com a vigência da Resolução CMN n° 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	**03 a 12 meses**	**Acima 12 meses**	**Total em 31.12.2015**	**Total em 31.12.2014**
À Vista	650.074	-	-	650.074	736.098
Poupança	548.738	-	-	548.738	586.661
Interfinanceiros	-	15.495	1.985	17.480	22.830
A Prazo	1.086.808	525.932	248.682	1.861.422	1.847.440
A prazo	392.035	521.741	234.547	1.148.323	1.242.248
Judiciais com remuneração	41.601	-	-	41.601	37.861
Especiais com remuneração	653.172	4.191	14.135	671.498	567.331
Sudam	506.752	-	-	506.752	415.093
Finam	140.707	-	-	140.707	123.101
FAT	5.384	4.191	14.135	23.710	28.796
Outros	329	-	-	329	341
Total	**2.285.572**	**541.427**	**250.667**	**3.077.714**	**3.193.029**
Circulante				**2.827.047**	**2.808.997**
Não circulante				**250.667**	**384.032**

Depósitos especiais remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R$100.045 (R$310.128 em 31.12.2014), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 13,8% (10,9% em 31.12.2014) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	Exercício/2015	**Exercício/2014**
Despesas de captações com depósitos	**(287.103)**	**(238.861)**
A prazo	(145.736)	(123.119)
Poupança	(43.666)	(37.511)
Especiais	(78.276)	(68.822)
Interfinanceiros	(1.967)	(3.146)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(10.301)	-
Demais captações	(7.157)	(6.263)
Despesas de captações no mercado aberto	**(13.943)**	**(15.106)**
Carteira própria	(13.943)	(15.106)
Total	**(301.046)**	**(253.967)**

A partir de março/2015, o Banco disponibilizou nova modalidade de aplicação financeira em renda fixa, na forma de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com remuneração dos valores mediante ofertas de taxas pré-fixadas ou flutuantes.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R$46.939 (R$37.268 em 31.12.2014), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,8% a.a. (1,2% a.a. em 31.12.2014) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	31.12.2015			31.12.2014		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	3,6	8	47.895	4,7	7	36.844
BNDES Industrial	6,7	18	284.096	7,1	11	276.630
BNDES Rural	2,3	9	45.025	3,0	5	21.787
BNDES Comércio	4,2	12	70.628	4,4	10	35.560
BNDES Serviços	6,8	9	15.904	6,9	8	6.080
Finep	1,5	3	1.693	1,5	12	940
Finame Industrial	2,0	7	42.882	1,6	7	33.287
Finame Rural	1,9	7	84.563	1,0	8	57.211
Finame Comércio	3,3	7	14.235	2,0	5	4.086
Finame Serviços	2,6	5	92.673	2,8	6	107.683
STN OGU	1,1	2	35.939	1,1	2	43.407
STN – Recoop	7,8	2	10	7,8	2	18
Total			**735.543**			**623.533**
Circulante			**125.476**			**96.874**
Não circulante			**610.067**			**526.659**

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	634	2.029	1.745	5.041	13.650	6.591	18.205	47.895
BNDES Industrial	2.158	3.968	1.465	13.964	37.843	34.810	189.888	284.096
BNDES Rural	531	5	187	4.040	19.263	7.852	13.147	45.025
BNDES Comércio	486	2.465	547	7.238	14.499	12.512	32.881	70.628
BNDES Serviços	70	540	153	1.456	3.814	3.814	6.057	15.904
Finep	26	117	78	346	584	542	-	1.693
Finame Industrial	439	1.075	1.223	3.900	13.874	11.319	11.052	42.882
Finame Rural	-	665	1.820	9.504	23.208	21.328	28.038	84.563
Finame Comércio	241	411	566	1.067	4.169	3.223	4.558	14.235
Finame Serviços	1.671	3.737	5.295	10.656	40.235	23.349	7.730	92.673
STN OGU	25.721	890	4.076	3.626	1.599	16	11	35.939
STN – Recoop	1	1	2	4	2	-	-	10
Total 2015	**31.978**	**15.903**	**17.157**	**60.842**	**172.740**	**125.356**	**311.567**	**735.543**
Total 2014	29.371	11.355	13.493	42.654	136.816	95.212	294.632	623.533

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R$35.939 (R$43.407 em 31.12.2014).

No período, foram repassados pelo Tesouro R$3.525 (R$11.729 em 2014). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R$108 (R$283 em 2014) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R$2.237 (R$1.957 em 2014).

13. Outras obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2015	31.12.2014
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (1) (nota nº 19)	1.539.271	2.706.868
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	259.453	151.252
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	127.270	81.827
Outros	78	78
Total	**1.926.072**	**2.940.025**
Circulante	**1.681.488**	**2.794.206**
Não circulante	**244.584**	**145.819**

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para passivos contingentes	**1.849.590**	**1.661.572**
Ações trabalhistas/Capaf (nota nº 29.c)	108.568	46.378
Ações cíveis (nota nº 29.c)	50.165	40.877
Demais Provisões	**1.690.857**	**1.574.317**
Provisão – FNO (nota nº 19)	790.623	700.409
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 29.c)	29.126	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	116.578	96.210
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 24)	587.119	588.024
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 24)	132.311	150.160
Provisão para apuração de responsabilidade	10.184	8.736
Provisão Contrato TI	21.699	21.699
Provisão - FDA (nota nº 18)	**2.862**	**355**
Outras provisões operacionais	355	354
Obrigações por aquisição de bens e direitos	**50.835**	**55.592**
Provisão para pagamentos a efetuar	**81.406**	**69.680**
Obrigações por convênios oficiais	**32.219**	**30.102**
Cheque administrativo	**26.120**	**11.109**
Parcelas de operações de Crédito – Securitização	**25.391**	**23.141**
Levantamento de depósitos recursais	**2.325**	**2.935**
Demais	**8.047**	**9.105**
Total	**2.075.933**	**1.863.236**
Circulante	**741.083**	**585.960**
Não circulante	**1.334.850**	**1.277.276**

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2015, o montante corresponde a R$137.193 (R$118.529 em 31.12.2014).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de "Passivos Atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados. Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do exercício dos passivos atuariais:

	31.12.2015	31.12.2014
Fundo de pensão de benefício definido	**401.709**	**380.885**
Liquidados (nota nº 24)	342.016	322.337
Assistidos (nota nº 24)	59.693	58.548
Outros	**158.871**	**152.230**
Auxílio saúde (nota nº 24)	158.871	152.230
Total	**560.580**	**533.115**
Circulante	**50.824**	**90.127**
Não circulante	**509.756**	**442.988**

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passiveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sidos pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

2014, a monetização dos títulos, fechando o valor em R$982.120, tendo o Bacen, em 05.01.2015, concedida autorização para a incorporação do valor ao Capital Principal, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, computado a partir das datas das monetizações, que ocorreram em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.
Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor do contrato é de R$1.089.486 (R$1.003.019 em 31.12.2014), desmembrado em Passivo Circulante – Outras Obrigações, o montante R$85.559 referente a provisão quanto ao pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e no Passivo Não Circulante o valor de R$999.999 correspondente ao principal.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R$1.623.252 (R$1.623.252 em 31.12.2014) é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	**31.12.2015**	**31.12.2014**
De domiciliados no país	2.964.592.220	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.542	4.081
Total	**2.964.596.762**	**2.964.596.762**

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2015		**31.12.2014**	
	Ações	**% Total**	**Ações**	**% Total**
União	**2.866.859.929**	**96,7%**	**2.866.859.979**	**96,7%**
Administração direta - Ministério da Fazenda	1.511.944.349	51,0%	1.511.944.349	51,0%
Administração indireta	1.354.915.580	45,7%	1.354.915.630	45,7%
BB FGEDUC	1.045.923.130	35,2%	1.045.923.130	35,3
BB FGO-Fundo de Investimentos em ações	308.992.450	10,4%	308.992.500	10,4
Demais	**97.736.833**	**3,3%**	**97.736.783**	**3,3%**
Total	**2.964.596.762**	**100,0%**	**2.964.596.762**	**100,0%**

b) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R$24.348 (R$25.230 em 31.12.2014) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R$882 (R$944 em 31.12.2014), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

c) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.
A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.
Em 09.04.2015, foi homologada pelo Bacen a incorporação ao Capital Social de 50% do saldo da Reserva Estatutária existente em 31.12.2013, autorizada pela Assembléia Geral Ordinária (AGO), em 09.12.2014, no valor de R$403.583, sem alteração no número de ações, passando o Capital Social para R$1.623.252.
O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2015	**31.12.2014**
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	764.243	609.354
Legal	114.472	102.024
Estatutária	649.771	507.330

d) Lucro por ação

	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R$/mil)	248.968	183.300*
Quantidade de ações (em unidades)	2.964.596.762	2.964.596.762
Lucro por ação (R$)	0,08398	0,06183
JCP por ação (R$)	0,03203	0,02401

* Reclassificado

e) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 64, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida ao acionista deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social.
A remuneração ao acionista, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), líquido de imposto de renda na fonte, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a 40% do lucro líquido ajustado.
Do total de JCP do exercício, será deduzida a antecipação ocorrida em (13 de novembro de 2015), no valor de R$25.454, devidamente atualizada pela variação da Selic, desde a data colocada a disposição até 31 de dezembro de 2015. A atualização importou em R$445.
A destinação do lucro está demonstrada a seguir, contemplando o que determina o art. 64, do Estatuto Social do Banco:

	31.12.2015	**31.12.2014**
Lucro líquido	248.968	183.300*
Reserva legal (5% s/lucro líquido)	(12.448)	(9.316)
Saldo após a reserva legal	236.520	173.984*
Realização da reserva de reavaliação	882	944
Base de cálculo para distribuição	237.402	174.928*
JCP/Dividendos (40% da base de cálculo)	(94.961)	(71.179)
Reserva estatutária	142.441	103.749

* Reclassificado

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.
A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.12.2015		**31.12.2014**	
	I R	**CSLL**	**I R**	**CSLL**
Lucro antes da tributação e participações	533.631	533.631	298.351	298.351
Participações Estatutárias	(23.720)	(23.720)	(17.742)	(17.742)
Juros sobre Capital Próprio	(94.961)	(94.961)	(71.179)	(71.179)
Instrumentos Elegíveis	(85.666)	(85.666)	(3.019)	(3.019)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	329.284	329.284	206.411	206.411
Adições líquidas caráter permanente	24.323	24.508	11.999	12.121
Adições líquidas caráter temporário	340.977	340.977	241.945	241.945
Lucro tributável antes compensações	694.584	694.769	460.355	460.477
Lucro tributável antes compensações-até agosto/2015	-	729.020	-	-
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	104.188	109.353	69.053	69.072
Lucro tributável antes das compensações- set a dez/2015	-	(34.252)	-	-
Alíquota a partir de setembro/2015	-	20%	-	-
Valores devidos pela nova alíquota	**-**	**(6.850)**	**-**	**-**
Adicional de Imposto de Renda (10%)	69.434	-	46.012	-
Incentivos	(5.198)	-	(3.457)	-
Valores devidos	**168.424**	**102.503**	**111.608**	**69.072**
Realiz.Res.Reav.e Diferido s/ MTM	991	564	(1.831)	(1.099)
Valores registrados em resultado antes ativação	**169.415**	**103.067**	**109.777**	**67.973**
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(44.740)	(52.465)	(52.163)	(31.297)
Valores efetivamente registrados no resultado	**124.675**	**50.602**	**57.614**	**36.676**
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	37,9	15,4	27,9	17,8

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.
No presente exercício, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.
Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.
Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.
Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.
Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	31.12.2014	Constituição	Realização	31.12.2015
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	46.378	86.049	(23.859)	108.568
Provisão para Risco de Crédito-Banco	169.029	153.792	(72.429)	250.392
Provisão para Risco de Crédito-FNO	983.030	214.471	(238.727)	958.774
Auxílio pós-emprego	342.354	53.202	(51.665)	343.891
Auxílio pós-emprego – Del 695	100.037	25.902	(40.289)	85.650
Planos Saldados	479.247	80.333	(142.819)	416.761
Provisão Caixa de Previdência	169.617	5.480	(350)	174.747
Provisão para Operações SEC I	96.210	20.368	-	116.578
Outras Provisões	102.355	43.745	(22.988)	123.112
Base de Cálculo	**2.488.257**	**683.342**	**(593.126)**	**2.578.473**
Imposto de Renda Diferido (25%)	**622.064**	**170.836**	**(148.282)**	**644.618**
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	46.378	86.049	(23.859)	108.568
Provisão para Risco de Crédito-Banco	169.029	153.792	(72.429)	250.392
Provisão para Risco de Crédito-FNO	983.030	214.471	(238.727)	958.774
Auxílio pós-emprego	342.354	53.202	(51.665)	343.891
Auxílio pós-emprego – Del 695	100.037	25.902	(40.289)	85.650
Planos Saldados	479.247	80.333	(142.819)	416.761
Provisão Caixa de Previdência	169.617	5.480	(350)	174.747
Provisão para Operações SEC I	96.210	20.368	-	116.578
Outras Provisões	95.322	43.745	(22.988)	116.079
Base de Cálculo	**2.481.223**	**683.342**	**(593.126)**	**2.571.439**
Contribuição Social Diferida (15%)	**372.184**	**102.501**	**(88.969)**	**385.716**
Contribuição Social Diferida (5%)		**53.359**	**(18.897)**	**34.462**
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	**994.248**	**326.696**	**(256.148)**	**1.064.796**

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Com a edição da Lei 13.169, de 06.10.2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições do sistema financeiro foi elevada de 15% para 20%, para o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

Consequentemente, e, em cumprimento à legislação que rege o assunto, parágrafo 2º do art. 1º da Circular BACEN nº 3.171/2002, o Banco ajustou seu crédito tributário ativado em R$48.772, sendo R$36.223 com impacto positivo no resultado e R$12.549, no Patrimônio líquido, com base em estudo técnico e análise realizados pela Administração, conforme Lei 13.169/2015.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2015, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**De 2021 a 2025**	**TOTAL**
Crédito Tributário de I.R	93.954	113.884	62.131	56.868	56.423	261.358	644.618
Crédito Tributário de C. Social	75.164	91.107	49.705	34.121	33.854	155.760	439.711
Total – Valores Nominais	**169.118**	**204.991**	**111.836**	**90.988**	**90.277**	**417.118**	**1.084.329**
Taxa média de captação a.a (%)	14,60	13,90	12,18	11,22	10,37	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	**147.572**	**157.081**	**76.391**	**55.856**	**50.238**	**-**	**-**

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do exercício, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R$215.993 (R$149.021 em 31.12.2014). No total de 2015, está incluído o valor de R$121.068 (R$103.575 em 31.12.2014) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	Exercício/2015	Exercício/2014
Administração de fundos e programas	**635.675**	**437.159**
FNO (nota nº 19)	626.150	421.709
Art 19 da lei 8.167/91	477	3.564
Finam (nota nº 17)	6.397	9.846
FDA (nota nº 18)	405	74
Demais rendas	2.246	1.966
Outros serviços	**30.203**	**21.381**
Demais rendas	30.203	21.381
Sub-total	**665.878**	**458.540**
Rendas de tarifas bancárias	**107.838**	**114.738**
Pessoa física	50.371	38.810
Pessoa jurídica	57.467	75.928
Total	**773.716**	**573.278**

b) Despesas de pessoal

	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários	(4.671)	(4.077)
Benefícios	(60.333)	(55.951)
Encargos sociais	(125.468)	(108.972)
Proventos	(366.336)	(274.848)
Treinamento	(5.219)	(5.983)
Remuneração de estagiários	(6.745)	(6.154)
Total	**(568.772)**	**(455.985)**

c) Outras despesas administrativas

	Exercício/2015	Exercício/2014
Água, energia e gás	(11.722)	(9.163)
Aluguéis	(12.123)	(10.969)
Processamento de dados	(41.889)	(48.297)
Comunicações	(31.212)	(30.370)
Manutenção e conservação de bens	(10.875)	(9.470)
Material	(1.095)	(1.177)
Serviços de terceiros	(22.567)	(19.169)
Vigilância e segurança	(27.081)	(23.838)
Serviços do sistema financeiro	(18.056)	(15.974)
Promoções e relações públicas	(6.678)	(6.017)
Propaganda e publicidade	(6.845)	(6.853)
Publicações oficiais	(1.819)	(2.339)
Serviços técnicos especializados	(17.304)	(8.785)
Transporte	(18.828)	(17.281)
Viagens	(6.542)	(6.903)
Depreciação	(16.905)	(14.876)
Amortização	(15.311)	(14.527)
Demais despesas administrativas	(5.184)	(4.735)
Total	**(272.036)**	**(250.743)**

d) Despesas tributárias

	Exercício/2015	Exercício/2014
ISS	(6.369)	(5.575)
Cofins	(80.992)	(60.332)
PIS/Pasep	(13.162)	(9.804)
Demais tributos	(3.337)	(2.333)
Total	**(103.860)**	**(78.044)**

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	**Exercício/2015**	**Exercício/2014**
Del credere – FNO (nota nº 19)	509.005	415.649
Demais rendas operacionais	149.162	160.847
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	118.762	100.425
Rendas de Del credere – FDA	6.066	6.224
Receita de variação de taxas do FMM	-	14.898
Receita de variação de taxa de câmbio	8.818	4.738
Recuperação de encargos e despesas	6.372	7.135
Rendas sobre depósito compulsório	2.708	6.976
Reversão outras provisões operacionais	63	2.914
Multas – operações de crédito geral	3.245	2.601
Remuneração - equalização MPO/STN	1.799	12.485
Demais receitas	1.329	2.451
Total	**658.167**	**576.496**

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Outras despesas operacionais	**Exercício/2015**	**Exercício/2014**
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	(284.648)	(251.827)
Despesas de provisão–FDA (nota nº 18)	(2.698)	(1)
Atualização de benefícios pós-emprego	(67.721)	(58.645)
Despesas de perdas operacionais	(4.855)	(4.952)
Despesas de fundos de investimento	(26.876)	(8.059)
Despesas de variação taxa câmbio	(2.973)	(5.671)
Passivos judiciais e legais	(22.520)	(19.203)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(20.368)	(16.578)
Desp.pós-emprego–assist/aux.saúde	(25.795)	(19.663)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(5.480)	(15.228)
Atualização de Planos Saldados	(123.047)	(85.247)
Despesas com TVM	(172)	(736)
Despesas de variação de taxa FMM	(4.076)	(7.481)
Multas - Órgãos Oficiais	(2.129)	-
Outras Despesas Diversas - NTN	(1.209)	-
Demais despesas operacionais	(3.870)	(4.104)
Total	**(598.437)**	**(497.395)**

f) Resultado não operacional

	Exercício/2015	**Exercício/2014**
Receitas não operacionais	4.509	8.362
Lucros em transações com valores e bens	185	151
Outras receitas não operacionais	4.324	8.211
Reversão de outras provisões não operacionais	2.045	1.301
Ganhos de Capital	560	853
Rendas de aluguel	29	19
Contrato mediação	-	3.117
Dividendos recebidos	781	720
Outras rendas não operacionais	909	2.201
Despesas não operacionais	(186)	(869)
Prejuízos em transações com valores e bens	(3)	(1)
Despesas de provisão não operaional	-	(506)
Perdas de capital	(37)	(26)
Outras Despesas não operacionais	(146)	(363)
Total	**4.323**	**7.493**

17. Fundo de investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.
O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.
No exercício, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R$6.397 (R$9.846 em 2014).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.
No exercício, foi liberado o montante de R$25.716 (R$25.840 em 2014), tendo o Banco recebido de taxa de administração R$405 (R$74 em 2014).
Quanto ao risco, a provisão é de R$2.862 (R$355 em 31.12.2014), registrado em passivos contingentes.
A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R$127.270 (R$81.826 em 31.12.2014).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	Exercício/2015	**Exercício/2014**
Taxa de administração	626.150	421.709
Del-credere	509.005	415.649
Recuperação de operações	118.762	100.425
Remuneração do disponível	(220.527)	(309.559)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(284.648)	(251.827)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.
No exercício foi contabilizada como receita extraordinária o montante de R$107.030, referente a taxa de administração sobre as operações do FNO –PRONAF, risco compartilhado, estabelecida pela Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013. O registro ocorreu após a manifestação do Órgão Gestor do FNO, que validou os cálculos realizados pelo Banco, fato que ocorreu somente em 03 de junho de 2015, através do Ofício nº 306/DFRP/SFRI/MI.
O Del-credere corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufere del-credere, por estar isento de risco.
Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R$115.760 (R$93.727 em 2014) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.
O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".
A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R$790.623 (R$700.409 em 31.12.2014) (nota nº 13.b).
No exercício, o Banco procedeu à baixa de R$194.435 (R$187.105 em 2014) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.
Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	Exercício/2015	**Exercício/2014**
Saldo no início do exercício	**2.706.868**	3.439.502
Repasses do Tesouro Nacional	2.131.594	2.026.261
Remuneração das disponibilidades	220.527	309.559
Amortizações de operações de crédito	2.836.118	2.384.528
Liberações de operações de crédito	(5.221.523)	(4.618.142)
Despesas com taxa de administração	(625.136)	(418.667)
Despesas com *Del credere*	(509.005)	(415.649)
Despesas de auditoria	(172)	(524)
Saldo no final do exercício	**1.539.271**	**2.706.868**

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

	31.12.2015			**31.12.2014**	
	Financiamentos	**Provisão**	**Provisão Excedente**	**Financiamentos**	**Provisão**
AA	5.518.849	-	-	4.283.725	-
A	7.920.330	(19.801)	(43.220)	7.328.889	(18.322)
B	2.563.990	(12.819)	(9.191)	1.586.744	(7.933)
C	663.935	(9.955)	(2.981)	477.551	(7.163)
D	456.492	(22.790)	(2.266)	289.487	(14.464)
E	128.332	(19.210)	(577)	99.384	(14.907)
F	123.592	(30.816)	(404)	62.855	(15.714)
G	141.146	(49.101)	(650)	93.489	(32.721)
H	1.147.140	(566.842)	-	1.178.616	(589.185)
Total	**18.663.806**	**(731.334)**	**(59.289)**	**15.400.740**	**(700.409)**

Provisão excedente
No período, o Banco constituiu provisão excedente para as operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado, cujas informações quanto a metodologia e critérios constam na nota **nº 7 – Provisão excedente**. O total da provisão para essas operações foi de R$59.289.

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.
Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.
Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R$7.007 (R$7.822 em 2014), conforme demonstrado a seguir:

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Taxa	2015 Reembolsos	2015 Saldos	2014 Reembolsos	2014 Saldos
Aplicado	TJLP	**1.327**	**20.638**	**1.552**	**27.883**
Proger urbano		1.327	-	1.552	-
Disponível	TMS	**655**	**3.072**	**92**	**913**
Proger urbano		655	-	92	-
Principal		**5.025**	**-**	**6.178**	**-**
Proger urbano		5.025	-	6.178	-
Total		**7.007**	**23.710**	**7.822**	**28.796**

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	2015		2014	
A vencer	**Valores**	**%**	**Valores**	**%**
Até 30 dias	4.402	18,6	2.118	7,4
De 31 a 90 dias	982	4,1	1.202	4,2
De 91 a 180 dias	1.450	6,1	1.784	6,2
De 181 a 360 dias	2.741	11,6	3.495	12,1
Mais de 1 ano	14.135	59,6	20.197	70,1
Total	**23.710**	**100,0**	**28.796**	**100,0**

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R$22.529 (R$29.896 em 31.12.2014).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceira com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.
O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.
Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R$259.453 (R$151.252 em 31.12.2014).

22. Fundos de investimento financeiro

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.
Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.
Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.
Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.12.2015	31.12.2014
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	47.538	43.239
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	86	87
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	54	54
Fundo Amazônia Mix "2"	32	32
Fundo Amazônia Credit 90	6	6

23. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração
Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue

	Exercício/2015	Exercício/2014
Diretoria	3.869	3.353
Honorários	3.249	2.536
Quarentena/Outros	-	366
Ajuda de Custo	210	242
Participação no Lucro	410	209
Conselho de Administração	234	235
Conselho Fiscal	169	165
Comitê de Auditoria	399	324
Total	**4.671**	**4.077**

Remuneração media do período paga pelo Banco aos seus administradores, está abaixo demonstrada: em (R$ unitários)

	2015	2014
Diretoria	35.545,38	42.486,06
Honorários	35.545,38	37.239,96
Quarentena/Outros	-	5.246,10
Conselho de Administração	3.434,48	3.309,28
Conselho Fiscal	3.386,92	3.164,48

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).
O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.
As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).
As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.
O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	635.675	437.159
Receita Del-credere do FNO(nota nº 16.e)	509.005	415.649
Despesa c/ remuneração do disp. do FNO (nota nº 19)	(220.527)	(309.559)
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(284.648)	(251.827)
Despesas de contrib. patronal – Capaf (nota nº 24)	(12.527)	(10.628)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(216.563)	(163.554)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	**23.710**	**28.796**
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	**735.543**	**623.533**
Tesouro Nacional	35.949	43.425
BNDES	463.548	376.901
Finame	234.353	202.267
Finep	1.693	940
Outras Obrigações	**1.925.994**	**2.939.947**
FNO (notas nº 13 e 19)	**1.539.271**	**2.706.868**
FMM (notas nº 13 e 21)	**259.453**	**151.252**
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 18)	127.270	81.827
Total	**2.685.247**	**3.592.276**

24. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco a seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar e auxilio- saúde.
Atualmente, os planos de benefício de previdência complementar são: Benefício Definido (BD); Misto; Assistidos de Responsabilidade do Banco; Saldados e PrevAmazônia e são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).
Os planos BD e Misto, por apresentarem déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, têm sido objeto de diversas medidas adotadas pela Administração do Banco na busca por seus respectivos equilíbrios. Assim, no primeiro semestre de 2013 (retroativamente a 01 de janeiro de 2013), foram implantados os planos saldados que contemplaram a adesão de 52% dos participantes dos planos BD e Misto.
Mesmo com a permanência de 48% de participantes nos planos BD e no Misto, ambos liquidados pela Previc, em razão da situação deficitária (Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013). Entretanto, tal medida foi suspensa por decisão judicial.
Todos os benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente a cada trimestre, de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as provisões correspondentes.
a) Planos de aposentadoria e pensão
a.1) Planos saldados
O valor inicial da obrigação em 2015, no montante de R$738.184, é atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente, com revisão atuarial a cada ano para avaliar o valor objeto dos instrumentos contratuais assinados com a Capaf.
Esta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	738.184	711.723
(-) Remensuração dos contratos (nota nº 28)	(74.152)	-
Atualizações (nota nº 16.e)	123.047	85.247
(-) Valores Pagos	(67.649)	(58.786)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	**719.430**	**738.184**

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Remensuração dos contratos dos planos saldados

De acordo com o disposto na cláusula 2ª. Parágrafo 1°., os valores dos contratos firmados entre o Banco e a CAPAF, devem ser atualizados mensalmente pela variação do INPC/IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais dos planos de benefício fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) ou outra autoridade competente.

A taxa de juros real admitida nas projeções atuariais no momento em que foram firmados os contratos estava atrelada à legislação vigente à época, ou seja, à taxa fixada pelo CNPC, conforme Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012, tendo sido considerados os limites previstos na referida Resolução CNPC , ou seja, de 6% válidos para a avaliação de 31/12/2012, até 4,5% a partir da avaliação de 31/12/2018, correspondendo a uma redução gradativa de 0,25% ao ano.

A Resolução CNPC nº 9 de 2012, foi alterada pela Instrução PREVIC Nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, passando a ser obrigatória a utilização dos parâmetros ali estabelecidos para o encerramento do exercício de 2015. Em função da emissão desse novo normativo, foi procedida à reavaliação dos contratos de saldamento, o que ensejou em redução do valor de cada contrato.

Assim, a remensuração dos valores dos contratos se deu em decorrência apenas da alteração da legislação do órgão regulador de 2013 para 2015, caracterizando-se, portanto, ajuste atuarial.

Considerando que o ajuste dos contratos teve como origem a mudança de legislação, conforme justificado nos pareceres atuariais, o valor correspondente a esses ajustes está sendo reconhecido no Patrimônio Líquido – "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial", cujo impacto foi de R$40.784, liquido dos impostos.

a.2) Prevamazônia

Juntamente com os "Planos Saldados", foi implantado o PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010. Este plano se caracteriza como de contribuição definida e foi oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e para os empregados da ativa que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

a.3) Planos BD e Misto

A situação deficitária do BD vem se refletindo nas demonstrações do Banco, em face do volume de provisões que foi registrado para cobrir os riscos com o referido plano.

No final do período, o déficit total do BD calculado na forma da Deliberação CVM nº 695/2012 importa em R$669.453.

O resultado desta Instituição está sendo afetado pelo cumprimento de decisão do Judiciário que obriga o Banco a complementar mensalmente a folha de pagamento do plano BD que no exercício importou em R$35.651 (R$33.710 em 2014).

Ação TRT da 16ª Região (MA)

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgado proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nr. 1164-2001-001-16-00-2, que encontrava-se em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Por fim, registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor da Obrigação no início do período	322.337	321.686
Atualizações	55.330	34.361
(-) Valores Pagos	(35.651)	(33.710)
Saldo no final do período	**342.016**	**322.337**

Impactos no Banco em relação aos Planos BD e Misto

Em 2015, foi revisada a provisão existente no Banco referente às ações impetradas pelos beneficiários desses planos, em razão das decisões judiciais virem sendo cumpridas pelo Banco, especialmente no BD, face a exaustão dos recursos financeiros daquele plano.

Na ocasião, a provisão foi ajustada em R$46.282 que correspondeu ao somatório de R$ referente a 270 ações registradas apenas no Banco porém sem provisão. Todo o ajuste foi realizado diante da manifestação do jurídico que se referem a ações com risco provável.

a.4) Assistidos

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiu ao plano saldado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

a.5) Auxílio Saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

b) Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	Exercício/2015	Exercício/2014
Liquidados - BD e Misto	(3.629)	(3.421)
Prev-amazônia	(8.898)	(7.207)
Total	**(12.527)**	**(10.628)**

c) Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.12.2015	31.12.2014
Saldados	719.430	738.184
Liquidados	342.016	322.337
Assistidos	59.693	58.548
Auxílio Saúde	158.871	152.230

d) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	12,9	10,8	12,8	10,4	12,8	10,8
Projeção de aumentos salariais	5,7	5,6	-	-	5,6	5,5
Projeção de aumentos reais benefícios	5,1	4,5	5,1	4,5	-	-
Taxa de inflação	5,1	4,5	5,1	4,5	5,1	4,5
Expectativa de retorno ativos do plano	12,9	10,7	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas	Planos BD		Planos Misto		Planos Misto		Planos Misto	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de rotatividade	2,0%	2,0%	2,0%	1,6%	2,0%	2,0%	1,0%	2,0%
Tábua de mortalidade/ sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*	
Tábua mortalidade/sobreviv.- aposentados	AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*		AT-2000M&F*	
Tábua mortalidade/ sobrevivência-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas		A. Vindas		A. Vindas		A. Vindas	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A		N/A	

*Suavizada em 10 %

e) Valores Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

	Plano BD	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de serviço	(292)	(246)
Custo de juros líquido	(34.097)	(28.459)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(34.389)**	**(28.705)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	1.516	1.896
Ganhos e Perdas sobre o ativo	27.402	77.143
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(15.234)	(49.325)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**13.684**	**29.714**
Total dos componentes de benefício definido	**(20.705)**	**1.009**

	Plano Misto	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo do serviço	(3)	(3)
Custo de juros líquido	(583)	1.015
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(586)**	**1.012**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	(2.643)	1.965
Ganhos e Perdas sobre o passivo	1.350	(7.395)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(1.293)**	**(5.431)**
Total dos componentes de benefício definido	**(1.879)**	**(4.419)**

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Assistidos pelo Banco	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de juros líquido	(6.066)	(4.984)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(6.066)**	**(4.984)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(4.426)	(25.451)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(4.426)**	**(25.451)**
Total dos componentes de benefício definido	**(10.492)**	**(30.435)**

	Auxílio Saúde	
	2015	2014
Custo do serviço		
Custo de serviço corrente líquido	(3.273)	(2.837)
Custo de juros líquido	(16.456)	(11.771)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(19.729)**	**(14.608)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	4.638	(35.325)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**4.638**	**(35.325)**
Total dos componentes de benefício definido	**(15.091)**	**(49.933)**

f) Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido

	Plano BD	
	2015	2014
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(316.893)	(320.623)
Contribuições do patrocinador, liquido de carregamento administrativo	2.872	2.720
Provisão para planos de benefício definido	(34.389)	(28.705)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	13.684	29.715
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	**(334.726)**	**(316.893)**

	Plano Misto	
	2015	2014
Passivo reconhecido no início do exercício	(5.444)	(1.063)
Contribuições do patrocinador, liquido de carregamento administrativo	34	38
Provisão para planos de benefício definido	(586)	1.012
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.294)	(5.431)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	**(7.290)**	**(5.444)**

	Assistidos pelo Banco	
	2015	2014
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(58.548)	(35.821)
Contribuições do patrocinador, liquido de carregamento administrativo	9.347	7.708
Provisão para planos de benefício definido	(6.066)	(4.984)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(4.426)	(25.451)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	**(59.693)**	**(58.548)**

	Auxílio Saúde	
	2015	2014
(Passivo)/ativo reconhecido no início do exercício	(157.120)	(114.293)
Contribuições do patrocinador, liquido de carregamento administrativo	8.450	7.106
Provisão para planos de benefício definido	(19.730)	(14.608)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	4.638	(35.325)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do exercício	**(163.762)**	**(157.120)**

g) Conciliação dos Saldos do Valor presente da Obrigação atuarial

	Plano BD	
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	**(472.769)**	**(361.072)**
Benefícios pagos pelo plano	43.065	33.187
Custo do serviço corrente	(584)	(491)
Custo de juros	(50.870)	(45.743)
Remensurações de Perdas atuariais	(30.467)	(98.650)
Decorrentes de ajuste de experiência	(80.450)	374.119
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	49.983	(472.769)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	**(511.625)**	**(472.769)**

	Plano Misto	
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	**(47.790)**	**(34.249)**
Benefícios pagos pelo plano	1.193	6.408
Custo de juros/serviço corrente	(5.124)	(5.158)
Remensurações de Perdas atuariais	2.699	(14.791)
Decorrentes de ajuste de experiência	(2.525)	(13.036)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	5.224	(1.755)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	**(49.022)**	**(47.790)**

	Assistidos pelo Banco	
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	**(58.548)**	**(35.821)**
Benefícios pagos pelo plano	9.347	7.708
Custo de juros	(6.066)	(4.984)
Remensurações de Perdas atuariais	(4.426)	(25.451)
Decorrentes de ajuste de experiência	(9.252)	(25.451)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	4.826	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	**(59.693)**	**(58.548)**

	Auxílio Saúde	
	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	**(152.230)**	**(106.371)**
Benefícios pagos pelo plano	8.450	7.106
Custo do serviço corrente	(3.273)	(2.838)
Custo de juros	(16.456)	(11.771)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	4.638	(38.356)
Decorrentes de ajuste de experiência	(20.753)	(32.294)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	25.391	(6.062)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	**(158.871)**	**(152.230)**

Plano BD					
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do Demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(520.049)	(503.598)	(519.860)	(503.635)	(511.626)
Valor justo dos ativos do plano	(157.827)	(157.827)	(157.827)	(157.827)	(157.827)
Superávit/(déficit) do plano	**(677.876)**	**(661.425)**	**(677.687)**	**(661.462)**	**(669.453)**
Variação na obrigação atuarial	1,6%	(1,6)%	1,6%	(1,6)%	-
Variação no superávit/(déficit)	1,3%	(1,2)%	1,2%	(1,2)%	-

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Plano Misto				
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(49.764)	(48.314)	(49.851)	(48.219)	(49.022)
Valor justo dos ativos do plano	34.443	34.443	34.443	34.443	34.443
Superávit/(déficit) do plano	**(15.321)**	**(13.871)**	**(15.408)**	**(13.776)**	**(14.579)**
Variação na obrigação atuarial	1,5%	(1,4)%	1,7%	(1,6)%	-
Variação no superávit/(déficit)	5,1%	(4,9)%	5,7%	(5,5)%	-

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(61.369)	(58.117)	(60.355)	(59.045)	(59.693)
Superávit/(déficit) do plano	**(61.369)**	**(58.117)**	**(60.355)**	**(59.045)**	**(59.693)**
Variação na obrigação atuarial	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-
Variação no superávit/(déficit)	2,8%	(2,6)%	1,1%	(1,1)%	-

	Auxílio Saúde				
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 10%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	- 5%	**+ 5%**	**+0,25**	**-0,25**	
Valor presente da obrigação atuarial	(166.321)	(161.745)	(168.504)	(159.841)	158.871
Superávit/ (déficit) do plano	**(166.321)**	**(161.745)**	**(168.504)**	**(159.841)**	**158.871**
Variação na obrigação atuarial	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-
Variação no superávit/ (déficit)	4,7%	1,8%	6,1%	0,6%	-

Receitas e pagamentos esperados para período seguinte.

	Plano BD		Plano Misto	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	(329)	(58)	(3)	(2)
Montantes de Custo de juros líquidos	(43.212)	(8.139)	(941)	(2.716)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(43.541)**	**(8.197)**	**(944)**	**(2.718)**
Montantes esperados per. seguinte–Normais	3.019	2.790	36	71
Total dos pagtos esperados para o plano	**3.019**	**2.790**	**36**	**71**

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2016	**31.12.2015**	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Montantes de Custo do serviço corrente líquido	-	-	(3.695)	(3.255)
Montantes de Custo de juros líquidos	(7.650)	(1.632)	(20.443)	(66.421)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(7.650)**	**(1.632)**	**(24.138)**	**(69.676)**
Montantes esperados período seguinte –Normais	9.827	7.939	8.883	10.714
Total dos pagtos esperados para o plano	**9.827**	**7.939**	**8.883**	**10.714**

Categorias dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Descrição da política de Investimentos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial
Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* de cada plano.

25. Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R$ unitários)

	2015	2014
Menor Salário	2.145,46	1.950,42
Maior Salário	22.481,70	20.437,91
Salário médio	6.775,85	5.884,36

Neste exercício, o número de funcionários do Banco totalizava 3.195 (3.152 em 31.12.2014).

26. Processo de gerenciamento de riscos

A gestão de Risco no Banco da Amazônia compreende o processo de mediação e controle dos riscos presentes em suas atividades, identificando quais os principais riscos aos quais a Instituição está exposta e os mecanismos para seu acompanhamento e tratamento, com adoção de medidas para evitar, ou antecipar, os impactos ou efeitos dos possíveis riscos.
A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.
A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os indicadores de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos Corporativos.
A liquidez dos ativos do Banco fica evidenciada pelo saldo dos indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo que de acordo com os métodos de análise conservador e alternativo foram de R$2,579 e R$2,807 bilhões respectivamente, demonstrando assim disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez da Instituição.
Em 31 de dezembro de 2015, o volume de recursos alocados em títulos públicos na carteira de TVM foi de aproximadamente R$4,647 bilhões, cerca de 74% do portfólio total de R$6,292 bilhões. A maioria dos recursos aplicados em títulos públicos são compostos de Letras Financeiras do Tesouro, títulos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário, esses ativos correspondem a 77,8% do total de aplicações em papéis públicos.
O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Gestão do risco de crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.
Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com maiores probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.
No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.
A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". O apetite de risco da Instituição limita a realização de operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.
O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito.
Constituiu-se, no final do primeiro semestre, provisão adicional para as operações de crédito, de caráter administrativo e prudencial, com base em modelo desenvolvido internamente, que foi definido a partir de critérios quantificáveis e verificáveis, considerando a variação interanual máxima da relação entre a provisão regulatória constituída e a carteira de crédito, gerando um acréscimo de provisão, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição, submetido à auditoria independente e informado ao Banco Central.

No segundo semestre foram alteradas as regras para reclassificação de risco de operação objeto de renegociação administrativa, com a mudança no conceito de amortização significativa, tornando o processo de reclassificação de risco das operações renegociadas, mais dinâmico, gradual e condicionado à melhora da performance do cliente no pagamento do capital investido pelo Banco no empréstimo ou financiamento tomado.
No mesmo período, foi aperfeiçoada a metodologia de definição do limite de participação em projetos de investimento lastreados por recursos de fomento.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

c) Gestão do risco de mercado

A gestão do Risco de Mercado definida pelo Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação *(trading)*, conforme os termos da Circular Bacen nº 3.354/2007.

O *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

O resultado de VaR da carteira de TVM foi de aproximadamente R$5.217 (R$4.488 em 31.12.2014). O risco de mercado do Banco é considerado baixo, quando relacionado ao total da carteira e também ao cenário econômico atual de elevada taxa de juros e de câmbio.

d) Risco Operacional

A Gestão consolidada do Risco Operacional permeia todos os níveis hierárquicos da instituição com seus respectivos papéis e responsabilidades, de modo a identificar e avaliar o risco operacional inerente aos produtos materiais, atividades, processos e sistema, a fim de assegurar que estejam com nível de risco aceitável.

Esta estrutura de gerenciamento contempla um conjunto de ferramentas em observância às boas práticas estabelecidos na Resolução Bacen nº 3.380/2006 e na Política de Risco Operacional e em sistema utilizado para armazenar o mapeamento de risco dos processos, calcular a alocação de capital e manter base dos eventos de perdas operacionais resultantes da deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, a fim de permitir uma avaliação quanto ao impacto e a probabilidade de ocorrências.

O processo de gestão de riscos utiliza a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) e inclui as seguintes etapas: identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte à Alta Administração sobre a exposição a riscos e sobre os planos de ação para minimizar tal exposição.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece os fundamentos da gestão de continuidade de negócios na Instituição.

Para apoiar a gestão de continuidade, o Banco possui planos de continuidade para manter previamente definidas as ações a serem tomadas em situações de interrupção de negócios, perdas, emergências ou crises. Apóia também a gestão o Grupo Gestor de Crise, que objetiva confirmar a natureza e extensão de um incidente que possa provocar uma crise, tomar controle da situação, acionar planos específicos à resposta de continuidade de negócios, com base nos planos, processos, procedimentos e recursos para ativação, operação, coordenação e comunicação de respostas a incidentes, até a finalização do evento.

e) Gestão de capital

O Gerenciamento de Capital do Banco da Amazônia tem por finalidade apoiar e manter o Capital da instituição em níveis adequados e compatíveis com planejamento estratégico, orçamento e política de risco da empresa. Em consonância com o estabelecido pela Resolução CMN n.º 3988/2011, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de capital alinhada com a natureza de suas operações, complexidade dos produtos e serviços, riscos a que está exposto de forma a manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital. A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar.

f) Índice de basileia (limite operacional)

A partir de 01 de janeiro de 2015, as instituições financeiras passaram a enviar mensalmente ao Bacen os documentos 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados) e 2071 (informações de conglomerados financeiras e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados), conforme Circular nº 3.726/2014.

O cálculo para apuração do PR foi realizado em atendimento à Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2015	31.12.2014
	Financeiro	Financeiro
Patrimônio de Referência (PR)	**2.883.142**	**2.637.993**
PR Nível I	**2.883.142**	**2.637.993**
Capital Principal	**2.883.142**	**2.637.993**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**16.380.251**	**15.071.072**
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	15.486.491	13.638.519
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	41.825	692.831
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	851.935	739.722
Requerimento Mínimo de Capital	**-**	**-**
Capital Principal Mínimo Requerido [1]	737.111	678.198
PR Nível I Mínimo Requerido [2]	982.815	828.909
PR Mínimo Requerido [3]	1.801.828	1.657.818
Margem sobre os Requerimentos de Capital	**-**	**-**
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	2.146.030	1.959.794
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.900.327	1.809.084
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	**17,6%**	**17,5%**
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	**17,6%**	**17,5%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**17,6%**	**17,5%**

[1] Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
[2] Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.
[3] Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

27. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência a cotação do dólar e da taxa de juros DI/dia. O Sistema de Risco de Mercado está parametrizado para atribuir o mesmo nível de estresse (choque paralelo) aos demais fatores de risco que compõem o modelo.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº. 475/2008 e a criação de cenários é efetuada a partir de informações obtidas da BM&FBovespa, Anbima, Bacen etc e descritas a seguir:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R$3,90 e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,1% a.a.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R$4,88, e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,7% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R$5,86 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 21,2% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		Dezembro/2015 – R$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	177	2	4
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	3.645	89.432	164.262
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	(83)	(167)
Total		**3.822**	**89.351**	**164.099**

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31.12.2015. Os resultados dos três cenários demonstram que os fatores de risco que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços, seguidos das posições prefixadas. Sendo que o VaR de maior impacto, foi de R$164 milhões correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Tais resultados ratificam o perfil conservador da Instituição que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixa variação no valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a pouco mais de 10% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

As operações de derivativos existentes na Carteira do Banco, não representam risco de mercado relevante, haja vista que essas posições foram originadas para realização de *hedge* de títulos públicos, Letras do Tesouro Nacional, com taxas prefixadas, cujo saldo em 31.12.2015 foi de aproximadamente R$31,5 milhões.

28.Demonstração do resultado abrangente

	2015	2014
Lucro líquido do Período	**248.968**	**183.300**
Outros Resultados Abrangentes	**84.436**	**(41.190)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	82.944	(42.764)
Próprios – TVM Ajuste	(5.594)	(3.009)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	14.386	(39.755)
Próprios – Planos Saldados	74.152	-
Realização da Reserva de Reavaliação	1.492	1.574
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	**(24.995)**	**16.380**
Sobre a marcação a mercado	2.188	1.200
Sobre a realização da reserva	(610)	(630)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(37.471)	15.810
Sobre os Planos Saldados	10.898	-
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	59.441	(24.810)
Resultado Abrangente do Período	**308.409**	**158.490**

29. Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	31.12.2015	31.12.2014
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	9.413.139	7.700.375
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	137.194	118.529
TOTAL	**9.550.333**	**7.818.904**

b) Seguros
O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R$143.703 (R$127.096 em 31.12.2014), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.
c) Contingências
Passivos cíveis, fiscais, trabalhistas e participantes Capaf– Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos homogêneos de ações, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.
No exercício, foi procedida a revisão do estoque de causas judiciais envolvendo o Banco e a Capaf, o que originou ajuste na provisão no montante de R$46.282 (Nota nº 24.a.3)
Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2015, foram interpostas contra o Banco da Amazônia 997 ações (964 ações em 2014). O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R$29.126, considerando estoque de ações ativas (R$8.370 em 31.12.2014). No exercício, foram cumpridas 36 ações (66 ações em 2014) no valor de R$6.105 (R$8.840 em 2014).
A movimentação da provisão no período está abaixo especificada (nota nº 13.b):

	Saldo em 31.12.2014	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2015
Trabalhista (Indenizações)	46.378	109.138	(46.948)	108.568
Cível/Fiscal	40.877	22.536	(13.248)	50.165
Fundos de Investimento	8.370	26.876	(6.120)	29.126

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.
d) Depósitos em garantia de recursos
Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados (nota nº 8):

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	37.792	35.655
Demandas Fiscais	348	409
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total	**46.824**	**44.748**

Finam
O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Finam, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R$15.215 (R$27.152 em 31.12.2014), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2015. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

CONSELHO FISCAL

PARECER CF Nº 2016/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A - EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Após análise do Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 23 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal opina que com exceção dos assuntos apontados em relação à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF e possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2016/001

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A, em reunião extraordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 23/02/2016, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2015, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir da ressalva e limitação apontadas no Parecer dos Auditores Independentes, relacionadas à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF, tomou conhecimento do Relatório de Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, manifesta-se favorável a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Sociedade.

Brasília (DF) 23 de fevereiro de 2016

COMITÊ DE AUDITORIA
Resumo do Relatório Semestral - 2º Semestre 2015

Conformidade legal e regulamentar
O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia S/A cumpriu, integralmente, no 2º semestre de 2015, suas atribuições legais e regulamentares.
Gestão do Banco
Avalia que a Instituição auferiu resultado operacional consistente, adequado monitoramento sobre a execução orçamentária, além de concluir o alinhamento das ações de cada Unidade para 2016 com o Plano Estratégico 2015-2019, inclusive as relacionadas com o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia para o mesmo período.
Registra que o Banco prosseguiu com adequação no processo de reformulação da governança, em particular na gestão de pessoas e de atuação da área jurídica, ambas com possibilidade de incorporar relevantes melhorias a partir de 2016.
Que se manteve conservador em relação do Risco de Liquidez e Risco de Mercado; mitigou fragilidades relacionadas ao Risco Operacional, em boa parte como consequência da incorporação de avanços na área de TI no período; e dedicou destacada atenção na qualificação do Risco de Crédito, na busca de superação de fragilidades identificadas.
Na análise dos documentos, destaca estes aspectos: em relação à CAPAF, continua indefinida a situação dos planos de Benefício Definido (BD) e Misto de Benefício (MB), em decorrência de decisão judicial quanto a responsabilidade do Banco; não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria informações desabonadoras com relação à administração do FNO; tampouco, sobre a gestão dos recursos do FINAM; sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade; ou sobre a atuação da Ouvidoria.
Ademais, que a Instituição se manteve enquadrada em relação às exigências de capital, na forma do que dispõe o Acordo de Basiléia III.
Assim, avalia como adequada a gestão do Banco, e complementa por registrar que as medidas implementadas estão alinhadas com as boas práticas de governança corporativa.
Atendimento das demandas internas e externas
O Comitê de Auditoria avalia que as demandas externas (TCU, CGU, BCB, MF, MIN, principalmente - acompanhadas pela Auditoria Interna e objeto de reporte mensal do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração), não apresentaram risco crítico para a Instituição. As demandas remanescentes, em 31/12/2015, e que estão em fase de atendimento, não indicam possibilidade de afetar de forma iminente a continuidade dos negócios.
Avalia, também, que as pendências em relação às recomendações da Auditoria Independente, assim como a reformulação do processo de controles internos para atendimento das demandas externas e internas são desafios contínuos a serem superados, cumprindo à Gestão não só contemplar a orientação do Conselho de Administração, como atender à regulamentação do Banco Central e da CGU sobre a matéria.
Auditoria Interna e Auditoria Independente
Em conformidade com o que vem ocorrendo nos últimos períodos, o Comitê de Auditoria reconhece que tem sido incorporado avanço na qualidade, abrangência e tempestividade dos trabalhos da Auditoria Interna, razão pela qual conclui pela efetividade de seu trabalho.
Pelo que foi dado conhecer e constatar, o Comitê de Auditoria conclui que ambas as Auditorias (Interna e Independente) realizaram suas atribuições com independência.
Demonstrações Contábeis
Este colegiado não tem reparos ao Parecer da Auditoria Independente sobre as demonstrações financeiras com data-base 31/12/2015, mas avalia que os procedimentos adotados pelo Banco para constituição de provisão em face de compromissos junto à Caixa de Assistência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF) estão aderentes ao que dispõe as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001, e o art. 202 § 3º da Constituição, que limita as contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios.
Enfim, a avaliação do Comitê é de que as demonstrações contábeis, com data-base em 31/12/2015, atendem, com adequação, às normas e práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis às instituições financeiras. Assim, ponderadas suas responsabilidades em face das limitações decorrentes do escopo de atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação dessas demonstrações.

Belém (PA), 22 de fevereiro de 2016.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco da Amazônia S.A.

Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo relacionada à reserva matemática dos planos de benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº13, nº16 e nº24, o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R$342.016 mil (R$322.337 mil em 31 de dezembro de 2014), para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes da obrigação no respectivo plano de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº695/12, considerando a paridade contributiva de 50%, assumindo que os participantes teriam capacidade e condições de arcar com 50% da obrigação atuarial. Consequentemente, considerando o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas, bem como sobre as movimentações líquidas positivas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, no montante de R$61.964 mil (movimentações negativas no montante de R$23.714 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e na despesa com benefícios pós-emprego no montante de R$67.721 mil, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R$73.253 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$105.325 mil (R$95.108 mil em 31 de dezembro de 2014).

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (temmandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Incertezas quanto às avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24, que evidencia que o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2015, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R$719.430 mil (R$738.184 mil em 31 de dezembro de 2014), decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos. Em função da referida previsão contratual, o banco em 31 de dezembro de 2015, conforme nota explicativa nº 24, efetuou a remensuração dessa estimativa, resultando na reversão do montante de R$40.784.mil, líquido dos efeitos tributários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "base para opinião com ressalva" está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Conselho de Administração: Carlos Augusto Moreira Araújo - Presidente. Marivaldo Gonçalves Melo - Conselheiro. Ivandré Montiel da Silva - Conselheiro. Antônio Carlos Paiva Futuro - Conselheiro. Silvana Cristina Nascimento Silva - Conselheiro. Paulo Mauger - Conselheiro.

Conselho fiscal: Marcelo Saraiva Cavalcanti - Presidente. Rogério Gabriel Nogalha de Lima - Conselheiro. Penha Maria Barroso Aguiar - Conselheiro. João Batista de Figueiredo - Conselheiro

Diretoria Executiva: Marivaldo Gonçalves Melo - Presidente. Antônio Carlos de Lima Borges - Diretor. Marco Aurélio de Queiroz Campos - Diretor. José Marques de Lima - Diretor. Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior - Diretor. Wilson Evaristo - Diretor.

Comitê de Auditoria: Wagner Ormanes - Presidente. Hélio Francisco dos Santos Graça - Membro. Manoel da Silva Rodrigues Júnior - Membro.

Contador: Maria de Belém Silva Cotta - CRC-PA 007217/O

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

		Exercício 2015	Exercício 2014
Receitas		**1.018.961**	**1.076.019**
Operações de crédito	(Nota 5 i)	620.560	532.074
Remuneração das disponibilidades	(Nota 4 b)	220.526	309.559
Recuperação de créditos baixados	(Nota 5 g)	177.875	234.386
Despesas		**(1.155.782)**	**(1.060.179)**
De administração	(Nota 7 b)	(426.319)	(405.252)
De remuneração agente - Pronaf	(Nota 8 a)	(199.831)	(16.457)
De auditoria externa		(172)	(525)
De renegociações e descontos		(11.025)	(66.405)
De bônus de adimplência	(Nota 6 b)	(195.910)	(157.639)
De provisão operações de crédito	(Nota 5 b)	(321.711)	(374.408)
De remissão Procera	(Nota 5 f)	(814)	(39.493)
(Prejuízo) Lucro		**(136.821)**	**15.840**

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

A T I V O		31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		**4.942.132**	**5.572.799**
DisponibiIidades	(Nota 4 a)	**1.503.621**	**2.673.926**
Recursos a Alocar		-	137.244
Recursos Alocados		1.503.621	2.536.682
Títulos e Créditos a Receber	(Nota 11 a)	**32.555**	**30.010**
Proagro a Receber - Rural	(Nota 11 b)	**390**	**390**
Devedores por Repasses		**841**	**833**
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5 a)	**246.075**	**322.489**
Financiamentos Pronaf		170.481	182.663
Financiamentos Rurais		134.937	216.704
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		1.644	38.580
Provisão Operações de Crédito		(60.987)	(115.458)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5 a)	**3.237.738**	**2.627.321**
Financiamentos Pronaf		485.634	479.430
Financiamentos Rurais		1.406.243	1.101.379
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		523.344	439.926
Financiamentos - Comércio e Serviços		896.749	689.188
Provisão Operações de Crédito		(74.232)	(82.602)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	**(79.088)**	**(82.170)**
NÃO CIRCULANTE		**15.922.451**	**13.295.997**
Devedores por Repasses		**7.925**	**8.766**
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5.a)	**953.589**	**929.606**
Financiamentos Pronaf		500.355	501.125
Financiamentos Rurais		463.309	440.772
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		4.782	4.970
Provisão Operações de Crédito		(14.857)	(17.261)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5.a)	**15.332.915**	**12.686.817**
Financiamentos Pronaf		2.087.858	1.812.728
Financiamentos Rurais		3.993.483	3.017.844
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		3.976.095	3.431.157
Financiamentos - Comércio e Serviços		5.278.821	4.429.099
Provisão Operações de Crédito		(3.342)	(4.011)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6 a)	**(371.978)**	**(329.192)**
TOTAL DO ATIVO		**20.864.583**	**18.868.796**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

P A S S I V O			
CIRCULANTE		**39.730**	**38.716**
Outras Obrigações	(Nota 7 a)	**39.730**	**38.716**
Taxa de Administração		39.730	38.716
NÃO CIRCULANTE		**20.824.853**	**18.830.080**
Patrimônio Líquido	(Nota 9)	**20.824.853**	**18.830.080**
Repasses do Tesouro no Exercício		**2.131.594**	**2.026.261**
Primeiro Semestre		1.173.639	1.089.420
Segundo Semestre		957.955	936.841
Repasses do Tesouro nos Exercícios Anteriores		**18.271.126**	**16.244.865**
Lucros de Exercícios Anteriores		**558.954**	**543.114**
(Prejuízo) Lucro no Exercício		**(136.821)**	**15.840**
Primeiro Semestre		(190.778)	(52.839)
Segundo Semestre		53.957	68.679
TOTAL DO PASSIVO		**20.864.583**	**18.868.796**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

		Exercício 2015	Exercício 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro no exercício		(136.821)	15.840
Despesa de provisão para operações de crédito	(Nota 5 b)	321.711	374.408
Despesa de provisão para bônus de adimplência	(Nota 6 b)	195.910	157.639
Lucro líquido ajustado		**380.800**	**547.887**
(Aumento) Redução em títulos e créditos a receber		(2.546)	5.154
Redução de devedores por repasses		834	421
(Aumento) em operações de crédito		(3.682.001)	(3.310.246)
Aumento em outras obrigações		1.014	3.042
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(3.682.699)**	**(3.301.629)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos do Tesouro Nacional		2.131.594	2.026.261
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**2.131.594**	**2.026.261**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.170.305)**	**(727.481)**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No inicio do período	(Nota 4 a)	2.673.926	3.401.407
No fim do período	(Nota 4 a)	1.503.621	2.673.926
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.170.305)**	**(727.481)**

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

E V E N T O S	
SALDO EM 31.12.2013	**16.787.979**
Recursos repassados no exercício	2.026.261
Resultado do exercício	15.840
SALDO EM 31.12.2014	**18.830.080**
Recursos repassados no exercício	2.131.594
Resultado do exercício	(136.821)
SALDO EM 31.12.2015	**20.824.853**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 1 - Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 159, inciso I, alínea "c", e regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989 e demais legislações referente ao assunto. O Fundo representa o principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, sendo administrado pelo Banco da Amazônia S.A, instituição financeira pública federal de caráter regional, que tem sede administrativa na Av. Presidente Vargas, n.º 800, Belém (PA).

a) Área de atuação

A área de atuação do FNO contempla os sete estados que integram a base político-institucional da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b) Política de alocação de recursos

Os recursos do FNO são aplicados pelo Banco da Amazônia de acordo com o Plano Anual de Aplicação de Recursos Financeiros, elaborado em conformidade com a legislação vigente; contemplando políticas, planos e programas do Governo Federal; e, alinhamento com diretrizes, prioridades e orientações estratégicas, compreendendo:

a) Diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);

b) Orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Região, como o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – o "Plano Mais Brasil", o Plano Brasil Maior, o Plano Brasil Sem Miséria, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Agricultura Familiar, a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, Plano Nacional de Turismo (PNT), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Mais Cultura, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura;

c) Políticas e prioridades dos estados da Região Norte; e

d) Orientações e programas contidos no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

c) Programas de financiamento

Em 2015, o FNO está sendo operacionalizado através de cinco programas de financiamento, a saber: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (FNO-MPEI) e Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC).

d) Fiscalização

Na forma exigida pelo art.19 da Lei nº 7.827/1989, as demontrações financeiras do FNO são publicadas semestralmente devidamente auditadas. Além disso ficam à disposição dos Órgãos de fiscalização como Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive sendo encaminhadas anualmente ao Congresso Nacional.

NOTA 2 - Base para a preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827/1989 e Portaria Interministerial MI/MF nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

A emissão das demonstrações financeiras do FNO foi autorizada pelo banco administrador em 23 de fevereiro de 2016.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 - Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- rebates, descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- remissão dos financiamentos vinculados ao Procera;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são devidos e consequentemente calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural (MCR), no capítulo 10, do Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Taxa de administração

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, com base na alíquota de 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

c) Remuneração do agente financeiro Pronaf

A remuneração do agente financeiro devida ao banco administrador é apurada mensalmente sobre os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF, em conformidade com as regras definidas nos itens 17, 17-A, 17-B, 18 e 19 da Seção 1, capítulo 10 do MCR do BACEN.

d) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas da STN e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN pagas pelo banco administrador, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

e) Devedores por repasses

As operações de repasses a outras instituições financeiras estão demonstradas pelo valor principal do crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

f) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos incidentes sobre cada parcela vencida, inclusive os de inadimplência, são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses ao do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo não circulante.

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do Fundo - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, operações vinculadas aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, operações da linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;

2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

Com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 244 de 14 de outubro de 2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775, de 14 de outubro de 2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:

- montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
- valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no ativo não circulante.

As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do banco administrador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

h) Provisão para bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.

A provisão para bônus de adimplência é constituída somente para as operações em situação de normalidade, considerando o bônus a ser concedido até o vencimento final da operação, sendo classificada nos ativos circulante e não circulante.

i) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

j) Demonstrativos financeiros

As demonstrações contábeis do FNO foram elaboradas na forma da Lei das Sociedades por Ações, sendo observada a legislação específica para os Fundos Constitucionais de Financiamento.

k) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

NOTA 4 - Caixa e equivalentes de caixa

a) **Composição**

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos a alocar	-	137.244
Recursos alocados	1.503.621	2.536.682
	1.503.621	**2.673.926**

b) **Rendas sobre valores disponíveis**

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração das disponibilidades	220.526	309.559

NOTA 5 - Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	5.655	771	6.426	6.811	36.739	43.550
Pronaf	618.897	51.939	670.836	619.099	64.689	683.788
Rurais	533.006	65.240	598.246	566.950	90.526	657.476
Subtotal	**1.157.558**	**117.950**	**1.275.508**	**1.192.860**	**191.954**	**1.384.814**
Provisão para operações de crédito	(14.857)	(60.987)	(75.844)	(17.261)	(115.458)	(132.719)
Devedores por repasses	8.766	-	8.766	9.599	-	9.599
Total líquido	**1.151.467**	**56.963**	**1.208.430**	**1.185.198**	**76.496**	**1.261.694**

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Normal	Vencido	Total	Normal	Vencido	Total
Indústria, comércio e serviços	10.509.125	165.884	10.675.009	8.862.816	126.554	8.989.370
Pronaf	2.445.142	128.350	2.573.492	2.125.321	166.837	2.292.158
Rurais	5.245.175	154.551	5.399.726	3.954.158	165.065	4.119.223
Subtotal	**18.199.442**	**448.785**	**18.648.227**	**14.942.295**	**458.456**	**15.400.751**
Provisão para operações de crédito	(3.342)	(74.232)	(77.574)	(4.011)	(82.602)	(86.613)
Total líquido	**18.196.100**	**374.553**	**18.570.653**	**14.938.284**	**375.854**	**15.314.138**
Circulante			3.484.654			2.950.643
Não circulante			16.294.429			13.625.189

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	**(219.332)**	**(171.994)**
Risco Integral FNO	(132.719)	(87.973)
Risco Compartilhado	(86.613)	(84.021)
Provisões constituídas	**(321.711)**	**(374.408)**
Risco Integral FNO	(136.314)	(176.957)
Risco Compartilhado	(185.397)	(197.451)
Valores baixados	**387.625**	**327.070**
Risco Integral FNO	193.190	132.211
Risco Compartilhado	194.435	194.859
Saldo final	**(153.418)**	**(219.332)**
Risco Integral FNO	(75.844)	(132.719)
Risco Compartilhado	(77.574)	(86.613)

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R$582.060 (R$521.929 em 2014), sendo que R$194.435 (R$194.859 em 2014) foi assumido pelo banco administrador.

d) Renegociações

As operações de crédito renegociadas no exercício totalizaram R$715.267 (R$285.803 em 2014) sendo que 3.307 (3.204 em 2014) operações, no valor de R$455.359 (R$8.668 em 2014) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 5.602 (8.251 em 2014) operações, correspondente a R$259.908 (R$277.135 em 2014) tiveram por base medidas emanadas do Governo Federal.

e) Rebates

As Resoluções CMN nº 4.298 e 4.299/2014 autorizam concessão de rebates de até 80% para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito do Pronaf. No exercício foram registradas despesas de rebates no montante de R$ 8.447 (R$2.687 em 2014).

f) Remissão - Procera

Em cumprimento ao artigo 8º da Lei nº 13.001/2014 foi publicada a Resolução CMN nº 4.365/2014 que dispõe sobre a remissão e liquidação de dívidas das operações de crédito rural contratadas ao amparo do PROCERA. No exercício foram remitidas 192 (10.228 em 2014) operações de crédito totalizando R$814 (R$39.493 em 2014) registrados como despesa do Fundo.

g) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R$177.875 (R$234.386 em 2014) e o Banco da Amazônia S.A. com R$115.774 (R$93.727 em 2014), referentes às recuperações de créditos baixados como prejuízo, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

h) Outras despesas

Foi ressarcido ao Banco da Amazônia S.A o valor de R$2.987 (R$10.093 em 2014), referente regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao Fundo.

i) Rendas de operações de crédito

As rendas de operações de crédito estão demonstradas pelo valor líquido do del credere do banco administrador:

	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros operações de crédito	1.129.565	947.723
Del credere do banco administrador	(509.005)	(415.649)
Total líquido	**620.560**	**532.074**

NOTA 6 - Provisão para bônus de adimplência

a) Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	**(411.362)**	**(391.292)**
Constituição/(reversão)	(195.910)	(157.639)
Concessão	156.206	137.569
Saldo final	**(451.066)**	**(411.362)**

b) Despesas

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com bônus no exercício	(195.910)	(157.639)

NOTA 7 - Taxa de administração

A taxa de administração é calculada mensalmente, aplicando-se o percentual de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, limitada em cada exercício, a 20% do valor das transferências efetuadas pela STN, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

a) Obrigações

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de administração a pagar	39.730	38.716

Refere-se ao valor apropriado no mês de dezembro, cujo desembolso ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

b) Despesas

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de administração do exercício	426.319	405.252

A taxa de administração no exercício foi constituída atentando-se para o limitador de 20% dos repasses da STN, conforme sistemática de cálculo definida no art. 3º do Decreto nº 5.641/2005.

NOTA 8 - Remuneração agente Pronaf

Além da despesa regular do exercício foi registrado o valor de R$ 107.030, correspondente à remuneração adicional, incidente sobre as operações de PRONAF de risco compartilhado, devida no período de maio 2013 a dezembro 2014, que foi calculada de acordo com a Resolução CMN nº 4.213, de 30 de abril de 2013.

Essa despesa foi registrada após a manifestação do Ministério da Integração através do Ofício nº 306/DFRP/SFRI/MI, de 3 de junho de 2015, que deu conformidade aos cálculos apresentados pelo banco administrador.

a) **Despesas**

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração pronaf risco integral FNO	18.398	16.457
Remuneração pronaf risco compartilhado	74.403	-
Remuneração pronaf risco compartilhado (não-recorrente)	107.030	-
Total despesas	199.831	16.457

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

NOTA 9 - Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências da STN e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827/1989, os repasses da STN aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.
Os saldos das transferências da STN e do (Prejuízo) Lucro do exercício, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Repasses da STN no exercício	2.131.594	2.026.261
Repasses da STN nos exercícios anteriores	18.271.126	16.244.865
Lucros de exercícios anteriores	558.954	543.114
(Prejuízo) Lucro do exercício	(136.821)	15.840
	20.824.853	**18.830.080**

NOTA 10 - Contingências

Até o final do exercício de 2015 e 2014, o administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil. Estas avaliações são efetuadas com o apoio da consultoria jurídica do administrador Banco da Amazônia S.A.

NOTA 11 - Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu administrador, o Banco da Amazônia S.A. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, alterado pelo art. 10 da Lei nº 10.177/2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros e levando em conta a presumível ausência de risco.

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4	1.503.621	2.673.926
Títulos e créditos a receber (a)	32.555	30.010
Proagro a receber – crédito rural (b)	390	390
Passivo		
Taxa de administração a pagar – Nota 7	39.730	38.716
Resultado		
Rendas de remuneração das disponibilidades – Nota 4	220.526	309.559
Despesas de administração	426.319	405.252
Despesas de remuneração agente Pronaf	199.831	16.457
Despesas de reembolsos operações indenizadas	2.202	10.093

a) Os títulos e créditos a receber serão realizados no segundo dia útil subsequente, conforme Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, e estão assim constituídos:
• Valores assumidos pelo Banco da Amazônia S.A. por ocasião da transferência para prejuízo de operações de crédito de risco compartilhado, no mês de dezembro; e
• Valores das amortizações de créditos baixados como prejuízo, que foram recebidos nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro.
b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento do Banco Central do Brasil.

NOTA 12 - Gerenciamento de riscos

A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco da Amazônia S.A, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do FNO, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

a) Risco de crédito

Risco de crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.
No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco da Amazônia S.A., na função de administrador deste Fundo Constitucional, utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.
A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, na qual a provisão é realizada considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.
O FNO possui parte de sua carteira com risco compartilhado com seu banco administrador.

b) Risco de mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.
A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros é mitigada, considerando que cerca de 94% de sua carteira de crédito constitui risco compartilhado com o Banco da Amazônia S.A.
Os métodos utilizados para gerenciar os riscos aos quais o Fundo encontra-se sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

NOTA 13 - Registro no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Os saldos do FNO estão disponíveis no Siafi, por força da Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA Nº 2016/002
De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A, em reunião extraordinária realizada nesta data, após analisar o Parecer dos Auditores Independentes, de 23/02/2016, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes à posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, referentes ao exercício de 2015, manifesta-se favorável a sua aprovação.
Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2016.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO
(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração com base nas práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

Brasília, 23 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Protocolo 932571

Imprensa Oficial do Estado
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br,